

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Renata C. Gonçalves

"Vamos acampar?"

A luta terra e a busca
pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do
Pontal do Paranapanema

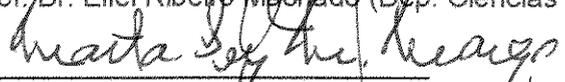
Tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada
ao Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa.
Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes

Este exemplar corresponde a redação final da tese
defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em
30 / 09 / 2005

Banca examinadora

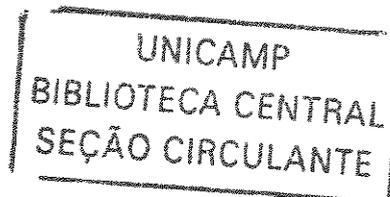
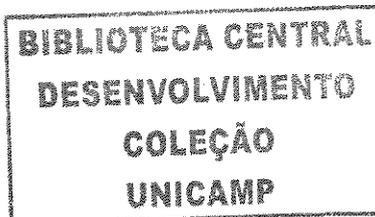

Profa. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes (Orientadora)


Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado (Dep. Ciências Sociais – UEL)


Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques (Dep. de Geografia – USP)


Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves (Dep. de Sociologia – Unicamp)


Prof. Dr. Fernando Lourenço (Dep. de Sociologia – Unicamp)



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	G586v
V	EX
TOMBO BCI	66226
PROC.	16-P-000860
C	<input type="checkbox"/>
	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	09/11/05
Nº CPD	

BIB ID: 373114

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

G586v
Gonçalves, Renata Cristina
"Vamos Acampar?" a luta pela terra e a busca pelo
assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do
Paranapanema / Renata Cristina Gonçalves - - Campinas, SP:
[s. n.], 2005.

Orientador: Maria Lygia Quartim de Moraes.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. 2. Acampamentos.
3. Relações de gênero. 4. Movimentos sociais rurais. 5. Conflito social. 6.
Posse da terra. 7. Trabalhadores rurais – Pontal do Paranapanema. I. Moraes,
Maria Lygia Quartim de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cc/ifch)

Palavras-chave em inglês (Keywords): Encampments.
Gender relations.
Rural social movements.
Social conflict.
Tenure of land.
Agricultural workers – Pontal do Paranapanema.

Área de concentração: Relações de Gênero, Movimentos sociais.

Titulação: Doutora em Ciências Sociais.

Banca examinadora : Maria Lygia Quartim de Moraes, Márcio Bilharinho
Naves, Fernando Lourenço, Marta Inez Medeiros Marques, Eliel Ribeiro Machado.

Data da defesa: 28/09/2005.

IBBSON

*Às mulheres e aos homens que, na luta pela terra,
confrontam o pensamento único,
traçam outros caminhos e fazem a história.*

AGRADECIMENTOS

*Escrever sobre a participação das mulheres na luta pela terra
do MST do Pontal do Paranapanema
foi um desafio que quase sempre representou lidar com o ambíguo sentimento de aproximação/afastamento.
Na aventura de descobrir, renascia a alegria acreditar.*

*Anos de doutorado, anos de aprendizagem.
Apesar dos necessários instantes solitários,
um trabalho como este não poderia ser realizado no isolamento.
Várias pessoas - além da bolsa da Capes - contribuíram para a sua concretização.
Inúmeras foram as sugestões teóricas, os conselhos...*

*Não poderia deixar de agradecer a
Cema, Bituka, Márcia, Marcos, Di, Gu, Biel, Naiarinha, Wagner.
Aos amigos do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais),
com os quais aprendo, discuto, debato, leio, releio, faço, refaço, choro, me alegro,
tento ser e construir algo melhor.
As Natália, Juliana e Joana
com as quais, mesmo à distância, aprendo sobre a simplicidade e a beleza de viver.*

*Ao Lúcio,
pelas leituras atentas, pelas sugestões de forma e de conteúdo;
sou infinitamente grata a ele por ser fonte de algumas certezas,
de muitas buscas e idas a novos horizontes; e, principalmente, por estar por perto.
Agradeço à Gilvani Rodrigues que, discretamente, nos ajuda a sobreviver na selva da burocracia acadêmica; à Maria
Rita que assumiu esta árdua tarefa.*

*Sou profundamente grata aos Profs. Márcio Neves e Adriana Piscitelli pelas argutas e
encorajadoras sugestões feitas durante o exame de qualificação;
à Profa. Maria Lygia Quartim de Moraes que,
desde o projeto inicial, incentivou a realização da pesquisa de doutorado,
apontou o difícil "caminho das pedras" e fez o que podia para que o trabalho ficasse menos ruim;
ao Núcleo de Estudos de Gênero, Pagu, pelos anos de aprendizagem.*

*Agradeço igualmente, ao Prof. Michael Löwy,
que assumiu a tarefa de me orientar durante os enriquecedores meses na EHESS;
e às pesquisadoras do Cahiers du Genre,
em especial à Jules Falquet e à Helena Hirata que,
durante o estágio em Paris, me inseriram nos debates acadêmicos e feministas.*

*Aos colegas do NERA (Núcleo de Estudos sobre Reforma Agrária) e do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do
Trabalho), ambos da Unesp de Presidente Prudente,
que colocaram livros, mapas, teses à minha disposição.*

*Agradeço a companheiro(a)s do MST espalhados pelo Brasil.
Por fim, um agradecimento especial
às mulheres e aos homens que fazem a história da luta pela terra no Pontal do Paranapanema,
sobretudo a Rejjane,
que não mediu esforços para que este trabalho se realizasse.*

RESUMO

Neste trabalho procura-se examinar as formas de participação das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região do Pontal do Paranapanema. Recorre-se a entrevistas realizadas com acampados/as, assentados/as, militantes homens e mulheres inserido(a)s na luta pela terra naquela região; à sistemática *in loco* como principal meio de burlar as dificuldades que muito(a)s têm com o gravador; e à vasta bibliografia crítica sobre o assunto. Ao longo da pesquisa, foram identificados dois momentos e espaços diferentes de participação feminina na luta pela terra. O primeiro corresponde à fase do *acampamento*, em que se começa a viver coletivamente sob as regras materializadas no chamado "regimento interno", que estabelecem os "códigos" de conduta de cada membro do acampamento, com novas aprendizagens podendo levar à ruptura das cercas de gênero. O segundo é o do *assentamento*. Este representa um desfecho positivo para os sem terra contra o monopólio do latifúndio. É o momento de um novo processo que implica criar condições para a permanência na terra conquistada. No entanto, o que se verifica são condições precárias de assentamentos revelando que estes se tomaram uma estratégia para amenizar conflitos sociais. Uma vez no assentamento, aspectos econômicos e tecnológicos adquirem formas em que o tempo e o espaço são regidos pelo modo de produção dominante. Para além da sobrevivência, é necessário produzir para pagar os empréstimos feitos junto ao Estado, ao banco, etc. A luta para permanecer na terra se torna imediatista e o aspecto econômico se impõe e acentua retorno da velha divisão sexual do trabalho, colocandô em xeque as aprendizagens de gênero durante os anos de luta nos acampamentos. Frente a estas dificuldades, o MST propõe novos modelos de assentamento que permitam combinar independência, com relação do modo de produção dominante, e novas relações que permitam eliminar as trincheiras machistas do movimento.

ABSTRACT

This study examines the forms of women's participation in the Movement of Landless Rural Workers (MST) in the Pontal do Paranapanema region. It employs interviews with squatters, settlers, and male and female militants involved in the struggle for land in that region; the *in loco* system as the principal means for overcoming the difficulties that many have with tape recording; and the vast critical literature on the subject. During the course of the research two different spaces and moments of feminine participation in the struggle for land were identified. The first corresponds to the encampment phase, during which participants being to live collectively under the rules of the so-called "internal regimen," which establish the "codes" of conduct for each member of the encampment. New lessons learned during this phase can lead to the breaking down of gender barriers. The second phase is the settlement. This represents a positive outcome for the landless against the monopoly of the large landholding. It is the beginning of a new process that implies creating conditions for staying on the land that has been conquered. Nonetheless, what we observe are precarious conditions that reveal that the settlements have become a strategy to quell social conflicts. In the settlement economic and technological conditions take on forms in which time and space are shaped by the dominant mode of production. Beyond surviving it is necessary to produce in order to pay the loans received from the state, the bank, etc. The struggle to stay on the land becomes the immediate priority and the economic aspect imposes itself and brings back the old sexual division of labor, putting in check the gender learning experiences of the years of struggle in the encampments. In the face of these difficulties, the MST proposes new models of settlement which allow independence in relation to the dominant mode of production to be combined with new relations that make it possible to eliminate the barriers of male chauvinism within the movement.

LISTA DE SIGLAS

ANMTR	Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
COCAMP	Cooperativa de Comercialização dos Assentados do Pontal
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
Fetaesp	Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Itesp	Instituto de terras do Estado de São Paulo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OESP	O Estado de S. Paulo
PA	Projeto de Assentamento
PEA	População Economicamente Ativa
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Proálcool	Programa Nacional do Alcool
Procera	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RG	Região
SCA	Setor de Cooperativas Agrícolas
SRB	Sociedade Rural Brasileira
UDR	União Democrática Ruralista

*Resolvemo nós dois, sentemo e conversemo:
"vamos acampar?"*

*Eu falei: "a vida é dura de acampado, hein! Se a gente for, a gente só sai
quando ganhar terra!" Ela falou: "vamos então!"*

Aí, resolvemos acampar lá no trevo de Euclides mesmo...

Aí, de lá pra cá, estamos aí até hoje na luta.

(N., acampado)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO: NAS TRILHAS DO PONTAL.....	13
1. Apresentação.....	15
2. Considerações metodológicas.....	17
3. Nas trilhas do Pontal.....	21
4. Por trás dos nós.....	26
I. PONTAL DO PARANAPANEMA: CENÁRIO DE UM CONFRONTO DE CLASSES.....	33
Prelúdio: de Marias e Joãos... o(a)s Sem Terra.....	34
1. Desbravando o Pontal.....	35
1.1. Invasão da grilagem.....	38
1.2. Povoamento da região.....	41
2. Estrutura de classes no Pontal.....	44
2.1. Cafeicultura de exportação e pecuarização da economia.....	44
2.2. Expulsão e perambulação dos trabalhadores.....	50
3. Novas transformações no campo.....	56
3.1. Planos Nacionais de Desenvolvimento.....	56
3.2. Projetos de desenvolvimento para o Pontal do Paranapanema.....	61
4. Desenraizamento e formação de um proletariado rural.....	68
4.1. Modernização conservadora.....	75
4.2. Proletarização perambulante.....	81
II. MST NO PONTAL: QUANDO “NOVÍSSIMOS” PERSONAGENS CONTINUARAM EM CENA.....	85
1. Dos “novos” movimentos sociais ao “novíssimo” MST.....	87
1.1. “Novos” movimentos sociais dos anos 70 e 80.....	87
1.2. MST: um novo “novíssimo” movimento social?.....	93
2. Às bordas da democracia burguesa.....	105
2.1. Ocupações de terras: conflitos e (i)legalidades.....	105
2.2. De proletários a cidadãos: a ideologia do contrato social.....	112
3. Conflitos de terra no Pontal do Paranapanema.....	123
3.1. Primeiras lutas.....	123
3.2. Progressiva marcha do MST e acirramento das lutas nos anos 90.....	128
4. Acampamentos: transição no longo e difícil caminho de volta.....	132
4.1. Reenraizando identidades.....	132
4.2. Organicidade política do acampamento.....	145

III. TENTANDO DERRUBAR AS CERCAS DE GÊNERO.....	153
1. Introduzindo o gênero.....	155
1.1. As mulheres em processos revolucionários.....	155
1.2. Um debate marxista e feminista.....	158
2. As mulheres na luta pela terra do MST.....	161
2.1. Do Coletivo de Mulheres ao Setor de Gênero: debates e tensões.....	161
2.2. Às turras com o conceito de gênero.....	178
3. MST tem dois sexos no Pontal do Paranapanema.....	185
3.1. Rompendo cercas de gênero no espaço do acampamento.....	185
3.2. Gênero e classe em rota de colisão.....	198
4. Relações de gênero e militância.....	202
4.1. Dilemas da militância feminina.....	202
4.2. Em busca de rearranjos de gênero na luta pela terra no Pontal.....	217
IV. ASSENTAMENTOS: DE MERCADOS E REDEMARCAÇÕES DAS CERCAS DE GÊNERO.....	231
1. Políticas de assentamentos como reforma agrária.....	233
1.1. Assentamentos como pactos de (des)interesses.....	233
1.2. Descentralizando a reforma agrária de mercado.....	244
2. A modelagem dos assentamentos.....	250
2.1. Impasses de um território em disputa.....	250
2.2. De assentado(a) a "dependente": dimensões do controle social.....	256
3. Redemarcações das cercas de gênero.....	267
3.1. De concessões e créditos: a cisão sexual.....	267
3.2. Retorno à exclusão da política e à velha divisão sexual do trabalho.....	272
4. Novos modelos de assentamentos.....	287
4.1. Propostas gerais.....	287
4.2. Possibilidades de derrubar as cercas de gênero.....	291
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	293
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	299
ANEXOS.....	321

INTRODUÇÃO

Nas trilhas do Pontal

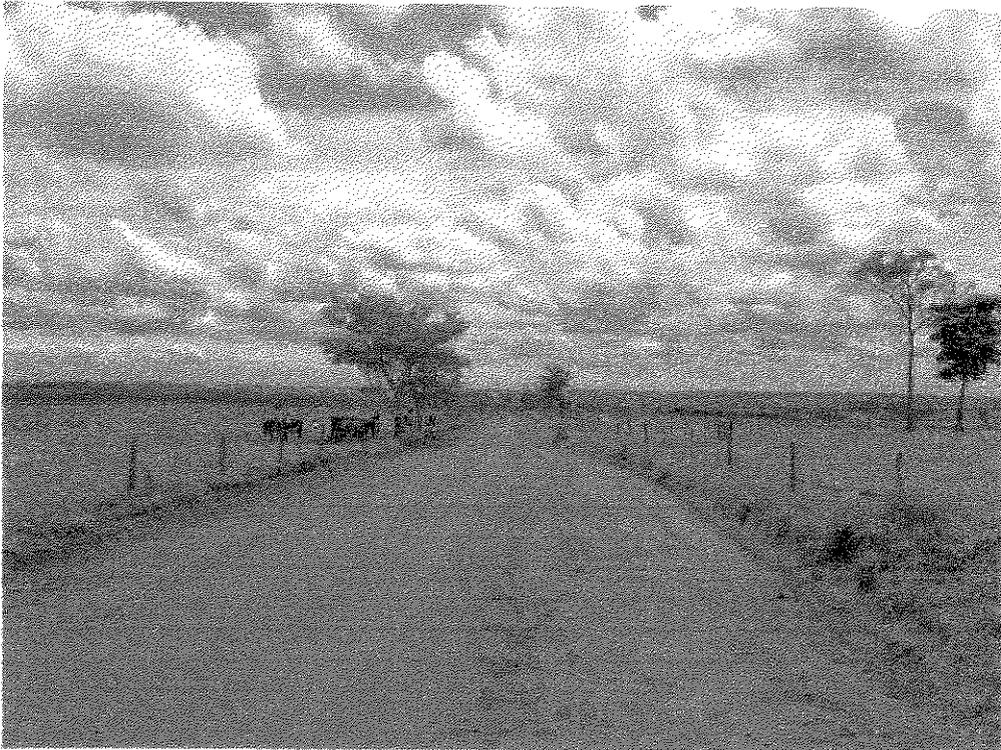


Foto: Franco (2004).

*Aí, antes da gente acampar, a gente sentou e discutiu:
"vamos ou não vamos?"
Aí entramos num acordo que nenhum desistiria;
nada da gente vim e encarar e depois um ter que voltar pra casa e o outro
ficar, que não ia dar certo. A gente entrou nesse acordo e viemos.
(O, acampada)*

1. Apresentação

Os anos 90, sobretudo a primeira metade, foram marcados por balanços que detectaram um esfriamento nos chamados “novos movimentos sociais”. A maturidade adquirida os teria levado a substituir os rígidos princípios pelo pragmatismo, o confronto pela negociação, os militantes pelas assessorias.

Pouco tempo depois, outros movimentos que, de um modo ou de outro, se pretendem portadores de um projeto de transformação social, adquiriram extraordinária visibilidade em vários países latino-americanos. Quais as novidades desses “novos” “novos” (“novíssimos”?) movimentos sociais?

Esta tese de doutorado é fruto de indagações teórico-políticas acerca de uma dessas possíveis novidades: a que se refere às relações de gênero no interior de um movimento que revelou impressionante vitalidade ao imprimir, apesar de seus poucos recursos, verdadeiras derrotas (parciais) ao neoliberalismo e explicitarem a preocupação com as questões de gênero: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Justamente esta preocupação demonstra a relevância teórica e prática da pesquisa: a oportunidade de examinar, em um dos movimentos sociais contemporâneos, como as mulheres das classes populares se inserem (ou não) em projetos que apresentam potencial de transformação sóciopolítica?

Na esteira de Kergoat (1992) acerca da participação das mulheres nos movimentos sociais, nossa pesquisa não se trata de ver como as mulheres se mobilizam sobre tal ou tal objetivo, mas de compreender, no

interior de um movimento social, *como* o que ela denomina *relações sociais de sexo* – e que chamaremos de relações de gênero¹ – contribui na formulação dos objetivos de luta, que podem [ou não] “se tornar a *disputa* coletiva para os homens e para as mulheres” (Kergoat, 1992: 122).

As perguntas que nortearam a pesquisa foram: o que está em jogo para o MST? O caráter inovador, sob vários aspectos, desse movimento abre a possibilidades de alguma ruptura com a história – vivida pelos mais significativos movimentos da esquerda – de exclusão política das mulheres? Como ocorre a participação das mulheres e que lugar elas ocupam dentro do MST, cujas lideranças afirmam constantemente que querem aprender com os erros dos movimentos sociais do passado a fim de superá-los? Em que medida este movimento consegue romper com o machismo impregnado às práticas políticas dos movimentos sociais? Qual é a correspondência entre o “discurso” e a “prática”? O que pode ser observado nas ações concretas do MST que sinaliza, na luta pela emancipação dos trabalhadores, a possibilidade de superar as desigualdades de gênero? Em que medida há efetivamente um avanço nestas questões?

¹ A própria autora, em entrevista que nos foi concedida em Paris no primeiro semestre de 2004, afirmou que não faz uma distinção clara entre relações de gênero e relações (*rappports*) sociais de sexo. Aliás, sem desconsiderar as imensas dificuldades de se trabalhar com o conceito de gênero, as relações sociais de sexo, mais utilizadas entre as feministas e/ou pesquisadoras francesas, são objeto de inúmeras críticas, principalmente porque as diferenças contidas nas palavras *rappports* e *relations* são intransponíveis para outras línguas.

2. Considerações metodológicas

Procurando responder às questões acima, alguns aspectos metodológicos foram privilegiados em nossa pesquisa. O primeiro foi o necessário e constante levantamento bibliográfico sobre o tema e a leitura de documentos elaborados pelo MST. O segundo e crucial passo metodológico foi a realização de entrevistas. Iniciamos a pesquisa de campo nos Assentamentos localizados na região de Itapeva-SP e, em seguida, por motivos que detalharemos ao longo deste trabalho, concentramos toda a nossa atenção à região do Pontal do Paranapanema onde entrevistamos participantes, homens e mulheres do MST, tanto de acampada(o)s e assentada(o)s como de lideranças masculinas e femininas. Entrevistamos igualmente militantes das Coordenações Nacional e Estadual do chamado “Setor de Gênero” do movimento, cujo processo de criação será analisado no terceiro capítulo deste trabalho.

Embora estejamos conscientes das várias dificuldades que a técnica de entrevista impõe, consideramos que esta permite uma abordagem mais próxima da realidade da qual tentamos chegar perto. Ruquoy, afirma que “não é raro encontrar nas pessoas contatadas uma reticência em aceitar a entrevista. Comunicar opiniões ou informações sobre um assunto parece uma operação delicada. Pode-se esperar por algumas recusas” (1995: 73). A autora não sugere qual seria o método adequado para superar este tipo de situação, mas se refere a mais de uma situação de entrevista muito parecida com a que realizamos. Trata-se daquela em que o pesquisador não é mais confrontado a indivíduos mas a um meio e a grupos. Aqui, as reações de uns e de outros se desencadeiam por intermédio de líderes que podem dar o tom num sentido favorável ou

desfavorável à pesquisa, por vias de rumores que circularão sobre esta. Nem sempre é fácil ser aceito por todas as partes presentes, por conta do receio de parcialidade do estudo conduzido. E, mais ainda, será que o entrevistado comunicaria numa entrevista opiniões ou informações que ele detém secretamente e que são estrategicamente importantes para ele? (Ruquoy, 1995: 75). Neste caso, “o entrevistador deverá fazer prova de engenhosidade para estabelecer uma comunicação franca sob pena de obter somente informações de pouca qualidade” (1995: 73). Frente a estes problemas foi necessário desde o início respeitarmos a vontade de falar ou não dos possíveis entrevistados. O caminho metodológico que escolhemos seguir talvez não nos conduza ao alcance de todos os fins a que nos propomos mas, concordando com Vieira, “um método consiste num caminho que pode levar a outros”, deixando inclusive a possibilidade de se chegar a “vários fins não indicados, certamente inatingíveis por meio do acaso” (1992: 29).

As entrevistas foram realizadas em momentos e de maneiras diferentes entre os anos 2003 e 2004. Uma das condições para participar das entrevistas era que dispusessem a falar livremente, sem nenhuma pressão vinda de nossa parte. A idéia inicial era convidar cada pessoa a falar sobre o percurso de sua vida. Este trajeto seria o fio condutor de nossas reflexões. No entanto, a própria dinâmica de cada momento nos fez adotar estratégias diferenciadas, de acordo com a inserção do(a) entrevistado(a) no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. Por exemplo, para acampado(a)s enfatizamos tanto o percurso anterior como a organização interna ao acampamento; com as lideranças do setor de gênero, indagamos mais sobre o que levou à criação deste setor, quais as dificuldades que enfrenta e como este se relaciona com os outros setores

do Movimento, sobretudo nos espaços dos assentamentos. Cabe fazer algumas considerações acerca da “situação” em que certas entrevistas ocorreram. Pudemos observar que, ao longo do processo de realização das entrevistas, houve um relacionamento distinto com cada uma da(o)s entrevistada(o)s, provocando nesta(e)s as reações mais diversas, colocando-nos freqüentemente diante da problemática da relação objeto pesquisado-pesquisador.

Quanto à narrativa, é necessário fazer a ressalva de que narrar um acontecimento, contar a sua história, implica um certo tipo de reflexão sobre ela. Narrar um fato passado exige um esforço maior na medida em que está presente a necessidade de uma percepção temporal que, no mínimo, distinga o “antes”, do “agora” e do “depois”. Muitas vezes, na narrativa dos “fatos” encontra-se investido muito mais um desejo, uma frustração do que um acontecimento verídico. Neste sentido, é fecunda a tese de Bosi segundo a qual “a narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa a transmitir o ‘em si’ do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa. Investe sobre o objeto e o transforma” (1983: 46). Nossa preocupação é, portanto, a de não nos determos a uma fala isolada mas de situá-la, cotejando-as com outras com vistas a não fazer de nossa análise a “verdadeira expressão” dos fatos.

Ainda no que tange aos passos metodológicos, recorreremos também à observação sistemática *in loco*. Foram inúmeros os momentos em que houve a demanda de que o gravador fosse desligado ou que espontaneamente, depois de findada a entrevista, o diálogo continuava e o(a) entrevistado(a) tocava em questões importantes para a pesquisa, mas que só se sentia à vontade para falar *in off*. As observações se expandiram

a dois cursos de formação sobre relações de gênero realizados nos meses de agosto de 2004 e janeiro de 2005 e que nos forneceram muitas minúcias das complexas relações de gênero no MST da região do Pontal do Paranapanema.

Nossa relação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é bem anterior à pesquisa de doutorado. Porém, a inserção como pesquisador em acampamentos e assentamentos do MST requer alguns passos, como, por exemplo, fazer contato com a Coordenação Estadual para que esta avalie com os coordenadores regionais se a data sugerida é possível, se há atividades previstas, etc. Tudo fica bem mais simples quando se conhece alguém que conhece alguém... e fica-se conhecido por “companheira(o) do Movimento”. D’Incao & Roy (1995) ao apresentar a pesquisa que realizaram em um assentamento organizado pelo MST, escrevem, em tom de reserva, que este jogo de apresentações em que cada um é apresentado e se apresenta como *companheiro* cria e reforça a encarnação de uma comunidade.

A preparação da primeira viagem ao Pontal do Paranapanema não foi diferente. Fizemos contato com uma pessoa da Coordenação Estadual na cidade de São Paulo. Esta tentou ligar para o telefone público em frente à Cooperativa dos Assentados da região do Pontal. Sem sucesso, apenas nos forneceu os números de telefone e os nomes das pessoas com quem falaríamos. Bastava dizer que éramos “amiga” e ir. Foi o que ocorreu. Na ocasião, estava na cidade de São Paulo uma cineasta italo-francesa que manifestou o desejo de nos acompanhar nesta viagem. A cineasta estando devidamente informada, partimos como desbravadoras rumo às aventuras do conflituoso Pontal do Paranapanema.

3. Nas trilhas do Pontal

Após a longa viagem numa noite chuvosa chegamos à cidade de Teodoro Sampaio, conhecida como a capital da reforma agrária na região. Nossa pesquisa de campo começaria aqui não fosse a riqueza do trajeto entre Presidente Prudente, onde passamos a noite, e nossa cidade de destino. Os 90 km que ligam Teodoro a Prudente nos colocaram em contato direto com a realidade que pretendíamos conhecer. Duas situações foram marcantes. À margem de uma paisagem verdejante e deserta rodovia estavam paradas no acostamento duas mulheres (uma senhora e uma menina) pedindo carona. Paramos imediatamente. A senhora, com seus 70 e poucos anos, se aproximou, disse para onde ela e a neta iam, e perguntou se poderíamos levá-las. Claro que sim. Pouco mais adiante estava um robusto rapaz também esperando carona. A senhora perguntou se poderíamos levá-lo. Sentiu a hesitação e, com os olhos tristes e simples, apenas disse: “pode confiar em mim”. Como não confiar naquele olhar, naquele rosto de ébano marcado de profundos vincos que mais se parecia com uma daquelas expressivas fotos do “Êxodo”, de Sebastião Salgado? Os três entraram no carro e seguimos a viagem.

A coincidência não podia ser maior: eram assentado(a)s em um dos municípios da região. Começamos a conversar sobre como era a vida no assentamento, se boa, se ruim, se valia a pena. A menina, envergonhada, não falava, às vezes sorria. O rapaz, meio desconfiado, se limitou a responder o essencial: “moro aqui faz um par de tempos já” ou “sei não”. A senhora, quanto a ela, depois de se assegurar que também podia nos fazer confiança, contou causos e, sobretudo, falou da dificuldade que era viver no assentamento. Esta foi nossa primeira grande surpresa.

Por que era ruim viver no assentamento? A maior dificuldade era o endividamento com os bancos. A filha morrera e deixara duas crianças das quais tomava conta, uma delas era a garotinha que a acompanhava. Vivendo só com os dois netos pequenos, não conseguia produzir o suficiente para o consumo. Para colocar à venda, nem pensar. Restava-lhe, segundo ela, a opção da mendicância que bem conhecia dos tempos em que vivera nos arredores da cidade de São Paulo. Para aquele início de viagem, antes mesmo de chegar ao destino, foi um choque saber que alguém vivia daquela forma numa região que se pretende “modelo” de assentamentos no estado de São Paulo. Era só aquela realidade que encontraríamos no Pontal? E a tal esperança da reforma agrária?

A poucos quilômetros dali outra mulher, outra carona. Pouco mais de 40 anos, extrovertida. Havia montado fazia pouco tempo um “negócio próprio”. Dizia-se cobradora e prestava serviços a pequenas lojas. Uma atividade que, segundo ela, crescia muito porque “as pessoas não gostam de pagar e a gente é obrigada a pressionar”. Sempre conseguia fazer as pessoas pagarem, mas já havia passado por momentos difíceis como, por exemplo, correr de alguém armado. O que mais chamou a atenção foi sua maneira de “interpretar” as “relações de gênero”. Descasou e agora não aceita mais nenhum homem mandando. No máximo, passam a noite e no dia seguinte, adeus. Também não quer ficar como as duas sócias que não podem fazer viagens porque “os maridos não deixam”.

Aquela região estava se revelando de uma profunda complexidade. Obviamente as duas situações acima citadas foram apenas coincidências. Porém, pareciam nos conduzir mais e mais para dentro de um redemoinho que vai passando e provocando mutações.

Chegar a Teodoro Sampaio foi muito fácil. A única avenida que atravessa a cidade nos levou diretamente ao local marcado para encontrar uma liderança do MST. Ninguém sabia ao certo o que estávamos fazendo, o que queríamos. Fizemos o que podiamos: nos mostramos a Cooperativa dos Assentados, explicamos as dificuldades para seu funcionamento, apresentamos técnicos, mostramos maquetes, contamos os objetivos, etc. A formalidade inicial nos causou preocupação por um momento. Tudo ali era novidade e deveria ser levada em consideração. Parecia fundamental para as pessoas que nos acompanhavam falar sobre a importância de seus trabalhos, das visitas recebidas, dos apoios de artistas, etc.

Depois de umas duas horas nas dependências da Cooperativa, fomos para a reunião de assentados a uns 40 km dali. Estávamos enfim diretamente envolvidos com nossa pesquisa. O local da reunião era a casa-sede de um assentamento. A dinâmica era muito parecida com aquelas reuniões organizadas pelas Comunidades Eclesiais de Base na década de 80. As pessoas estavam reunidas num círculo e a discussão girava em torno da questão do crédito para a produção e do envolvimento dos assentados na luta dos acampados². Primeira observação: estavam participando homens e mulheres. Embora o grupo de homens fosse ligeiramente maior, as mulheres pareciam bem inseridas. Kergoat (1992), em análise do movimento social francês conhecido como *Coordination infirmière*, observa que uma das formas de avaliar se há inserção das mulheres num movimento social é atentar para a prática da fala. As mulheres, exiladas da esfera política e confinadas à esfera doméstica, não adquiriram o “dom” da fala que só viria como resultante de um processo de

² As questões relativas ao crédito e ao envolvimento dos assentados na luta dos acampados serão explicitadas ao longo deste trabalho.

aprendizagem. No caso das mulheres presentes nesta reunião, participavam, falavam, mas sobretudo falavam de assunto do qual foram excluídas por excelência: a produção. Este tema se revelaria ao longo das entrevistas, observações de campo e leituras de documentos, um dos principais problemas para a participação efetiva das mulheres.

Nossa acompanhante chegou e cochichou com as pessoas que coordenavam a reunião, disse para nos acomodarmos nos bancos e dirigiu-se à cozinha porque ainda não havíamos almoçado. A reunião começou pela manhã e estava quase ao seu final. Depois de alguns minutos num movimento em que observávamos as pessoas e éramos observadas por elas, recebemos o convite para nos apresentarmos. Os olhares curiosos, mas ao mesmo tempo acostumados a receber visitantes, ficaram surpresos com o fato de termos de traduzir as palavras da cineasta que só se comunicava em francês. Pouco tempo depois, a militante do MST que nos acompanhava veio manifestar sua satisfação: “você não imagina como fiquei orgulhosa de ver você, mulher, negra, falando francês”. Curiosamente, nossa relação passou a ser menos formal a partir daquele momento. Começava a fazer sentido as observações de Ruquoy quando se referiu às “qualidades pessoais e profissionais” do pesquisador que influenciam na entrevista. A autora observou que “a aceitação da entrevista é mais difícil em certas circunstâncias. Uma grande distância cultural ou social entre o entrevistador e o entrevistado pode constituir um obstáculo. A relação de poder é mais particularmente uma fonte de dificuldade” (1995: 74).

Ainda no tocante a este primeiro contato com o Pontal do Paranapanema, é importante mencionar que a militante do MST nos

acompanhou o tempo todo nos passos que demos. A primeira sensação que tivemos foi a de que poderia ser uma espécie de controle. Sensação que perdurou ao longo das primeiras entrevistas em que sempre estava presente. Ao mesmo tempo, esta situação é compreensível quando se sabe que são muitos os que se infiltram, sobretudo nos acampamentos, para passar informações sobre os rumos das próximas atividades. A este respeito, numa das primeiras cartilhas de organização de base do MST, percebe-se claramente a preocupação com a segurança, principalmente nos acampamentos. Na sua organização interna, como veremos posteriormente, forma-se uma comissão responsável pela segurança cuja função é vigiar dia e noite para evitar “que entre algum desconhecido mandado pela polícia ou pelos fazendeiros para catar informações” (MST: 1986: 74).

Outra sensação que tivemos foi muito semelhante àquela vivenciada por D’Incao & Roy (1995: 66) no tocante à necessidade de não se identificar com as posições dos dirigentes. Por outro lado, era necessária esta porta de entrada para facilitar o diálogo pelos motivos já mencionados. Em duas entrevistas, por exemplo, as entrevistadas deixaram muito claro que só falariam porque estávamos acompanhadas por pessoas de confiança. A mesma militante que nos acompanhava manifestou que sua dedicação era porque havíamos sido indicada por alguém da Coordenação Estadual do Movimento.

Postas estas primeiras informações de caráter mais geral, sentimo-nos capazes de entrar na pesquisa propriamente dita.

4. Por trás dos nós

O Pontal se revelava desta forma: um forte redemoinho. Mas o que estaria por trás destas aparências? Nos termos de Marx, aquilo que é mais imediato, mais concreto “é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. O imediato, o concreto, dirá Marx, “aparece no pensamento como o processo da síntese, como o resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (1986: 14). Não pretendemos chegar a esta síntese, pois esta é sempre provisória, processual. Mencioná-la aqui sinaliza a direção teórico-metodológica que pretendemos seguir.

Aquilo que surge como imediato não está desprovido de sentido. Ao contrário, insere-se numa realidade que significa, como propõe Kosik, “um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (1969: 35). Compreender a complexidade desta realidade, implica a apreensão de alguns dos momentos das trajetórias das pessoas envolvidas na luta pela terra no Pontal, o que não deve ser confundido com um trabalho sobre história de vida, no sentido da etnografia clássica. Trata-se de investigar um processo de luta pela terra no Pontal, exame que visa, mais do que a verdade, suscitar apreender as discussões teórico-políticas acerca da participação das mulheres no MST.

Temos consciência de que captar a complexidade deste processo não é tarefa das mais fáceis. Também não é esta a nossa pretensão. Assim, adotamos a estratégia de irmos conhecendo aos poucos aquela

realidade, os fatos, os acontecimentos... adotamos a estratégia de nos deixarmos conduzir até as pessoas que fazem o movimento. A história de cada integrante não é dissociável das mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais que vêm ocorrendo no país desde os anos 50, também não é dissociável da história de apropriação ilegal das terras do Pontal, como veremos no primeiro capítulo deste trabalho.

Com as entrevistas realizadas e transcritas, descobrimos que aquilo que há de mais único, de mais singular nas suas trajetórias, é, ao mesmo tempo semelhante, compartilhado... ou, ainda, pode ser percebido como determinações de classe e de gênero. Embora procuremos deixar fluir o modo individual como são e/ou vêm a si e suas experiências como um todo, será possível perceber, desde o início, uma dimensão *coletiva* neste percurso, na medida em que, mesmo de forma isolada, parecem ter passado por um processo semelhante que os/as impeliu a integrar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Therborn, ao estudar o papel da ideologia na formação dos sujeitos humanos, julga importante clarificar "a relação existente entre ideologia de classe e subjetividade" e, ao mesmo tempo apreender "outras formas possíveis da subjetividade humana que não sejam as de pertença a uma classe determinada" (1991: 11). Para este autor, as ideologias devem ser "consideradas como complexos processos sociais de 'interpelação' ou alusão que se dirigem a nós". Ocorre, portanto, uma superposição de ideologias. Elas competem entre si, se chocam e em outros momentos, nas palavras do autor, "se fincam ou se reforçam umas às outras" (Therborn, 1991: VII). O autor identifica este processo a uma "cacofonia de sinais e ruídos" vindos de todos os cantos na sociedade contemporânea.

Consideramos os sujeitos atravessados por contradições (de gênero, de classe, de raça/etnia) que constituem suas identidades. Trata-se de relações interconectadas, impossíveis de serem separadas. No entanto, assumindo o risco de não abordar a totalidade, privilegiamos neste trabalho duas determinações: a de gênero e a de classe. A escolha se deve ao próprio processo de construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. Se a questão da classe social surge como inerente à organização dos trabalhadores na luta pela terra, a problematização das relações de gênero aparece bem mais tarde num processo não linear e que adota formas diferentes nas regiões ou na estrutura organizativa do MST. A “marca” raça/etnia está presente nos rostos, na pele e em determinados comportamentos daquele(a)s que compõem o Movimento. Todavia, não há uma discussão sistemática do assunto, assim como também não há problematização quanto à homossexualidade³.

Mas são assuntos que, até porque estão interconectados a outras relações sociais, estiveram presentes em determinadas situações. Por exemplo, em pesquisa de campo no recém criado assentamento, o *Fusquinha*⁴, presenciamos uma situação que merece ser comentada.

³ Um grupo de mulheres do setor de gênero do MST da regional do Pontal do Paranapanema demonstrou ao longo da pesquisa uma preocupação com a maneira como os “companheiros” lidam com os homossexuais. Para este grupo, é como se as tarefas que antes eram tidas como “femininas” (a secretaria, por exemplo) ficassem agora “naturalmente” sob a responsabilidade dos homossexuais. Nas palavras de uma das militantes: “Será que estamos substituindo um tipo de machismo por um outro?” (B., assentada e militante). No sentido inverso ao analisado por Stolcke (1991), poderíamos contrastar que a preocupação com a raça está, no caso que analisamos, ausente dos debates sobre gênero.

⁴ *Fusquinha* é o nome de um militante assassinado durante uma ocupação. Como uma maneira de reforçar e politizar a luta pela terra, os nomes dos assentamentos e acampamentos vinculados ao MST são sempre os de lideranças ligadas ao Movimento e que foram assassinadas, ou de grandes líderes reconhecidos nacional e/ou mundialmente por sua luta, é o caso, por exemplo, de Che Guevara que deu nome ao primeiro

Chegamos à casa de um casal de assentados. Ele negro, ela branca. Ele havia sido pescador a vida toda, ela trabalhadora rural. Os dois com aproximadamente 65 anos. Ele estava furioso porque o filho de 7 anos não queria mais ir à escola por causa das piadas racistas dos colegas. A reação do pai foi o de mandar revidar: lute, bata, brigue. Mas estava indignado com a maneira como o motorista do ônibus incentivava aquele preconceito. Esta situação que o militante do MST condenou permaneceu um problema individual, um caso isolado. Não foi (pelo menos durante o tempo em que por lá permanecemos) debatida.

Em determinadas entrevistas perguntamos como a militância do MST lidava com o problema do racismo. Simplesmente não havia este debate. O que há é uma condenação rigorosa contra qualquer forma de preconceito⁵.

Ai, a gente vê isso! A gente vê essas questões mesmo. (...) Do pessoal que discrimina as pessoas. Eu acho um absurdo porque a gente não trabalha essa... não trabalha um todo, a gente não trabalha essas questões de racismo. Porque a gente já vê... eu, nós do Movimento, a gente vê todo mundo igual, não tem esse negócio. Cor de pele, dinheiro, não sei o que é isso! Ser humano é ser humano! Seja preto, branco, negro, amarelo, roxo ou azul, não sei. (P., assentada e militante).

assentamento conquistado pelo MST no Pontal do Paranapanema. Estas denominações nem sempre são aceitas pelos órgãos estatais responsáveis pela implementação dos assentamentos (Incra, Itesp, etc) que preferem se referir à área utilizando o nome que a fazenda tinha anteriormente, como Fazenda São Bento, etc., demonstrando o embate político, mas também ideológico da luta pela terra.

⁵ Como veremos ao longo deste trabalho, o MST é um movimento social inserido em uma sociedade machista, capitalista, racista e como tal apresenta as contradições desta sociedade, mesmo quando pretende se contrapor a estas.

Ainda no tocante à raça, é perceptível a presença de líderes negros e negras no MST e, neste caso, o Pontal do Paranapanema não é exceção. O tema não sendo o objeto direto de nossa análise, arriscaríamos apenas dizer que as práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra demonstram uma tendência à busca da igualdade. O que não significa, como veremos, que inexista tensões neste processo.

A exposição deste trabalho segue quatro eixos principais, transformados em capítulos. No primeiro, nos aventuramos na descoberta da invasão da grilagem na região do Pontal do Paranapanema. Neste capítulo também são abordadas as transformações ocorridas no campo, com a conseqüente perambulação do(a)s trabalhadore(a)s pelas cidades dormitório.

No segundo capítulo, destacamos que os “novíssimos” personagens sempre estiveram em cena. São analisadas as primeiras lutas que deram surgimento ao MST na região em meio a violentos conflitos. Neste processo, vai sendo construída a identidade coletiva do ser *sem-terra*.

O capítulo terceiro é dedicado ao exame das alterações que a inserção na luta pela terra provoca nas chamadas relações de gênero, sobretudo nos espaços dos acampamentos onde mulheres e homens fazem a experiência da vida coletiva, com novas regras, novas possibilidades. Neste capítulo, analisamos igualmente as tensões que os debates acerca das relações de gênero provoca tanto nas instâncias nacionais como nos espaços da militância.

Enfim, fechamos este trabalho com um quarto e derradeiro capítulo em que se chega aos desdobramentos desta luta materializados nos assentamentos que representam a conquista da terra. No entanto, mais do que ponto de chegada, os assentamentos são pontos de partida, de novas sociabilidades. Neste quarto capítulo, percebemos que não há um projeto de reforma agrária para o Brasil e que os assentamentos se transformaram em estratégias do Estado para atenuar os conflitos sociais. Os assentamentos acabam em territórios em disputa. De um lado, o Estado por meio das (ou falta das) políticas compensatórias, tenta desmobilizar a luta pela terra. De outro, para o MST, permanecer na terra demonstra que a reforma agrária é possível e necessária e, neste sentido, os assentamentos se tomam a garantia para a mobilização e luta do(a)s que ainda estão acampados. Nesta luta pela sobrevivência na terra, são privilegiados os objetivos imediatistas e há um nítido recuo da participação feminina.

Reconhecemos que cada um destes capítulos mereceria ser objeto de tese exclusiva, o que sinaliza que os temas aqui tratados não foram abordados à exaustão. Procuramos problematizar algumas questões, aprofundar outras e, sobretudo, nos colocamos a tarefa de abrir caminhos para futuras pesquisas.

Na tentativa de apreender este acelerado e contraditório processo, privilegamos a narrativa e a experiência de homens e mulheres, acampado(a)s e assentado(s) militantes ou não do MST. Através de suas narrativas, procuramos nos impregnar ao máximo de seus mundos onde estão presentes, de um lado, o ser mulher e ser homem num meio rural precário e em transformação e, de outro, a passagem para luta pela terra, representada aqui pela decisão de enfrentar a precariedade dos

acampamentos para chegar aos assentamentos. Neste processo é construído um sujeito coletivo, identidades são redefinidas e, sobretudo, são buscados novos rearranjos de gênero.

Pelos depoimentos, cujos trechos são apresentados no início dos capítulos, é possível detectar em suas trajetórias um forte impacto de um “turbilhão” cuja origem não se sabe ao certo. Vários estudos nos fornecem as ferramentas necessárias para entender as transformações que ocorriam naquela região, principalmente com a consolidação da pecuária que levou a um desenraizamento e à proletarização rural dos trabalhadores e trabalhadoras. Com esta perspectiva, os próprios relatos serão os pilares de nossa análise. Será feita uma apresentação em cujo centro estará ora sua própria fala diretamente, ora nossa interpretação dos fatos, na tentativa de fornecer ao leitor a possibilidade de saber de quem se está falando e com quem se está estabelecendo um diálogo.

Cada história própria, única, vai se revelando como semelhante, próxima, coletiva. Ao longo das distintas narrativas, vai surgindo, pouco a pouco uma similitude entre as falas, que mesmo não sendo idênticas, homogêneas, deixam surgir uns e outros detalhes que vão se encaixando, se cruzando, se formando... como a tecelagem de uma rede que vai se tornando bonita com o ziguezague de fios distintos, com suas cores variadas, suas marcas diferentes. Mas, é justamente a mistura das cores no processo da tecelagem que deixa aflorar a beleza da rede...

I

Pontal do Paranapanema: cenário de um confronto de classes

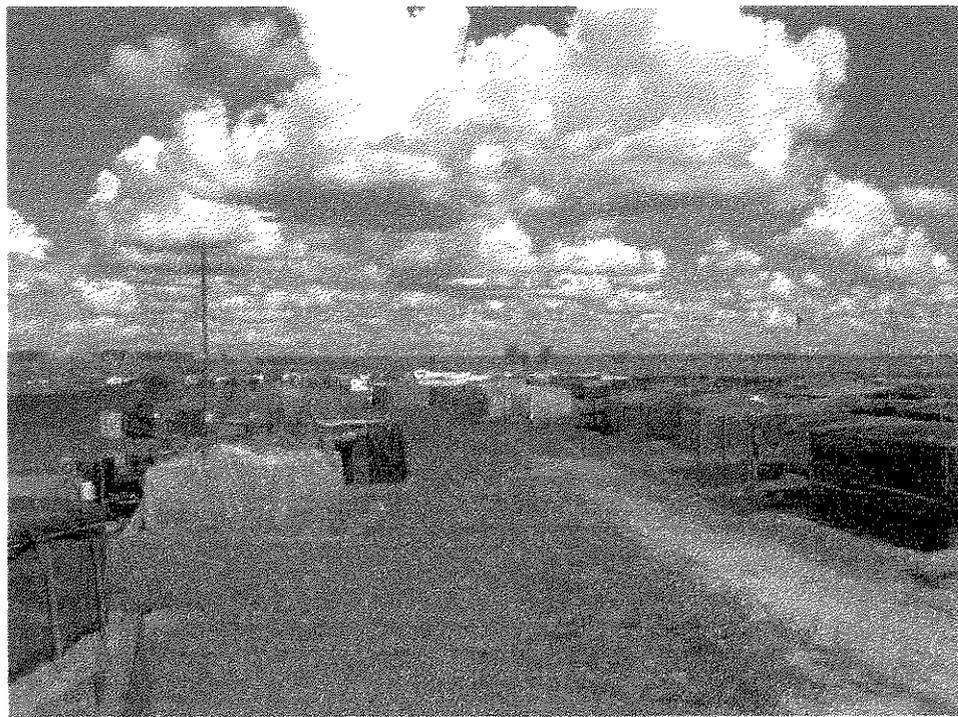


Foto: Franco (2004).

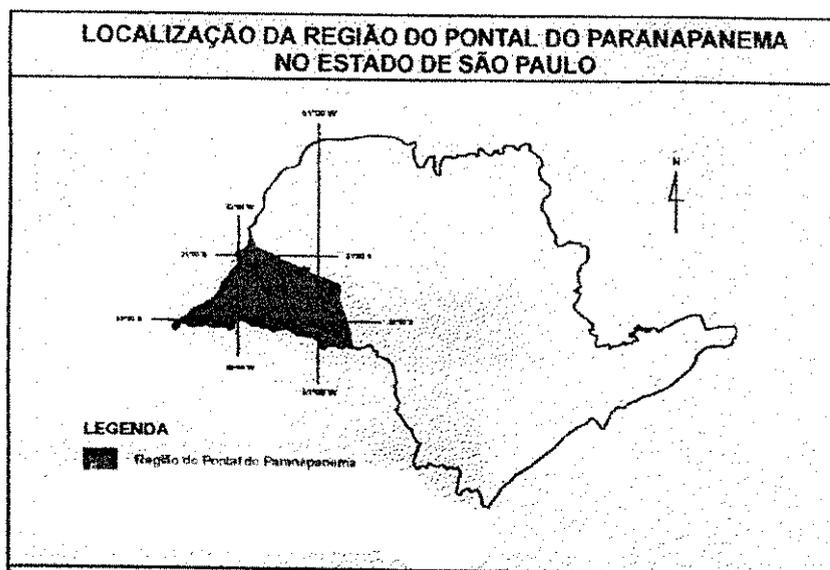
Prelúdio: de Marias e Joãos... os Sem Terra

Porque eles [os pais] são do nordeste, da Paraíba. ... casaram no nordeste e vieram pra São Paulo aqui pra região da noroeste. E aí com 5 anos de idade viemos pra cá pro Pontal... resolveu vim pra essa região aqui que era uma região que tava começando. Ele queria ter terra e aí eles vieram... veio pra abrir aqui a região. Isso em 67 por aí.E aqui era tudo plantação de café e era uma região de muito café, algodão e amendoim. E a gente trabalhou sempre na lavoura, fomos criado mesmo trabalhando na lavoura. Nós somos 9 irmãos... E nós ia trabalhar de doméstica porque aqui não tinha emprego. A gente trabalhava na roça, mas depois a gente ficou mocinha e aí já quer outras coisas, né, trabalhar em outras coisas e foi o que aconteceu. (P., assentada e militante).

Nasci em Nossa Senhora das Graças, no Paraná. Eu trabalhava com lavoura (plantava mandioca, milho, algodão). Trabalhei um tempo na usina [de cana] Alto Alegre, depois outro tempo e aí começamos trabalhar avulso, plantar a roça e arrendamento, né? O ramo meu era a lavoura. Como se diz, enquanto meus irmãos estudavam, eu mexia com a roça. Então, o que eu sei fazer é isso, mexer com lavoura. (D., acampado)

É, então, eu nasci em Euclides da Cunha Paulista. Aí meu pai trabalhava na serraria e minha mãe naquela época já cortava cana, trabalhava na... na bóia-fria. E assim cresci e já... porque meus pais não deu condições par gente ter uma vida melhor, né? Então, a gente cresceu bem dizer trabalhando na bóia-fria. ...no corte de cana, ia colher algodão, arrancar feijão. Cortei cana, já arranquei feijão, raleei algodão, na época tinha muita ralação de algodão, agora já está mais sofisticado. Trabalhando lá em Euclides mesmo, conheci a O. Já em Euclides. Ia completar 18 anos na época, novo de tudo ela também nova pra caramba, ia completar 14 anos. Aí, casemos. [risos]. Namoremos um ano e pouco e aí deu certo da gente se casar, vai fazer 13 anos já de casado. Ela trabalhava na bóia-fria também. Ela trabalhava na... na usina, na época, catando cana. Tinha o corte de cana e tinha a bituca assim, o pessoal chama de catar bituca. Então, ela trabalhava no canavial á catando bituca. (N., acampado)

1. DESBRAVANDO O PONTAL



Ao longo da década de 90, a região do Pontal do Paranapanema ocupou grande espaço nos principais meios de comunicação brasileiros. Trata-se da região paulista de maior implantação de assentamentos de Reforma Agrária dos mais diversos tipos (oriundos do Estado, pressão de Movimentos Sociais, organização de meeiros, etc.). Esta região foi e continua sendo o cenário paulista dos principais conflitos de terra, mostrando que a chamada “questão agrária” jamais esteve resolvida no estado.

O Pontal do Paranapanema possui uma população rural acima da média paulista: 42% contra 25% para o Estado, cujo nível de pobreza é igualmente superior, 52% contra 36%, sendo caracterizado por Kageyama & Leone (1999: 29), como uma classe rural muito pobre.

A região revela-se bastante complexa e sua abordagem não é tarefa das mais fáceis. A começar pela própria nomenclatura. O que significa o Pontal? Quais as cidades que fazem parte desta região? Por que Pontal do Paranapanema? No que se difere da Região Administrativa ou da Região da Alta Sorocabana, objeto de outros estudos?

Compreender o Pontal do Paranapanema requer, antes de tudo, responder a estas questões, o que passa por considerar a importância de seus aspectos físico-espaciais que nos permitem detectar os processos de expansão urbana, com seus serviços, infra-estrutura, níveis de consumo, ou seja, relações sociais que dizem diretamente respeito às condições de vida primordialmente marcadas pelas relações de trabalho. Em outros termos, é preciso que não se perca de vista que a dinâmica da região comporta “aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação de capital” (Kowarick, 1979: 29).

Localizado no extremo sudoeste do estado de São Paulo, pertence à chamada região da Alta Sorocabana que, por sua vez, integra o Planalto Paulista. Dois rios, formando um triângulo, delimitam a região do Pontal: os rios Paraná, fronteira noroeste com o Estado do Mato Grosso do Sul, e o Paranapanema, fronteira sul com o Estado do Paraná. Alguns autores restringem o Pontal do Paranapanema a uma área de 6 mil km², compreendendo as cidades de Marabá Paulista, Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio e, a partir de 1992, os municípios de Euclides da Cunha e Rosana. Todavia, como está encravado na Região de Governo¹ de

¹ As Regiões de Governo fazem parte das Regiões Administrativas, criadas e institucionalizadas durante o regime militar com o intuito de integrar o regional ao nacional. Mais precisamente, originam-se do projeto de integração nacional do II PND. Não

Presidente Prudente, preferimos nos referir ao Pontal como parte integrante desta Região de Governo em função de sua maior abrangência², o que nos permite uma melhor apreensão da dinâmica econômica, política, demográfica que envolve, desde o início, não somente os municípios da ponta do extremo sudoeste, mas, ao mesmo tempo, também informa sobre um dinamismo que se estende para além das fronteiras regionais. O Pontal do Paranapanema não pode ser entendido sem sua estreita relação entre cidades circunvizinhas, principalmente, Presidente Prudente, cidade-sede da Região de Governo e ainda intitulada capital do desenvolvimento regional. É impossível, por exemplo, dissociar ocupação e desenvolvimento das cidades do Pontal sem levar em conta a estrutura jurídico-política e/ou socioeconômica fornecida pela florescente Presidente Prudente.

Na tentativa de ir além das constatações, pretendemos neste primeiro capítulo fornecer ao leitor elementos suscetíveis de ajudar a compreender o *movimento* que estaria por trás dos conflitos em torno da posse da terra, pano de fundo para a ação de “novíssimo(a)s” personagens que emergirão num cenário que tentaremos reconstituir ao longo deste trabalho. Cenário que ora abrange os limites específicos do Pontal, ora adota uma amplitude maior na tentativa de captar uma dinâmica que ultrapassa as fronteiras locais.

obstante, o grande agente dinâmico sendo o capital local ou multinacional, há uma ruptura com este tipo de “fronteira”.

² A RG de Presidente Prudente abrange os municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

1.1. Invasão da grilagem³ no Pontal

Na falta de legislação relativa à propriedade da terra no Brasil, era comum a declaração de posse por meio de escrituras nos livros das paróquias “feita pelo próprio vigário, assinadas pelo interessado ou seu procurador e por algumas testemunhas” (Leite, 1998: 36). Neste “Registro do Vigário” eram mencionados os limites do terreno que serviria, mais tarde, para legitimar as terras em seu nome, desde que nelas tivessem cultura efetiva e morada habitual. A legitimação de posse com título de propriedade da gleba, quando requerida pelo interessado, era feita mediante a apuração da veracidade das informações contidas no “Registro do Vigário”.

Embora a Lei de Terras, de 1850, tenha colocado um término a este tipo de posse, abriu, no entanto, a possibilidade de legitimação das terras ocupadas antes daquela data. “Aos possuidores de terras fora dado um prazo para que registrassem as suas posses, que findara em 1856. Desde esta lei as terras não registradas e legitimadas foram consideradas devolutas, ou seja, por não serem requeridas deveriam ser devolvidas ao Patrimônio Público” (Fernandes, 1996: 105). Com exceção da aquisição por meio da compra, a ocupação de terras devolutas⁴ ficou, portanto, proibida. Esta data marca no sudeste e centro-oeste do Brasil o início da grilagem.

³ A versão eletrônica do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, atribui ao verbo “grilar” uma origem marcadamente regionalista do sudeste e centro-oeste do Brasil; e significa especificamente “criar falsos títulos de propriedades da terra”.

⁴ As terras devolutas, estabelecidas por Lei Imperial em 1850, “são todas aquelas que, pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais, não se acham utilizadas pelo Poder Público, nem destinadas a fins lucrativos específicos. São bens públicos patrimoniais ainda não utilizados pelos respectivos proprietários” (Meirelles, 1984: 455).

A ocupação do Pontal do Paranapanema é fruto de uma antiga posse grilada que remonta a maio de 1856. Neste momento ocorre o chamado “grilo-mãe” de notória e idolatrada popularidade. Os títulos de propriedade filiados à Fazenda Pirapó-Santo Anastácio (com área de 600 mil hectares) tinham, segundo a Procuradoria Geral do Estado, evidências de falsificação do Registro do Vigário lançado em 1856. Comprovou-se a adulteração da letra do vigário responsável pelo registro das posses. Esta falsificação foi feita em 1886 por João Evangelista de Lima, que através desta registrou uma posse no nome de pessoas que nunca existiram. Visando aproveitar-se do decreto de 1854 que regulamentava a Lei de Terras e que permitia o registro de grandes posses durante a década. “O Sr. João Evangelista de Lima elaborou uma estória objetivando provar que a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio fora herdada por seu pai, Joaquim Alves de Lima, que tinha comprado dos senhores José Antonio Gouveia e Antonio José Gouveia (observe a troca de nomes)”. (Almeida, 1993: 30).

Apesar de nunca ter sido juridicamente reconhecida em função de sua devolutibilidade, a fazenda Pirapó-Santo Anastácio dá surgimento a centenas de “grilos-filhos”, o que, por sua vez, desencadeou conflitos entre os próprios grileiros e “não eram raros os grandes grileiros terem a seu soldo grupos de jagunços armados visando a expulsão de pequenos ocupantes” (Leite, 1998: 44). Vários processos de legitimação de outras áreas foram semelhantes. As *maracutaias* deste tipo de legitimação são descritas por Monbeig. O autor escreve que “os falsários deram prova de imaginação e habilidades diabólicas”, pois “buscaram folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitaram escritas fora de uso, descolaram velhos selos, amareleceram propositalmente seus documentos, arrancaram páginas dos registros dos tabeliães” (Monbeig, 1984:144). Além

disso, continua o autor, eles implantavam às pressas cafeeiros de vinte ou trinta anos nas clareiras das florestas e transportaram “partes destacadas de casas velhas, que eram guarnecidas com móveis antigos, para criar um ambiente adequado e simular uma antiga ocupação do solo”. (Mobeig, 1984: 145). Para se presumirem contra os adversários que reivindicavam o um mesmo território, com algumas variantes na delimitação, tentavam “cair nas graças do juiz de direito e dos agrimensores. E, por fim, era o assassinato uma solução levada em conta” (Monbeig, 1984: 145).

A garantia de impunidade e omissão do Estado contribuiu para que os grileiros fossem motivo de idolatria regional. Em matéria de 21 de abril de 1931, o *Jornal A Voz do Povo*, de Presidente Prudente, publicava que “o grilo foi o fator formidável de progresso. Ninguém contesta. Aos grileiros devemos, inegavelmente, o surto progressista da zona que se operou em pouco mais de uma década” (*A Voz do Povo*, 21.04.31, *apud* Fernandes, 1996: 104). Cabe mencionar que o próprio município

No início dos anos 1930, o governo do estado julga devolutas as terras da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, apresentando provas de que os registros anteriores eram falsos. Em função da devolutividade, o governo alertava em 1932 para o perigo da compra de terras na região do Pontal. Segundo Fernandes, “durante este tempo, os grileiros devastaram as florestas e os cerrados que cobriam esta região, derrubando a mata e vendendo a sua madeira” (1996: 107). Neste período, alguns grilos-filhos da Pirapó-Santo Anastácio foram legalizados. O autor observa que “com exceção de alguns acordos políticos realizados entre grileiros e o Estado, as terras griladas do Pontal encontram-se até hoje sem solução jurídica” (Fernandes, 1996: 108).

1.2. Povoamento da região

A abertura da Estrada de Ferro da Alta Sorocabana, que atingiu Presidente Prudente em 1917, intensificou a ocupação da região. Incentivada pelo governo federal, por razões militares e políticas, esta ferrovia que antecedeu ao café, cortou os sertões em busca do rio Paraná e, de acordo com Leite, “foi, sem dúvida, a motivação mais importante no povoamento do sudoeste do estado de São Paulo” (Leite, 1998: 33).

A ocupação desta região não foi um processo pacífico. Ao contrário, nesse território bastante delimitado, travou-se uma batalha imensa. O que fez com que uns vivessem esse processo como um pesadelo (caso dos índios “caiuás” e “caigangues” que povoavam a região), enquanto outros experimentavam o sonho de conquistar um pedaço de terra (caso dos “abridores de sertão” e dos colonos) e outros, ainda, se apoiassem tanto no pesadelo dos primeiros como no sonho dos segundos para alimentar sua dominação (caso do Estado e dos fazendeiros grileiros). Cada um tinha, portanto, nesse processo um interesse bastante específico.

Os primeiros migrantes que chegaram à região eram mineiros do sul de Minas Gerais, que fugiam da convocação para a Guerra do Paraguai (1865). Mais tarde a construção da estrada de ferro atraiu novos mineiros e também trabalhadores paulistas e, por volta de 1935, nordestinos, notadamente da Bahia, os chamados abridores dos “Sertões”, vindos em fuga das regiões antigas bastante desgastadas tentar nova vida à procura de melhores terras. Assim, a Estrada de Ferro possibilitava e incentivava a migração.

Essa migração não foi tão simples assim. As dificuldades estiveram presentes desde o início, a começar pelos conflitos violentos com os índios que se localizavam em aldeias espalhadas em toda a região. O desbravamento para a expansão agrícola significava, para os nativos, a mudança brusca de seu modo de vida. A presença deles, por um lado, expressava um importante entrave ao acesso tanto dos fazendeiros como dos migrantes e, por outro, impedia igualmente a própria construção da Estrada de Ferro que o Estado estava tão empenhado em desenvolver. Em outros termos, representava um verdadeiro obstáculo ao avanço da "civilização". A transformação da terra em mercadoria ou em âmbito mais geral, a metamorfose da natureza em história não é processo pacífico. Ela envolve tanto a violência dos homens contra a natureza como dos homens entre si (Ianni, 1976).

O resultado foi a intensificação do conflito: os índios tentando resistir e o restante procurando adotar os mais variados meios para vencer este obstáculo. Contra a resistência dos índios, medidas de violência não tardaram a vir, levando ao extermínio dos autóctones. Borges observa uma peculiaridade do capitalismo que se implantava na região. A ele não interessa a transformação do índio em proletário. Não interessa integrá-lo ao sistema como força de trabalho, pois "já se comprovou por experiências anteriores, em outras regiões do país, que os índios pela sua conformação cultural, estão organizados apenas para atividades que garantam sua sobrevivência" (Borges, 1997: 43).

Muito embora tenha sido criado, por decreto, o Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, houvera muito pouca alteração no cenário de

conflitos. As medidas foram insuficientes para impedir o avanço indiscriminado dos fazendeiros e migrantes sobre as terras.

Surgiram também, de forma marcante, no início do século XX as companhias colonizadoras e os especuladores de terras, que faziam aquisições legais e ilegais de grandes glebas com o intuito de vendê-las aos que chegassem depois. Essas glebas eram loteadas e os lotes vendidos a prazo para atender a uma população menos provida de capital, como era o caso dos trabalhadores migrantes que procuravam se estabelecer nessas novas terras. A mercantilização destas exigiu “necessariamente, a mercantilização da mão-de-obra que, não só deve transformar-se em mercadoria, mas, também produtora de mercadoria para o sistema capitalista” (Borges, 1997: 45).

Uma das características da colonização da região foi a presença de minifúndios, que, por falta de capital para incrementar a produção, acabaram por propiciar o surgimento “de pequenas indústrias de beneficiamento e comercialização” (Cunha & Aranha, 1992: 8), o que, por sua vez, permitiu a criação de uma infra-estrutura viária “imprimindo a estas cidades um dinamismo próprio e capacitando-as para resistir posteriormente à crise do café” (Cunha & Aranha, 1992: 8). Instalado os trilhos da Estrada de Ferro Alta Sorocabana, ganha volume a procura por terras para o plantio do café. Os pequenos lavradores que começavam a chegar eram de fundamental importância para os grandes proprietários de títulos duvidosos, pois, povoavam as glebas, promoviam o desmatamento e o aproveitamento da terra nova e fecunda. Além disso, movimentavam o comércio nas cidades. O Pontal do Paranapanema foi sendo “morosamente penetrado e grilado” (Leite, 1998: 52).

2. ESTRUTURA DE CLASSES NO PONTAL

2.1. Cafeicultura de exportação e pecuarização da economia

A colonização da região obedeceu a um plano estatal que deveria garantir a integração à economia capitalista. Por um lado, possibilitando a expansão da cultura cafeeira, a grande propulsora da penetração do capitalismo nas regiões novas e, por outro, atendendo às razões do Estado, tendo como principal objetivo consolidá-lo e incentivar a exportação para regiões da Bolívia, Paraguai. A economia cafeeira, até os anos 30, tornou-se um complexo cafeeiro exportador, sendo conjuntamente, capital industrial e mercantil, desempenhando as atividades de beneficiamento executadas pelos recém segmentos urbanos, que desenvolveram serviços de transporte, atividades comerciais. Bizelli ressalta que “acumulação cafeeira é acumulação urbana, e esta exige mão-de-obra, importação dos meios de produção como os trilhos, materiais de construção, equipamentos ferroviários e portuários” (1995: 39). Em estudo posterior, o mesmo autor observa que “a expansão se acentua na ocupação física e populacional do território” (1998: 17).

Kameyama também identifica uma relação de causalidade entre o cultivo do café e o povoamento. Segundo a autora, esta relação “pode ser explicada por duas razões principais: 1) o café constituía segura e estável fonte de riqueza e 2) as lavouras cafeeiras exigiam muitas famílias de “colonos”, pois, em se tratando de cultura permanente, a mão-de-obra necessariamente se fixava na própria empresa agrícola” (1969: 693).

A cultura do café criou na região uma infra-estrutura constituída de sistemas de transportes e comunicações; sistema de crédito rural, rede

escolar rural; sistema de comércio; qualificação na produção e especialização da mão-de-obra; equipamentos sociais e principalmente fazendas com caráter de empresas agrícolas, equipadas especialmente para a cultura do café, com um investimento vultoso (em máquinas de beneficiamento, tulhas, terreiros, casas, etc.), constituindo cada uma destas unidades verdadeiros agrupamentos humanos com uma certa organização social (Kameyama, 1969). Existia no complexo cafeeiro, uma articulação entre o agrário, o urbano e o industrial, revelando a dinâmica na economia global e as relações de dependência hierárquicas. Articulações que “começaram a sofrer alterações impulsionadas pela industrialização” (Bizelli, 1995: 39).

O que está explícito nesta primeira fase de desenvolvimento da região é um processo de transformações rápidas na esfera produtiva, fazendo com que sejam, inclusive, redirecionados os rumos da economia nacional dentro do modelo de produção agrária voltada para mercados exteriores. O estudo de Singer (1974) sobre a industrialização paulista evidencia o aspecto dinâmico que parece coincidir com as mutações da região do extremo sudoeste. O primeiro censo industrial, realizado em 1907, revela que a produção industrial se concentra no Rio de Janeiro, representando cerca de 1/3 da produção do país. São Paulo aparece em 2º lugar, com 16,5% e em 3º encontra-se o Rio Grande do Sul com 14,9%. No censo de 1920 a situação é completamente outra: a produção industrial paulista representa 31,5% da nacional, ao passo que a carioca não representa mais que 20,8% e a gaúcha 11%. Nos anos seguintes acentua-se a tendência da indústria se concentrar em São Paulo. Em 1938, a indústria paulista contribui com 43,2% para o produto industrial do país, a

carioca apenas com 14,2%, a mineira ocupa o 3º lugar com 11,3% e a gaúcha o 4º com 10,7% (Singer, 1974: 48).

Na primeira fase da ocupação, houve uma predominância do latifúndio cafeeiro. A população pioneira foi a maior proprietária de terras. As demarcações eram as seguintes: as médias e grandes propriedades estavam sobretudo nas mãos dos fazendeiros; as pequenas, estavam, na maior parte das vezes, nas mãos dos migrantes que vieram trabalhar nas fazendas de café.

A crise cafeeira de 1929 constituiu um problema fundamental para o país (Basbaum, 1968; Fausto, 1997) e suas repercussões foram devastadoras na região. Seguiu-se a ela o incremento da produção do algodão. Segundo D’Incao, “essa possibilidade de substituir a exploração de um produto de grande valor mercantil por outro teria impedido – supõe-se – o fracionamento dos latifúndios ou de parte deles em pequenos lotes” (1976: 40). Paralelamente à lavoura algodoeira, prossegue a autora, a criação do gado na região tem o primeiro grande incremento também no decorrer dos anos 30. A partir de 1940, a tendência se acentua: as áreas de lavouras se transformam em região de pecuária. O aumento da área ocupada com pastagens vai de 100, em 1940, para 404 em 1960. Este aumento é em si mesmo revelador da expansão acentuada da pecuária na região, mas também “evidencia o fato de que a pecuária se faz não apenas às custas do aproveitamento das áreas ainda não exploradas, mas também de áreas anteriormente ocupadas com a agricultura” (D’Incao, 1976: 42).

A partir de então, o plantio do algodão será intercalado com o capim para a formação de pastos. A região de Presidente Prudente tornou-

se pólo de atração regional com o crescimento significativo da pecuária. Isto, sem dúvida, se deveu ao declínio do café, mas também à sua localização em proximidade das áreas “tipicamente” criadoras (Mato Grosso do Sul) e, além disso, contou com a disponibilidade de terras “adequadas” à pastagem. Contudo, o número de pequenas propriedades começou a aumentar consideravelmente, como ilustra a tabela a seguir.

TABELA I PROPRIEDADES NA REGIÃO NO PERÍODO DE 1940 A 1960

Propriedades em hectares	1940		1960	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
Até 50 ha	11.437	215.837	51.131	282.346
50 a 200 ha	1.686	164.159	1.516	144.775
+ de 200 ha	651	757.013	758	761.224

Fonte: D’Incao (1976: 43)

Os censos do período omitem a extensão das propriedades de mais de 10.000 hectares. No entanto, os dados acima suscitam algumas reflexões acerca da evolução das pequenas, médias e grandes propriedades. As propriedades de + de 200 hectares passam, em números absolutos, no período de 1940 a 1960, de 651 para 758 e isto, segundo D’Incao, demonstra “a concentração progressiva da propriedade fundiária na região” (1976: 44).

A autora observa que o aumento das pequenas e grandes propriedades se deu às custas de áreas não exploradas e também de parcela das propriedades médias, cujas vendas foram feitas por proprietários que se deslocaram para regiões onde a terra era mais barata (sobretudo, estado do Mato Grosso do Sul) e se podia adquirir em maiores

proporções para empreender a pecuária. Além disso, os pequenos proprietários em função de endividamentos se viam obrigados a vender parcelas de sua propriedade.

As dificuldades de acesso à terra foram objetos de vários estudos. Negava-se a propriedade de terras aos imigrantes, preferindo-se explorá-los como mão-de-obra assalariada, ou ainda sob a forma de colonato, arrendamento, etc. (Stédile, 1997). Essas dificuldades foram igualmente apontadas por Martins, que afirmou serem necessários “uns 12 anos de trabalho familiar para que o colono se tornasse proprietário de terra” (Martins, 1979: 91).

Desde o final dos anos 50, a pecuária apresenta-se como a principal atividade econômica, a ponto das pastagens ocuparem cerca de 70% do território regional. Ao lado das regiões de Araçatuba e de São José do Rio Preto, a região de Presidente Prudente acaba por incorporar uma “vocação natural” para a criação do gado. Prosseguir com a agricultura representava arcar com juros altos e correr muitos riscos. Desta maneira, a expansão da criação de bovinos surge “como uma possibilidade econômica favorecida por várias circunstâncias, custos, colocação imediata no mercado e um retorno rápido” (Bizelli, 1995: 41).

As áreas ocupadas com lavouras foram sendo freadas “pela ação dos especuladores de terra e pelo interesse dos grandes proprietários em utilizarem terras potencialmente agricultáveis em criação de gado” (Kameyama, 1969: 705). Houve, a partir de então, um aumento importante das áreas destinadas à pastagem em todo o Estado, como evidenciam os dados a seguir.

TABELA II EVOLUÇÃO DO USO DA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO – 1968 (%)

Ano	Lavoura	Pastagens	Matas	Não exploradas e improdutivas
1940	23%	34%	22%	21%
1950	22%	45%	15%	18%
1960	25%	51%	12%	12%
1965	23 %	59%	12%	6%

A região do oeste paulista contribui significativamente para estes números. Com efeito, para o ano de 1968, enquanto 53% do total de área explorável do estado de São Paulo eram utilizados para as pastagens, a RG de Presidente Prudente sozinha concentrava 50% do total de sua área explorável para este tipo de atividade.

Ao lado da utilização do solo para a criação de gado, ocorreram inúmeras alterações na estrutura fundiária, com um aumento importante do número de propriedades. Embora não se possa perder de vista que desde o início a ocupação das terras naquela região se deu de forma irregular.

A concentração das terras é bem superior ao que se apresenta, pois um único proprietário pode possuir sozinho de 5 a 10 propriedades. Mesmo entre as propriedades maiores de 500 ha houve um aumento importante. Kameyama evidenciava que, ao contrário de um aumento do número de proprietários, o que estava ocorrendo no final dos anos 60 era “uma concentração de propriedades nas mãos de uma minoria” (1969: 711). Hoje a concentração de terras se dá não somente pela propriedade, mas

também por meio de locações realizadas por grandes empresas, tais como as de exploração do pasto para a criação de gados e as de usinas de cana.

2.2. Expulsão e perambulação dos trabalhadores

As alterações (e/ou consolidações) na malha fundiária provocaram mudanças substanciais tanto no que se refere à migração como à própria estrutura de trabalho da região. A migração ocorreu em dois momentos: o primeiro foi mais atrelado à passagem do campo para a cidade; e o segundo consistiu principalmente numa “perambulação” pelas periferias das diversas cidades da região.

Para uns a pecuária surgiu como possibilidades de ganhos imediatos, para outros, a imensa maioria, ocorreu o inverso. Sua introdução determinou um êxodo rural que atingiu proporções gigantescas na região. A autora salienta que “dentro deste contingente populacional é que estavam os melhores elementos em termos de mão-de-obra qualificada, idade produtiva e preparo cultural” (1969: 698). Do êxodo decorreram o desemprego e o subemprego dos “sem terra” – os expulsos do campo que se dirigem às cidades à procura de trabalho. Na região houve “perdas populacionais líquidas na década de 60, da ordem de 69 mil pessoas” (Cunha & Aranha, 1992: 9).

Nos anos 40-50 houve um aumento populacional fruto da ocupação das últimas áreas de fronteira agrícola. O crescimento anual foi de 6,91% e 4,34%, para a população urbana e rural respectivamente. Porém, a partir do final dos anos 50, o crescimento total da população

sofreu um grande decréscimo, passando para 1.01% a.a. como resultado da substituição de grande parte de atividades agrícolas pela pecuária. A área rural foi a mais atingida por este processo. De outro lado, embora com a queda brusca do final dos anos 50, assistia-se praticamente com a mesma velocidade ao processo inverso: para as décadas correspondentes, um crescimento anual significativo da população urbana, como ilustram os dados da próxima tabela.

TABELA III RG PRUDENTE: % DO CRESCIMENTO POPULACIONAL ANUAL 1940-1980

Período	Urbano	Rural	Total
1940/50	6,91	4,34	4,91
1950/60	6,50	-1,42	1,01
1960/70	3,97	-1,64	0,97
1970/80	3,12	-6,03	-0,19

Fonte: Fundação SEADE – Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980.

A expulsão dos trabalhadores do campo se consolidou desde o final dos anos 50, mas o decênio 70-80 foi sem dúvida o período de maior diminuição da população rural. Enquanto a população urbana, aumentava, o fenômeno contrário se verificava na população rural, confirmando a “fórmula” de Hobsbawm: “quando o campo se esvazia, as cidades se enchem” (1996: 288).

Para o interior do estado de São Paulo, de um modo geral, e para a região de Presidente Prudente, de maneira mais específica, a população urbana vai se constituindo paulatinamente. Apesar de a passagem do rural para o urbano não ter acontecido bruscamente, os resultados, no que diz

respeito às relações de produção, foram imediatamente sentidos. De acordo com Kameyama, “o aumento de ofertas de trabalho pelas indústrias ligadas à agricultura e pecuária não foi suficiente para absorver esta mão-de-obra liberada da zona rural”. Em outras palavras, o crescimento do subemprego decorreu da pequena absorção de mão-de-obra pelo processo de pecuarização (Vidal & Baeninger, 1994: 51). Ao que complementa Kameyama: a “urbanização do oeste paulista, em termos globais não é um processo normal, decorrente da industrialização, mas sim do excesso de mão-de-obra colocada em disponibilidade pelo contínuo êxodo rural” (1969: 705). Por outro lado, a urbanização se coloca, em cada etapa do desenvolvimento nacional, como uma modalidade específica da divisão de trabalho, particularmente da divisão de trabalho entre campo e cidade (Perillo & Aranha, 1993: 138).

A autora também observa que o fenômeno que vimos descrevendo parece bem diferente daquele que se constatou nos chamados países industrializados, onde a previsão de Marx de que o campesinato seria eliminado se concretizava (Hobsbawm, 1996: 285)⁵. Aqui, como mencionado, industrialização significou o êxodo atrelado ao processo de concentração de terras.

Os trabalhadores, expulsos pela pecuária, são contratados somente em períodos de safras. Residindo agora nas periferias das cidades, aumentam o contingente da população que vive em regime de subemprego: “volantes”, “bóias-frias”, “paus de araras”, que “oferecem

⁵ Hoje, início do século XXI, a história repleta de ironias nos faz assistir a uma nova “reviravolta”: o campesinato ganha novo alento evidenciando que, como lembram Almeida & Sanchez, parafrazeando Althusser, a “história é mais criativa do que as teorizações que elaboramos sobre ela, inclusive sobre o seu próprio fim” (1998: 77).

diariamente sua força de trabalho aos recrutadores de mão-de-obra". Como esta oferta é bem maior do que a procura, "os escolhidos são aqueles que passam pelo processo de leilão, isto é, aqueles que se submetem a trabalhar pela menor quantia oferecida, ou que se dispõem a entregar uma parcela de sua paga diária ao próprio recrutador, a fim de ser ele o escolhido" (Kameyama, 1969: 708).

O período de 70-80 expressa uma "perambulação" dos trabalhadores: entraram na RG de Prudente 49.346 pessoas e saíram 106.185. Deste movimento de emigração, 31,2% foram em direção ao Paraná e 14,6% para o Mato Grosso do Sul. Porém, como mostram os dados da tabela a seguir, a "perambulação" ocorreu principalmente dentro do próprio estado de São Paulo.

TABELA IV RG PRUDENTE. IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO
SEGUNDO AS PRINCIPAIS ÁREAS DE ORIGEM E DESTINO 1970-1980

Origem dos imigrantes		Destino dos emigrantes	
Grande São Paulo	16,6	Grande São Paulo	34,2
Adamantina	3,0	Adamantina	1,9
Andradina	1,0	Assis	1,9
Araçatuba	1,6	Campinas	6,2
Assis	3,8	Dracena	1,3
Bauru	1,0	Limeira	1,2
Campinas	0,8	Piracicaba	1,4
Dracena	2,7	Santos	1,4
Marília	0,9	São José dos Campos	1,3
Ourinhos	1,2	Sorocaba	3,1
Tupã	3,0	Tupã	1,8

Fonte: FIBGE – Censo Demográfico do Estado de 1980. In: Cunha & Aranha (1992: 16)

Os números baixos de crescimento correspondem a uma “troca” entre a RG de Presidente Prudente e as outras RG Paulistas: “46% dos não-naturais residentes em um determinado município da Região há menos de 10 anos tiveram como residência anterior um município da própria área”. Cunha & Aranha sugerem que talvez “esta movimentação reflita a busca constante de novas oportunidades na própria Região, seja em seus maiores centros urbanos, seja nas frentes de trabalho que vão se abrindo e/ou se alterando dentro dela” (1992: 16).

Neste movimento entre as áreas urbanas das regiões do estado, é importante observar que houve um volume migratório expressivo partindo da Região Metropolitana de São Paulo em direção ao interior. Assim, na Região de Presidente Prudente, 16,6% de 49.356 imigrantes eram provenientes da Grande São Paulo (Cunha & Aranha, 1992: 16). Este aumento de imigrantes vindos da RG Metropolitana resulta de um processo de interiorização do desenvolvimento industrial que consistiu em criar condições para a formação de um eixo de expansão econômica de alta tecnologia e infra-estrutura.

O processo promoveu igualmente o acirramento das disparidades regionais no Estado (Perillo & Aranha: 1993: 140). Isto se manifestou em “desdobramentos importantes no que diz respeito à estruturação das cidades e às formas de expansão urbana, atribuindo novas feições ao processo de urbanização no interior” (Bogus & Baeninger, 1995: 62). Na maior parte das regiões paulistas houve taxas de crescimento urbano superiores a 3% a.a. (Perillo & Aranha: 1993: 140).

Este plano de interiorização é parte de estratégia governamental que remonta aos anos de anseio de Getúlio Vargas em transformar o Brasil num país industrializado. O projeto ganha novo alento sob a roupagem da “modernização da agricultura”, nos anos 50, período de Juscelino Kubitschek. Para os interesses de nosso trabalho, cabe ressaltar que os anos 60 foram decisivos para implementar este tipo de “modernização” da agricultura que se consolidaria nos décadas de 1970 e 1980. De acordo com Martins (2004), a implantação deste projeto resultou da conjugação dos seguintes fatores:

- a) consolidação integrada com o complexo agroindustrial e mudanças na base técnica de produção agrícola comandada pelo complexo;
- b) intensa urbanização e rápido crescimento não-agrícola com pressões sobre a demanda de produtos agrícolas;
- c) crescimento e diversificação das exportações;
- d) organização do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) e da política de crédito rural como principal veículo do projeto modernizador para a agricultura, propiciando a integração dos capitais no final dos anos 70;
- e) regulação estatal da economia rural visando a financiar, patrocinar e administrar a captura das margens de lucro na agricultura no sentido de beneficiar os capitais integrados;
- f) transformação do mercado de terras num ramo especial do mercado financeiro (Martins, 2004: 58).

3. NOVAS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO

3.1. Planos Nacionais de Desenvolvimento

A agricultura torna-se, sob o regime militar, um elemento funcional para o processo de acumulação de capital ganhando expressão política nas Metas e Bases para Ação do Governo (1970-73), cuja consolidação ocorreu com o lançamento, em 1971, do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), de 1972-1974. A agricultura, que até então era considerada como um setor arcaico, deixa de ser um entrave. Esta nova valorização da agricultura fica explícita no II PND (1975-1979) quando juntamente com a pecuária passaria a ter um novo papel estratégico no desenvolvimento do país. Uma das metas do plano era a descentralização.

A criação, em 1967, e a institucionalização, em 1970, das Regiões Administrativas apontam para as tentativas de planejamento da política estatal regional com o objetivo de promover a regionalização da administração, buscando uma melhor adequação dos recursos e, conjuntamente, promover a descentralização industrial.

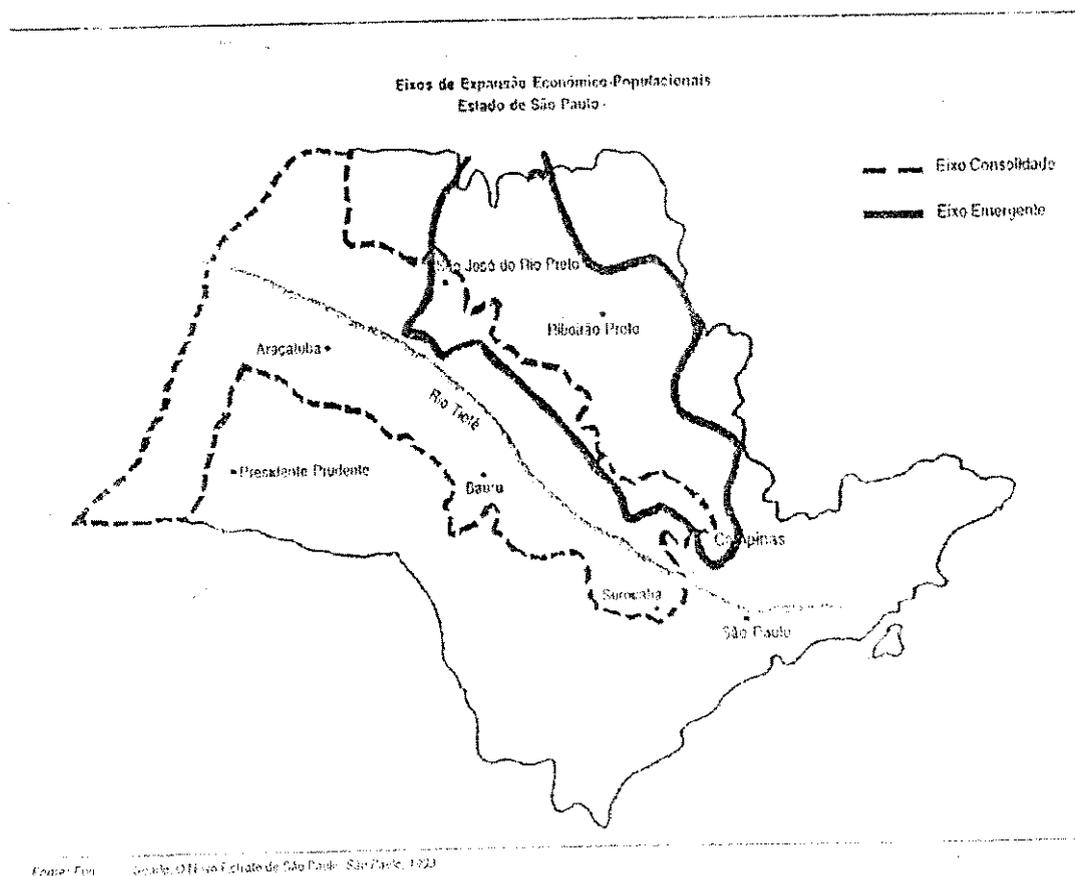
Esse processo de interiorização do desenvolvimento industrial ocorreu no âmbito do II PND. Uma das metas deste Plano consistia em “definir pólos secundários imprescindíveis a uma política de descentralização, de âmbito nacional ou regional, com adequado aproveitamento das vantagens da aglomeração existentes, seja por razões de ordem econômica, social ou política”. A descentralização do sistema urbano dominante na região sudeste, resultava, nas palavras da autora, “do esforço prático de evitar o crescimento excessivo das grandes

aglomerações urbanas de São Paulo e do Rio de Janeiro” (Andrade, 1997: 38).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, apesar dos visíveis sinais de que a economia estava entrando em colapso, estabelecia metas “calcadas na expectativa de que o país poderia manter um ritmo acelerado de crescimento a despeito das vicissitudes da economia mundial” (Diniz, 1994: 212). A este propósito, Kucinski observava que “o II PND representava a primeira tentativa de dar um salto no processo de internacionalização da economia brasileira, criando novos grupos nacionais à altura das dimensões necessárias às fusões ou alianças com grupos estrangeiros” (1982: 29). Com este objetivo de reordenar o crescimento econômico, o governo militar adotara, uma nova estratégia, sendo que esta, de acordo com Andrade, continha como núcleo central duas dimensões: 1) “montagem de um novo padrão de industrialização, centrado sobretudo nas indústrias de base” e 2) fortalecimento do capital nacional (Andrade, 1997: 26).

A repercussão concreta do II PND na RG de Presidente Prudente foi a introdução de uma agroindústria moderna que contribuiria para a expansão de alguns setores da economia, principalmente açúcar e álcool, carnes, suco de laranja e subprodutos da soja. Desde os anos 70, a cana passou a ocupar no estado de São Paulo o segundo lugar na produção agro-industrial, representando, junto com a laranja, 40% do valor da produção agrícola do estado de São Paulo. Esta expansão e concentração nos grandes estabelecimentos estão diretamente vinculados à política oficial de crédito rural subsidiado que, no caso da cana-de-açúcar, se junta ao mecanismo geral de crédito rural o Proálcool – Programa Nacional do

Álcool –, principal “responsável pela expansão desmesurada da lavoura canavieira e pela garantia mesma da grande lavoura, que se encontrava no geral em situação próxima da insolvência” (Gnaccarini & Queda, 1993: 97). Veio somar-se a esta configuração, a hidrovía Tietê-Paraná, tendo como ponto de partida a região de Campinas e estabelecendo-se em direção ao oeste do Estado. O mapa a seguir ilustra bem este fluxo.



A consolidação de um grande pólo de absorção de mão-de-obra com maior concentração da população urbana, exigia, por sua vez, o desenvolvimento de uma infra-estrutura. Os investimentos, tanto para a indústria quanto para a agroindústria, tiveram “efeitos multiplicadores, que

não só se manifestaram na diversificação das atividades econômicas no interior de cada pólo e das áreas circunvizinhas, mas também configuraram uma rede urbana polarizada” (Bógus & Baeninger, 1995: 67).

Com uma maior concentração da população urbana, a RG de Prudente transformou-se num importante centro comercial e de prestação de outros serviços. Para 1980, em mais de 60% dos municípios da região, a participação da população economicamente ativa no setor agropecuário superou os 50%, chegando em muitos casos a ser maior que 70% (Cunha & Aranha, 1992: 17). Analisados de perto, estes dados revelam que “para a região como um todo, encontram-se 30,7% da PEA dedicada às atividades agropecuárias, cifra elevada para a média do Estado (11% da PEA está ligada ao setor), que contudo não reflete o caráter eminentemente agrícola da população de grande parte dos municípios” (Cunha & Aranha, 1992: 17).

Este comportamento se deve à existência na área de alguns centros urbanos mais desenvolvidos, com destaque para o município de Presidente Prudente que, em 1980, já contava com um altíssimo grau de urbanização, ultrapassando 94% e se constituindo como o maior centro populacional atraindo sozinho mais de 32% da população regional e, ao mesmo tempo, exercendo “o papel do grande centro de comércio e serviços da região”. (Cunha & Aranha, 1992: 17).

Os autores chamam a atenção para o fato de que a RG de Presidente Prudente faz fronteira, ao sul, com o Estado do Paraná e, ao norte, com o Estado do Mato Grosso do Sul e, neste sentido, a divisão político-administrativa é meramente um limite institucional. “A mobilidade entre um Estado e outro deve fazer parte de um mesmo processo da

inserção da referida Região de Governo dentro da divisão social e espacial do trabalho em uma área mais ampla que extrapola o estado de São Paulo” (Cunha & Aranha, 1992: 27).

O papel aglutinador exercido por Presidente Prudente impulsionou o surgimento das cidades dormitórios. Os municípios vizinhos não foram capazes de absorver a mão-de-obra expulsa do campo e, por outro lado, o número de trabalhadores que chegavam em massa à Prudente não tardou a causar um déficit habitacional. Deste processo configurou-se o que Cunha & Aranha (1992) denominam *migração pendular*. Os trabalhadores que moram sempre nos centros urbanos que desempenham o papel de verdadeiros alojamentos, e de onde é recrutada a mão-de-obra necessária para algumas etapas do ciclo agrícola. A força de trabalho aí alocada, ressaltam os autores “nem sempre é aproveitada no próprio município, e não é nada incomum que os trabalhadores tenham que se deslocar além dos seus limites para conseguir alguma atividade durante o dia” (Cunha e Aranha, 1992: 25)

Guardadas as devidas proporções, os trabalhadores encontram-se distribuídos em toda a região e para sobreviver alternam suas atividades entre campo e cidade.

3.2. Projetos de desenvolvimento para o Pontal do Paranapanema

As transformações ocorridas com base no II PND tiveram desdobramentos específicos no Pontal do Paranapanema. O Pontal, como o restante da região sofreu um recesso econômico, fazendo, como lembra Leite, cair por terra o argumento de que “seria o grande celeiro agropecuário de São Paulo, tão logo se lhes liberassem as terras das reservas” (Leite, 1998: 179). A penúria geral dos municípios do Pontal não condiz com a opulência de seus estabelecimentos rurais. Enquanto a área média da propriedade rural passava de 1.179 ha, em 1970 para 5.809 ha no final da década, o número de propriedades despencava 78% no mesmo período. Acrescente-se que “uma só pessoa pode ser proprietária de várias grandes glebas no Pontal como realmente acontece, principalmente em Teodoro Sampaio” (Leite, 1998: 184).

O autor observa que em 1970 não havia médicos e dentistas nas principais cidades, o que talvez explique o elevado número de óbitos causados por doenças típicas do subdesenvolvimento. De acordo com Leite, “a Divisão Regional de Saúde de Presidente Prudente constatou que as principais moléstias responsáveis por óbitos de menores de cinco anos de idade foram, por ordem: desintéria, sarampo, coqueluche e tétano” . Além disso, a taxa de analfabetismo é elevadíssima: 44%. O autor levanta a hipótese de que este alto índice das taxas de mortalidade e analfabetismo talvez esteja atrelado a origem da população do Pontal, com elevada porcentagem precedente da região do Nordeste, pois como enfatiza, a Alta Sorocabana tem sido um centro receptor dessa mão-de-obra via São Paulo. Em 1970, 9% da população de Presidente Prudente era procedente dos estados do Nordeste. Porcentagem elevada se comparada com as cidades

mais antigas, como Araraquara (2,2%), São José do Rio Preto (2,1%). Quanto ao Pontal, o autor enfatiza que “nada menos que 25,4% da população é originária do Nordeste” (Leite, 1998: 182).

Boa parte da população do Pontal é flutuante: 30% da população residia na área há apenas cinco anos ou menos; a taxa cai para 20% para a população residente há um ano ou menos. O Pontal atraiu grande mão-de-obra rural. Teodoro Sampaio, principal cidade da região, passou de 10.928 pessoas em 1960, para 26.114, em 1970. O salto será ainda maior de 1980 a 1990, passando de 26.334 para 49.001 habitantes. Contudo, Teodoro Sampaio se constitui como uma exceção regional, pois os dados publicados no jornal *O Imparcial*, de Presidente Prudente, edição de 11 de novembro de 1980, demonstram que houve uma redução de 25,8% da população rural, em relação a 1970 (*apud* Leite, 1998: 183).

Os anos 1970 foram os de implementação de grandes projetos econômicos⁶ para o Pontal do Paranapanema, com desdobramentos importantes para o objeto de nosso estudo. Dois deles merecem destaques: o *Pro-álcool* e a construção das *hidrelétricas*. Em 1978 foi publicado o *Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema*, conhecido como o Pro-Pontal, elaborado pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado. Antes mesmo da divulgação do Programa, a Cesp já estudava

⁶ A implementação estatal de grandes projetos econômicos para o Pontal remonta aos anos 60 com o *Projeto de Colonização Rebojo* organizado, em 1968, pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária). Este projeto foi uma tentativa de amenizar os conflitos que cresciam entre trabalhadores e latifundiários por causa de desapropriação em favor dos trabalhadores já realizada por João Goulart em 24 de março de 1964, pelo decreto n° 53.830. Desapropriação considerada “de interesse social devido a tensão e conflitos sociais existentes entre camponeses e supostos proprietários da gleba” (Antonio, 1990: 38). Abordaremos mais profundamente este assunto em capítulo dedicado à organização dos trabalhadores e à resposta do Estado e dos latifundiários.

no início da década, a localização para instalar três usinas: a de Porto Primavera, no rio Paranapanema, e a de Rosana e Taquaruçu, no rio Paraná, com capacidade de absorção de cerca de dez mil trabalhadores. Quanto ao Pro-álcool, desde 1977, financiou no Pontal o primeiro projeto de destilarias de álcool da região, com capacidade de produzir 240.000 litros/dia. Os canaviais ocupariam uma área equivalente a 15.000 hectares.

Os impactos destes projetos foram amplos. A usina de Porto Primavera inundou a área onde residiam 548 famílias de trabalhadores. Os conflitos constantes levaram o Estado, via CESP, a transferir estas famílias para o Projeto de Assentamento Populacional Rural Lagoa São Paulo. Os projetos impulsionaram o aprimoramento de sistemas de serviços urbanos, sobretudo construção de novas estradas. Aos trabalhadores qualificados, foram ofertadas as atividades nas usinas e à mão-de-obra não qualificada sobraram os empregos nos canaviais.

Teodoro Sampaio⁷ foi o município que mais impacto sofreu ao longo dos anos 80. As transformações econômica, social e demográfica foram profundas e, em função de sua magnitude, podem ter repercutido na dinâmica migratória da região como um todo. Provocando em algumas cidades um salto populacional, como é caso notório de Teodoro Sampaio, e, em outras, um esvaziamento repentino. Na tabela a seguir, apresentamos os dados referentes aos principais municípios da Região de Governo de Presidente Prudente, com destaque para as cidades do Pontal do Paranapanema.

⁷ Na época, o maior município em área do estado de São Paulo, com 2.750 Km². A partir de 1990 foram desmembrados de Teodoro Sampaio os ex-distritos (hoje municípios) de Rosana e Euclides da Cunha Paulista.

TABELA V: POP E TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO TOTAL, MUNICÍPIOS DA RG DE PRES. PRUDENTE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO				TOTAL		
	1960	1970	1980	1991	60/70	70/80	80/91
RG Pres. Prudente	386.315	425.929	417.932	495.256	-1.71	-2.11	-0.36
Álvares Machado	19.387	17.305	14.653	18.881	-1,14	-1,67	2,32
Martinópolis	25.996	23.072	19.660	19.653	-1,19	-1,60	-0,00
Mirante do Paranapanema	22.628	21.909	15.458	15.129	-0,32	-3,51	-0,20
Pirapozinho	28.073	15.922	17.921	20.889	-5,75	1,18	1,39
Pres. Bernardes	31.069	25.590	15.777	16.252	-1,94	-4,88	0,27
Pres. Epitácio	18.966	26.428	29.608	34.740	3,33	1,14	1,45
Pres. Prudente	72.782	105.707	136.846	165.447	3,75	2,59	1,73
Pres. Venceslau	21.551	25.976	30.160	36.102	1,87	1,49	1,64
Rancharia	21.843	22.041	23.339	26.916	0,09	0,57	1,30
Santo Anastácio	21.577	25.332	21.656	21.969	1,61	-1,57	0,13
Teodoro Sampaio	-	26.114	26.334	49.001	-	0,08	5,74

Fonte: Fundação SEADE – Censo Demográfico do Est. de São Paulo de 1950 a 1980 e dados de 1991. In: Cunha & Aranha (1992: 13)

O perfil do município de Teodoro Sampaio transformou-se rapidamente, principalmente em termos populacionais. No período de 1980 a 1991 a população quase dobrou, passando de 26.334 para 49.001 habitantes, representando 29,3% do crescimento total da região, ficando abaixo apenas da sede, Presidente Prudente, com cerca de 37%. As razões para este inchaço são predominantemente a construção das barragens e a introdução da destilaria Alcídia. A CESP que tinha por política aproveitar as cidades vizinhas como “alojamento” de seus funcionários, desta vez teve de adotar como estratégia a implantação de assentamentos “devido ao fato do Pontal e, também, da região sul do Mato Grosso do Sul, próximas à construção não possuírem uma rede urbana capaz de acomodar um número elevado de mão-de-obra” (Cunha & Aranha, 1992: 29).

A antes nômade população do Pontal tinha suas vidas transformadas pela construção das barragens que utilizava não somente

mão de obra local, mas também atraía um número cada vez mais expressivo de migrantes de outros estados e outras regiões, formando um grupo específico de trabalhadores, conhecidos como “barrageiros” que permaneceria na região por um tempo determinado.

Porém, a desaceleração das obras trouxe o outro lado dos efeitos das barragens. A barragem de Porto Primavera que estimava a utilização de 8.000 trabalhadores, ocupou no máximo 5.000, chegando a operar no final dos anos 80 com menos de 2000 trabalhadores (Cunha & Aranha, 1992: 31), o que significou a dispensa de grande contingente de trabalhadores.

Outro fator que contribuiu para as transformações no Pontal do Paranapanema foi a expansão do plantio da cana-de-açúcar, em decorrência da implantação do Projeto Pro-álcool. Foram instaladas na região cinco destilarias ocupando mais de 40 mil hectares com o plantio do produto destinado à produção do álcool. Destaca-se aqui a *Usina Alcídia*, primeira a ser instalada na cidade de Teodoro Sampaio por este projeto e a que empregou um maior número de trabalhadores. A atividade em torno da produção do álcool representou um fator de crescimento, para os municípios onde se instalou e também para a Região como um todo. A cana-de-açúcar também limitou a fuga de mão-de-obra, tanto pela demanda como também “porque veio preencher uma lacuna no ano agrícola do trabalhador rural, evitando assim o grande desemprego observado nos períodos de entressafra, principalmente o algodão” (Cunha & Aranha, 1992: 35).

A economia regional foi, portanto, impulsionada pela implantação do Pro-álcool, sendo este o maior investimento econômico ao longo da

década de 80 e até meados da década de 90. “A instalação de usinas e, principalmente, destilarias de álcool representou a introdução de uma atividade capaz de atrair e fixar trabalhadores na região, contribuindo para mudar o quadro de evasão populacional configurado em décadas anteriores” (Vidal & Baeninger, 1994: 84). Há ainda que se assinalar o caráter peculiar destes projetos: a produção da cana-de-açúcar não significou, como era a tendência anterior, o divórcio entre rural e o urbano. Ao contrário, até certo ponto ela integrou estas duas áreas. De acordo com Rodrigues, trabalho volante e temporário dominou essas atividades, de tal forma que, diariamente, grandes levadas de trabalhadores eram levadas por caminhões e ônibus para o trabalho rural propriamente dito, bem como às respectivas indústrias rurais. O autor chamou este fenômeno de “urbanização do trabalho rural, de maneira que as tradicionais diferenças entre a cidade e o campo tendem a se reduzir sensivelmente” (Rodrigues, 1990: 55).

Todavia, outros aspectos deste processo devem ser assinalados. Apesar dos efeitos “benéficos” para o trabalhador que se encontrava sem trabalho remunerado, o Pro-álcool teve (tem) efeitos desastrosos. Todo o investimento é direcionado à monocultura da cana que precisa cada vez mais de novas áreas na medida em que o solo para o plantio vai-se empobrecendo. Em consequência desta exploração, os pequenos produtores que ainda resistiam na terra vão sendo mais e mais expulsos do campo, cedendo o lugar para os grandes proprietários, que recebem incentivos do governo. Ou seja, de um lado, um pequeno grupo de médios e grandes proprietários transforma-se em “empresários modernos”, enquanto, de outro, uma imensa massa, expulsa de sua terra, é obrigada a trabalhar

nas instalações industriais e também, por nem sempre haver alternativa, é transformada em bóia-fria.

Embora o Pro-álcool tenha criado novos empregos, estes, para a maioria, possuem um caráter precário. Os trabalhadores são obrigados a se empregar como diaristas, no corte da cana, somente durante a safra, que exige um maior número de pessoas. Trata-se, portanto, de uma submissão a formas de trabalho temporário, subcontratado que conclui o processo de expulsão articulado, principalmente, mas não exclusivamente, à substituição da agricultura pela pecuária. Como observa Touraine, “no Estado de São Paulo, e em outros Estados do Brasil, o desenvolvimento da cana-de-açúcar e do Pro-álcool juntaram seus efeitos aos do desenvolvimento geral das relações capitalistas de trabalho para criar uma população de bóias-frias” (1988: 52). Enquanto de um lado, as usinas da Região têm produção de álcool que não cessa, verifica-se, de outro, a precarização das relações de trabalho.

A evolução populacional ao lado das mudanças na utilização da mão-de-obra na esfera produtiva, repercute negativamente sobre o sistema habitacional, ocasionando um importante déficit nesta área. Registra-se para todo o oeste paulista uma população urbana superior à 90%. As explicações plausíveis seriam “a importância maior do emprego agrícola volante e o quadro concentrador na distribuição das terras” (Januzzi, 1995: 60). Esta precarização das condições de subsistência estariam na base de importante organização política dos trabalhadores.

4. DESENRAIZAMENTO E FORMAÇÃO DE UM PROLETARIADO RURAL

Segundo Marx, “na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social” (1986: 24). Sem dúvida, esta formulação foi amplamente interpretada em um sentido economicista, o que reduzia as outras dimensões das relações sociais a meros epifenômenos da infraestrutura.

Procurando evitar este procedimento reducionista, mas sem incorrer no erro oposto de obscurecer a importância da estrutura econômica, trabalhamos com a hipótese de que existe uma correspondência entre relações de produção e as esferas jurídico-político e ideológica⁸. Com efeito, o universo em que se insere a trajetória individual dos trabalhadores e trabalhadoras que compõem a base do MST é permeado por este aspecto que revela uma característica comum: a origem cravada à terra. Desde o ponto de partida, esta parece ser a característica mais homogeneizante.

Apesar do (e com a ajuda do) aspecto individual, alguns traços comuns mostram a existência – parafraseando Marx – de um “coletivo em si”. Todos e todas têm em comum o vínculo à roça. Alguns permaneceram,

⁸ A hipótese é de matriz poulantzana e, no que se refere ao Brasil, foi desenvolvida, de modo fecundo, por vários autores, entre eles Saes (1987).

de um modo ou de outro, com este vínculo por mais tempo, outros menos, mas, para todos, este parece ser um dos marcos iniciais da construção de suas identidades. A origem rural de cada um(a) aparece certamente como uma das primeiras determinações em sua história de vida.

É possível perceber na narrativa daquele(a)s que viriam a ser o(a)s acampando(a)s / assentado(a)s uma grande movimentação. Se movimentam ao mesmo tempo em que o campo também se movimenta e isto ocorre porque “o sistema capitalista no Brasil está em expansão; sua subordinação ao movimento mais amplo do sistema econômico é que lhe transmite, em primeira instância, sua lei de movimento” (Oliveira, 1976: 30). O primeiro momento das biografias coincide, portanto, com o início de um novo ciclo de expansão do capitalismo brasileiro, inclusive no campo, mas isto não ocorre nem de maneira integrada nem uniforme (Oliveira, 1976).

A pecuária substituiu a lavoura, onde o regime de trabalho a que estavam submetido(a)s era o que se convencionou chamar de *colonato*. Neste sistema, o colono e sua família eram contratados numa espécie de trabalho por tarefa, denominado *empreitada*. A força de trabalho era, portanto, combinada para todos os membros da família. Esta recebia uma parcela, por exemplo, do cafezal, que deveria manter limpo de ervas daninhas. Além disso, era responsável pela colheita. Isto tornava ainda mais intenso o trabalho familiar, uma vez que o trato era feito com base numa determinada quantidade de grãos.

D’Incao, em seu importante estudo sobre a evolução da mão-de-obra no meio rural, estabelece alguns critérios para o estudo das relações

de produção. É necessário, segundo ela, levar em conta três variáveis principais, que são:

- a abundância ou escassez da terra;
- a abundância ou escassez da mão-de-obra
- maior ou menor integração no sistema nacional

Com base neste modelo, D'Incao observa que o regime de colonato é "um sistema de exploração de força de trabalho bastante típico de uma região onde há escassez da mão-de-obra. Além de ser mais oneroso ao proprietário, do que os demais usados posteriormente, expressa uma intenção de garantir mão-de-obra, não só durante todo o ano agrícola, inclusive na colheita, como também durante vários anos" (1976: 50).

Para a complementação do rendimento monetário e subsistência das famílias de colonos, os proprietários da terra autorizavam o plantio de alimentos. Além disso, os colonos efetuavam a venda daquilo que produziam, embora os itens fossem vendidos por qualquer preço. Estes trabalhadores mostravam-se bastante hábeis, pois, aproveitavam os espaços e plantavam nas linhas do café; iam, portanto, intercalando a limpeza do café e o cultivo de seus alimentos e, com isso, poupavam trabalho.

Martins explicita a relação de exploração presente neste sistema. Os fazendeiros permitiam que os trabalhadores plantassem alimentos para sua subsistência em suas terras, unicamente porque o que estes recebiam não era suficiente para a reprodução da força de trabalho. "Quanto mais o

colono trabalhava para si mesmo – duplicando a jornada de trabalho, subtraindo os filhos à escola, antecipando a exploração do trabalho infantil, intensificando o trabalho da mulher pela sua absorção no cafezal – mais ele trabalhava para o fazendeiro” (1979: 86). Assim, Martins ilumina o caráter obscuro desta exploração. Aparentemente o colono recebia um pagamento, quando na verdade estava pagando uma renda *in natura* para produzir diretamente os seus meios de vida, o alimento necessário à sobrevivência da família (Martins, 1993: 169). O trabalhador, portanto, nem percebia que era explorado pelo fazendeiro. Este aparecia como o “bonzinho”, que “deixava” plantar em suas terras.

Outra consequência desse tipo de relação é que ela não abria espaço para que se pudesse reivindicar melhores salários que realmente garantiriam a sobrevivência da família. Com isso, o dono da terra tinha mais possibilidades de exploração sobre os produtores diretos, na medida em que os colonos se tornavam cada vez mais seus dependentes. Somente no final da colheita os colonos tinham condições de avaliar o nível de exploração a que estavam sendo submetidos.

Existe um longo debate sobre a natureza das relações de produção no campo brasileiro e intervir nele (ou simplesmente reconstituí-lo) foge inteiramente aos objetivos deste trabalho. No entanto, é fundamental observar que, mesmo em amplas áreas do estado de São Paulo, as relações sociais no campo não eram tipicamente capitalistas: não se estabelecia uma relação de contrato entre, de um lado, o “trabalhador livre”, ou seja, totalmente separado dos meios de produção e dotado de capacidade de produzir atos jurídicos, e, de outro lado, o proprietário destes meios de produção, transformados em capital. Aliás, salientam Mantega &

Moraes, “a regra é, justamente, a convivência de relações de produção pré-capitalistas com as capitalistas, devidamente assimiladas e transformadas pela penetração do capital” (1978: 48). Em outros termos, para os objetivos desta análise, é preciso levar a sério as implicações de que a dominância do modo de produção capitalista não significava exclusividade de relações sociais capitalistas no interior da formação social brasileira. Pelo contrário, boa parte destas relações sociais no campo (para não nos referirmos, neste momento, às cidades) era marcada por fortes vínculos de dependência pessoal, revelando “que próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não-capitalistas (parceria, por exemplo) para *produzir* o capital” (Oliveira, 1994: 47).

Martins, nesse sentido, escreve que as relações de trabalho não foram nem predominante nem tipicamente salariais. Segundo o autor, “o capital promoveu a disseminação de relações não-capitalistas de produção tanto nas fazendas de cana-de-açúcar, no Nordeste do Brasil, quanto nas de café, no Sudeste, quanto nas chamadas colocações de extração de borracha e coleta de castanha na Amazônia” (1993: 168).

Voltemos a destacar, no interior destas relações capitalistas em processo de consolidação, a forte presença de relações de dependência pessoal. Segundo Martins, esta dependência aparecia claramente no que se refere ao armazém do patrão: “por muito tempo, os trabalhadores eram obrigados a comprar no armazém do fazendeiro pelo preço que este determinasse. Esse sistema fez e tem feito das relações de trabalho, ao mesmo tempo, relações de dominação, o trabalhador sujeito ao poder pessoal do grande proprietário de terra” (1993: 169-170).

Processo semelhante é observado por D’Incao que escreve que desprovido completamente de capital, o subarrendatário se vê automaticamente dependente do arrendatário. Essa dependência, para a autora, “já se define, em princípio, na própria forma de pagamento estipulada, o que compromete a plantar determinado produto (algodão ou amendoim, quase sempre)”. Dada a precariedade do seu instrumental agrícola e seu baixo rendimento, resultante da má nutrição, sobra-lhe, de acordo com D’Incao, “poucas condições para a exploração da faixa de terra destinada à economia de subsistência a que tem direito”. Sua subsistência passa a depender do referido fornecimento, sobretudo nos meses iniciais do seu contrato e nos imediatamente anteriores às colheitas. Para a autora, “o resultado desse sistema de exploração da força de trabalho é invariavelmente a total falta de rentabilidade para o trabalhador” (D’ Incao: 1976: 59).

Assim, muitos se endividavam e passavam a ter parte de sua próxima safra empenhada. O problema se agrava ao término do arrendamento quando surgem as “tentativas, por parte dos subarrendatários, de ver ‘perdoada’ a renda ou a dívida” (1976: 59).

A autora menciona um caso nada excepcional: no final da safra de 1972, o subarrendatário por ela entrevistado, entregou todo seu algodão ao arrendatário e não recebeu nada de volta. A diferença entre o que ele deveria pagar (7.000 quilos) e o que ele colheu (44.300 quilos), foi retida em troca do fornecimento. Como a própria autora observa, este caso, uma vez mais, permite avaliar bem o papel que desempenha o ‘armazém’ do patrão, na exploração da força de trabalho no meio rural.

Ainda no tocante às relações de produção no mundo agrário, Martins chama a atenção para as dificuldades teóricas. Os dilemas giram em torno da indefinição das relações sociais de produção que não se apresentam claramente formuladas em termos de compra e venda da força de trabalho.

A agricultura brasileira combinou “inúmeras formas de relações de produção onde os trabalhadores não vendem a sua força de trabalho, seja porque possuem parte (e mesmo a totalidade) dos meios de reprodução, seja porque estabelecem acordos com os proprietários destes últimos de modo a repartir com eles o produto final” (Mantega & Moraes, 1978: 48). Tratam-se dos tipos intermediários de inserção no processo produtivo, como o parceiro, o colono, o agregado e o arrendatário, que “não configuram liminarmente a existência de um mercado livre de trabalho nem uma classe de proprietários dos meios de produção compradora de força de trabalho” (Martins, 1975: 16). Estas categorias aproximam-se muito mais dos vendedores de força de trabalho. Utilizando-nos destes exemplos, o “parceiro” se apóia em seu próprio trabalho e só eventualmente pode contratar terceiros. Do mesmo modo, o pequeno proprietário também não pode configurar-se como comprador de força de trabalho, já que quase sempre explora apenas o trabalho familiar.

4.1. Modernização conservadora

A complexidade aumenta a partir dos anos 50 quando, como assinalado, pouco a pouco vai sendo introduzida a pecuária, que conviverá com o plantio do algodão intercalado com o capim para a formação do pasto. Nesse período, como observa Martins, “começa a haver uma espécie de revolução tecnológica no campo. O próprio governo começa a estimular, através de financiamentos subsidiados do Banco do Brasil, dos bancos oficiais em geral e dos bancos particulares, a modernização tecnológica com a mecanização das grandes fazendas; começa a estimular a substituição dos cafezais velhos e deficitários de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, por outros cultivos ou por pastagens” (1997: 21).

Contudo, o maior problema, do ponto de vista do trabalhador, é que a pecuária necessita de muito pouca mão-de-obra. O homem é substituído pelo boi (D’Incao: 1976: 71) e a consequência imediata deste processo é o despovoamento do campo, ou seja um deslocamento dos trabalhadores rurais para as regiões urbanas.

Borges (1997) relaciona esse processo com o da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963 que, segundo esta autora, provocou uma verdadeira revolução nas relações de trabalho. De fato, nos termos daquele documento, a partir de então, o trabalho no campo passaria a ser contratual e não mais haveria vínculos de favor. Os trabalhadores rurais passariam a gozar dos mesmos direitos que os trabalhadores da zona urbana. Mas, nas palavras da autora, “ao invés de beneficiar o trabalhador, o Estatuto provocou uma reação violenta dos fazendeiros que, diante dos novos encargos prescritos por essa legislação, optaram por

expulsar o trabalhador de suas terras – aquele trabalhador que ainda residia nas fazendas em regime de colonato ou trabalhando por empreita” (1997: 63). Martins também identifica uma simultaneidade entre a modernização tecnológica e a modernização das relações de trabalho. Enfatiza que “com essa mudança, a mesma legislação fundiária, o mesmo direito de propriedade que criava excedentes populacionais pobres absorvidos pela grande propriedade, passa a criar excedentes populacionais que não são absorvidos por ninguém. Começa a surgir aí, efetivamente, a cara de excedente populacional dessa massa de população, os excluídos” (1997: 22).

Com as transformações nas relações de produção, as dificuldades relativas às categorias existentes no campo se acentuam. Já mencionamos a referência de Martins aos tipos intermediários de inserção no processo produtivo, D’Incao também observa que várias categorias surgem ou se consolidam com as transformações ocorridas no campo. Mas, para o objetivo deste trabalho, nos deteremos apenas à categoria *subarrendatário*, que parece se aproximar muito mais de nossa pesquisa empírica. O subarrendatário pode ser definido como aquele que está completamente desprovido de capital e, por isto mesmo, encontra-se inteiramente dependente. Nesta relação de dependência, como vimos, ocorre o endividamento que o trabalhador tenta ver liquidado numa próxima safra. Não havendo a possibilidade de fazê-lo, resta-lhe a alternativa de “deixar a terra, completamente sem dinheiro, à procura de novas terras para trabalhar, ou, em último caso, em busca da cidade” (D’Incao, 1976: 60).

Esta expulsão seria, portanto, fator preponderante no processo de migração campo-cidade. Na medida em que não é dada ao trabalhador do campo sequer a possibilidade de plantar a sua roça, ele vai se transformando num assalariado que vende a sua força de trabalho ao capital, em troca do necessário para a sua sobrevivência, vai-se despersonalizando como homem do campo. Passa a sentir-se como um homem que faz qualquer trabalho no campo ou na cidade, desde que “dê para viver”. Este tipo de trabalhador, segundo D’Incao, “parece mais indiferente à idéia de vir ou não para a cidade. Ele se deixa levar pelas circunstâncias. Vai ‘tenteando’ como costuma dizer, e acaba vindo para a cidade” (1976: 73).

A saída para a cidade surge como uma esperança mas a vida não muda tão rapidamente e, muitas vezes, na cidade, o trabalho que se encontra ainda é aquele ligado à roça. Transforma-se, portanto, em *bóia-fria*, adequando-se a uma nova exigência do capital.

Além da expulsão social do campo, a migração cada vez maior para cidades também se deveu à forte atração exercida pelo desenvolvimento industrial urbano, o qual, todavia, não foi suficiente para absorver os que chegavam. Até porque se tratava de mão-de-obra de baixa qualificação para muitos ramos industriais.

Esses trabalhadores rurais, sem nenhuma alternativa de trabalho, eram obrigados a trabalhar como diaristas. Ironicamente, para cortar cana, tiveram de retornar à terra, mas sob formas de trabalho “precário”, temporário, subcontratado submetidos à exploração e à “exclusão” social, econômica e política. Como observa Martins, “o fazendeiro restringiu a

mão-de-obra residente e vinculada à propriedade, ao estritamente necessário para um emprego permanente. A sobrecarga de trabalho na colheita e nas carpas é atendida pelas 'turmas'. Estas são formadas por uma população de origem rural e residência urbana, 'expulsa' das fazendas porque as condições de trabalho tornaram-se desinteressantes ou opressivas" (1975: 28).

Diante dessa situação de precariedade, Martins observa que "a possibilidade de uso da própria terra do fazendeiro por parte do trabalhador para assegurar a sua subsistência e a de sua família e a possibilidade de moradia na própria fazenda criava uma pobreza peculiar. O trabalhador produzia diretamente seus próprios meios de vida, não passava fome. O mundo pobre do caipira e do sertanejo era um mundo de fartura" (1997: 19). Em outros termos, pode-se afirmar que, pelo menos para algumas categorias de produtores diretos que, de um modo ou de outro, mantinham a "posse" dos meios de produção, a relação de dependência mesclava-se com o atendimento a necessidades básicas, até porque estas ainda permaneciam em um patamar que ainda não sofrera, devido a uma série de fatores, inclusive de ordem cultural, brutal elevação.

Com o avanço do modo de produção capitalista, os trabalhadores são despossados dos meios de produção. Como observou Marx, "o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção" (1988: 830). Ocorrem nesse processo,

diz Marx, “deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários e destituídos de direitos” (1988: 831).

Borges observa que “mais do que expropriar ao sitiante a sua propriedade, o capitalismo expropria o seu modo de vida, provocando nele um desenraizamento e, portanto, colocando-o ao lado daqueles que privados do acesso a ela, também foram desenraizados” (1997: 70). São desenraizados porque agora dependem da venda de sua força de trabalho e porque dependem de uma figura que é a do comprador da força de trabalho.

Essas transformações, muito mais que expropriação capitalista nos termos descritos por Marx, significam para os trabalhadores um desenraizamento. Seu modo de vida é arrancado e substituído pelo de *proletário agrícola*, que é aquele “trabalhador que já não reside na propriedade de quem ocasionalmente – o fazendeiro – compra a sua força de trabalho em troca de salário” (Martins, 1997: 22). Trabalharão agora para vários proprietários em lugares diferentes, em épocas de safras diferentes. Daí decorre a não rara necessidade de se deslocar para outras regiões, transformando-se em proletários nômades, tais como aqueles descritos por Lênin (1977) em sua análise do desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

No capitalismo ocorre a “emergência da figura dos ‘trabalhadores livres’, que somente possuem sua força de trabalho e não podem engrenar o processo de trabalho sem o engajamento do proprietário, engajamento representado juridicamente pelo contrato de venda-compra da força de trabalho” (Poulantzas, 1978: 19). Estamos, portanto, diante de

trabalhadores livres porque privados de qualquer meio de produção, donos unicamente de sua força de trabalho, sem outra alternativa que não seja a de vendê-la ao proprietário dos meios de produção, que carece de trabalhadores para pôr esses meios em movimento (Martins, 1993: 168).

Singer (1978), analisando as migrações internas, detecta dois fatores de expulsão que as provocaram: os de mudança e os de estagnação. O primeiro, são os que destacamos acima, ou seja, aqueles decorrentes da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas com vistas ao aumento da produtividade do trabalho e com a conseqüente redução do nível de emprego. O segundo, os fatores de estagnação, “se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis, que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável, como pela monopolização de grande parte da mesma, pelos grandes proprietários...” (1978: 38). Além destes dois fatores analisados por Singer, D’Incao detecta ainda os fatores de atração que, “por sua vez, são aqueles que definem a direção que os fluxos migratórios devem tomar. Dentre eles, o mais importante é a demanda de força de trabalho” (1976: 68).

A migração não é tão espontânea. De acordo com D’Incao, há uma certa resistência à idéia de ir para a cidade. Contudo, a autora afirma que “esta resistência tende a diminuir, à medida que o trabalhador rural vai-se proletarizando mais” (1976: 72).

4.2. Proletarização perambulante

Vários autores, a começar pelo próprio Marx, enfatizam um duplo aspecto do processo de proletarização. Proletarização, por um lado, “significa separação da propriedade dos meios de produção e da capacidade de transformar a natureza com recursos próprios”. Nesse sentido, existe um crescente processo de proletarização em todo o mundo. Por outro lado, o termo proletarização não denota necessariamente a criação de novos lugares relativos a trabalho produtivo manual.

Há, portanto, uma contradição objetiva inerente ao processo. De um lado, um grande número de produtores diretos é separado dos meios de produção transformando-se em proletários e, de outro, este mesmo proletariado tende a diminuir na medida em que não há lugar para todos na esfera produtiva. Todavia, diversos autores, como Arrighi, observam que “não há qualquer indicação de que os trabalhadores devem ter ocupações específicas (trabalho manual, por exemplo) para se qualificar como membros do proletariado” (1998: 299).

A distinção entre o que poderíamos chamar de proletariado em sentido amplo e o proletariado em sentido estrito não está fixada de uma vez por todas. Ela depende, em larga medida, das lutas sociais, inclusive dos padrões tecnológicos nas quais se materializam. Neste sentido, tende a se manifestar de maneira desigual entre as distintas formações sociais e mesmo no interior delas. Se podemos nos referir a uma tendência de longo prazo, que se intensificou no período 1965-1980, é o que Arrighi (1998: 183 e ss.) denomina “periferização” e “semiperiferização” das atividades industriais. Bihl (1998), prefere destacar a “fragmentação” ao se referir à

forte recomposição sofrida pelo proletariado a partir do final dos anos 70. Para o autor, há três grandes blocos de proletários: os estáveis e com garantias (embora este grupo tenda a diminuir e as garantias a se restringirem); os que são excluídos do trabalho e os trabalhadores instáveis (os trabalhadores *subcontratados*, os de *tempo parcial*, os trabalhadores *temporários*, *estagiários* e os trabalhadores da “*economia subterrânea*” (Bühr: 1998: 83-86).

Uma particularidade crucial do caso brasileiro, no período que interessa à nossa pesquisa, é que ocorre um intenso processo de proletarização no duplo sentido mencionado aqui. Especialmente no bojo do chamado “milagre brasileiro”, articula-se um forte processo de expropriação e proletarização no sentido amplo com um intenso desenvolvimento do capitalismo industrial em bases tayloristas. Daí o crescimento numérico, em algumas regiões do país, de um proletariado fabril altamente concentrado, que não tardaria a desenvolver uma série de importantes lutas sindicais. Estas lutas não precederam, mas, ao contrário, foram, em larga medida, precedidas e, logo depois, simultâneas, com as realizadas por diversos setores do proletariado em sentido amplo. Umas e outras se articularam e convergiram no sentido da criação de um, na época, forte partido político de massas, o Partido dos Trabalhadores.

Todavia, é a origem agrária que emerge na fala daquele(a)s que compõem a base do MST como ponto de partida comum. Este mundo agrário é fortemente marcado pelas relações de dependência pessoal. Também este mundo agrário está, naquele momento, passando por profundas transformações, o que acarreta, na vida dos trabalhadores do campo de um modo geral, mudanças substanciais. Assim, num momento

em que o capitalismo se intensifica colocando a necessidade de mudança no próprio estatuto do trabalhador, na verdade o que se observou foi a separação entre o trabalhador e os meios de produção sem que fossem findadas as relações de dependência. Esta é uma das dificuldades para o estudo das relações no campo: estamos diante de uma formação social capitalista marcada por acentuadas relações de dependência. Na medida em que os trabalhadores vão sendo privados de plantar para sua subsistência, a solução que surgia muitas vezes era “abandonar as fazendas em busca de melhores oportunidades na indústria ou ainda mesmo no campo” (Stolcke, 1993: 85).

Desta vez, muitos mulheres e homens expulso(a)s da terra se encontraram ante a possibilidade de deixar o tipo de relação que conheceram até aquele momento para fazer parte de um outro contingente que se ampliava no país: o proletariado. Neste sentido, a ida para a cidade se fez em função da demanda de força de trabalho, ou seja em função dos fatores de atração que definem a direção que os fluxos migratórios devem tomar (D’Incao, 1976). A ida para a cidade também não significou uma ruptura com o campo. Ao contrário, como vimos na dinâmica regional, o fluxo migratório ocorria entre as cidades vizinhas que, em sua maior parte, estavam igualmente se urbanizando. “A proletarização e migração para as cidades também alterou a qualidade das relações sociais. A vida era difícil nas fazendas mas o cultivo de subsistência, apesar de implicar considerável nível de exploração, protegia os colonos das forças de mercado. Além disso, o colonato reforçava a solidariedade” (Stolcke, 1993: 88). Agora, de acordo com Stolcke, como vendedor individual da força de trabalho é a incerteza que predomina.

Embora não proprietários de seus meios de produção, o(a)s trabalhadore(a)s em questão estavam diretamente ligados a eles o que lhes garantia que vivessem de maneira peculiar no campo. Talvez por isto, outros muitos mulheres e homens, pressionados para sair da terra decidiram permanecer e resistir na terra e outros muitos mulheres e homens, “expulsos” da terra resolveram voltar e somaram aos primeiros consolidando um cenário de lutas sociais pela reforma agrária que conhecemos nos últimos anos e, na região, sobretudo a partir da década de 90.

II

MST no Pontal: quando "novíssimos" personagens continuaram em cena



Foto: Arquivo MST

E eu queria ver a realidade se era aquilo que via pela televisão ou se era mentira.
Eu falei... eu queria um pedaço de terra, sempre lutei por isso, o objetivo meu era esse porque sempre fui
criado na lavoura, né? O ramo meu era a lavoura.
Então, eu queria ter um pedaço de terra pra poder chegar a esse ponto pra poder cuidar melhor dos
meus filhos e ver eles crescer junto comigo, né?
Aí, falamos: "vamos lá visitar". Aí eu vim um dia com a minha menina, num ônibus no acampamento.

Chegamos aqui a minha menina olhou, gostou, "pai vamos embora!"

Aí, a menina falou assim: "pai, se algum dia fosse pro senhor pagar pra mim ser advogada, com o que
senhor ganha aí trabalhando com trator nas roça dos outros, o senhor conseguiria?". Eu falei: "Não,
porque todo mês tem que pegar dinheiro da l. pra interar a compra que faz. Não dá não!"

Ela falou:

"Então, porque nós não vai lá pros Sem Terra e pega um lote, um pedaço de terra e aí nós vamos
produzir em cima dele?" Eu não gosto de contar essa história porque até... dói até hoje. Aí ela pegou...
eu peguei pensei, analisei:

"Caramba, com 7 alqueires de terra, acho que eu conseguiria sim sustentar a minha família melhor e
poder pagar o estudo dela" Aí eu falei: "Que horas você quer ir, né?"

Ela falou assim:

"Ah, nós vamos até agora se o senhor quiser!"

Eu falei: "Então, arruma as coisas que amanhã cedo nós sai". (D., acampado)

Terra!

O sonho era terra, era trabalhar na terra, fazer, ter seu lugar pra ficar.

Porque aqui a gente morava de até de aluguel.

...eu ficava cuidando do meu pai e minha mãe ia pra ocupação, ficava lá com meu irmão porque ela tinha
a preocupação porque lá, na época, era meio... era mais violento porque... não é que era violento, era
que o pessoal era na raça mesmo.

Tinha que ocupar, era com pedaço de pau, era enfrentando mesmo e era muito difícil. Agora, eu fui vendo
tudo isso acontecer e fui sentindo que a gente tinha mesmo que trabalhar pra que as coisas comessem
a mudar porque se a gente não fizesse isso, isso não ia acontecer. E principalmente aqui no Pontal que
aí começamos a descobrir que aqui as terras eram devolutas, que essas terras... que os fazendeiros...
porque na época que a gente morava aqui, a gente veio tudo pra cidade porque os fazendeiros foi
afunilando, tocando o povo das roças.

Era terras devolutas, se a gente tivesse lá, nós era os posseiros.

Como eles conseguiram tirar nós, eles tomaram conta. Enfiaram nós na cidade.

Na verdade,

a gente foi descobrindo quando os primeiros que começaram a vim pra cá. (P., assentada)

1. DOS “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS AO “NOVÍSSIMO” MST

1.1. “Novos” movimentos sociais dos anos 70 e 80

A partir da década de 70, foram realizados vários estudos sobre movimentos sociais no Brasil. Os principais abordavam a questão da participação popular no meio urbano. O primeiro período desta década foi marcado por pesquisas que procuravam enfatizar o caráter sindical e político-partidário dos movimentos. Parâmetros como estes não deixaram de contribuir para que se elaborassem interpretações mecanicistas e deterministas que, além de empobrecerem as análises dos movimentos que se expressavam por meios dos “canais clássicos”, não deixavam espaço para leituras de outros tipos de conflitos sociais.

Como se sabe, o estudo dos movimentos sociais adquiriu grande impulso nas Europa Ocidental e nos Estados Unidos a partir do final dos anos 60. De um certo modo, este impulso expressava as percepções sobre as mudanças que ocorriam nas sociedades de “capitalismo avançado”. Nelas, que alguns autores denominavam “sociedades pós-industriais”, já não mais haveria lugar para projetos políticos voltados para a totalidade das relações. Touraine, por exemplo, demarcando a transformação central dos conflitos sociais, o ressaltava que já não era “em nome do cidadão ou do trabalhador que (podiam) ser conduzidas grandes lutas reivindicatórias contra um aparelho de dominação que rege cada vez mais o conjunto da sociedade para orientá-la em direção a um certo tipo de desenvolvimento”.

As novas lutas seriam travadas em nome de “coletividades, definidas pelo seu *existir*¹ mais do que por sua atividade” (1984: 256-257).

Com estes novos movimentos sociais não mais se trataria de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das orientações culturais da sociedade. Nascera, segundo Gohn, um novo sujeito histórico que, diferentemente do antigo tinha por base “um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários” (1997: 122). Mais do que um grupo de interesses ou instrumento de pressão, os novos movimentos sociais questionam o próprio modo de utilização social de recursos e modelos culturais (Touraine, 1988;1992; 1996; 1997).

Também no Brasil, sobretudo a partir do final dos anos 70, surgiram *novos* movimentos sociais. A questão é detectar sua novidade e examinar suas diferenças e similitudes com a dos, na época, novos movimentos sociais das sociedades de capitalismo avançado.

Antes de fazermos este cotejo que, para nós, é crucial, observamos que, mesmo no que se refere ao primeiro mundo, a novidade dos novos movimentos sociais não deve ser absolutizada. Melucci (1978, 1996), que se considera um dos responsáveis pela introdução da noção de novos movimentos sociais, afirma que o debate em torno desta questão está fundado sobre um equívoco. Observa o autor que sua intenção era “assinalar a descontinuidade do fenômeno coletivo que emergia na

¹ Grifo nosso.

sociedade contemporânea, com respeito à tradição que o consolidava como movimento típico da sociedade industrial. Mas no aspecto conceitual, é evidente que a noção de novidade, do novo, é uma noção relativa”. Para o autor, “não se tem uma noção absoluta do novo, novo faz referência sempre a uma coisa precedente que diz respeito e que o diferencia. Logo, a noção de novos movimentos era por definição uma noção alusiva, transitória que servia para assinalar esta descontinuidade” (1996: 16).

Melucci enfatiza que “nos fenômenos contemporâneos existem elementos de tensões, aspectos da ação coletiva que não podem ser explicados no quadro da sociedade moderna capitalista do tipo industrial, logo, fenômenos e dimensões da ação requerem um aparato conceitual e categorias que não podemos simplesmente extrair da análise de fenômenos de ação coletiva da sociedade industrial” (1996: 17). Certas observações feitas por Melucci podem ser igualmente úteis para analisarmos o “novo” também nos movimentos sociais no Brasil. É necessário, antes de tudo, estar atento à coexistência dos diferentes conflitos mencionados.

Podemos, agora, esboçar uma tentativa de diferenciação entre as “novidades”. Enquanto nos países de capitalismo avançado – fonte inspiradora das análises dos novos movimentos sociais – se falava em fim do conflito capital-trabalho, aqui acontecia uma nova arrancada fordista. O desenvolvimento capitalista industrial estava em pleno alento, o que provocou um aumento numérico da classe operária, bem como sua concentração em alguns setores e regiões.

O mesmo desenvolvimento também contribuiu para intensificar o processo de urbanização precária que, como vimos, era incapaz de suprir

as “carências” urbanas deste mesmo proletariado. Como mencionado, este proletariado nascente já adquiria um caráter amplo: o capital, incapaz de inserir plenamente a todos na esfera produtiva, acarretou as mais diversas situações (subemprego, por exemplo), levando, inclusive, à redefinição das lutas. Este novo surto de desenvolvimento capitalista e correspondente crescimento e maior diversificação do proletariado esteve na base de uma nova arrancada das lutas sindicais e partidárias dentro de um contexto bastante peculiar: o de ditadura militar.

A lutas das quais participaram setores deste novo e heterogêneo proletariado, em um contexto marcado pela existência de uma ditadura militar, também foram múltiplas e heterogêneas. Em alguns setores “de ponta”, emergiram fortes movimentos grevistas que estiveram na base da formação de uma central sindical combativa e contribuíram para a formação de um importante partido de massas. Nem todos os setores tomaram esta direção. Como observa Sader, a heterogeneidade interna, a dispersão e um comportamento atomizado por parte dos trabalhadores, expressando uma incapacidade de universalização de seus objetivos, seriam, segundo o autor, “determinados pelas próprias características da formação histórica da sociedade brasileira, do seu Estado e sua industrialização. Os resultados de experiências históricas foram vistos como atributos determinados pela própria estrutura social. E aí se cristaliza uma imagem da classe incapaz de ação autônoma” (1988: 31-32).

Desta forma, até pelo próprio caráter amplo do processo de proletarianização, se “assistia à emergência de uma nova configuração de classe” (1988: 36). Mas, entre estes dois extremos, algo se movia, inserindo na agenda de lutas itens que, embora fundamentais para o processo de

(re)constituição do proletariado, não eram muito bem assimiláveis pelas formas de organização e de luta mais “consagradas”. Portanto, mesmo esta nova configuração de classe tinha um conteúdo diferente daquela dos países que serviram de referência para a teorização dos “novos movimentos sociais”. Nos países de capitalismo avançado, os novos movimentos sociais eram mais voltados para uma redefinição da “identidade cultural”. Isto levou muitos autores, como Touraine, a extrapolarem, às vezes exageradamente, suas formulações, ao afirmar que mesmo os movimentos de defesa comunitários que se formam nos bairros pobres das cidades latino-americanas se definem muito mais cultural que socialmente com ações que “visam antes de tudo afirmar uma identidade cultural” (Touraine, 1988: 251).

Talvez o problema não resida, aqui, no descobrir as similitudes, mas em não perceber as diferenças. Não há dúvida de que a identidade se redefine tanto aqui como lá, mas esta redefinição acontece, aqui, num processo muito distinto do identificado nos países centrais. Nas chamadas sociedades “pós-industriais”, a luta dos “novos movimentos sociais” não era por esgoto, água, luz, asfalto, etc. Era outro o contexto (países de capitalismo avançado, onde ainda se implementavam intensas políticas de “bem-estar social”), outra a composição social (em geral, mais policlassista), outros os objetivos (em geral, mais voltados para o “modo de vida”) da maior parte desses novos movimentos.

O novo aqui é indissociável da expansão considerável dos contingentes expropriados dos meios de produção. Aliado a isto houve a intensificação do processo de urbanização com a produção de “carências” urbanas para este proletariado. Se o analisarmos no seu sentido mais estrito, isto é, tendo como referência os que estão diretamente inseridos na

esfera produtiva, veremos que, mesmo no período em questão, suas batalhas se deram no âmbito dos meios clássicos (sindicatos, partidos), embora estes canais clássicos tenham passado por uma intensa transformação, culminando no que se chamou “novo sindicalismo”². Mas no seu sentido mais amplo, a complexidade é maior. Aqui, os novos movimentos sociais contêm esta dimensão ampla do proletariado ligada à urbanização precária onde, mesmo não se inserindo formalmente na esfera produtiva, era preciso “sobreviver”.

Nesta luta pela sobrevivência a participação das *mulheres* é apresentada como a novidade por excelência nos novos movimentos sociais (Souza-Lobo,1991). E isto ocorre tanto nos países periféricos como nos países centrais, não apenas concomitantemente mas com interações, o que também fez parte do processo de redefinição de identidades. Lá, a pauta dos novos movimentos sociais “de mulheres” conferia maior prioridade ao controle do próprio corpo (inclusive, da própria sexualidade), o que, apesar da forte presença de contingentes da classe média, lhes conferia um caráter mais policlassista. Aqui, muitos desses movimentos, embora incorporassem estes objetivos, não lhes conferiram a mesma prioridade. Traziam a marca de um monoclassismo muito determinado, pois se inseriam nas franjas de um imenso proletariado em processo de constituição.

² A este respeito, Antunes (1988).

1.2. MST: um novo “novíssimo” movimento social?

A primeira metade dos anos 90 foi marcada por um arrefecimento dos chamados “novos movimentos sociais”. Não faltaram, inclusive, os balanços que, na sua maioria, associavam este processo à aquisição de maturidade por estes movimentos, os quais teriam substituído os rígidos princípios pelo pragmatismo, o confronto pela negociação, os militantes pelas assessorias³. Todas estas mudanças teriam convergido para uma transformação fundamental: os novos movimentos sociais passaram a encarar o Estado e as empresas capitalistas como aliados, parceiros, e não adversários (Cardoso, 1994; Doimo, 1995; Gohn, 1997).

Pouco tempo se passou e outros movimentos que, de um modo ou de outro, se pretendem portadores de um projeto de transformação social, adquiriram extraordinária visibilidade em vários países latino-americanos (Petras, 1997; 1999). No caso do Brasil, num momento em que parecia arrefecer “a onda de lutas que, nos anos 80, teve como principal empuxe o movimento operário e quando alguns autores chegam a afirmar que, finalmente, se constituiu, via neoliberalismo, uma hegemonia burguesa no país” aflora o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Almeida & Sanchez, 1998: 79) com impressionante vitalidade ao imprimir, apesar de seus poucos recursos, verdadeiras derrotas (parciais) à onda neoliberal. Nesta perspectiva de análise, Santos assinala que “suas preocupações em termos de tecnologia agrícola de ponta, de questões ambientais e de educação de seus quadros e das crianças o colocam certamente na vanguarda de toda a sociedade brasileira” (2005: 85).

³ Um exame crítico a estas análises pode ser encontrado em Coutinho (2005).

Como analisar o surgimento do MST no âmbito deste debate? Trata-se de um novo “novo” (novíssimo?) movimento social? Quais são as “novíssimas” novidades deste movimento social? Trata-se de um dos movimentos sociais contemporâneos que apresentam potencial de transformação sócio-políticas e, ao mesmo tempo, profundamente marcados por transformações que ocorrem em escala planetária.

O MST aglutina inúmeras experiências do passado: organizações rurais do pré-64; movimentos urbanos ligados às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) sob a orientação da Teologia da Libertação e influenciadas igualmente por parte da esquerda marxista; novas formas de lutas adquiridas no interior do próprio movimento. De acordo com Stédile & Fernandes (1999) muitas organizações camponesas influenciaram o MST. Uma das principais referências são as *Ligas Camponesas* dos anos 50⁴. Tratava-se de uma organização política de pequenos proprietários rurais e de assalariados agrícolas que resistiam à expropriação. Enquanto a direção do Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica defendiam uma reforma agrária em etapas, as *Ligas*, ao contrário, queriam uma reforma agrária radical. Apesar da resistência e disseminação em várias regiões, com o golpe de Estado de 1964 os militares conseguiram exterminá-las.

O golpe militar fechou as principais vias de organização e de mobilização. Um setor da Igreja Católica se tornou ao longo dos anos 70 a grande força de oposição ao regime ditatorial. Inspirada pela Teologia da Libertação, trabalhando sob o signo da “opção preferencial pelos pobres”, a

⁴ As *Ligas* surgiram com o apoio do Partido Comunista que buscava uma política fora das cidades e fazia confronto com a oligarquia brasileira. este respeito consultar: Andrade (2000); Bastos (1984); Julião (1962); Stédile (2002).

CPT (Comissão Pastoral da Terra) se tornou uma escola de formação de dirigentes camponeses. Sob a insígnia do “Reino de Deus”, a CPT projetou um mundo novo aqui na terra. Uma das características de sua cultura sócio-religiosa se realiza por meio da crítica das conseqüências sociais dramáticas da introdução do capitalismo no campo (desemprego, expulsão dos trabalhadores, empobrecimento, êxodo rural), e da “denúncia da política de ‘modernização’ autoritária dos militares e de seus projetos faraônicos, e mais tarde a rejeição da orientação neoliberal dos governos civis” (Löwy, 2003: 7).

Estas experiências marxistas e cristãs assim como a luta fundamental dos trabalhadores expulsos da terra, deram surgimento ao MST. A luta pela terra adquiriu de maneira mais explícita uma dimensão mais ampla: a da luta pela democracia. A origem do MST remonta ao ano de 1979 com as ocupações das fazendas Macali e Brilhante em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Nos anos seguintes, novas ocupações ocorreram nos estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Goiás (Stédile, 1997: 71). Entre 1981 e 1983 começou a se definir uma imensa variedade de formas de luta do movimento: “ocupam órgãos públicos, fazem greve de fome, passeatas nas grandes e pequenas cidades, marcham ao longo das rodovias (as ‘caminhadas’), propõem jornadas nacionais a outras forças políticas” (Almeida & Sanchez, 1998: 80).

No entanto, é a data de 1984 em que se comemora a fundação do MST como um movimento nacional. Em janeiro daquele ano houve na cidade de Cascavel, no Paraná, “o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 estados”. Ali

foram definidos os princípios, as formas de organização, reivindicações, estruturas e formas de luta do movimento (Stédile & Fernandes, 1999: 45). Os objetivos gerais começaram igualmente a ser delineados, dentre os quais se destacam:

- Lutar pela reforma agrária radical;
- Lutar por uma sociedade justa e igualitária e acabar com o capitalismo;
- Reforçar a luta pela terra, com a participação de todos os trabalhadores;
- Exigir que a terra esteja nas mãos dos que trabalham nela para sua subsistência e de suas famílias;
- Manter sempre a autonomia política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Deste Encontro resultam também o nome e articulação própria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A grande imprensa, segundo Stédile, já os chamavam de “Movimento dos Sem Terra” e, depois de reflexão profunda, resolveram assumir “o apelido pelo qual já éramos conhecidos pela sociedade: ‘os sem-terra’” (Stédile & Fernandes, 1999: 47). Desde o início, portanto, está presente um debate ideológico com a imprensa brasileira que se acirrou nos anos 90 quando o Movimento ganhou maior visibilidade, sobretudo no ano de 1997 com a “Marcha dos 100 mil à Brasília”.

O MST rompe com formas de comportamento de militância política do passado, que colocava de um lado os movimentos populares como forma de expressão e, de outro, o partido como atividade política. Sua estrutura organizacional se apresenta da forma a seguir.



Fonte: Franco (2004: 141)

Há uma Coordenação Nacional, composta por militantes representantes dos estados; uma Direção Nacional, formada por um representante por estado. As duas são eleitas nos Encontros Nacionais que ocorrem a cada dois anos. Além da eleição, este Encontro é utilizado pelos militantes como o “momento de avaliação dos processos e diretrizes de organização de regime interno e da revisão, avaliação e análise da conjuntura” (Franco, 2004: 139). A cada cinco anos ocorrem ainda os Congressos Nacionais, instância máxima do Movimento, com debates para definir uma linha de atuação comum para o conjunto do MST. Segundo Stédile, é a oportunidade que a militância tem de ter contato com estudiosos, especialistas, professores universitários, além de “personalidades reconhecidas ou políticos do cenário nacional. A militância sai com o mesmo entendimento, sabendo quais são os grandes debates

que estão sendo feitos internamente no MST e no cenário político do país” (Stédile & Fernandes, 1999: 83).

Os debates maiores ocorrem nos Encontros anuais dos estados e das regiões quando são eleitas, em cada um dos níveis, suas Coordenação e Direção. Ali são estabelecidas as prioridades e diretrizes com uma metodologia adequada à realidade regional. De acordo com Franco (2004), “as reuniões regionais têm lugar com maior frequência que as estaduais e nelas se discutem as ações, atividades, encaminhamentos e propostas específicas em cada comarca” (Franco, 2004: 140).

É também nos Encontros estaduais e regionais que se discute a estruturação dos setores, compostos por acampado(a)s e assentado(a)s militantes que tanto configuram a base do MST como fazem o vínculo com as coordenações e direções estaduais e nacionais. Os setores são elaborados “a partir das demandas que a luta e a organização vão apresentando”. A organização dos setores forma a organicidade do MST e permite “qualificar ou *profissionalizar* as lideranças e os militantes” , além de “propiciar a maior divisão de tarefas, possibilitando o envolvimento e a participação de um número cada vez maior de pessoas no conjunto da organização” (Pizzeta, 1999: 187). Os principais setores são:

- **Frente de Massas** – planeja as ocupações e dirige os acampamentos;
- **Produção** – atua na organização da produção nos assentamentos;
- **Educação** – organiza escolas nos acampamentos e assentamentos;
- **Comunicação** – divulga boletins na imprensa e incentiva as rádios comunitárias nos assentamentos;

- **Cultura** – promove a cultura camponesa e o fomento de atividades culturais e esportivas no meio rural;
- **Saúde** – acompanha as carências básicas no âmbito da saúde nos acampamentos e assentamentos;
- **Gênero** – responsável em organizar os Coletivos de Gênero e mobilizar politicamente as mulheres nos acampamentos e assentamentos;
- **Formação** – encarrega-se do aprofundamento político e ideológico das bases acampadas e assentadas (Franco, 2004).

Não há um organograma preciso sobre os setores do MST. Eles vão surgindo de acordo com a necessidade. Sabe-se que o primeiro a existir foi o de Frente de Massas para enfrentar a tática de violência da UDR. De acordo com Stédile, foram reunidos os “companheiros que se preocupavam em se aprimorar sobre as formas que os nossos inimigos utilizavam, começaram a chamar de Frente de Massas” (Stédile & Fernandes, 1999: 93). Nem todas as atividades se caracterizam como setor, pelo fato de algumas serem mais nacionais e outras predominantemente estaduais. No processo as atividades vão se redefinindo. É o caso do hoje conhecido setor de gênero⁵. Em 1999, Stédile dizia “de dois anos para cá, começamos um trabalho específico com mulheres. Há um coletivo nacional que produz material, faz uma reflexão mais teórica sobre a questão de gênero, mas isso não é setor, não significa

⁵ Foge inteiramente aos objetivos deste trabalho analisar cada um dos setores. Apenas o de gênero será diretamente objeto de análise em capítulo referente à participação das mulheres no MST. Os outros serão mencionados à medida que se relacionarem a determinadas atividades nos acampamentos e assentamentos.

que todos os estados tenham coletivos de mulheres” (Stédile & Fernandes, 1999: 94).

Para alguns líderes, o Movimento encontrou “um novo jeito de se fazer organização de massas, de vincular questões populares, sindicais e corporativas com o processo político mais amplo” (Mauro, 1999: 89). Rompendo com o conhecido mecanismo de cooptação⁶, substituem a liderança única pela Coordenação coletiva, cujos nomes do(a)s componentes não são divulgados. Dos 26 componentes da Direção Nacional, aproximadamente 5 líderes falam em nome do Movimento aos meios de comunicação.

Sem uma definição de regras claras de atuação devidamente institucionalizadas o Movimento foi ganhando terreno ao passo que os sindicatos o perdiam. Uma explicação plausível, segundo Comparato, “pode ser a estratégia bem sucedida do governo de desmoralizar os movimentos sindicais ao reprimir duramente a greve dos petroleiros, de um lado, e de anular as pressões dos sindicatos no Congresso, com a aprovação da reforma da previdência, de outro lado” (2003: 127).

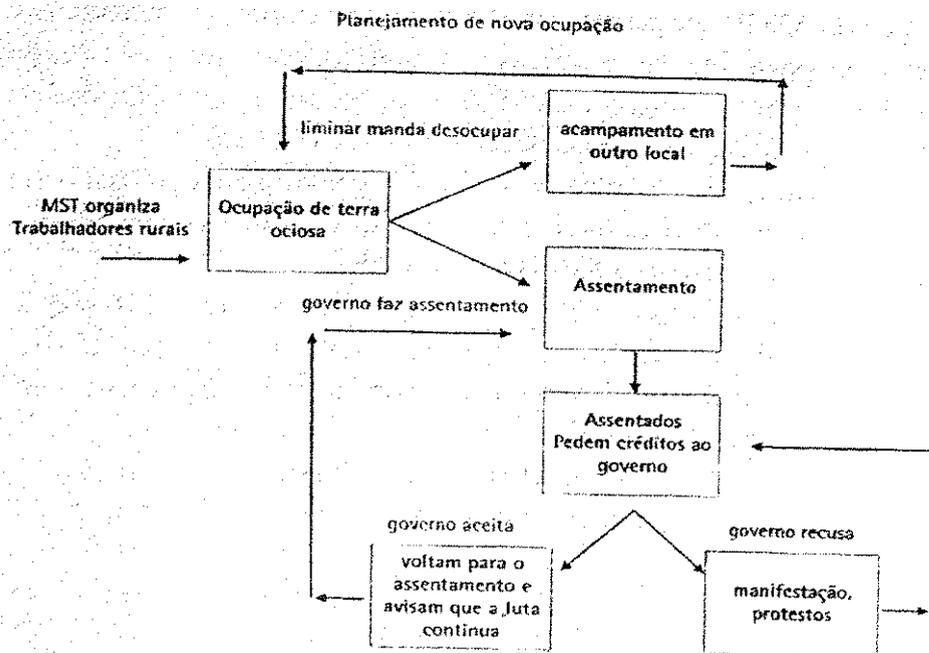
No caso do MST, não foi possível apagar as “invenções democráticas”⁷ expressas nas “formas de organização, de luta e de

⁶ Apesar das cautelas organizativas, o governo Fernando Henrique Cardoso fez, sobretudo no ano de 2000, intensas investidas para cooptar conhecida liderança do Pontal do Paranapanema, como estratégia de desmobilização e desmoralização do MST, como veremos adiante.

⁷ Expressão utilizada por Machado (2004) para se contrapor à de Lefort (1983) que considera a democracia como uma criação constante de novos direitos, negligenciando o fato de que a democracia burguesa não se acanha em retirá-los quando bem lhe convier e puder.

resistência à hegemonia burguesa” (Machado, 2004: 168). Para Machado, “as classes populares nos embates políticos ao poder burguês engendram formas democráticas de organização, estabelecem padrões de comportamento social e político distintos das sociedades burguesas”. Há uma forte tendência a investirem na formação política de seus militantes e praticarem formas horizontais de decisão e de poder. Além, de combaterem os privilégios e defenderem “o princípio da igualdade e da solidariedade de classe” (Machado, 2004: 168-169).

Uma das principais invenções democráticas do MST têm sido a ocupações coletivas de terras, feitas de modo organizado por um grande número de famílias, como forma de pressionar o governo, como mostra o organograma a seguir.



Fonte: Comparato (2003: 94)

Este ciclo aos poucos vai tomando forma na medida em que apresentamos nosso trabalho. Por enquanto, trata-se de demonstrar que é uma relação processual envolvendo muitas contradições. A começar pela forma de apropriação do termo “ocupação”, como uma maneira de expressar a luta ideológica do MST e dos setores da esquerda, contra a utilização pejorativa e criminalizante do termo “invasão”, utilizada pelos grandes meios de comunicação da burguesia brasileira. O jornal *O Estado de S. Paulo*, de 3 de novembro de 1995, ressalta que as autoridades públicas deveriam impor o respeito à lei, ao invés de aceitar as “invasões” e negociar. Lê-se neste jornal que a “organização nacional do movimento conseguiu êxitos políticos inegáveis na sua política de invasão. As autoridades federais e estaduais, especialmente as primeiras, não se deram conta do dano que a acomodação diante das violações da lei poderia causar para todo o ordenamento jurídico do país, que assenta, gostemos ou não, sobre uma certa idéia de hierarquia e ordem” (OESP, 3/11/95).

Ao mesmo tempo, a relação do MST com os grandes meios de comunicação tem sido para suas lideranças uma tentativa de encontrar estratégias e habilidades para ganhar visibilidade e evitar a repressão. Os estrategistas do MST, sabem que um acampamento à beira de uma rodovia tem mais visibilidade do que no interior das terras. A eficácia é igualmente garantida ao “montar um acampamento provisório em frente ao palácio do governo ou diante dos órgãos do governo ou agências bancárias garante presença no noticiário da televisão e nos jornais”. Da mesma maneira, ressalta Comparato, “a ocupação de prédios públicos ou a concentração de militantes em frente à fazenda da família do Presidente da República, por sua vez, garante um lugar de destaque na imprensa enquanto durar a ocupação” (Comparato, 2003: 138).

No entanto, o teor predominante dos meios de comunicação para se referir ao Movimento é sempre desqualificador. O jornal *O Estado de S. Paulo* foi mais incisivo quando, em 2000, o MST ocupou 500 fazendas em protesto às comemorações oficiais dos 500 anos do descobrimento, em Porto Seguro. Para o jornal, “invasões de prédios públicos devem ser, antes de mais nada, evitados a todo custo, mas, uma vez consumada a violência criminosa, a desocupação deve ser imediata e *manu militari*, seja a que preço for”. E, enfaticamente, protesta, pois, “são os invasores que devem temer as conseqüências do uso da força pelos agentes da ordem, e não o governo, que tem agido como se receasse a má publicidade que acompanha a repressão dos atos ilegais do MST, desconsiderando os danos que a ação desabrida dos sem terra está causando, não apenas ao governo, mas ao regime democrático” (OESP, 4/5/2000).

Embora o jornal *O Estado de S. Paulo* seja fervoroso representante da grande imprensa brasileira, que se comporta claramente como defensora dos interesses da classe dominante, este não é o único a se referir ao MST com teor criminalizador em seus editoriais. Quando o assunto é sem terra há consenso dos grandes meios de comunicação a favor do governo (Comparato, 2003: 119). As duas citações destacadas sinalizam o embate político-ideológico presente na utilização dos termos “invasão” ou “ocupação”. Voese (1998) faz uma contundente análise da forma como a utilização do texto jornalístico pode desautorizar ou legitimar um ato. Para o autor, quando o enunciante usa aspas para “invasão dos portugueses” e não as usa para se referir à invadir fazendas, significa que o enunciante assumiu uma posição em relação ao texto. Não há a aparente neutralidade que muitos jornalistas reivindicam. O mesmo ocorre com a palavra ocupar quando é utilizada com aspas significando uma

desautorização deste ato do MST. Mais do que isto, “indica que se trava aí um confronto que diz respeito à questão da propriedade: afinal, se uma terra tem proprietário, não será ocupada por outros, mas invadida”. Segundo Voese, isto explica porque, “para o enunciante, os índios, na época da chegada dos portugueses, não eram os donos das terras, ou seja, a palavra ‘propriedade’ só faz parte da língua usada em determinado universo cultural e ideológico” (Voese, 1998: 65).

Para o MST, ao contrário, ocupar é um ato pedagógico: “um processo coletivo que é educativo, na medida em que possibilita a tomada de consciência” (Silva, 2001: 45), um processo de formação que envolve uma fase de preparação garantida pelo setor de Frente de Massas⁸ e outra posterior materializada pela implantação dos acampamentos como espaços político-sociais.

⁸ Este setor será melhor detalhado adiante quando trataremos da organicidade política dos acampamentos. Aqui cabe mencionar que é o setor que comanda as mobilizações e recruta novos militantes para o Movimento.

2. ÀS BORDAS DA DEMOCRACIA BURGUESA

2.1. Ocupações de terras: conflitos e (i)legalidades

As ocupações, que são as principais formas de luta para a implantação dos assentamentos, contribuem para o retorno dos trabalhadores e trabalhadoras ao meio rural, mas também repercutem diretamente no embate entre latifundiários grileiros, Estado e MST.

Ocupar uma área não é tarefa das mais fáceis. Antes de tudo, é preciso se convencer e convencer sua família de que se vive uma situação de injustiça inaceitável contra a qual é necessário lutar. Em seguida, é preciso vencer um medo real da violência que poderá vir dos latifundiários e/ ou da polícia do Estado. É preciso ainda saber que se está ocupando uma área sem saber ao certo quais serão os desdobramentos. Assim, “quando os sem-terras decidem fazer uma ocupação, se engajam num confronto com um sistema político, mas também com um conjunto de representações ideológicas que privilegiam a propriedade privada e o capital” (Gonçalves, 2004a: 42). A resposta não tarda: intensifica-se a repressão aos sem-terras.

As ocupações de terra, primeiro passo para o estabelecimento dos acampamentos, ocorrem em áreas legalmente irregulares por desrespeitarem o princípio constitucional de utilização social da terra. O artigo 186, capítulo III, da Constituição Brasileira, “Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária”, explicita que

“A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I. aproveitamento racional e adequado;
- II. Utilização adequada dos recursos naturais;
- III. Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV. Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores” (Constituição Brasileira, 1988: 78)

Porém, a própria Constituição dificulta as desapropriações de terras ao mencionar que são passíveis de reforma agrária somente as “terras improdutivas”, pois, quando os órgãos oficiais realizam as vistorias, “apegam-se a esta realidade ou às intenções de produzir do proprietário, e acabam definindo também como propriedade produtiva as áreas que não cumprem definitivamente qualquer função social” (Bogo, 1999: 71).

A indefinição contida no termo “terra improdutiva” foi objeto de inúmeros debates e ações. A ocupação que deu origem ao acampamento *Nova Canudos*, na região de Sorocaba, estado de São Paulo, merece destaque. Ocorrida em 1999, provocou uma mudança de perspectiva, pois pela primeira vez o MST ocupou uma área utilizada para o plantio de cana e produção de açúcar, colocando em debate o critério de “função social” da terra. Por produtiva, o Movimento considera aquela terra que cumpre uma função social. Desta forma, “monocultura de cana-de-açúcar com 11 mil hectares, concentrada nas mãos de poucas famílias, que fazem de sua propriedade um instrumento de acumulação pessoal de riqueza e de

exploração dos trabalhadores, não pode ser considerada produtiva". (Buzetto, 1999: 144-145).

As ocupações podem igualmente ocorrer quando o processo de apropriação da gleba por particulares dá-se de maneira ilícita, por meio da prática de grilagem, convênios duvidosos com o Estado. Porém, qualquer que seja a situação jurídica da área ocupada, a etapa seguinte à ocupação é o despejo. De acordo com Turatti, "os proprietários, mesmo que o uso dessa nomeação possa ser discutível, requerem um mandato de reintegração de posse à justiça local e a desocupação é efetuada". Em alguns casos isto ocorre pacificamente, mediante apenas o informe do oficial de justiça, mas na maioria das vezes, sob a mira das forças policiais. A autora destaca que "o maior problema que os acampados enfrentam, na primeira ocupação, caso ela seja efetuada em terras particulares, é a violência dos ataques realizados pelo contingente das chamadas 'polícias privadas', os tão conhecidos jagunços" (Turatti, 1999: 54).

Após o despejo, os acampados instalam-se nas imediações da área desejada para desapropriação. Ficam freqüentemente à beira das rodovias. A etapa de ocupação-despejo re-ocupação-novo despejo pode durar de dois a mais anos.

As ocupações se tornam, portanto, um elemento gerador de assentamentos, pois "pressiona o governo que implanta assentamentos com vistas a minimizar os conflitos no meio rural" (Fernandes *et alli*, 2003: 71). Além disso, houve situações de processo de prisão de lideranças em que o Supremo Tribunal de Justiça produziu acórdão "que afirma que as ocupações de terra feitas de forma massiva, com objetivo de pressionar

pela reforma agrária, por um movimento social, não significam esbulho processório”. Desta forma, “não se constituem em crimes, e esses fatos não podem ser julgados à luz do Código Penal (como costumavam fazer os juízes) mas sob a luz da Constituição, que determina que o governo tem a obrigação de desapropriar todas as grandes propriedades improdutivas” (Stédile & Fernandes, 1999: 116).

A partir desse acórdão criou-se uma jurisprudência para que, do ponto de vista jurídico, as ocupações massivas sejam tratadas como problemas sociais e não como esbulho de patrimônio, em proveito privado (Stédile & Fernandes, 1999: 116).

Naves (2001) chamou a atenção para a ilusão da jurisprudência que a esquerda cultua nos moldes da sociedade burguesa. A burguesia que legaliza certas práticas é a mesma que “criminaliza todas as formas de luta que permanecem fora do direito, isto é, fora do campo da legalidade por ela estabelecido, o que equivale a dizer fora do campo de luta que lhe é mais vantajoso” (2001: 70). Este processo de legalização consiste, segundo o autor, “em uma negação da luta de classe operária por meio de um deslocamento do espaço de existência dessa classe para dentro do campo jurídico” (2001: 70). É por esta razão, continua o autor, que “*do ponto de vista das classes dominadas*, o respeito à legalidade, o culto aos direitos, à Constituição, significa reproduzir as condições da valorização do valor e a renúncia à luta contra a dominação burguesa” (Naves, 2001: 71).

As contradições mencionadas pelo autor ficam ainda mais contundentes no momento da instalação dos assentamentos. Mesmo que o MST tenha colocado em seu horizonte político as cooperativas de

produção, até agora (em função de vários fatores, mas principalmente, por causa das dívidas junto a bancos e Estado) predominou a produção nos moldes capitalistas⁹. Os assentados se voltam para as relações de produção e “perdem a dimensão política das lutas do MST, ou seja, o questionamento ao regime jurídico de propriedade” (Machado, 2004: 173).

Apesar destas limitações e num movimento igualmente contraditório as ocupações de terra demonstram claramente a natureza burguesa do Estado brasileiro e “desmascaram os limites da democracia burguesa e as novas formas de dominação política e ideológica” (Machado, 2004: 167). São “uma forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Não há, enfim, oportunidade para escamotear o problema social” (Stédile & Fernandes, 1999: 113).

As ações do MST, e sobretudo as ocupações, contribuíram para que de forma gradual, o direito fosse alvo de mudanças. O grande proprietário de terras aos poucos deixa de ser considerado como o símbolo positivo e os que lutam pela terra deixam de ser “um bando de desordeiros” (Varella, 1997: 189). No entanto, estas mudanças ainda permanecem pautadas pela “interpretação do juiz” fazendo com que a lei nem sempre seja aplicada à risca. Esta ambigüidade se manifesta em diversos textos segundo os quais “o juiz poderá em determinados casos beneficiar o réu, e, embora a expressão ‘poder’ dê um sentido de faculdade, a ‘doutrina dominante’ diz que deve-se entender o texto como ‘deve beneficiar o réu’,

⁹ Esta limitação será analisada em capítulo referente à implantação dos assentamentos.

portanto, sem qualquer faculdade, como uma obrigação e, na prática, a faculdade desaparece” (Varella, 1997: 190).

Embora os aspectos penais estejam em mutação, a vitória e o sucesso das ocupações dependem da correlação de forças políticas diretamente ligada ao número e à combatividade de pessoas envolvidas, ao local da ocupação, ao menor ou maior poder de influência do latifundiário e, claro, à conjuntura política. Ainda assim, elas “continuam a ser a principal forma de pressão de massas que os camponeses têm para, de forma prática, fazer a reforma agrária avançar e terem acesso direto à terra para trabalhar” (Stédile & Fernandes, 1999: 117). Por meio das ocupações foram conquistados na região do Pontal do Paranapanema 81 assentamentos, permitindo a inserção sócio-política dos ‘sem-terra’ no desenvolvimento local e regional.

Não obstante, Fernandes *et alii* observam que “os líderes e coordenadores do Movimento são criminalizados por essas ações, perseguidos e aprisionados, ao mesmo tempo em que os governos federal e estaduais implantaram assentamentos resultantes das ocupações de terra” (2003: 72).

No início dos anos 80 Martins chamava a atenção para a militarização da questão agrária promovida pelo regime militar com o objetivo de “controlar e domesticar o demônio político que ele libertou com a sua política agrária e econômica” (Martins, 1984: 15). O que não se imaginava era que os governos democráticos aperfeiçoariam esta estratégia. Em 24 de maio de 2001 o governo de Fernando Henrique Cardoso adotou a Medida Provisória 2109-52 por meio da qual a luta pela

terra passou a ser judicializada e criminalizada. Os artigos sexto e sétimo desta medida merecem destaque:

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações.

§ 7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações (Diário Oficial da União de 25.05.2001).

A adoção desta medida provisória levou não somente à criminalização da luta pela terra, mas também à intensificação dos conflitos:

“em 2000, aconteceram 660 conflitos; em 2001, foram 880; em 2002, registrou-se 925; e em 2003 até o mês de novembro, já são 1.197 os conflitos” (Oliveira, 2004: 4). No ano de 2001, a Comissão Pastoral da Terra registrou a prisão de 254 trabalhadores sem-terras no Brasil. Até julho de 2002 foram registradas 52 prisões somente dos membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Ao exigir que os que conquistaram a posse da terra não se envolvam mais em conflitos fundiários, esta medida provisória se torna também uma das principais responsáveis pela desmobilização destes no que diz respeito ao apoio aos que ainda estão acampados.

2.2. De proletários a cidadãos: a ideologia do contrato social

A partir de uma intensa releitura das obras de Marx, vários autores têm insistido na formulação, ainda bastante abstrata, de que o modo de produção capitalista institui a igualdade de status jurídico entre os agentes do processo de produção. Estamos, diante de indivíduos livres não-proprietários dos meios de produção e proprietários apenas de sua força de trabalho. Deste modo, estes indivíduos são considerados “sujeitos” de direitos: direito à segurança, à propriedade, à liberdade de ir e vir. São cidadãos civis.

Existe uma relação de correspondência entre as relações de produção e as dimensões jurídico-políticas e ideológicas do capitalismo. Quando o trabalhador direto detém, de algum modo, a posse dos meios de produção, se estabelece algum tipo de relação de dependência entre ele e

o proprietário desses meios de produção. Em um aparente paradoxo, é a expropriação completa deste trabalhador direto que cria as condições para que ele seja constituído, no plano jurídico-político (e ideológico) como cidadão¹⁰. Apoiando-se principalmente em autores de influência althusseriana, Almeida afirma que a plena separação “entre o proletário e os meios de produção encontra sua correspondência em uma estrutura jurídico-política que constitui os trabalhadores diretos no capitalismo como sujeitos, situando-os, neste âmbito, em uma relação de igualdade com os proprietários do capital”. Esta constituição de uma esfera de igualdade é um obstáculo fundamental para a organização do proletariado como classe distinta e antagônica em relação àquela que detém o poder político na sociedade burguesa (1995: 27).

Se, na esfera das relações mais estritamente econômicas, a plena separação entre os trabalhadores e os meios de produção não tende a reproduzir, como observa Almeida (1995), indivíduos-sujeitos e sim classes, impõe-se a necessidade de um tipo de ideologia que seja capaz de realizar tal proeza, ou seja, que possa “interpelar” os trabalhadores diretos como sujeitos livres, cidadãos. Poulantzas (1978) identifica o Estado capitalista como a principal instância que assegura a estruturação e a disseminação desta ideologia, bem como de um conjunto de ordenamentos jurídico-políticos nos quais ela se materializa. Este Estado não aparece como um Estado de classe, mas como a encarnação da soberania da comunidade nacional, comunidade constituída por cidadãos livres e iguais. É uma situação bastante distinta da que tipifica o modo de produção feudal, onde, já no âmbito das relações de produção, se obstruía a

¹⁰ As bases para esta formulação estão em Marx (1988: 245-250). Seus desenvolvimentos podem ser encontrados, principalmente, em Poulantzas (1978).

possibilidade da “representação ideológica do público e do privado como esferas distintas”, pois não havia nenhuma distinção entre “os recursos pessoais do senhor feudal e os recursos da comunidade política”. Da mesma forma, frente aos seus trabalhadores-dependentes, os direitos do nobre se apresentavam, “simultaneamente, como direitos políticos e direitos do proprietário privado”. Em suma, no pré-capitalismo, o poder político estava imbricado com a dominação direta do proprietário sobre o trabalhador (Pasukanis, 1970: 124 e ss.).

Não se identificando com a classe dos proprietários dos meios de produção, o Estado burguês se apresenta como a suprema expressão do interesse geral, do bem público, por oposição aos diversos particularismos que caracterizam o reino do privado. A ele cabe, portanto, desempenhar o papel de tornar comum interesses divergentes. Em tese, assistimos, no interior da articulação das relações de produção capitalistas com o Estado burguês, à constituição de todos os agentes do processo de produção como cidadãos e a uma nítida demarcação entre o público e o privado.

Esta demarcação entre o público e o privado no modo de produção capitalista deve ser qualificada, de modo a não se confundir com a que ocorria no escravismo antigo. A distinção implicava que a reprodução biológica e o trabalho voltado para a sobrevivência, inclusive o executado pelo chefe da família, ficassem no âmbito do privado. Este era o nicho onde se fixavam a mulher e o escravo e onde o cidadão exercia seu domínio incontestado, cabendo, inclusive, o exercício da violência. Era daí – e justamente por dominar aí – que ele partia para a vida na *polis*, onde todos eram iguais. Ou, nos termos de Arendt, “dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois o chefe da família, seu dominante, só era

considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais” (1995:42)¹¹.

Held observa que a democracia ateniense era altamente restrita: uma democracia de patriarcas e escravistas. “Apenas os homens atenienses com mais de 20 anos podiam se tornar cidadãos”. O autor enfatiza que “as mulheres não tinham direitos políticos e seus direitos civis eram estritamente limitados”. Além das mulheres, os imigrantes e, principalmente, escravos eram politicamente marginalizados, havendo, portanto, um laço indiviso entre escravatura e democracia (Held, 1987: 21).

No modo de produção capitalista, a demarcação entre o público e o privado se dá sobre outras bases. A condição de trabalhador direto não implica, do ponto de vista formal, a interdição do acesso à chamada esfera pública: o próprio contrato de trabalho supõe a relação entre indivíduos-sujeitos livres e fundamentalmente iguais (as desigualdades são consideradas secundárias) e, nesta condição, capazes, em princípio, de discernimento quanto à coisa pública. Mesmo em regimes ditatoriais, o acesso aos postos da burocracia estatal é formalmente aberto a todos os agentes do processo de produção, constituídos como portadores de direitos. Não se trata, portanto, da segregação formal de uma parte dos seres humanos (mulheres, escravos). Trata-se da diferenciação entre esferas da vida social, pelas quais, em princípio, todos podem transitar.

O Estado burguês universaliza a condição de cidadão. É justamente este processo de expansão da cidadania que torna possível a

¹¹ Não nos deteremos, neste trabalho, na diferenciação que Arendt detecta, por exemplo, na p. 42, entre as noções de igualdade para os gregos antigos e a que predomina na sociedade capitalista.

constituição de uma coletividade mais inclusiva do que a *pólis*: a nação moderna. Held enfatiza que “nas primeiras (e mais influentes) doutrinas liberais, os indivíduos eram concebidos como ‘livres e iguais’ com ‘direitos naturais’; ou seja, com direitos inalienáveis com os quais eram contemplados desde o nascimento”. Contudo, o autor salienta que desde o princípio “estes ‘indivíduos’ eram do sexo masculino e donos de propriedades; e a nova liberdade era, em primeiro lugar, para os homens das novas classes médias, ou a burguesia” e que o “domínio dos homens na vida pública e privada não foi, em grande parte, questionado por proeminentes pensadores liberais até o século dezanove” (1987: 39).

Como explicar esta contradição entre um certo universalismo da ideologia burguesa e o particularismo da classe dominante no capitalismo? Embora não tenhamos a pretensão de aprofundar o exame da questão – o que passaria necessariamente pela análise das complexas relações entre liberalismo e democracia –, julgamos que a abordagem da referida contradição requer algumas formulações de caráter teórico. A primeira delas é que não se deve confundir a estrutura ideológica do modo de produção capitalista com a ideologia concreta da burguesia em formações sociais determinadas.

A grande maioria dos pensadores burgueses teve dificuldades para aceitar a participação política dos trabalhadores ou mesmo admitir sua plena capacidade para o exercício da própria cidadania civil. Como observa Losurdo (1998), não faltaram intelectuais como Locke, Mandeville, Constant

e Adam Smith para compararem a condição operária à do escravo¹² e concluírem que, como o trabalho embrutece o proletário moderno ao ponto de o reduzir a uma condição de desumanidade, nada mais razoável do que excluí-lo da atividade política. Não por acaso, muitos destes intelectuais mantinham uma relação complexa com os pensadores gregos. Por um lado, atribuíam formalmente um valor positivo ao privado no capitalismo. Neste caso, o exemplo mais ilustre talvez seja o de Constant, com sua apologia da “liberdade dos modernos”. Por outro lado, mostravam-se muito ciosos em resguardar a esfera pública da participação dos trabalhadores.

Nos termos de Losurdo, a desqualificação dos trabalhadores para a participação política em nada perturbava “a boa consciência da burguesia liberal. Afinal – argumentavam eles – as relações de produção e as condições materiais de vida remetem a uma esfera extra (e pré)-política (tese que, em nossos dias, foi radicalizada por Hannah Arendt)” (1998:76).

Arendt vai fundo no exame da relação público-privado na antigüidade, mas assume esta relação como paradigmática, o que termina contribuindo para um paradoxo: as observações que ela faz sobre a “promoção do social”, processo que, teria tornado quase irreconhecível a distinção entre o público e o privado (1995: 47). Segundo Arendt, “desde o advento da sociedade, desde a admissão das atividades caseiras e da economia doméstica à esfera pública, a nova esfera tem-se caracterizado principalmente por uma irresistível tendência de crescer, de devorar as

¹² Rancière (1974: 22) observa que, ao longo do século XIX, os operários denunciavam “a identidade tendencial da dominação burguesa e do feudalismo, do trabalho assalariado e da servidão”.

esferas mais antigas do político e do privado, bem como a esfera mais recente da intimidade” (1995: 55).

Ora, para importantes vertentes da tradição liberal, “a ‘política’, a ‘esfera pública’ e os ‘assuntos públicos’ continuavam a ser sinônimos do reino dos homens, especialmente dos homens de posses” (Held, 1987:62). É exatamente uma conclusão oposta à de Arendt, ao sugerir “que a era moderna emancipou as classes operárias e as mulheres quase no mesmo momento histórico” (1995: 83). Para Arendt, isto se deveu ao fato de não mais se acreditar que as funções corporais e os interesses materiais, a que mulheres e escravos eram submetidos, deviam ser escondidos.

Como Arendt não demonstra muito entusiasmo (para dizer o mínimo) pela participação dos trabalhadores na política, no que faz coro com uma longa tradição liberal, resta lamentar este processo de ampliação/redefinição do espaço público. Antes, este era o espaço restrito aos poucos iguais e que, apesar disso (*et pour cause*), era onde cada um destes procurava, por meio de suas realizações únicas, “demonstrar que era o melhor de todos” (1995: 51). Agora, a esfera pública deixa de ser o espaço da ventura para se tornar o reino do conformismo massificado (1995: 49 e ss.). Sem dúvida, ao se massificar no capitalismo, a condição da cidadania, especialmente ao se vincular à participação na esfera pública, se redefiniu.

Marini (1998) faz importantes observações sobre as limitações que a ordem burguesa impõe às massas populares. Para ele, este conceito de cidadania, que significou uma grande conquista democrática, “ainda sofre, no capitalismo, as limitações impostas pelas desigualdades de classe

e diferenças econômicas” (1998: 115). Cabe, portanto, chamar a atenção para o fato de que a “pureza” das estruturas típicas do modo de produção capitalista não é encontrável sequer nas formações sociais hegemônicas em seus períodos mais gloriosos. No caso da formação social brasileira, no período que interessa à nossa pesquisa, ou seja, quase um século após a constituição de um Estado burguês (1888-1891)¹³, ainda se manifestava a impossibilidade, mesmo nas regiões mais desenvolvidas, da plena constituição da cidadania civil.

Martins, por exemplo, é atento aos impasses da cidadania no que se refere aos que dependem dos grandes proprietários e dos chamados chefes políticos locais: “a vontade política de cada um ficou subordinada ao mando e dominação pessoal dos que mantinham e mantêm sob tutela agregados e trabalhadores. O clientelismo político não tem sido uma gratuidade nem expressão de atraso. Ele é produto de reais relações de dependência e dominação” (Martins, 1993: 170). Existe aqui, o que Martins chama de duplicidade do processo econômico e do processo político, duplicidade que “engendra ideologia e instituições democráticas e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, formas oligárquicas de organização do Estado e dos partidos políticos”. Para o autor, é como se a sociedade tivesse dois estamentos, com regras e direitos distintos: “de um lado, as oligarquias, senhoras do discurso liberal e democrático, defensoras dos direitos civis, da liberdade e da igualdade; inimigas da ditadura”; e, de outro lado, “a massa dos desvalidos, agregados e dependentes, cuja vontade política é tutelada pelas oligarquias, dependendo da troca de favores, o voto reduzido à condição de mercadoria...” (1993: 171).

¹³ A este respeito, Saes (1987).

O autor deixa claro que as relações de dependência pessoal se perpetuaram nos nossos dias, ou seja, mesmo depois de ter havido a separação entre o trabalhador e os meios de produção. Esta dificuldade de constituição da cidadania tem levado grande parte dos autores a hipostasiarem a importância deste estatuto jurídico-político (e ideológico). Este parece ser o caso de D'Incao, para quem a cidadania é algo “revolucionário num país marcado por relações sociais profundamente autoritárias e no qual a única lei que os setores populares puderam conhecer foi a lei do patrão, do chefe político ou dos governantes...” (1997: 210). Segundo esta autora, “o cidadão só existe a partir do momento em que as relações sociais são regidas por uma lei comum, diante da qual todos são iguais” (D'Incao, 1997: 210).

Esta formulação, embora destaque o caráter revolucionário que a cidadania adquire em relação ao pré-capitalismo, parece-nos unilateral, pois deixa de mencionar que esta oculta a dominação capitalista de classe (Gonçalves, 2004a). Trata-se de uma “ficção do contrato social”. Antes de tudo porque muitos dos indivíduos livres e autônomos que buscam os seus interesses na sociedade civil não são cidadãos (Santos, 1995: 238). Basta dizer que, em muitos países, o sufrágio universal só aconteceu neste século e para as mulheres, só na segunda metade do século.

Existe um estreito laço entre a noção de cidadania e a teoria liberal, e, por outro lado, entre ele e práticas político-ideológicas de importância crucial para a dominação burguesa. Articulada a tais práticas, a noção de cidadania “nivela a todos ‘nós’ na qualidade de sujeitos jurídicos. É ela que faz com que o operário menos qualificado e o alto funcionário do capital sejam ambos constituídos como fundamentalmente iguais” (Almeida,

1997: 181). O próprio Santos esclarece que mesmo a cidadania social, resultado de um amplo processo de lutas, significou, ao contrário de mais autonomia aos sujeitos, maior legitimação do Estado. Pasukanis contribui para a compreensão deste problema: não existe contradição no fato de grande número de cidadãos estar expropriado dos meios de produção, pois “a qualidade de ser sujeito jurídico é uma qualidade puramente formal” (1970: 116). De resto, a propriedade tipicamente capitalista é impensável sem a existência de proletários – cidadãos. Esta dimensão jurídica dificulta a formação da classe operária.

Aqui nos aproximamos da análise de Boito Jr. (2003) que, em análise de matriz poulantzana, identifica o impasse teórico existente nas formulações que reduzem a classe operária ao lugar ocupado pelos trabalhadores no processo de produção. Para o autor, a formação da classe operária é apenas uma possibilidade, não é um dado a priori. Situação contrária à da classe dominante no capitalismo que já está plenamente constituída como classe social: a burguesia. O Estado, que é a burguesia organizada como classe, “estabelece e legitima a propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho assalariado, a desigualdade de riquezas e todas as demais condições necessárias para que o capitalismo possa perpetuar-se” (Boito Jr., 2003: 243). Assim, a burguesia é “uma classe ativa que está, simultaneamente, presente na economia e no nível político da sociedade capitalista” (2003: 244).

Dai a importância, para o nosso trabalho, da relativa distinção entre as coordenadas mais abstratas de um modo de produção e as lutas de classes em uma formação social. Para o que nos interessa, cabe observar que, no escravismo antigo, as lutas dos escravos por “direitos”

política, que permanecia discreta até então: a União Democrática Ruralista. Ambas as forças na região, a exemplo do que ocorria no restante do Brasil, acabaram politizando a luta pela terra. Antes de tudo porque “as várias instâncias do aparelho de Estado – executivo, legislativo e judiciário – não poderiam mais ignorar a existência de uma questão agrária, geradora de conflitos e de violência no campo”. Também “os proprietários de terra, de um lado, e os sem-terra, de outro, apresentavam-se na cena política como verdadeiras forças sociais” (Coletti, 2002: 58).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ficou conhecido no Pontal do Paranapanema a partir de 1990 quando, sob sua direção, setecentas famílias ocuparam a Fazenda Nova do Pontal, localizada no distrito de Rosana¹⁴. Todavia, é preciso enfatizar que o surgimento do MST nesta região é resultado de um processo de acúmulo de experiências da luta pela terra.

Nas primeiras páginas da importante obra de D’Incao (1976), *O “bóia-fria”: acumulação e miséria*, o Pontal do Paranapanema aparecia como uma das possibilidades de estudo sobre os conflitos de terras que envolviam “proprietários, arrendatários, subarrendatários, ‘intrusos’ e respectivos advogados” (D’Incao, 1976: 35). A pesquisa só não foi realizada ali porque dentre os envolvidos “foi registrada a presença de ‘bóias-frias’ que residiam nas cidades vizinhas, e que se aproveitaram da oportunidade para ‘invadir’ as terras que estavam sendo questionadas, somando sua força a dos demais ‘posseiros’” (1976: 35). A origem destes conflitos mostram a complexidade do Pontal. As terras públicas foram arrendadas pelos supostos proprietários aos trabalhadores rurais. Porém,

¹⁴ Como vimos, Rosana se emancipou do município de Teodoro Sampaio em 1992.

antes destes arrendamentos, várias famílias de posseiros já ocupavam estas terras. O início do conflito relaciona-se com o processo de apropriação dessas terras. Segundo Antonio (1990), os supostos proprietários "para legitimarem suas posses arrendaram 'suas' terras a médios e grandes arrendatários. Estes, por sua vez, fazendo o papel de 'testas de ferro' desses latifundiários, subarrendaram a camponeses, que derrubaram a mata – reserva florestal do Pontal –, e cultivaram-na, pagando aos subarrendatários uma determinada renda" (Antonio, 1990: 41). Os latifundiários com este mecanismo não conseguiram legitimar suas posses, mas "arrolaram a questão na justiça" (1990: 42). A instalação das hidrelétricas inundou as terras da Reserva Florestal Lagoa São Paulo e a Cesp preferiu reassentar os posseiros em outra área imediatamente vizinha "resolvendo", portanto, parte do conflito.

Mas foram nos anos oitenta que emergiram os movimentos caracterizados como de luta pela terra, com mobilizações apoiadas por, principalmente, três instituições: "a Igreja, por intermédio das CEBs e da CPT; os partidos políticos, PMDB e PT; os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a Fetaesp e a CUT" (Fernandes, 1996: 96).

Se num primeiro momento, como vimos no capítulo I, as instalações das usinas hidrelétricas (Porto Primavera, no Rio Paraná; Rosana e Taquaruçu, no rio Paranapanema) e da Destilaria de Álcool Alcidia pareciam amenizar os conflitos proporcionando, como se desejava, a elevação do padrão de vida da população e, sobretudo, criando a expectativa de mais de trinta mil empregos, na década de 80, porém, "houve uma desaceleração das obras das usinas e milhares de trabalhadores foram demitidos. Essa demissão, em massa, por parte da CESP, e das empreiteiras, somadas às enchentes do rio Paranapanema,

foram o estopim de uma situação crítica que já existia, renascendo assim o movimento social dos camponeses – ‘operários temporários’” (Antonio, 1990: 47).

Em novembro de 1983 foram ocupadas as fazendas Tucano e Rosanela, cuja “propriedade” era da construtora Camargo Corrêa e da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril. De acordo com Antonio (1990), o cadastramento feito pela Divisão Regional de Promoção Social revelou que havia na ocupação trezentos e quarenta e seis “chefes de família”, dentre os quais “46,5% eram trabalhadores desempregados das obras das hidrelétricas, 37,5% eram bóias frias demitidos da Destilaria de Álcool Alcídia e 16% eram posseiros ilhéus e ribeirinhos – camponeses posseiros, parceiros –, desabrigados da última enchente do rio Paranapanema” (Antonio, 1990: 50).

Com o agravamento dos conflitos, o governo paulista começou a assinar os primeiros decretos de desapropriações. Um destes foi assinado em 1984. Referia-se “à uma área de quinze mil hectares, situada no município de Teodoro Sampaio, na qual seriam assentadas 446 famílias dos acampamentos 15 e 16 de novembro” (Antonio, 1990: 50). Esta área, primeiro assentamento resultante das lutas dos trabalhadores rurais, ficou conhecida como Gleba XV¹⁵ e tornou-se importante referência para as lutas posteriores, sobretudo nos momentos de despejos.

Eram dos trabalhadores precarizados, proletários perambulantes, trazidos como mão-de-obra barata que surgiam as mais importantes mobilizações de luta pela terra questionando diretamente o direito de

¹⁵ Os nomes dos acampamentos referem-se aos dias em que ocorreram as ocupações.

propriedade. O apoio das instituições mencionadas (Partidos, Igreja, Sindicatos) veio de forma diferenciada. Políticos do PMDB tiveram papel fundamental nas discussões sobre ocupações de terra, mas, segundo Fernandes (1996), eram fortemente movidos por interesses eleitorais¹⁶. Membros das CEBs e da CPT – lugares e espaços sociais para estas discussões – se chocavam com “a postura conservadora da Diocese de Presidente Prudente” (Fernandes, 1996: 111). O bispo daquela época não permitia a participação efetiva dos padres nas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, por sua vez, não apoiaram as mobilizações de luta pela terra no primeiro momento. Apesar desses apoios terem sido importantes para a organização dos trabalhadores do Pontal, eles “não tornaram viável o dimensionamento do espaço de socialização política, ou seja, os trabalhadores não conseguiram conquistar seu próprio espaço”. Não conseguiram romper com “as relações populistas de dependência aos políticos que apoiaram a luta” (Fernandes, 1996: 111).

Todavia, estas mobilizações contribuíram para o avanço progressivo do MST na região. Este nasceu “oficialmente” no estado de São Paulo entre os anos de 1980 e 1984, isto é, o Movimento surge no estado quase ao mesmo tempo em que passava a existir no âmbito nacional. A união de “lutas isoladas nas regiões de Andradina (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo), Pontal do Paranapanema, Itapeva e Campinas (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste de Sumaré)” marca seu início

¹⁶ O PMDB foi o partido vitorioso nas eleições para governo do Estado em 1982. Fato, aliás, que contribuiu para que os trabalhadores cobrassem as promessas referentes à questão agrária feitas durante as campanhas.

(Ramalho, 2002: 59). A CPT desempenhou papel fundamental para consolidar o processo de organização do MST ao promover o I Encontro Estadual da Luta pela Terra, em maio de 1984.

No entanto, este amplo e nascente movimento provocou muitas tensões com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a Fetaesp e a Contag. Na medida em que resistia a se submeter à direção destas instituições, elas também se recusavam reconhecê-lo. A mudança ocorreu somente quando suas diretorias foram derrotadas em eleições.

3.2. Progressiva marcha do MST e acirramento das lutas nos anos 90

Os anos 90 marcam o aprofundamento da agenda neoliberal imposta ao país: privatizações; abertura da economia ao capital estrangeiro e atitude ofensiva para minar as resistências ao projeto neoliberal. Enquanto o Estado quebrava a espinha dorsal do combatente sindicalismo, o MST começava a formar suas bases de atuação no Pontal do Paranapanema.

Em 14 de julho de 1990, setecentas famílias sob orientação do Movimento ocuparam a fazenda Nova Pontal abrindo novas frentes de luta na região. Esta data é um marco não somente com relação às novas formas de organização propostas pelo MST, mas também pela maneira como os setores contrários à reforma agrária reagiram (e reagem). Por exemplo, como mencionamos, a extinta UDR renasce das cinzas em 1994 com o claro objetivo de se contrapor ao Movimento. A este respeito, Borges (1996) assinala que “a fim de defenderem as *suas terras*, alguns fazendeiros começaram a formar milícias para atuar em suas propriedades”. Instaurava-se um “*Estado de defesa dentro do Estado*. O antigo *jagunço* passa a ser

conhecido como o *segurança* da propriedade. Institucionalizava-se o seu papel dando legitimidade à violência". (Borges, 1996: 89).

A entrada na Nova Pontal inicia um vaivém de ocupações que dão seqüência à instalação de acampamentos, seguidos de despejos que levam a novas ocupações, acampamentos, despejos demonstrando a força de dois lados opostos.

Foram necessários aproximadamente seis meses para organizar, preparar as setecentas famílias oriundas de diversas partes da região e do norte do estado do Paraná. Uma semana após a ocupação, dois oficiais de justiça foram entregar a liminar de reintegração de posse e foram mantidos pelo(a)s acampado(a)s enquanto uma comissão fazia as negociações com o governo do estado. O juiz, irredutível, deu ordem de despejo às famílias numa operação que envolveu novecentos policiais civis e militares. A estratégia adotada pelo Movimento foi a de deslocar as famílias para a Rodovia SP-63, nas imediações do assentamento da Gleba XV. No entanto, com o objetivo de desmobilizar o(a)s acampado(a)s e contando com a força dos policiais, "vários fazendeiros da região enviaram quinze caminhões e jagunços para acelerar o despejo e reconduzir as famílias para os municípios de onde vieram" (Fernandes, 1996: 163).

Das setecentas famílias iniciais, resistiram quatrocentas e cinquenta que acamparam às margens da SP-613. Um mês depois do despejo, o acampamento estava desprovido de mantimentos e, impulsionados pela fome, os acampados pararam um caminhão de boi e leite e exigiram o necessário para se alimentarem. A consequência foi nova repressão policial. Sob o argumento da falta de segurança para o transporte de gado por causa do acampamento, esse "fato foi explorado politicamente

pelos grileiros-latifundiários que continuavam pretendendo desmobilizar o MST na região” (Fernandes, 1996: 164).

Fernandes observa uma ocorrência inédita na história do Brasil relacionada a esta ocupação de terras. Pela primeira vez o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) pede uma liminar de reintegração de posse das margens da rodovia ocupada pelas famílias acampadas. Sob sigilo absoluto, oitocentos policiais foram mobilizados para o despejo-surpresa na madrugada de 16 de agosto. “Como as lideranças do Movimento até então desconheciam o despejo, não contavam com essa possibilidade. De forma que não existia nenhuma decisão sobre para que lugar poderiam ir” (Fernandes, 1996: 164). Pegos de surpresa e proibidos de sair do acampamento, as lideranças ficaram isoladas e não conseguiram mobilizar nenhum apoio. Uma criança conseguiu furar o cerco e ir até a Gleba XV e avisar sobre o despejo. Somente metade das famílias resistiram a este golpe e montaram novo acampamento por um mês na Gleba XV, enquanto novas negociações com o Estado determinariam outro lugar para se instalarem. A Secretaria da Agricultura determinou que se instalassem em área que lhe pertencia na... Rodovia SP-613 onde permaneceram por mais oito meses.

Em março de 1991 decidem acampar em parte da fazenda São Bento, uma área de 5.106 hectares, dos quais 2.872 haviam sido classificados pelo Incra como latifúndio por exploração ou de interesse social e, portanto, para fins de reforma agrária. No entanto, o juiz de Mirante do Paranapanema concedeu liminar de reintegração de posse ao grileiro, ao que o(a)s acampado(a)s reagiram com a decisão de “não desocupar a fazenda e iniciaram o tombamento da terra para o plantio de feijão” (Fernandes, 1996: 167). A Procuradoria do Estado de São Paulo entrou na

justiça com uma ação de seqüestro do imóvel. O despejo foi suspenso até o julgamento. Sob a alegação de que o seqüestro é uma medida violenta, odiosa e de exceção, o “juiz solicitou ao comando da Polícia Militar de Presidente Prudente que cumprissem a sentença de manutenção de posse” (Fernandes, 1996: 167). Novo despejo acontece, desta vez negociado com as lideranças do movimento. As famílias são alocadas às margens da desativada estação ferroviária Engenheiro Veras onde ficariam durante um mês até o governo apresentar uma solução.

Passado este prazo, uma nova estratégia do movimento: se deslocarem durante o dia para dentro a fazenda para plantar milho. Assim, toda vez que o oficial de justiça aparecia, os trabalhadores estavam no acampamento, ou seja, fora da fazenda. Por meio desta estratégia, colocaram em evidência “que o trabalho era mais importante que a propriedade”. Por outro lado, esta medida deflagrou “o confronto explícito entre o fazendeiro e os trabalhadores” (Almeida, 1993: 56).

O conflito contribuiu para dar visibilidade à luta pela terra no Pontal e o resultado foram novas mobilizações seguidas de ocupações, instalação de acampamentos. Em 1991, outra fazenda, a Santa Clara, vizinha da São Bento, foi ocupada por seiscentas famílias. Despejadas cinco dias depois, estas se juntaram àquelas que estavam próximas à São Bento e fortaleceram ainda mais a luta.

O desfecho da ocupação da Santa Clara foi mais animador para o(a)s acampado(a)s. Em dezembro de 1992, o governo desapropriou uma área da fazenda. As terras haviam sido consideradas devolutas em 1957, mas a aparente postura progressista do governo não se verificou, na

medida em que preferiu pagar “ao fazendeiro as benfeitorias avaliadas em 1 bilhão e 400 milhões” (Almeida, 1993: 57).

A longa narrativa acerca das inúmeras ocupações e despejos nos leva a analisar, no item a seguir, um espaço que até o momento apareceu como uma abstração. Trata-se dos espaços dos acampamentos, onde novas experiências são adquiridas e surgem possibilidades concretas de mudanças, principalmente no que diz respeito às relações de gênero.

4. ACAMPAMENTOS: TRANSIÇÃO NO LONGO E DIFÍCIL CAMINHO DE VOLTA

4.1. Reenraizando identidades

Ao longo do capítulo I percorremos o trajeto de expulsão do(a)s trabalhadore(a)s rurais com a extensão das relações capitalistas no campo brasileiro. A passagem para o mundo urbano, ocorreu, como vimos, de maneira turbulenta, precária ao ritmo do acelerado processo de proletarianização com modos e fases diferentes. A falta da qualificação do(a)s trabalhadore(a)s que migraram afetou “suas possibilidades de integração no sistema econômico-social da grande cidade” (Durhan, 1973: 41).

A cidade que aparecia como a busca de oportunidades para “melhorar de vida, numa denúncia da deterioração das condições de vida rural relacionada com o poder de atração da vida urbana” (Sader, 1988: 92), produziu muita insatisfação, sobretudo por causa das condições (ou falta destas) oferecidas. Naquele novo mundo urbano predominaram a precariedade de trabalho, de moradia, de educação. Essa observação

parece se confirmar quando o(a)s entrevistado(a)s narram o que o(a)s levou a apostarem na aventura do acampamento.

No caso de D. é a filha que o leva a refletir:

"Aí, a menina falou assim: 'pai, se algum dia fosse pro senhor pagar pra mim ser advogada, com o que senhor ganha aí trabalhando com trator nas roça dos outros, o senhor conseguiria?'. Eu falei: 'Não, porque todo mês tem que pegar dinheiro da Isabel pra interar a compra que faz. Não dá não!'" [Ela falou] 'Então, nós não vai lá pros Sem Terra e pega um lote, um pedaço de terra e aí nós vamos produzir em cima dele!'"

A instabilidade de trabalho impulsionou N. e O.:

E aí, depois ele trabalhou fichado em algumas firmas, registrado. Foi 4 anos ele trabalhou. Dois anos, depois saiu e dois anos cortando cana na firma aqui na Alcídia. Ficou dois anos e três meses. Depois ficou mais dois anos na Camargo Correia. E depois trabalhamos mais 2 anos na fazenda. Foi a última vez que a gente registrou e...

Situação muito parecida com a de L.:

E a gente trabalhava era nas lavouras de café. Mas com o passar dos anos, né, veio a geada e acabou com os cafezais tudo do Paraná. Daí a gente acabou indo até pra cidade, mas morar na periferia, né. A minha mãe lavava roupa, né, lavava roupa pros outros. E a gente foi criado assim com bastante dificuldade, né, bastante dificuldade por ela ser sozinha e ter nós ainda pequeno. E daí quando aparecia as diárias, né, a gente sempre ia pra roça também.

A ida para o acampamento representa o início de uma nova vida que ainda não é definitiva, pois é o lugar de passagem para algo melhor, que promete ser duradouro, o lugar onde fincar raiz novamente: o assentamento.

Ianni (1975) utilizou a idéia de “processo de ressocialização” para se referir aos trabalhadores recém-chegados às grandes cidades. Tratava-se naquela fase de urbanização de se ressocializar com “as condições sócio-culturais, econômicas e políticas do ambiente urbano-industrial, ou predominantemente urbano”. Desta vez, trata-se de uma ressocialização que permita uma reaprendizagem de vida no “campo”. O que não significa que haja uma ruptura com os hábitos anteriores. Ianni observava que o horizonte cultural estava em fase de modificação, mas retomava “valores e padrões de comportamento vigentes entre sitiantes, agregados, camaradas, peões, colonos, volantes e outros tipos de trabalhadores rurais” (Ianni, 1975: 105). Agora novamente este(a)s trabalhadore(a)s estão mais uma vez redefinindo os valores culturais e os padrões de comportamento característicos do urbano e os readaptando ao meio mais marcadamente rural. Recorrendo ao termo de Ianni, a “ressocialização” não significa perder os hábitos urbanos adquiridos. Significa, antes de tudo, combinar aquele velho meio rural que existiu antes do novo (urbano) com o velho rural, agora redefinido. O que implica continuidades e rupturas. Significa criar, refazer... tal parece nos acenar a dinâmica campo-cidade-campo.

O acampamento surge como a possibilidade de se reenraizar. Ele surge após uma série de tentativas deixadas para trás. Está fora de questão um retorno à vida rural nos padrões anteriores, até porque esta não mais existe, até para aquele(a)s que já foram camponese(a)s, a relação não é

outra (Caldart, 2000: 25), pois mesmo que de forma precária, os padrões do mundo urbano foram paulatinamente assimilados e houve o *fincamento* de hábitos e valores também adquiridos, criados, formulados, reformulados durante o processo de migração pelo qual passaram. Em outros termos, estamos ante um paradoxo: o acampamento é um lugar de transição¹⁷ para o rural e formado por pessoas que passaram por um pleno processo de urbanização precária e que agora têm de passar por uma ressocialização rural.

Para Silva M. (2004), “este é o momento da dialética do desenraizamento/reenraizamento. Muitas contradições afloram nesse momento de passagem. A viagem em busca desse lugar desconhecido é, para muitos, sem volta. Para outros, ela corresponde ao começo de muitas outras, e até mesmo à volta ao ponto de partida” (Silva M., 2004: 80). Desenraizado(a)s de seu lugar original pelo processo de expansão do capitalismo, este(a)s homens e mulheres se defrontaram com novas referências, teceram outras redes de sociabilidade e as velhas experiências teriam agora de se somar a (e mesmo construir) outras neste espaço de luta pela terra.

O termo “experiência” que vimos utilizando até o momento, merece uma precisão de caráter teórico. O conceito de experiência tem sido utilizado na perspectiva thompsoniana. A experiência, em Thompson, é uma categoria que “por mais imperfeita que seja, é indispensável (...) já que

¹⁷ O espaço do acampamento corresponde à fase anterior ao assentamento. Por esta razão, os poucos autores que abordam o tema, o apresenta como transitório, provisório, lugar de passagem. No entanto, sem negar a provisoriedade do acampamento, o concebemos como o lugar de muitas possibilidades, sobretudo no que diz respeito às transformações das relações de gênero, como pretendemos demonstrar ao longo deste trabalho.

compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo, seja de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições de um mesmo tipo de acontecimento” (Thompson, 1981:15). São as experiências que fundam, segundo o autor, as classes. Para ele, “as classes acontecem à medida em que os homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinantes dentro do conjunto de relações sociais com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências em formas culturais” (1981: 238).

A noção de experiência recebeu contundentes críticas. Uma delas foi elaborada por Scott (1999) Para esta autora, na visão de Thompson, “classe é, em última análise, uma identidade enraizada em relações estruturais que antecedem a política”. Isto torna obscuro tanto o processo contraditório através do qual a classe em si foi conceitualizada como não revela quais os sujeitos. O resultado, segundo a autora, é que “a brilhante história da classe trabalhadora inglesa escrita por Thompson, que a princípio se propunha a historicizar a categoria classe, termina por essencializá-la” (1999: 35).

Anderson (1985), por sua vez considerou que a constituição da classe não pode ser reduzida à uma soma de vontades individuais onde são reconhecidos interesses antagônicos que impulsiona a lutar e a pensar em termos classistas. Para Anderson, “o termo não é em si mesmo um talismã de verdade ou de falsidade, de avanço ou de regressão” (Anderson, 1985: 63). A maneira genérica como Thompson trata a experiência resulta, segundo o autor, em problemas diversos, o principal deles é seu caráter a-histórico.

Concordamos com as ponderações feitas por Scott e Anderson, no entanto a noção de experiência nos permite apreender o *modo* como os objetivos práticos do(a)s trabalhadore(a)s inserido(a)s na luta pela terra foram dando lugar a existência de um coletivo e, mais ainda, esta noção pode nos fornecer elementos para a compreensão das complexas minúcias no que diz respeito à relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema. Isto posto, a pergunta que nos orientará, num primeiro momento, é: como mulheres e homens, trabalhadore(a)s inserido(a)s na luta pela terra, vivenciaram as situações determinantes de que fala Thompson? E, procurando responder à esta pergunta, quais teriam sido estas situações determinantes?

Boa parte das respostas pode ser encontrada na exposição e considerações que fizemos até o presente. Talvez outras se revelem nos itens a serem abordados. A começar pela decisão de ir para o acampamento que implica passar por uma retransformação.

Apesar das características de uma dimensão mais comunitária muito parecida com o tipo de família extensa que existiu no campo, o acampamento não representa um retorno imediato à vida rural. Primeiro, pela localização (a maioria é instalada à beira de estradas e próxima das cidades), segundo, por sua dimensão territorial (trata-se de um espaço pequeno com um aglomerado de famílias) e, terceiro, uma ou até duas gerações dentre os trabalhadore(a)s rurais dos acampamentos não tiveram uma relação mais tipicamente camponesa com a terra. Campo e cidade se redefiniram e a própria luta pela terra, de acordo com Oliveira, tem “se desenvolvido no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética.

Campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória” (Oliveira, 1991: 26). O reenraizamento implica combinar a vida dentro com a vida fora do acampamento, onde familiares continuam a trabalhar para manter tanto o membro da família que foi para aquele espaço como os que ficaram (na maioria das vezes, os filhos). Alguns trechos das entrevistas que realizamos nos ajudam a compreender melhor esta relação de continuidade entre dentro e fora:

“Inclusive, eles ficaram acampados lá. Meu irmão, minha mãe. Minha mãe vendeu tudo que tinha dentro de casa pra ficar lá na ocupação. (...) eu ficava cuidando do meu pai e minha mãe ia pra ocupação, ficava lá com meu irmão porque ela tinha a preocupação porque lá, na época, era meio... era mais violento porque... não é que era violento, era que o pessoal era na raça mesmo. Tinha que ocupar, era com pedaço de pau, era enfrentando mesmo e era muito difícil” (P.).

“...porque ele não pode estar aqui 24 horas. Ele tem um irmão paraplético e ele é sozinho, é um senhor já bem de idade; ele fica lá na cidade. Trazer um paraplético aqui pra dentro do acampamento é até uma injustiça. (...). No final de semana ele vem” (D.).

Para além de revelarem a necessidade de um apoio fora, os trechos também mostram as dificuldades com as quais o(a)s acampado(a)s têm de lidar. Uma delas, como mencionamos no capítulo anterior, é lidar com a fome¹⁸, mas também com a doença, com o frio, etc. Enfrentar estas carências junto(a)s leva a um processo de reconhecimento de que são

¹⁸ No momento em que as famílias são cadastradas junto aos órgãos públicos, cada uma delas passa a receber uma cesta básica do governo federal a cada mês. No entanto, nas várias vezes em que estivemos em diferentes acampamentos, havia atraso de um, dois ou até três meses no recebimento. As explicações eram de que esta situação é comum e que, quando acontece, recebem o equivalente aos meses atrasados.

iguais, vivem a mesma realidade e, cada vez mais, a interpretam da mesma maneira: de que, juntos, é possível mudar a realidade social. Em vários momentos vimos o enfrentamento entre trabalhadore(a)s e latifundiários grileiros no Pontal. No entanto, agora, há uma novidade: fazer a luta pela terra de maneira organizada e consciente. Para M. foi importante saber que as terras do Pontal eram devolutas. Em suas palavras,

“que aí começamos a descobrir que aqui as terras eram devolutas, que essas terras... que os fazendeiros... porque na época que a gente morava aqui, a gente veio tudo pra cidade porque os fazendeiros foi afunilando, tocando o povo das roças. Era terras devolutas, se a gente tivesse lá, nós era os posseiros. Como eles conseguiram tirar nós, eles tomaram conta. Enfiaram nós na cidade. Na verdade, a gente foi descobrindo com os primeiros que começaram a vim pra cá, o Rainha e outros companheiros que foram chegando pela CPT – a Pastoral da Terra”.

Esta narrativa mostra a importância do trabalho de organização da base. Quando ocuparam a Fazenda São Bento, por exemplo, estavam munidos de cópias do Decreto 94.161 onde constava que a área havia sido declarada de interesse social para fins de reforma agrária (Almeida, 1993: 52). É igualmente significativa do papel articulador que as lideranças do MST desempenham, ou seja, as carências certamente estavam presentes, mas não foi a existência delas que levou mecanicamente a uma mobilização, como se ocorresse uma simples relação de causalidade do tipo miséria-demanda ou opressão-organização. A mobilização só viria a acontecer na medida em que houvesse politização.

O acampamento não é um território fixo. É, ao contrário, uma fase transitória, com uma mobilidade freqüente marcada por ocupações,

despejos, novas ocupações. Ainda assim é o espaço em que homens e mulheres começam a construir sua identidade coletiva. Sader (1988), ao analisar o processo de constituição de um grupo, recorreu a termos como *ausência*, definida como *carência* e *necessidade* por meio das quais certas ações são percebidas como correspondendo aos *interesses* de uma coletividade. Trata-se, aqui, de destacar a importância, para o processo de constituição de uma coletividade, do compartilhar, pelos seus membros, uma definição do que é preciso para satisfazer as necessidades. E, assinala o autor, “o modo como o fazem (que tipos de ações para alcançar seus objetivos), tanto quanto a importância relativa atribuída aos diferentes bens, materiais e simbólicos, que reivindicam, depende de uma constelação de significados que orientam suas ações” (1988: 43).

Adotando os caminhos trilhados por Sader, procuramos responder às seguintes perguntas: qual o significado daquilo que pode ajudar a definir o acampamento enquanto espaço para a formação de uma identidade coletiva? Como esta identidade vai sendo construída na própria dinâmica de construção do acampamento? Na busca de responder a estas questões, partimos do princípio de que esta identidade não é fixa, tampouco é inerente.

A combinação de traços individuais atribuídos externamente e a existência do grupo permitem a construção do que poderemos denominar uma “nova identidade”: a de *sem-terra*. Jardim Pinto (1992), ao abordar a dinâmica que os movimentos sociais engendram no seio das comunidades, observa que é “através do processo de identificação/diferenciação entre sujeitos de um mesmo grupo” que deve ser analisada a constituição de um movimento social. Para a autora, “o núcleo inicial de um movimento social é

sempre ‘um de nós’” (1992: 130). Resulta daí o modo como os objetivos práticos se desenvolverão dando sentido à existência do coletivo. Ainda nas configurações dos significados que orientam suas ações, estão presentes algumas representações que emergiram no processo e se tornaram formas de identificação. Esta identidade é construída no processo de luta e de resistência. Castells a denomina “identidade de resistência”, que é aquela “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade ou mesmo opostos a estes últimos” (Castells, 1999: 24). Mas como o(a)s sem-terra acampado(a)s chegaram a definir os acampamentos como possibilidades de mudança? Como, na esteira de Therborn (1991), definiram “de uma determinada forma o mundo e sua situação e possibilidades dentro dele” (1991: 11)?

O MST tem parcela importante de contribuição neste processo de consolidação de uma identidade de resistência a partir de sua capacidade de organização política e ideológica (Carvalho, 2002: 248). O que passa principalmente por algumas vitórias que o MST teve na região. Depois da desapropriação da fazenda São Bento, por exemplo, houve na região um crescente número de ocupações que atingiu seu ápice em 1995, como observamos na tabela sobre ocupações de terra no Pontal do Paranapanema. Há, para Carvalho, um movimento contraditório que consolida a resistência e, ao mesmo tempo, a supera. Neste movimento se constrói igualmente a identidade de projeto que, por sua vez, é também processual, está permanentemente em construção. Na dinâmica do próprio movimento vão surgindo os sem-terra ao mesmo tempo em que também vão se definindo os contornos do MST como um espaço de formação de

novos sujeitos sociais, com uma identidade política e cultural definidas por um projeto. Uma importante ressalva no que se refere à definição do MST como um movimento social: em muitas análises sobre os movimentos sociais urbanos as lutas desapareciam no momento em que o bem reivindicado era obtido, isto levou muitos autores a denominá-los de movimentos de luta pela cidadania, eliminando o caráter de classe que estes continham.

Para o MST, ao contrário, a luta pela terra tem um caráter classista na medida em que toca no mais precioso bem do capital: a propriedade privada. Embora haja um recuo considerável no momento da consolidação dos assentamentos, como veremos adiante, cada vez mais os sem-terra têm consciência de que obter a posse da terra é insuficiente. Esta consciência é adquirida por meio do trabalho de formação constante dos membros militantes do MST que fazem a articulação do(a)s sem-terra, principalmente, através de reuniões, cursos de formação, etc., nos quais “as novas lideranças surgem, formando os novos quadros do movimento” (Souza, 1994: 152).

Num movimento dialético, o MST transforma trabalhadores desenraizados em uma *coletividade em luta* (Schimitt, 1992), construindo, na primeira etapa uma identidade que é *política*, mas que aos poucos, “se torna também cultural, à medida que recupera raízes, recria relações e tradições, cultiva valores, inventa e retrabalha símbolos que demonstram os novos laços sociais, e assim faz história” (Caldart, 2000: 24). Os sem-terra, segundo a autora, passam a ser sujeitos sociais ao se constituírem “como uma coletividade que traz para si (o que não quer dizer esgotá-la em si) a luta para garantir sua própria existência. Neste sentido um sujeito social se

constitui (e se fortalece ou enfraquece) em um determinado contexto, dentro de relações sociais e, no caso do formato de nossas sociedades, dentro da luta de classes” (Caldart, 2000: 25). A solidariedade de grupo é fundamental para a resistência do acampamento. Nos primeiros dias no acampamento emerge a percepção de ser visto como *diferente* denunciada pela “o que os sem-terras querem?” Esta diferença sendo marcada principalmente pela constante violência. Os trechos a seguir ilustram bem a intensidade da repressão aos sem-terras. Nas lembranças de D., acampado, estão as imagens da violência expressa também na perambulação por causa dos constantes despejos:

“tivemos uns conflitos, viu? Muitos problemas, muitos. Nós saímos daqui, fomos pra Marabá Paulista, veio ordem de despejo; fomos pro Planalto do Sul, outra ordem de despejo; fomos pra Cinturão Verde dentro do município de Primavera; de lá, saímos pacificamente mais pra chegar perto de uma área, de uma fazenda da Santa Rita, dos Junqueira. Ali teve um conflito pesado”

Outro caso igualmente grave é o de P., assentada e militante do MST, que em um dos processos de ocupação levou um tiro e hoje tem sérios problemas de saúde. No entanto, algo vai sendo construído, vai sendo moldado e se moldando num processo. Vai-se, como diz P., se conscientizando. A primeira conscientização foi a de saber que as terras eram devolutas. Como ela descreve,

Sim! Conscientização! Que a terra era devoluta, que o povo tinha condições... não era do fazendeiro e que os trabalhadores estavam na terra e saíram fora da terra por conta de ganância mesmo e que se eles tivessem ficado teria confronto, claro, ia ter com o latifundiário, mas... Até então, ninguém sabia. Achava que eles

tinham comprado. Aí foi conscientizando o povo. A gente já vem alienado dessa sociedade burguesa, aí pra você perder toda essa... essa coisa aí, porque você tem dentro de você, o seu instinto camponês, sua vida camponesa. (...) Aí a gente vai se sentindo mais aliviado de que as coisas podem mudar, que pode acontecer.... (P., assentada e militante).

E isto desperta o sentimento de um “nós” diferente “deles”, importante tanto no processo de negação de uma identidade atribuída como no processo de constituição de uma identidade coletiva que pode levar à formação de uma consciência de classe à partir da vivência direta do enfrentamento. Nas palavras de uma das lideranças do MST, “quando o trabalhador entra numa ocupação, ele consegue ver bem claro ali uma contradição: de um lado, o latifúndio e, de outro, os trabalhadores sem terra. Fica bem concreta a questão da luta de classes: de um lado o latifúndio improdutivo, a burguesia organizada, a polícia com as ferramentas de defesa da burguesia, e, do outro lado, nós, só nós e mais a nossa organização. E conseguimos enfrentar, e isso faz com que o trabalhador aprenda por ele mesmo” (Depoimento de Jaime Amorin, *apud* Caldart, 2000: 111).

4.2. Organicidade política do acampamento

O acampamento é um dos períodos mais difíceis no freqüentemente longo processo de luta pela terra. Na maioria das vezes, os preparativos para o montarem ocorrem num ambiente de segredos e apreensões (Silva, 2004). Ele é o início da organização da vida em comum entre as famílias sem-terra. É tomado por um misto de alegria e tristeza, de festa e de frustração. A estrutura do acampamento tem o “triplo objetivo de educar e manter mobilizada a base sem-terra, de sensibilizar a opinião pública para a causa da luta pela terra, e de fazer pressão sobre as autoridades responsáveis pela realização da Reforma Agrária” (Caldart, 2000: 114).

Os primeiros dias no acampamento são marcados por um estranhamento. A configuração espacial interna ao acampamento é bem diferente daquela que conheciam. Embora muitos tenham vivido anteriormente em condições bem precárias, ali as lonas pretas sufocam durante o dia pelo sol e as noites são gélidas. Na maioria das vezes não há água por perto. Silva (2002), em estudo sobre o acampamento Carlos Mariguela, no Pontal do Paranapanema, observou que a água consumida pelo(a)s acampado(a)s tinha por procedência os caminhões pipa da prefeitura ou as minas d'água que o(a)s acampado(a)s descobriam. Não há luz elétrica, o que levou alguns pesquisadores a enfatizar que isto permite uma maior experiência coletiva com momentos para músicas, festas, poesia, contos e causos à medida que a televisão não pode exercer seu poder de atração. No entanto, a falta de luz elétrica traz também a insegurança, pois durante a noite a vulnerabilidade é maior. Se a reclamação do sol quente que faz as pessoas ficarem “cozidas” sob a lona

preta, o temor de ventos e chuva é ainda maior. No dia em que entrevistamos Joana, por exemplo, parte de seu barraco havia sido levada pelo vento. Apesar de uma certa solidariedade para remontar o barraco, os custos são altos para quem vive na precariedade. Fome, frio, calor são sempre acompanhados pelas constantes investidas dos jagunços:

Eles querem matar, a ordem deles é matar. É onde nós tivemos lá e o Zé Rainha foi baleado. Nós tava junto no dia e na hora de retirar ele também de dentro do local, né? Foi através de um caminhão. Colocamos ele dentro de um caminhão e ele baleado e pra ele de lá de dentro foi... só na bala: eles atiravam, atiravam, atiravam com freqüência. Balas passavam no caminhão. (...) quem cortava os arames na cerca pra poder romper porque as estradas tava bloqueada, era o caminhão. E se nós pára o caminhão, morria todo mundo. (...) Aí, os pistoleiros vieram, desceram pra ir até na sede da fazenda pra acabar com o restante dos acampados. Chegou lá eles deu de cara com duas viaturas e voltaram pra trás. Aí, em cima da caminhonete, eu lembro como se fosse hoje, uma metralhadora de pé. Daquelas de pente assim, tem uma rodela assim que vai despejando bala.

Acampado(a)s contam que com freqüência os jagunços dão tiros apenas para causar medo e manifestarem que estão por perto. Apesar de não haver uma regra rígida de ordenação, quase sempre as famílias constroem seus barracos de plástico preto¹⁹ próximos àquelas das quais são amigas, têm afinidades, etc. Em função da distribuição de famílias, abrem-se as "ruas", constroem-se os espaços comunitários. São, como

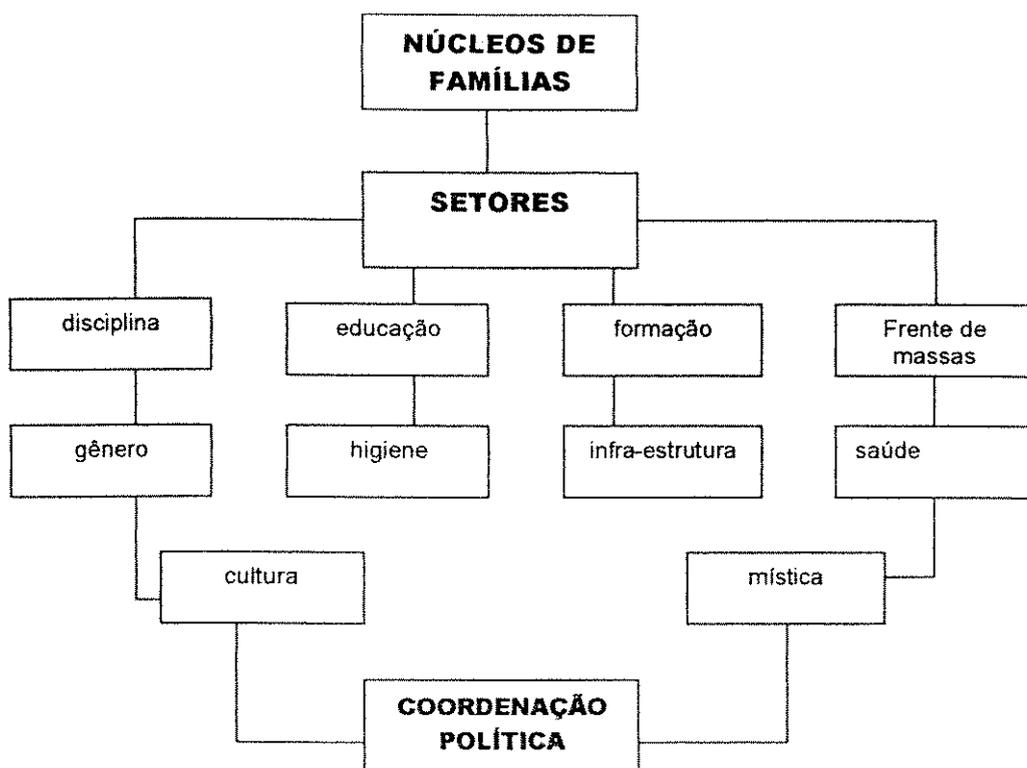
¹⁹ O plástico preto é característico dos acampamentos do estado de São Paulo, mas o material utilizado na construção dos barracos pode variar de acordo com as regiões. No norte do país, por exemplo, são comuns os barracos construídos com folhas de buri.

descreveu Görger (1989), “*uma verdadeira cidade de lona preta*”. O acampamento é antes de tudo parte de um processo de ocupação que se tornou importante estratégia de luta e resistência na conquista pela terra. De um modo geral, a simples existência do acampamento significa um avanço das relações sociais, na medida em que é necessário um esforço gigantesco para lidar com os medos reais da freqüente violência por parte dos latifundiários e da polícia do Estado; além de ter de encontrar forças para se confrontar com um sistema político e com um conjunto de representações ideológicas que privilegiam a propriedade privada e o capital. Para resistir à violência neste duplo aspecto é necessário unir forças. Na reprodução do espaço do acampamento “novas experiências são criadas, novas lutas nascem num processo contínuo” (Fernandes, 2000: 79).

Embora no acampamento as pessoas continuem a ser juridicamente constituídas como cidadãs (para muitas, vários aspectos da condição de cidadania são vivenciados ali pela primeira vez), este espaço é relativamente autônomo com relação àquele regido pelo *status quo*. A vida no acampamento tem outras regras, outras sociabilidades, outras aprendizagens que impõem a criação de uma vivência coletiva onde cada um depende de todos e todos de cada um.

Imediatamente após a construção do acampamento e, em vários casos, mesmo antes, são formados os *Núcleos de Famílias* que se subdividem em equipes de trabalho, mais conhecidas como *Setores* (referência direta à estrutura geral do MST). Cada setor elege o seu representante que irá fazer parte da *Coordenação Política do*

Acampamento. O todo formando uma “organicidade política”, conforme organograma.



Cada setor conta *hoje* com a coordenação de um homem e de uma mulher²⁰, cujas tarefas serão identificar e resolver as dificuldades encontradas nos núcleos de famílias. Por exemplo, o setor da educação será responsável por localizar as escolas próximas ao acampamento e dialogar com as autoridades locais sobre o transporte dos alunos, etc. O setor de disciplina será o responsável por, entre outros, organizar a

²⁰ A coordenação de um homem e uma mulher não é denominada “cota”. Trata-se de tentativa de maior envolvimento das mulheres em todas as esferas do Movimento. Esta é uma das novidades conquistadas pelo recém formado Setor de Gênero que será melhor aprofundado ao longo deste trabalho.

segurança. As experiências nos acampamentos é uma das mais importantes, pois é o momento em que se começa a viver coletivamente, o que, por sua vez implica estabelecer algumas regras de convivência, com regras próprias materializadas no chamado “regimento interno”, uma espécie de *lei do acampamento*, decidido em assembléias e que estabelece os “códigos” de conduta de cada membro do acampamento²¹.

A formação das equipes de trabalho ou setores faz-se necessária tanto para a organização interna como para negociar com instituições externas ao acampamento. O setor de educação, por exemplo, desempenha tarefa essencial de diálogo com as prefeituras e escolas para que haja ônibus e vagas para as crianças do acampamento. Na maioria das vezes a intervenção deste setor vai além. Como denuncia a acampada E.: *“Que na escola mesmo, as professoras vê eles como uns bichos, tratam muito mal, é cozinheira, é tudo”*. Ao que complementa sua filha:

Que nem o povo da cidade... que nem nós vai par escola e eles começa a xingar nós de “Sem Terra porco”, que nós invade... se nós não tem vergonha de ficar aqui no acampamento. E a gente só abaixa a cabeça, né, e fica quieto. O que a gente falar tá errado pra eles... Os professores também, os diretores também, eles critica bastante a gente, né? Ai, quando a gente viu que não estava agüentando mais, nós passou pra reunião e eles [setor de educação] foi lá conversar com a diretora tudo.

Há uma tensa relação entre os setores e as instituições públicas locais. As tensões são maiores com os setores de educação, pelos motivos

²¹ Cada acampamento tem sua forma própria de se organizar. Por exemplo, no relato de um assentado do Horto Guarani, colhido por Silva, M. (2004: 88), de acordo com a *lei do acampamento*, “criaram uma identidade, cada um tinha o seu RG de entrar ou sair do acampamento. Um papelzinho. Para não virar bagunça. Porque sabe que qualquer espião entrava pelo sistema de roceiro também, ou vinha ali conversar, negociar com as pessoas e tal... Tinha que identificar” (Trecho do depoimento de Celso, do assentamento Horto Guarani in Silva, M. (2004: 88).

expostos acima, e o de saúde que tem dificuldades para conseguir uma ambulância, remédios, acesso a hospitais. A mesma Isabel que reclamava da maneira como os professores tratam os alunos sem-terra, é coordenadora do setor de saúde e no dia em que a entrevistamos estava indignada com os “remédios” que havia recebido no posto local. O todo se restringia a... algumas aspirinas. Estas tensões dão sentido à observação de Silva M. segundo a qual “embora a Constituição brasileira garanta estes direitos à toda a população, sua efetivação somente acontece após muitas lutas travadas no plano político, e, algumas vezes até mesmo por meio da violência e confrontos mais sérios” (Silva, M., 2004: 82).

Outros conflitos dizem respeito a relações internas. Um freqüente ponto de discórdia entre o(a)s acampado(a)s é a presença ou, melhor, ausência do(as) “andorinhas” que correspondem a diferentes tipos de acampado(a)s: o(a)s que ficam durante o dia no acampamento e dormem na cidade; o(a)s que passam apenas os finais de semana e ficam o restante do tempo na cidade; o(a)s que comparecem no acampamento somente nos dias de reunião de grupo ou assembléia geral (Silva, 2002: 120). Para o(a)s acampado(a)s a permanência no acampamento é importante para estabelecer uma certa igualdade entre eles/elas, manter uma coesão interna ao grupo e também, e sobretudo, para continuar dando a visibilidade política necessária para se contrapor ao latifundiário. Uma das estratégias para demonstrar a força política com vistas a pressionar o Estado é a junção de acampamentos, unindo às vezes quatro, cinco acampamentos chegando a reunir de 4 a 5 mil famílias com diferentes estágios de inserção na luta pela terra.

O vínculo de acampado(a)s com os parentes que ficam na cidade, por outro lado, muitas vezes é a única forma de sobrevivência, como é caso já citado de um acampado que pede para outro cumprir suas tarefas porque conduzir o irmão doente para lá, seria levá-lo claramente à morte por falta de infra-estrutura. Para muitos, o vínculo é também necessário porque é a única fonte de renda. No entanto, as famílias que resistem nos acampamentos se sentem “de algum modo lesadas porque elas estiveram sob as agruras da lona enquanto os andorinhas estavam no conforto da cidade” (Silva, 2002: 120). Além da ênfase na formação política, são com estes diferentes conflitos que o(a)s coordenadore(a)s têm de lidar cotidianamente.

Um setor que exerce papel fundamental para fortalecer o elo em condições tão adversas é o da *mística*, que consiste em utilizar símbolos (terra, água, instrumentos de trabalho, música, dança, ruídos, etc.) como “uma prática social que faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta” (Stédile & Fernandes, 1999: 129). A mística, cuja fonte inspiradora foi a liturgia praticada pela Teologia da Libertação, sobretudo no interior das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, e da Comissão Pastoral da Terra, a CPT, se tornou um fator de unidade para o Movimento dos Trabalhadores Rurais.

No início os aliados do Movimento tinham muitas dificuldades para entender a mística, vista de maneira pejorativa para boa parte da esquerda a considerava uma dimensão “igrejeira” da luta pela terra. Stédile chama a atenção para a maneira como a mística foi evoluindo dentro do MST e rompendo com os aspectos formais e passando cada vez mais a fazer parte da vida dos sem-terra. Além da característica simbólica e

religiosa, a mística é apresentada como a raiz política e ideológica “que ensinou os camponeses, desde o início, a respeitar as diferenças e a conviver na comunidade social e religiosa, sem disputar idéias ou poder na organização” (Bogo, 2003: 307).

É por meio da mística igualmente que se consegue aglutinar os mais diferentes sons, ritmos e gêneros musicais “que se adaptam a diferentes ocasiões: canto de trabalho para comemorar a boa colheita, cantos de aniversários, cerimônias de casamento, festas religiosas e outras manifestações, como a folia-de-reis, festa do divino espírito santo, congadas etc.” (Bogo, 2003: 308). São características que se manifestam das mais variadas formas no processo de luta pela terra e é, sobretudo, por ela que diferentes mensagens ideológicas vão aos poucos formando a consciência do(a)s trabalhadore(a)s. É através das manifestações da mística que o MST “desenvolve todo o trabalho de organização, seja em um acampamento, assentamento, nos setores e coletivos” (Souza, 2004: 99). As pautas de reuniões para organização, mesmo se bem preparadas, ficam incompreensíveis sem o toque da mística por meio de símbolos. Assim, a enxada que na roça é instrumento de trabalho, nas reuniões passa a ser o “símbolo da vontade de carpir todos os males do mundo, para fazer a grande roça da igualdade social” (Bogo, 2003: 310).

Para o Movimento, a mística é uma energia misteriosa que parece tocar cada um para resistir aos momentos de repressão, enfrentar as dificuldades diárias nos acampamentos, permanecer na luta e seguir em frente. Em poucas palavras, a mística é a arte de motivar a militância.

III

Tentando derrubar as cercas de gênero



Essa questão... dentro do Movimento
quando a gente começou a falar do Coletivo de Mulheres.
Os homens achavam que a gente estava construindo um bicho de sete cabeças
e que ia acabar com o reinado deles, né?...
...porque não era uma coisa muito compreensiva ainda.
A gente não tinha também muito claro também o que a gente queria com essa discussão
quando a gente iniciou ela.
A gente quer mais participação dentro do Movimento,
a gente quer ter mais voz, quer poder também, né, ser direção desse Movimento.
Nós também queremos contribuir nos coletivos... nos setores de... de frente de massa, no
setor de produção.
Nós queremos também colocar a nossa... e queremos que as companheiras que estão lá
nos assentamentos também tenham esses espaços lá,
onde elas discutem nos grupos e tal.
E... quando surgiu o coletivo de mulheres,
isso era um pouco assustador prá... prá os companheiros.
. (B. e A., assentadas e militantes)

Quando lá o Movimento em 84 surgiu
dizendo que queria construir uma sociedade igualitária
e que queria a participação igualitária da mulher,
como é que se daria essa participação igualitária da mulher?
Não é desse jeito que a gente quer construir uma nova sociedade.
Nós queremos construir essa nova sociedade com novos valores.
E prá que a gente construa essa sociedade com novos valores, a gente tem que entender
também as relações pessoais entre todos os seres.
E aí entre a mulher e o homem, entre o homem e o homem, entre a mulher e a mulher.
. (B. e A., assentadas e militantes)

1. INTRODUZINDO O GÊNERO

1.1. As mulheres em processos revolucionários

Hobsbawm (1995), é enfático ao afirmar que a maior revolução social ocorrida ao longo do “curto” século XX foi a das mulheres. Porém, esta parece ter sido uma “revolução à parte”. No geral, os dirigentes das tentativas de revolução socialista afirmavam uma estreita relação entre transformação social e libertação da mulher. Para muitos, como Lênin e Clara Zetkin, a construção do socialismo só seria possível se as mulheres operárias e camponesas fossem libertas das ataduras do cuidado da família e do lar.

Apesar destas e de inúmeras outras formulações, os revolucionários socialistas não conseguiram realizar avanços fundamentais neste terreno. Kollontai, em sua autobiografia, relata a dificuldade que, juntamente com outras mulheres, encontrou para atuar no interior do processo revolucionário: “meus camaradas de partido nos culpavam, a mim e a minhas correligionárias, de sermos ‘feministas’ e conceder excessiva importância aos nossos assuntos de mulheres” (Kollontai, 1980: 19). Dificuldade que encontrou eco no I Congresso Internacional das mulheres socialistas de 1907, organizado por Zetkin. Ali foram tomadas duas grandes decisões: “todos os partidos socialistas devem se engajar com firmeza em favor do direito de voto para o homem e a mulher, mas, por outro lado, não deve haver nenhuma colaboração com as ‘feministas burguesas’” (Falquet, 1997: 24).

As mulheres significavam, para os movimentos revolucionários, uma espécie de dupla ameaça. Por um lado, possuíam um atraso decorrente da longa e pesada ausência da esfera política. Por outro, ao próprio reconhecimento de que era necessário realizar um esforço especial para sua emancipação (Hayden, 1980), juntava-se o temor de que tal esforço compromettesse as realizações dos “objetivos fundamentais” da revolução. O receio foi muitas vezes invocado como justificativa para o adiamento estratégico do “esforço especial”, o que, em termos práticos, significou deixar o enfrentamento da desigualdade entre homens e mulheres para quando as transformações “infra-estruturais” estivessem consolidadas.

O movimento feminista se transformou, desta forma, em um problema para os principais dirigentes revolucionários. Na revolução russa, muitos o consideraram um desvio que poderia chegar “ao ponto de criar uma divisão dentro do proletariado entre os interesses dos homens e os das mulheres” (Hayden, 1980: 79). Esta postura política consolidou um fosso entre aqueles que atribuíam grande importância às chamadas questões “específicas” e os que se voltavam exclusivamente para o que consideravam questões “gerais”. Neste contexto, as mulheres não ganharam, no campo das lutas concretas, a visibilidade necessária. A participação das mulheres passa a ser organizada para melhorar quantitativamente a relação de forças na luta de classes e, uma vez consolidada a nova sociedade, permitiria a libertação das mulheres. Assim, as mulheres representavam, de alguma forma, ou um grupo de apoio, reforçando a luta de classes, ou um grupo solitário de “feministas burguesas”. Nos dois casos não houve espaço para a unidade.

Na América Latina não foi diferente. Vários processos revolucionários representaram uma esperança para os partidários da igualdade entre os sexos. O clima de igualdade dava espaço a reuniões públicas cujas palavras de ordem eram: “não há revolução sem a emancipação da mulher; não há emancipação sem revolução” (Molyneux, 1989:IV). No entanto, testemunhos de mulheres que participaram de processos revolucionários revelam que “certas mulheres se identificam antes de tudo a projetos de lutas ‘gerais’ e questionam pouco o estatuto das mulheres, considerando que sua participação é, por si só, revolucionária” (Falquet, 1997: 19). Resultado: se, no auge destes movimentos, houve importantes, embora limitados, avanços nas relações sociais entre homens e mulheres, com a derrota¹ e subsequente desmobilização, a maioria das mulheres voltou para casa, sem que se instituisse muitas cláusulas sobre seus direitos fora do lar (Petras, 1999: 408).

Por que isto continua a ocorrer? Arriscamos a hipótese de que *uma* das respostas encontra-se no conflito teórico-político entre marxismo e feminismo. Conflito que vem de longa data.

¹ Em grande parte uma capitulação sem luta, cujas razões aguardam pesquisas acuradas.

1.2. Um debate marxista e feminista

Desde Olympe de Gouges, várias mulheres se reivindicam feministas. E desde Proudhon há a enérgica declaração de que o socialismo tem que se desvencilhar de qualquer solidariedade com as feministas (Albistur & Armogathe, 1977).

Já se chamou a atenção para o fato de que se pode constatar em Marx uma certa tendência a subestimar as formas não-econômicas e não-classistas de opressão. A questão da dominação sobre as mulheres, que afeta a metade da humanidade, está longe de ser um tema essencial para a crítica marxiana da sociedade. Segundo Löwy, “encontram-se páginas emocionantes em *O Capital* sobre o sofrimento das mulheres operárias impiedosamente exploradas pelos capitalistas ingleses, mas procuraremos em vão em suas obras uma análise consistente da opressão específica das mulheres enquanto tais, da construção do gênero como categoria social hierárquica, ou da discriminação contra as mulheres no seio do próprio movimento operário” (2000: 62)².

No entanto, isto não significa que os fundadores do marxismo foram indiferentes à questão da mulher. Ao contrário, em Engels (1982) encontramos uma abordagem original da reprodução da vida humana em estreita relação com a produção. *A origem da família, da propriedade e do Estado* é o início de uma reflexão que estabelece laços entre família, propriedade e poder político. A abordagem original está na ambição do autor em juntar diversos aspectos da vida social – produção, propriedade,

² Flora Tristan, dez anos antes de Marx, sustenta a idéia de que a emancipação dos trabalhadores virá deles próprios, e complementa, as mulheres também devem fazer seu 1789 e se constituir como classe (Tristan, 1986).

divisão do trabalho, sexualidade, poder. Embora não avance muito³, o autor fornece as bases de um debate que perdura até nossos dias. Em outra obra dos fundadores do marxismo, *A ideologia alemã*, a família é descrita como a primeira forma de divisão do trabalho e a primeira forma de dominação. Marx & Engels ressaltam que a divisão do trabalho repousa a divisão natural do trabalho na família e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas às outras”. Esta divisão do trabalho, de acordo com os autores, “implica ao mesmo tempo a repartição do trabalho e de seus produtos; distribuição desigual, na verdade tanto em quantidade como em qualidade; ela implica pois a propriedade”; e concluem que “a primeira forma, o germe reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem” (Marx & Engels, 1975: 87).

Os fundadores do marxismo abrem as portas para pensar o tema da opressão das mulheres, mas não o aprofunda. O que custou a crítica de que o campo conceitual marxista seria indiferente ao sexo⁴. Não faltaram pesquisas evidenciando as lacunas deixadas por Marx & Engels na medida em que conceberam as relações entre homens e mulheres como puramente inter-pessoais, ao invés de compreender a ligação íntima entre a esfera da produção e a da reprodução (Haug, 2001)⁵.

Nos anos 60, com uma nova onda feminista, esta problemática foi colocada de maneira mais teórica. Mais ainda, esta nova onda se vê

³ A este respeito ver Trat (1997).

⁴ Esta crítica foi amplamente divulgada por Heidi Hartmann (1981), que denuncia que as categorias marxistas são sex-blind. Caberia perguntar à autora se outros campos conceituais, fora do feminismo, são sensíveis a esta questão.

⁵ Evitando possíveis confusões de caráter conceitual, Mordrel-Bidet & Bidet reexaminam de modo sistemático as interrogações que a análise de relações sociais de sexo colocam para o marxismo clássico. Ver Mordrel-Bidet & Bidet (2001: 19-32).

obrigada a se posicionar com relação ao marxismo clássico. Argumentou-se que as mulheres são uma força de trabalho de reserva para o capitalismo, que seus salários, geralmente mais baixos, fornecem uma mais-valia extra para o empregador capitalista; que as mulheres servem aos objetivos do consumismo capitalista no seu papel de administradoras do consumo familiar, etc. (Rubin, 1975). Observações que fizeram com que, no geral, feministas estivessem de acordo em reconhecer que a opressão não é uma condição moral abstrata, mas uma experiência social e histórica, que muda de forma e de expressão à medida que mudam os modos de produção e as relações entre os homens e as mulheres. Também se ampliou a concordância de que hoje o tipo de opressão hoje é específica a uma sociedade: a sociedade capitalista (Rowbotham, 1978).

Porém, mesmo tendo concordância, há divergência na maneira de analisar esta opressão. Uma corrente, conhecida como “radical”, elabora uma análise em que a opressão das mulheres é diferente, original, porque fundada sobre a reprodução humana, tornando as mulheres prisioneiras da biologia e que, portanto, têm de ter uma luta isolada e não-mista. Insiste que “o privado é político”, para além das classes sociais, e postula que a opressão patriarcal que atinge a todas as mulheres é mais antiga e até mais central e, logo, sua luta seria mais profunda e mais revolucionária. Outra corrente, a “socialista” ancorada na luta de classes, situa a ação das mulheres no interior das lutas revolucionárias contra o capitalismo. Assim, Mitchell (1971) assinala que tanto a exploração no trabalho como o confinamento à casa compõem a opressão feminina. Para esta corrente, a luta das mulheres é um elemento do conjunto da luta de classes. Em última análise, a contemporânea opressão das mulheres radica no capitalismo e seus principais beneficiários são os capitalistas.

Como estas questões evoluíram dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra? Em que medida este movimento consegue romper com o machismo impregnado nas práticas políticas dos movimentos sociais? Qual será, neste caso, a correspondência entre o “discurso” e a “prática”? O que pode ser observado em suas ações concretas que sinaliza, na luta pela emancipação dos trabalhadores, o fim das desigualdades de gênero?

2. AS MULHERES NA LUTA PELA TERRA DO MST

2.1. Do Coletivo de Mulheres ao Setor de Gênero: debates e tensões

*Olgas, Roses e Rosas, também Margaridas,
mulheres na luta pela nova vida⁶.*

Desde o início o MST concentra a prioridade de suas ações na luta pela reforma agrária. Esta luta exige, segundo os documentos que o movimento produz, a participação de todos (homens, mulheres e crianças) os trabalhadores sem-terra. As mulheres são visíveis principalmente durante as ocupações de terra, quando freqüentemente estão na linha de frente nos confrontos armados com a milícia “clandestina” e/ou estatal.

O reconhecimento da necessidade de participação das mulheres é fruto de um processo complexo e contraditório ainda em andamento. Na fase inicial o movimento se debruça muito pouco sobre as questões de

⁶ Uma das palavras de ordem sugeridas, em 1996, pelo Coletivo Nacional de Mulheres para popularizar e incentivar a participação das mulheres no MST.

gênero e em suas primeiras publicações, a preocupação com a formação das mulheres é nula. A chamada “questão da mulher” ou estava ausente ou era tratada como assunto interno e portanto, não necessitava ser publicizada (Silva, C., 2004: 40). Por outro lado, ainda nos anos 80, quando pouco se sabia sobre este movimento, foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST. Esta Comissão pressionou para que houvesse grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos de cada estado. Além disso, reivindicava que as lideranças nos estados e nos assentamentos apoiassem as organizações das mulheres dentro do movimento.

Os vários Encontros Nacionais conduziram à publicação, em setembro de 1989, da primeira edição das *Normas gerais do MST*, onde se incluiu um capítulo sobre a “articulação das mulheres”. Dentre os objetivos principais, destacam-se:

- (i) a luta contra todas as formas de discriminação e contra o machismo;
- (ii) a organização de grupos de mulheres para criar um espaço para as mulheres discutirem seus próprios problemas específicos;
- (iii) encorajar a participação de mulheres em todas as formas de organização do MST, inclusive dentro do movimento sindical, onde as mulheres trabalhadoras rurais participem independentemente de suas posições de classe; e
- (iv) organizar uma comissão de mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o movimento (MST, 1989: Cap. VIII).

Apesar de vários documentos estimularem a participação das mulheres em todos os níveis, nas instâncias máximas do movimento, a presença delas é pequena. Em 1994, do total de 49 participantes nas instâncias nacionais (coordenação e direção) do MST, 10 eram mulheres. Segundo Pavan, em 1998 “foram eleitas 5 mulheres para a direção nacional, num coletivo de 21 membros” (1998: 58). De acordo com um integrante da Direção Nacional, atualmente⁷ mantém-se a mesma proporção.

A pouca participação das mulheres levou à necessidade de introduzir um debate cuja finalidade é a de promover uma transformação nas relações de gênero, por meio da construção de relações mais igualitárias (Valenciano, 2004).

O MST não sistematizou dados sobre a atuação feminina nas direções nacional, estaduais e regionais, mas líderes do movimento garantem que ela está crescendo desde o final dos anos 90. Em entrevista concedida ao jornal cearense *O povo*, Campos, assentada do Rio Grande do Sul e coordenadora do setor de gênero do MST, enfatizou que “as mulheres têm sido 30% da direção nacional. Nos estados, isso varia muito, mas, em média, representam 40%” (Bonfin, 2002). Ela ainda chama a atenção para as especificidades regionais, pois o Sul e o Nordeste contam com maior inserção feminina. Para Campos, “o que se percebe é que o machismo é muito maior no meio rural e o MST trabalha justamente com esse público” (Bonfin, 2002).

⁷ Julho de 2005.

Compreender a presença das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra implica distinguir diferentes espaços de participação. O primeiro diz respeito à fase do acampamento. O segundo, à etapa do assentamento e representa um recuo das mulheres à esfera privada. O terceiro se refere a um modo de organização das mulheres no interior do MST: o setor de gênero. Este setor, como os vários outros, estabelece os laços entre acampamento e assentamento. Todavia, no que tange à nossa pesquisa, ele também é o ponto de partida para as reflexões acerca da politização das mulheres no Movimento. Neste sentido, o setor de gênero está não somente entranhado na estrutura organizativa, mas é também fonte de reflexão e debates constantes desta mesma estrutura. E qual foi o percurso para se chegar ao setor de gênero? O que podemos encontrar por trás dos números concernentes à presença das mulheres? Qual a relação, no MST, entre a proposta incentivadora e a efetiva participação das mulheres? Sabemos da impossibilidade de responder a estas questões, dadas as especificidades de cada luta, de cada região. No entanto, consideramos que abordar a participação das mulheres na luta do MST no Pontal do Paranapanema nos ajuda a avançar, sobretudo se o fizermos à luz da trajetória que levou à criação do Setor de Gênero Nacional. As lutas das mulheres no Pontal do Paranapanema, tanto na forma de participar no acampamento como em outros espaços, são indissociáveis da luta política que as mulheres desenvolveram dentro do MST em escala nacional.

Os setores do MST foram surgindo de acordo com as necessidades, enfrentamentos, debates, vivências ao longo da luta pela terra. Com o de gênero não foi diferente. No entanto, este setor apresenta algumas particularidades que merecem destaque. A primeira diz respeito ao

modo como as discussões sobre a participação das mulheres evoluíram. Na sua fase inicial, a preocupação com a presença das mulheres é quase nula no Movimento, mas isto não impediu que já em 1989 aparecessem nas *Normas Gerais* itens relativos à igualdade entre homens e mulheres e ao incentivo para que estas se engajem.

Os primeiros trabalhos específicos com e sobre as mulheres em acampamentos e assentamentos eram feitos “quase que exclusivamente através de parcerias, com as igrejas católica e luterana e também com a ‘Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais’(ANMTR), como o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, entre outros” (Silva, C., 2004: 37). As principais questões discutidas nos encontros “oscilavam entre a documentação, direitos trabalhistas e a questão da saúde das mulheres que viviam no campo” (2004: 37). Aos poucos foi surgindo a preocupação – expressa sobretudo a partir do 5º. número dos *Cadernos de Formação* do MST – em inserir as mulheres na luta. No IV Encontro Nacional do MST, em 1988, estas preocupações se tornaram visíveis. Ali foi organizada “uma comissão específica só para discutir questões relacionadas ‘às companheiras’”. (Silva, C., 2004: 86).

Paulatinamente, nos anos 90 começou a ser criado um Coletivo Nacional de **Mulheres** do MST com o objetivo de fazer “uma reflexão mais teórica sobre a questão de gênero” (Stédile & Fernandes, 1999: 94). A “invisibilidade” da participação das mulheres passou a ser o objeto de debate e resoluções. Assim, o *Documento Básico do MST*, de 1993, aborda a questão da seguinte forma:

“Considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da

organização, tratando como classe e não enquanto gênero” (Art. 45).

“Sobre a produção – temos que garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês” (Art. 152).

A questão aparece também no *Programa Agrário do MST* de 1995. De acordo com o sétimo item, dentre as pessoas que vivem no campo, “as que mais sofrem as péssimas condições de vida são, sem dúvida, as mulheres e as crianças”. O documento destaca que “as mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, dedicando-se às atividades domésticas e ao trabalho na produção”, que “a maioria não recebe nada pelo seu trabalho”, que “não participa das decisões da economia familiar” e que “são as mulheres que mais sofrem com a falta de atendimento à saúde para si e para seus filhos” (Cap. VII: 16).

Além desta situação de precariedade, o documento salienta que as mulheres se encontram em “condição generalizada de preconceitos e discriminações pela prática do machismo no meio rural, que submete a mulher a uma condição inferior” (Cap. VII: 16). Neste mesmo documento, o MST reforça que um de seus objetivos gerais é “combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher” (MST, 1989: Cap. VIII).

Os debates acerca da participação das mulheres conduzem a outras intensas discussões que proporcionaram, num primeiro momento, a criação de um **Coletivo Nacional de Mulheres** do MST; em seguida, ao

Coletivo Nacional de Gênero e, finalmente, ao **Setor Nacional de Gênero**. Estas mudanças parecem significar muito mais do que simples alterações na nomenclatura.

As mulheres apareciam num primeiro momento como membro da família. Naquele período inicial, causava estranhamento a idéia de “um homem ir para a terra sozinho, tinha que acompanhá-lo, a mulher e os filhos”. Logo, a principal função das mulheres “era, ‘segurar’ o homem no acampamento” (Bogo, 2003a: 12). No entanto, como veremos ao abordar a participação das mulheres no Pontal do Paranapanema, a própria dinâmica da luta pela terra as levou a organizar ações que, por sua vez, provocaram alguns questionamentos sobre a organicidade do Movimento. Portanto, não parece ser obra do acaso se os Coletivos de Mulheres ou de Gênero e o Setor de Gênero só passaram a existir na segunda metade dos anos 90.

Remonta a 1995, o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo mulheres de várias organizações rurais, onde se discutiu a necessidade dos direitos já conquistados pelas trabalhadoras urbanas, como salário maternidade, auxílio acidente de trabalho, etc. As influências deste Encontro para o MST podem ser encontradas no *Jornal Sem terra*, de novembro de 1995. Para o jornal, gênero e classe se entrelaçam e “esta combinação de luta é fundamental não só para a construção de novas relações de gênero, mas de um projeto de sociedade democrática e popular” (*Jornal Sem Terra*, 1995: 12).

Em 1996 surgiu a primeira cartilha organizada pelo Coletivo Nacional de Mulheres. Sob o título *A questão da mulher no MST*, apresenta um plano de trabalho oriundo do Encontro Nacional das Mulheres Militantes

do MST, realizado de 25 a 28 de maio daquele ano⁸. Segundo a cartilha, as mulheres enfrentam discriminação nos acampamentos e assentamentos e sentem a necessidade de uma estrutura que possibilite a participação delas. Neste sentido, salientam que embora as mulheres lutem, não se sentem representadas. Além disso, refere-se à distância entre a teoria e a prática do movimento, que considera secundário o trabalho com e sobre as mulheres.

Para o Coletivo, as causas dos problemas estão, de um lado, na sociedade e, de outro, no MST, onde “a maioria acha que não existe problema”; não cria mecanismos de participação e não investe na qualidade de formação nesta área. Todavia, o Coletivo identifica que as próprias mulheres também são responsáveis, na medida em que “têm medo de enfrentar os problemas” (Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1996: 3). Apesar destas dificuldades, reconhece-se que houve avanços, dentre os quais está a conscientização de que se trata de um problema de caráter político e, logo, há necessidade de inserir gênero na luta de classes. A questão ganha ainda mais o estatuto de seriedade e, portanto, problematizada. Os desafios para o Coletivo Nacional de Mulheres eram muitos, desde questões sobre como construir novos valores, novas relações no cotidiano, passando por pensar no modo como atingir algumas metas, tais como “criar condições objetivas”; “pensar e propor formação política”. E alerta que “o número é importante, mas não suficiente” (Coletivo..., 1996: 4), o que significa que os problemas não se resolvem com a introdução de cotas.

⁸ Em março de 1996, o *Jornal Sem Terra* havia chamado a atenção para a dupla exploração (de classe e de gênero) das mulheres e concluía que “O MST deve lutar também contra o machismo” (JST, 1996: 4).

Um dos níveis de ação do Coletivo consiste em fazer com que nas Instâncias do MST “todos os setores discutam e encaminhem concretamente a questão de gênero” (Coletivo..., 1996: 8). Ao que parece responder o Setor de Formação (um dos pilares da militância do MST), pois, apenas dois meses após o Encontro Nacional de Mulheres, este setor juntamente com os de educação e comunicação do Paraná, lança, em julho de 1996, a cartilha *Sem mulher a luta vai pela metade*. Num primeiro momento, o(a)s organizadore(a)s da cartilha afirmam que esta “foi escrita para as mulheres acampadas e assentadas, com o objetivo de ser mais um instrumento que contribui em sua organização”; e afirmam que buscam “colocar questões que estão no seu dia-a dia mas que infelizmente, nunca ou poucas vezes discutimos ou conversamos”.

Em seguida, anunciam que outro objetivo da cartilha é realizar encontros que “propiciem espaços para a criação de coletivos, que **juntamente com os nossos companheiros homens**⁹, vamos debater e buscar soluções para o problema de nossa organização que é o MOVIMENTO SEM TERRA” (Setor de Educação..., 1996: 1).

Para além dos planos e estratégias traçadas pelo Coletivo Nacional de Mulheres, podemos perceber que aos poucos vão sendo deixadas para trás as chamadas “questões das mulheres” e são introduzidas as “questões de gênero” como uma categoria mais abrangente e não como substituta à categoria “mulher”. À semelhança da crítica que Kofes elabora, gênero surge aqui também como “um instrumento que mapeia um campo específico de distinções, aqueles cujos referentes falam de distinção sexual. Quer onde estão sujeitos concretos, substantivos,

⁹ Grifos nosso.

homens e mulheres, quer onde nem mesmo encontramos estes sujeitos” (Kofes, 1993: 29).

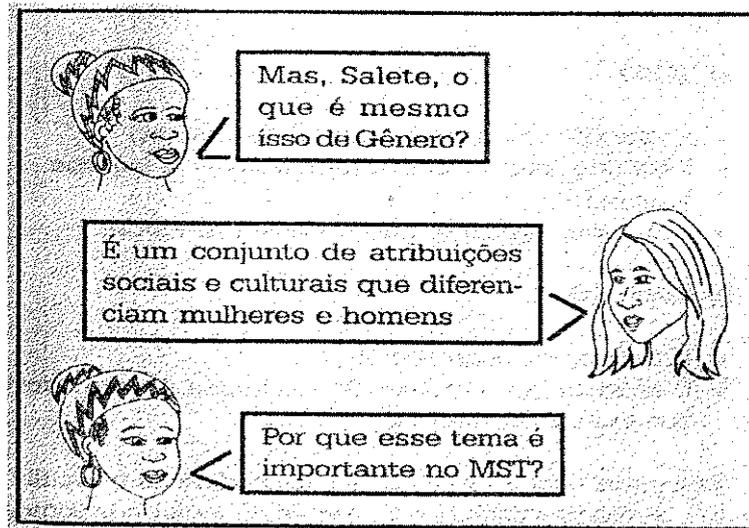
A “questão de gênero” foi mais declaradamente assumida na cartilha¹⁰ seguinte, de 1998, com o significativo título de *Compreender e construir novas relações de gênero*¹¹. A apresentação de abertura da coletânea é atribuída ao novo **Coletivo Nacional de Gênero**, para quem a publicação dever servir “de documento permanente de estudo e aprofundamento entre a militância do MST, para compreendermos e construirmos novas relações de gênero no nosso dia-à-dia” (1998: 5). Todavia, o texto principal da coletânea ainda é assinado pelo antigo Coletivo Nacional de Mulheres, onde lemos que o papel das mulheres no MST “é o mesmo papel político desempenhado pelos homens, porém do jeito da mulher, ou seja é o papel de atriz política, com sua característica de gênero feminino e de classe trabalhadora e que, por assim ser, é muito mais que estratégia para a resistência nas ações, e muito mais que esposa e mãe somente” (Coletivo Nacional de Mulheres, 1998: 49).

No ano de 2000 o agora existente Coletivo Nacional de Gênero lança a cartilha *Mulher Sem Terra*, com propostas de 8 reuniões ou encontros para “reunir as companheiras para estudar, debater, enfim, fortalecer a organicidade do MST” (Coletivo Nacional de Gênero, 2000: 4). A cartilha pretende fornecer elementos para a reflexão sobre a realidade e pretende que juntas, organizadas as mulheres busquem saídas para a construção de uma vida digna. Uma das orientações é a de “criar dinâmicas para envolver as mulheres para que participem, dêem sua contribuição e

¹⁰ Na verdade, trata-se de uma coletânea com textos de vário(a)s autore(a)s

¹¹ Grifos nosso.

tentem melhorar o dia a dia no assentamento/acampamento, seja no aspecto da produção, formação e participação” (Coletivo Nacional de Gênero, 2000: 6). Propõe-se um tema a ser discutido em cada encontro, começando pelas “mulheres e a luta de classes”, passando por “relações de gênero”, “educar sem discriminar”, “valores”, “cultura e lazer nos assentamentos e acampamentos”, “mulher e saúde”, até chegar aos temas das “mulheres e a construção do projeto popular” e “as mulheres e a reforma agrária”. A grande novidade é que, em linguagem simples e recorrendo a quadrinhos, busca-se explicar para as bases o que são relações de gênero, como ilustra a figura abaixo.



Fonte: Coletivo Nacional de Gênero, (2000: 13).

Gênero passa a ser diferenciado de sexo. Apresentam sexo como característica biológica, relacionado à reprodução da espécie humana e, portanto, natural. Gênero, por outro lado, é visto como uma construção social ou “uma etiqueta que a sociedade nos impões do que é ser homem ou ser mulher” (Coletivo Nacional de Gênero, 2000: 14). A maneira de viver

na sociedade como mulheres ou como homem é apreendida pelos costumes, pela cultura. Gênero “é cultural. Portanto pode e deve ser mudado!” (Coletivo..., 2000: 15).

Em 2003, finalmente aparece a primeira cartilha elaborada pelo Setor Nacional de Gênero. A ênfase não está mais em “compreender”, mas em “construir”. Sob o título *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder*, esta cartilha adquire um caráter mais teórico e procura dialogar com as lideranças na base onde “surgem sempre dúvidas como: o que é mesmo gênero? O que queremos dizer quando falamos de gênero?” (Setor Nacional de Gênero, 2003: 7). Com vistas a contribuir para os debates em torno destas questões, o(a)s vários(a)s autore(a)s, recorrendo à vasta literatura sobre o assunto, abordam as relações de gênero, o feminismo, a luta de classes, os significados do dia internacional da mulher.

É difícil encontrar uma trajetória linear que detalhe precisamente as razões para a alteração nos nomes. Para T., do Setor Nacional de Gênero, como havia dificuldade de avançar na participação das mulheres, era necessário *“participar também do processo organizativo do Movimento: suas Instâncias, Setores – que são Setores ditos entre aspas ‘masculinos’, como Finanças, Produção, Frente de Massas, né?”*¹². E, ainda segundo T.,

*“aos poucos, o próprio Movimento foi descobrindo que nós só íamos avançar nesse debate da participação das mulheres se nós começássemos a discutir também com os homens, fazer essa discussão com os homens”*¹³. Então de início, nós dizíamos: nós

¹² Entrevista realizada em setembro de 2004.

¹³ Grifos nosso.

temos que organizar as mulheres, mas nós temos que fazer esse debate em conjunto com os homens do Movimento, envolvendo eles nesse debate, trazendo a preocupação de que se nós quiséssemos avançar política e ideologicamente toda a família, nós tínhamos que fazer esse debate” (T. Setor Nacional de Gênero).

A página na internet do hoje conhecido Setor de Gênero – que durante muito tempo aparecia como Coletivo de Gênero – indica que houve uma evolução e que foram as experiências organizativas das mulheres nos acampamentos e assentamentos, assim como a própria vivência das lideranças femininas, que levaram ao debate relativo às questões de gênero.

Para o Setor “a própria luta pela Reforma Agrária, criava espaços que facilitaram a participação da mulher dentro dos espaços públicos de uma maneira diferente. Isto obrigava as companheiras a participarem de espaços de discussões (grupos de famílias, os setores de acampamentos e as assembléias), que de uma forma ou de outra contribuíam para a inserção da mulher em tarefas que fugiam do cotidiano da sua atuação no espaço doméstico”¹⁴. Um aspecto mencionado é que mais que a quantidade, o fundamental era a qualidade da participação das mulheres, o que exigia também o envolvimento dos “companheiros” e da organização de uma maneira mais ativa. Ou seja, não se trata mais de um trabalho *com e/ou sobre as mulheres*, mas de atividades que envolvam *mulheres e homens*.

No entanto, as evoluções mencionadas não dizem qual a necessidade da alteração dos nomes, nem do que significam na estrutura organizativa do MST. Para U., uma das componentes da Direção Estadual

¹⁴ www.mst.org.br/mstsp/sgen.htm, atualizada em 17 de julho de 2002.

do Setor de Gênero, a motivação para mudar o nome foi a estrutura organizativa do MST.

até onde eu acompanhei esse debate, foi por conta da questão da estrutura orgânica que o Movimento tem hoje, né? Então, se a gente quer inserir as mulheres e fazer com que elas participem dos espaços orgânicos de decisão do Movimento, de luta, enfim, teria que se tomar um Setor porque na estrutura orgânica, os Setores eles têm os espaços já pré determinados dentro do conjunto da organização. Então, por exemplo, nas direções dos estados, tem uma pessoa por Setor que faz parte da direção; no Coletivo Nacional, tem as pessoas dos vários Setores dos estados que somam esse Coletivo Nacional, então por conta dessa estrutura orgânica também. (U. assentada em Andradina-SP e membro da Direção Estadual do Setor de Gênero)

Para T., do Setor Nacional de Gênero, nos estados foram desencadeados alguns debates que conduziram às discussões nas instâncias nacionais e culminaram na criação do Coletivo de Gênero.

E aí foi feito todo um debate no Movimento de que tinha que avançar nesse debate. Aí, o Movimento aprova em 2002 o Setor de Gênero pra fazer parte da estrutura orgânica, enquanto Movimento, o Setor de Gênero. Já tendo essa compreensão de que nós só vamos avançar nesse debate se a gente... se fosse um Setor organizado que fizesse parte das estruturas orgânicas do Movimento. Então, em 2002, foi aprovado enquanto Setor, né?

Porém, os debates sobre se há ou não necessidade de um Setor de Gênero não foram encerrados. Discute-se ainda o que é mais eficaz o Setor ou o Coletivo. De acordo com S., "tem dirigentes nacionais inclusive que acham que nós devemos retroceder o debate e voltar a ser Coletivo por

conta de toda uma reflexão que, na verdade, pro Coletivo de Gênero não... nós não concordamos a princípio, né? Mas isso é algo que ainda está em debate dentro do Movimento". (U., assentada e membro do Setor Estadual de Gênero).

Esta observação de U. aparece no debate impulsionado por Ademar Bogo. Num dos debates acerca da chamada "questão de gênero", ocorrido em reunião da Coordenação Nacional em agosto de 2003, Bogo identificou uma série de obstáculos culturais e morais ou mitos que impediam a participação efetiva das mulheres. Dentre os mitos, destaca: o da inferioridade feminina; da representação masculina (ou da dependência feminina, sobretudo das mulheres casadas que, na representação social do casamento, passam a depender juridicamente de seus maridos); da autorização (ou de plenos poderes ao "chefe de família"); da falta de carisma, em que a mulher é vista como "incapaz" de realizar determinada tarefa; da herança cultura, que molda o jeito de ser menino ou menina; de preconceito, que elimina a credibilidade da palavra feminina; da aparência que determina a forma como as mulheres devem se vestir; do dever que impõe às mulheres o acato à autoridade dos maridos; da fidelidade; da moral religiosa.

Para que haja uma ruptura com estes obstáculos dentro do Movimento, segundo o autor, é preciso uma definição política com vistas a, por um lado, impulsionar "a revolução cultural e, aos poucos mudar os hábitos, costumes, tradições, formas de pensar e de agir", e por outro, edificar "uma **nova moral** que oriente a convivência social e política das pessoas" (Bogo, 2003a: 10-11). Para o autor, participar politicamente depende da tomada de decisões políticas que orientem as questões amplas

e específicas, como por exemplo, garantir a que as mulheres participem da composição da estrutura.

Desta forma, “a mulher só ocupará lugar na militância política se a estrutura organizativa abrir este espaço, para isto as mulheres terão que ‘tomar’ parte do lugar dos homens no seguinte sentido: se uma diretoria é composta por 12 membros, costumeiramente só por homens, partes destes terão que deixar o lugar para que as mulheres possam assumi-los. Assim é com as instâncias de direção, nos setores, coletivos, núcleos e comissões” (Bogo, 2003a: 11).

No entanto, o Bogo discorda quanto à necessidade de criação de um setor denominado “de gênero”. Para ele, na literatura clássica da esquerda encontram-se muitas referências sobre a importância da participação das mulheres na luta pela tomada do poder e da construção do socialismo, mas a denominação “gênero” é quase ausente. Algumas lições foram tiradas dos momentos históricos da luta de classes levando ao avanço de reflexões de acordo com as circunstâncias. E, “como muitas questões no campo da filosofia ficaram estagnadas”, considera que a questão “de ‘gênero’ passou pelas mesmas dificuldades” (Bogo, 2003a: 11). A queda da União Soviética teria, segundo o autor, levado vários movimentos sociais a substituírem a luta de classes por outras frentes como a ecologia, as minorias e a questão de gênero. Porém, observa que “os avanços não foram satisfatórios, por vários fatores. Primeiro porque esta preocupação foi trazida de fora para dentro e não se tornou necessidade política, pois, para nós, a luta de classes continua válida devendo ser feita por mulheres e homens. Segundo, porque até então não se conseguiu **decifrar o que diz e abrange o conceito ‘gênero’**” (Bogo, 2003a: 12). Recorrendo ao campo filosófico de

gênero como “a idéia universal que representa o elemento comum e define as espécies por ramo” ou à gramática que diferencia o masculino do feminino, o autor se distancia do pensamento feminista que identifica as relações de gênero como relações de poder.

Segundo Bogo, “o nosso problema inicial ‘não é’ de relações entre o masculino e o feminino, (embora as relações de respeito devem ser tratadas), é político, como é o analfabetismo, a cooperação, etc.”. Desta maneira, “como não se cria um coletivo de analfabetos para discutir alfabetização, um grupo de individuais¹⁵ para debater a cooperação, um grupo de doentes para discutir a saúde”, o autor considera que se torna também “limitado reunir um grupo de mulheres para discutir a participação ou simplesmente as questões de relações”. Este, como os demais assuntos é, para o estudioso, “de responsabilidade política da organização encontrar formas de desbloquear as questões culturais e morais, para tornar a mulher força viva de participação política e social” (Bogo, 2003a: 12).

Estas discussões internas ao MST se assemelham ao problema da dupla ameaça que as mulheres representaram para vários movimentos que vislumbravam a transformação social: o atraso decorrente da ausência da esfera política e a necessidade de um esforço especial para sua emancipação. Como vimos, esta dupla ameaça levou vários movimentos a privilegiarem as questões “gerais” em detrimento das “específicas”. No entanto, há uma sutil diferença no que diz respeito ao MST. A dificuldade que se observa nas ponderações de Bogo diz respeito à maneira de tratar a questão (se setor ou coletivo) e a como denominar o problema.

¹⁵ É a maneira utilizada para se referir a grupos de pessoas que nos assentamentos não participam da produção coletiva.

Não havendo uma definição clara do que são relações de gênero, as questões que Bogo suscita levam a refletir se a pouca participação das mulheres é: um problema de mulheres? Ou um problema de homens e mulheres? Ou um problema de gênero? Ou ainda um problema político? O autor admite a existência do problema e considera “importante ter coletivos que aprofundem os assuntos, subsidiem os debates com elementos que aos poucos se tornem a teoria da organização do MST”. O assunto “deve ser tema de estudo em todos os cursos, reuniões de setores para de fato irmos reconstruindo as relações entre homem e mulher na luta conjunta, pela libertação de ambos”. À medida que “a mulher começa a participar das atividades políticas e organizativas, serão discutidos e solucionados os problemas das limitações de sua participação” (Bogo, 2003a: 12).

2.2. Às turras com o conceito de gênero

A dificuldade de utilização e definição do conceito de gênero não é uma característica particular dos debates internos do MST. Este termo, apesar de ter sido utilizado anteriormente, passou a ser conhecido por meio da conceitualização de Rubin (1975) e hoje se tornou de amplo conhecimento seu uso para se referir à construção social de homens e mulheres a partir da percepção do sexo biológico. Beauvoir, em *O segundo sexo*, de 1949, foi fonte inspiradora desta reflexão que, desde meados dos anos 60, ganhou força teórico-política sobretudo no mundo ocidental.

A partir, sobretudo, de Scott, o termo gênero torna-se mais conhecido como uma forma de indicar construções culturais. “O uso do gênero enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo,

mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (1995: 76). Para Piscitelli, o conceito de gênero é produto da inquietação feminista quanto às causas da opressão feminina. No entanto, sua elaboração “está associada à percepção da necessidade se associar essa preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como o gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder” (Piscitelli, 2002: 21). Gênero passa a ser definido como um elemento constitutivo das relações sociais (e, portanto, de poder) a partir das diferenças percebidas entre os sexos. Cabe ressaltar a idéia de gênero como historicamente situado, o que permite a desconstrução de muitos significados vinculados à natureza ou à “essência” feminina.

No Brasil, a utilização do conceito de gênero foi amplamente recebida como “uma nova metodologia de análise por muitos de seus usuários do campo intelectual brasileiros” (Machado, 1998: 108). No entanto, a exemplo das ponderações de Bogo (2003a), a unanimidade entre intelectuais não é tanta assim. Identificam-se dificuldades semânticas para seu uso e na maioria das vezes gênero acaba sendo utilizado como substituto da categoria sexo ou simplesmente como sinônimo de homem e de mulher (Moraes, 1998). O termo gênero não tem uma definição exata com a qual haja uma concordância comum. As mesmas dificuldades, aliás, foram encontradas pelas feministas e/ou pesquisadoras francesas em função da polissemia do termo gênero em francês. Em sua acepção de sexo social distinto do sexo biológico, o uso de gênero causava incômodo, pois a cada utilização “sempre era necessário defini-lo” (Löwy & Rouch, 2003: 5).

Apesar de estarmos cientes das dificuldades de lidar com o gênero como categoria analítica, seu uso vai além de uma questão de escolha. Nosso próprio objeto de estudo nos conduz a utilizar este conceito que, a priori, parece capaz de fazer emergir o(a)s atores e atrizes inserido(a)s no processo de luta pela terra de modo a colocar em evidência os antagonismos presentes. O conceito será utilizado aqui na medida em que não elimine a base material, palco de nossa análise, ao mesmo tempo em que não oculte, por exemplo, a distância que existe entre as mulheres das classes dominantes e as das classes dominadas.

Partimos do pressuposto de que ocupando determinada posição de classe, em determinado momento histórico, o tipo de representação que se terá será completamente diferente de um outro momento, de uma outra posição de classe. Neste caso, a experiência¹⁶ feminina e masculina acontece de determinada maneira em determinado momento de sua história e, depende, sobretudo, da correlação de forças ou das lutas para mudar determinada situação. Que perspectivas de mudanças haveria no que tange à experiência de gênero num quadro que, a priori, parece estático? A resposta estaria na maneira de Scott (1995) abordar os significados de gênero como vinculados a muitos tipos de representações culturais que, por sua vez, estabelecem termos através dos quais as relações entre homens e mulheres são organizadas e entendidas?

Esta experiência estará, portanto, relacionada à história de homens e mulheres tal como a conhecemos. Não é possível falar de uma outra experiência, de uma outra história se não levarmos em

¹⁶ Observamos, mais uma vez, que o termo experiência é utilizado no sentido thompsoniano. No capítulo anterior apresentamos as bases desta noção e as críticas a ela elaboradas por Anderson (1985) e Scott (1999).

consideração esta que conhecemos (ocidental, masculina, branca), mesmo que com o claro objetivo de mudança. Não se pode, por exemplo, como enfatiza Varikas (1993) pensar o “outro” (no caso, a experiência das mulheres) fora de algum lugar. Ao falar das mulheres negras americanas, sintetiza que estas “não fazem parte de um fora absoluto; elas, assim como suas opiniões fazem parte, (...), de uma constelação tipicamente ‘ocidental’, produto de uma história social, de uma configuração de relações sociais de dominação e de exclusão, sintomática da modernidade ocidental” (Varikas, 1993: 79). Apesar da autora se referir a mulheres negras, o mesmo pode ser dito sobre as mulheres envolvidas na luta pela terra e com relação aos homens também inseridos neste processo. Até que ponto há conexão entre lutas sociais e lutas pela emancipação das mulheres que se imbriquem com as ações anticapitalistas?

Continua esclarecedor o depoimento de Domitila, mineira boliviana, na Tribuna do Ano Internacional da Mulher, em 1975. Ao ser interpelada por uma líder feminista sobre a necessidade de falarem somente delas – mulheres, iguais – observou a distância que havia entre elas: “para se apresentar aqui como a senhora se apresenta, estou certa de que vive numa casa bem elegante num bairro também elegante, não é? E, no entanto, nós, as mulheres dos mineiros temos só uma pequena casa emprestada, e quando morre nosso esposo, ou fica doente ou o despedem da empresa, temos noventa dias para abandonar a casa e ficamos na rua”. E questiona: “de qual igualdade entre nós vamos falar? Se a senhora e eu não nos parecemos, se somos tão diferentes? Nós não podemos, neste momento ser iguais, ainda como mulheres, não lhe parece?” (Viezzler, 1990: 186).

A narrativa de Domitila ilustra muito bem o quanto as relações sociais são permeadas por clivagens: uma mulher pode estar no outro pólo da oposição de classe. Trata-se portanto de colocar em evidência estas clivagens. Concordamos com Saffioti ao afirmar que não é possível falar em mulher genérica, mas em mulher sempre situada historicamente e considerando que as identidades sociais do sujeito são múltiplas (1994: 20). Para esta autora, uma sociedade, além de estar dividida em classes sociais, encontra-se igualmente atravessada pelas contradições de gênero e de raça/etnia de modo a formar um *nó* que envolve uma potenciação das contradições e, na vida cotidiana, é impossível separar estes antagonismos (Saffioti, 1996).

Compartilhamos da idéia de que na constituição dos sujeitos esta tríade está presente e consideramos que, do ponto de vista analítico, este complexo *nó* pode ser desatado e ajudar a compreender as contradições deste processo. Pode nos ajudar, por exemplo, a analisar a posição de classe que separa a mulher, trabalhadora rural, Diolinda Alves¹⁷ da mulher, fazendeira, Tânia Tenório de Farias¹⁸ ambas inseridas no embate político da luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

Nossa postura teórica é que o conceito de gênero não se dissocia do exame de sua base material. Negligenciar esta última leva à valorização de diferenças produzidas pela opressão e desigualdade contra as quais se

¹⁷ Conhecida liderança do MST no Pontal do Paranapanema; tornou-se um dos símbolos da luta pela Reforma Agrária no Brasil. Evitando qualquer tipo de personalismo, citamos esta personagem em função de sua visibilidade nacional, mas poderíamos mencionar as Miriams, as Marias, as Joanas... ou as "Olgas, as Roses e as Rosas, mas também as Margaridas", que fazem a história da luta pela terra.

¹⁸ Ex-presidente da UDR (União Democrática Ruralista), órgão de organização dos latifundiários.

quer lutar. Gênero é um processo que implica a interconexão com outras determinações sociais produzindo igualmente, num movimento constante, diferentes espaços, como sugerem Franco (2004) e Valenciano (2004).

Sem perder de vista o caráter de classe que a própria luta pela terra impõe, a trajetória das mulheres do MST é exemplo significativo de como dentro dos diferentes espaços de luta se pode desconstruir e reconstruir as chamadas relações de gênero que moldam distintamente homens e mulheres. Para o desenvolvimento da análise de nosso material empírico, utilizar o conceito de gênero se tornou uma necessidade até mesmo pela maneira como este debate foi introduzido no MST: os coletivos de mulheres, que acenavam para uma discussão em torno de questões ditas “específicas”, deram surgimento aos coletivos de gênero que, por sua vez, fizeram emergir os setores de gênero, indicando uma alteração nos objetivos e colocando em evidência o anseio por transbordar a discussão para além das fronteiras de gênero, derrubando por vezes as trincheiras machistas que resistiam (resistem?) no Movimento.

Em meio aos constantes debates sobre conceitos e nomenclaturas, o Setor Nacional de Gênero foi traçando suas diretrizes políticas dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dentre as quais se destacam:

1. “Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra seja em nome do homem e da mulher;
2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham) e que os documentos sejam assinados e a execução e o controle também sejam realizados pelo conjunto da família.

3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados.
4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância.
6. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);
7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
8. Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e SCA para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos;
9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc., comunitários;
10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica;

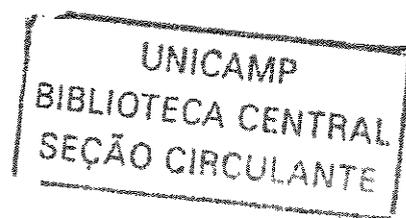
11. Combater todas as formas de violência, particularmente contras as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo". (Setor Nacional de Gênero, 2003: 25).

Esta linha política serve de apoio para as mais diversas situações vividas pelas bases nos acampamentos e assentamentos do MST.

3. O MST TEM DOIS SEXOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA

3.1. Rompendo as cercas de gênero no espaço do acampamento

Sinônimo absoluto do sexo feminino é a expressão "sexo frágil". A decantada fragilidade feminina deve ser analisada em relação a outra expressão invariavelmente empregada para se referir ao sexo feminino: "a expressão *rainha do lar* com a qual interage na construção de uma imagem ideal de mulher" (Moura, 1999: 102) que indica o espaço de sua atuação e competência. Destacar a fragilidade não é apenas considerar os aspectos biológicos, mas também a incapacidade relativa a certos atos ou à maneira de os exercer. As doçura e ternura a que as mulheres são educadas rapidamente se confundem com fraqueza e esta, segundo Mathieu, leva freqüentemente a um tratamento de desprezo e até mesmo de crueldade, que estigmatiza e desvaloriza quem o encarna (Mathieu, 1991). Ou seja, ser frágil não diz respeito somente ser fraca no sentido fisiológico, mas ser "despreparada, passível de manipulação, sem firmeza de caráter" e estar à mercê do outro e isto tem "conseqüências jurídicas consideráveis sobre a condição feminina" (Moura, 1999: 103). A construção deste perfil feminino se desdobra numa postura que pretende ser enaltecida do sexo feminino.



Mas o que significam estas observações para as mulheres inseridas na luta pela terra no Pontal do Paranapanema? A qual fragilidade correspondem suas ações? Alguns autores chamaram a atenção para o fato de que as mulheres estão sempre à frente nos momentos de confronto com a polícia. Fernandes (2000), por exemplo, observa que mulheres e crianças formam uma espécie de cordão de proteção.

A imagem de mãe, santa, protetora desempenha uma função num duplo sentido: de um lado, os sem-terras se protegem sob o manto da santa e, de outro, os policiais não ousam atacar pelo mesmo motivo. Um dos despejos mais violentos do Estado de São Paulo, o de Getulina, ocorrido em novembro de 1993, quando 2000 policiais militares invadiram o acampamento da fazenda Jangada, que abrigava cerca de 2500 famílias (com aproximadamente 1600 crianças), lidou com este problema de modo particular. Em vídeo realizado pela polícia militar, mostrando a preparação dos policiais para o despejo, vemos que o comandante da ação tem a nítida preocupação com as mulheres, adotando, neste caso, uma estratégia que os sem-terras haviam utilizado intuitivamente, isto é, colocando policiais do sexo feminino para o confronto com as mulheres¹⁹.

O acampamento, como vimos, é um dos importantes momentos da construção da identidade coletiva dos sem-terra. Esta fase corresponde também à da maior participação das mulheres na luta pela terra. Neste espaço todos os seus membros, independentemente de sexo, raça, religião são envolvidas nas diferentes atividades. São nestas primeiras aprendizagens de vida coletiva que homens, mulheres e crianças fazem a

¹⁹ Houve neste confronto, mortos, feridos, três abortos involuntários em decorrência do despejo violento (Turatti, 1999: 54).

experiência da partilha das tarefas. Esta fase é também um importante momento na constituição de novas relações de gênero, que, como sabemos, significam construções sociais e, logo relações de poder que envolver o ser “homem” ou ser “mulher”. Em função desta construção, serão atribuídos a um ou outro sexo papéis sociais a serem desempenhados em determinados lugares. Estamos às voltas com a construção social não apenas do gênero, mas também do espaço.

Ao definir gênero, MacDowell (2000) leva em consideração as relações sociais nos seus múltiplos lugares e situações, por exemplo na casa, no trabalho ou no boteco. Estas interações levam a distintas formas de pensar e representar tanto os lugares como o próprio gênero. Para a geógrafa, todos atuamos como ditam-nos as nossas idéias, que sempre respondem a uma construção cultural, e estão histórica e espacialmente situadas. Num movimento simultâneo um e outro vão sendo moldados. As relações sociais dão forma e contorno aos lugares ao mesmo tempo em que os lugares acabam formatando as relações.

Assim, na divisão sexual do trabalho teremos espaços femininos e espaços masculinos. Os termos desta divisão calcados em especificidades *naturais* colocam as mulheres como pertencente ao mundo doméstico, cujas tarefas são lavar, passar, cozer, arrumar, cuidar da educação e saúde dos filhos, etc.; enquanto os homens trabalham fora de seus lares e, de volta à casa, têm direito ao merecido descanso e atenção especial de suas esposas. O espaço doméstico, neste sentido, é o local da cultura da opressão feminina. Para Bourdieu, trata-se de uma violência simbólica em que o predomínio da dominação masculina leva a uma incorporação, tanto no mundo social como no próprio corpo, de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. Para o autor, “a ordem social

funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se funda”. Ela se expressa na “divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos”; também “na estrutura do espaço, com a oposição entre o lugar da assembléia ou mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres, ou, no seu interior, entre a parte masculina do lar, e a parte feminina” (Bourdieu,1998: 15).

Mas o que significa fixar a fronteira entre espaço doméstico e espaço público num acampamento?

Segundo Abramovay, “num acampamento, as mulheres também passam a ter um papel ativo na decisão sobre os rumos do movimento. Elas não ficam em casa esperando os homens ‘voltarem da luta’, mas vão com seus maridos e seus filhos para as frentes de batalha” (1993: 56). Esta fase da luta pela terra proporciona às mulheres a participação efetiva em atividades que no geral são definidas como pertencentes ao espaço público e, logo, atividades de homens. É o momento e lugar em que as mulheres chegam mais próximas de um *status* de igualdade com os homens. Participam da construção dos barracos, rasgam a lona, estão nas comissões, etc. Neste processo, o chamado espaço doméstico-privado também adquire novas dimensões.

O próprio acampamento (con)funde espaço “privado” e espaço público (Gonçalves, 2005). Além disso, neste espaço demarcado os barracos têm de ser construídos muito perto uns dos outros, gerando um grande desconforto por causa da perda de intimidade. No entanto, no que diz respeito às desigualdades de gênero, a fase do acampamento fornece

uma aprendizagem nova: este mesmo desconforto causado pela perda de intimidade, acaba sendo compensado pela impossibilidade da conhecida violência doméstica de que são vítimas principalmente as mulheres.

Em que pese a ressalva de que no espaço doméstico muitas crianças são submetidas à violência feminina, vários estudos demonstram que ambas, mulheres e crianças, acabam sendo vistas como propriedades dos “machos” da família que, como detentores do monopólio do uso socialmente aceito da força física, as tornam facilmente seus objetos de violência. Saffioti & Almeida identificam o domicílio como “um lugar extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas”. As quatro paredes de uma casa guardam, segundo as autoras, “os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina” (Saffioti & Almeida, 1995: 33).

Como parte integrante da normatização, a violência se constitui como importante componente de controle social, principalmente sobre as mulheres. No entanto, ao contrário do que observou MacKinnon acerca da legitimação social da violência, que pune apenas os excessos negativamente sancionados pela sociedade (MacKinnon, 1995: 308), no acampamento as regras são outras e qualquer tipo de violência contra qualquer membro é expressa e terminantemente proibido.

Na coordenação, a gente joga esse regimento em assembléia e a partir do momento que ele é aceito, então a gente tenta da melhor forma possível fazer com que se cumpra ele, né? E dentro desse regimento, um dos itens que nós temos é sobre a violência à mulher, né? Que às vezes até mesmo por problemas do dia a dia, não é só

dentro dos nossos acampamentos, lá na cidade a gente vê isso todo dia acontecer também. Mas a gente já tem dentro desse regimento nosso tentar dar uma melhorada nisso, né? Já trabalhar com a consciência dos companheiros que nós não vamos permitir, né? Nós não vamos permitir. Pedimos pras companheiras que elas não se calem se isso vir a acontecer também, que ela procure a coordenação, procure a... o grupo de disciplina, a coordenação de disciplina pra gente encaminhar qual é a melhor forma pra ser trabalhado isso, né? (L., acampada)

Assim, a pessoa (homem ou mulher) que cometer um ato de violência será punida e, em caso de reincidência, expulsa pela comunidade.

Ele foi excluído. Ele se excluiu porque não é justo um papel desses. Ciúmes, ele de fogo e com ciúmes da mulher, uma senhora já de idade. Era 5 filhos morando no acampamento, 3 casados e os outros tudo solteiro. Acho que 4 ou 5 tudo solteiro no acampamento. E ele queimar ela com plástico quente e não queria que ela contasse pra ninguém. O filho veio e correu e contou pra gente. (...) Teve caso muito violento mesmo de tirar até a arma da mão da pessoa, arma, faca, por exemplo, faca, um facão. Tirar na força da mão da pessoa pra não... senão ia acontecer. Foi excluído. (D., acampado).

Outra situação de violência mencionada por D. envolve um caso amoroso em que tanto o homem como a mulher foram expulsos, deixando clara a necessidade de julgamento igual independentemente do sexo.

Foi excluído. ... lugar de origem, mas como a mulher também era errada, ela também foi excluída. Porque se você tem um caso, por exemplo, você tem um caso com uma pessoa e depois você não quer mais ter o caso, você não precisa arranjar outro cara pra ficar fazendo ciúmes. Não deu, não deu. Vou viver minha vida, mas não chegar

perto daquela pessoa ali, justo perto daquela pessoa pra fazer... beijar, abraçar e falar que é isso que queria da vida. É por aí. É, como se diz, a cabecinha de cada pessoa, né, é diferente.

O regimento, segundo vário(a)s acampado(a)s é feito da melhor maneira possível e procurando levar em conta as mais diferentes situações que surgem durante o período do pré-assentamento. A qualquer momento que se fizer necessário, os grupos se reúnem e, se necessário, convocam assembleias.

Tem reunião de grupo cada vez que for necessário, que tiver qualquer coisa que os companheiros do grupo acha que é necessário sentar, eles falam com o coordenador e reúne os grupos e senta e discute, né? A coordenação... a gente já tem aqui, assim, marcado toda semana, nós sentamos, né, no sábado; e no domingo, nós sentamos nos grupos, né? Sentamos nos setores e depois nós sentamos grupo por grupo, né? Mas fora disso daí, a qualquer momento que tiver qualquer coisa pra gente conversar, nós estamos abertos ao diálogo, né? (L. acampada).

Esta fase do acampamento também é aquela de maior participação das mulheres: além de participarem das reuniões, opinam e, sobretudo, fazem a experiência da argumentação política, espaço de onde sempre estiveram excluídas. Rua & Abramovay reconhecem que são elas que estão sempre à frente de grande parte das mobilizações (2000: 258). As mulheres desempenham tarefas consideradas femininas, ligadas à saúde, educação e infra-estrutura. Por exemplo, muitas coordenam a merenda, a Pastoral, a higiene, a escola, etc. Todavia, além destas tarefas que poderíamos denominar “tipicamente” femininas, no acampamento podemos observar a existência da inversão de papéis de gênero, como é o

caso da segurança que, apoiada no atributo da força física, sempre foi tida como função “tipicamente” masculina. Um depoimento colhido por Silva, M. (2004) destaca o combate de uma senhora que proibiu um “capanga” de entrar no acampamento.

Mais um pouco, tentou mais uma vez. Ele estava amarelo de raiva e os outros tudo com cara de riso. ‘Você vê uma velha desta?’ ‘Aí, ele falou assim, ‘a senhora não vai abrir a porteira?’ Eu falei, ‘não!’ ‘Então a senhora abre a porteira para eu retornar?’ ‘Não! Do mesmo jeito que o senhor entrou, o de trás dá ré e vai sair de ré e vai embora, porque eu não vou abrir a porteira não...!’ Ele voltou e foi embora. (Camila, do assentamento Horto Guarani in Silva, M.; 2004: 85-86).

Além das considerações que a autora tece acerca da construção da identidade coletiva que vai sendo paulatinamente construída e solidificada no processo de luta pela terra, é possível perceber muitos outros elementos importantes. Silva, M. evidencia, antes de tudo, o triplo enfrentamento desta mulher:

- “De classe social, em virtude dos homens representarem o poder da Fepasa, proprietária daquelas terras;
- De gênero, pois naquele momento ela estava só na portaria do acampamento;
- De geração, levando-se em conta a sua idade – mais de 60 anos – e a dos guardas” (Silva, M., 2004: 87).

A autora chama a atenção para muitos aspectos desta narrativa, dentre os quais se destaca a presença das mulheres desempenhando uma atividade “tipicamente” masculina. Na situação estudada pela autora, nas estratégias de resistência, “enquanto os homens ficavam no interior da mata

de eucaliptos, as mulheres e crianças formavam verdadeiros escudos nas 'portarias', impedindo a entrada dos policiais enviados para desalojá-los" (Silva, M., 2004: 87).

No caso do Pontal do Paranapanema, o fato das mulheres assumirem postos "masculinos" é atribuído ao amplo debate provocado tanto pelas experiências de luta das mulheres como pelo incentivo do nascente setor de gênero dentro do MST. Como observa L., acampada e militante do setor de gênero:

E de uns anos pra cá a gente tá tentando trabalhar isso, que a realidade é outra. A mulher tem que participar de tudo, né? Direitos iguais. E aqui dentro do nosso acampamento, não é diferente. A gente vem trabalhando a consciência de todo mundo pra que a mulher se engaje na luta mesmo, né, da mesma forma que o homem. (...) Todos os Setores que a gente tem, a gente sempre coloca, né, um homem e uma mulher. E já é na questão de gênero mesmo, já é pra tá trabalhando com o homem e com a mulher, né? Estar colocando sempre, conscientizando eles do quanto que é importante a participação deles na luta, né? De estar puxando na frente o homem e a mulher. A gente tenta trabalhar dessa forma.

Os acampamentos são os momentos em que se operam verdadeiras mudanças. Para além das transformações relativas à consciência de classe, oriunda do processo de se auto-reconhecerem como "sem terra", a vida no acampamento acaba contribuindo para moldar novas relações de gênero. O rearranjo espacial é outro e a sociabilidade comunitária possibilita "a quebra de barreiras dos denominados 'lugares de mulheres' ou 'lugares de homens' para serem os lugares dos que resistem, militam e lutam" (Franco, 2004: 155). Nos acampamentos há, no mínimo,

um embaralhamento de cartas que vislumbra a ruptura com uma condição estática que parecia tão “natural”. Estas parecem ser as constatações de F., assentado e militante:

É disciplina e segurança e... é a disciplina. O... as mulher no acampamento... antes não era assim a mulher ir pra segurança, né? Isso também é novo. [ele ri] A gente achava que mulher não podia fazer isso. Então, como as mulher está indo pra direção, né, e pras coordenação, então isso também tem pouco tempo pra cá, uns dois anos que mulher aqui está fazendo segurança. Então, agora elas... já que defende os direitos iguais, então ser da disciplina e da segurança, tem que participar. Então, é novo, é muito novo, né? Agora que se entendemos que as mulher tem que ir pra segurança, né? Já... e participar... participar da coordenação já faz mais tempo, uns 5 anos...

As observações de L. e de F. demonstram uma tentativa de ruptura com as imagens do feminino e masculino. Embora estes esforços sejam lentos e freqüentemente se esbarrem em obstáculos. A este respeito, são, mais uma vez, significativas as ponderações de F. que percebe que ainda é difícil a participação plena das mulheres em todos os setores.

Agora, nos outros setores, não. Sempre os setores que tinha era: saúde-mulher, farmácia- mulher, secretária-mulher, educação-mulher, não sei o que-mulher e não sei o que-mulher. Ainda há uma tendência forte ainda pra ser mulher, né? Ainda os companheiros ainda está muito naquela história da flor, da florzinha e da rosinha²⁰. Eles ainda está... [risos] (...) Ainda está com esse preconceito, preconceituoso porque ainda é acampamento e vai mais devagar. Mas, só de ir pra

²⁰ B. se refere à palestra proferida dias antes pela filósofa Isabel Green que, a convite do setor de gênero, discorreu sobre as relações de gênero e explicou, a partir de símbolos e cores, a maneira como mulheres e homens desde o nascimento são construídos para serem frágeis ou fortes de acordo com o sexo.

coordenação as mulher já é um avanço porque é lá que coordena, né? Então, tem acampamento igual aqui em Sandovalina que a coordenação maior é mulher, é a muierada que coordena mesmo. Assim, tem dirigente estadual que é a Cidinha, tem dirigente... é direitos humanos, tem dirigente de educação, saúde, de formação que mais é mulher. E tem na frente de massas que sempre é de homem e agora tem as mulher também na frente de massas.

As mulheres estiveram envolvidas na luta pela terra no Pontal do Paranapanema desde as primeiras ocupações. No entanto, somente a partir da segunda metade da década de 90 podemos observar uma maior intensificação das atividades femininas levando-as a criarem ou, se considerarmos as orientações em âmbito nacional, reforçarem o setor de gênero.

As primeiras atividades exclusivamente organizadas por mulheres no Pontal do Paranapanema remontam ao ano de 1996 quando vários militantes haviam sido preso(a)s²¹. Em protesto às prisões consideradas arbitrárias, aproximadamente 200 mulheres acampadas e assentadas da região, sob o lema "liberdade aos presos políticos do MST", resolveram ocupar a Fazenda São Domingos no dia 8 de março de 1996.

"tava sendo perseguidos os nossos companheiros de luta, né? A maioria do pessoal que tava na direção naquela época tava foragido, né? E aí as mulheres definiram então que iam fazer uma ocupação pra mostrar que se tivesse que prender os companheiros, então teria que prender as companheiras também porque não eram só os meninos que tavam fazendo o Movimento, né? As mulheres

²¹ Dentre os presos políticos do MST estava Diolinda Alves, que inicia greve de fome no dia 27 de fevereiro de 1996.

também tavam, né? Eram as companheiras desses que estavam presas também. Euh... a Sinha tava, né? A Diolinda tava presa também. E aí nós fizemos a ocupação na São Domingos que é aquela fazenda que tá toda plantada de mamona. (...) A gente tombou... entrou, tombou a terra, plantou arroz, plantou milho... (B. e A., assentadas e militantes)

Era a primeira experiência deste tipo e a polícia não apareceu para despejá-las. Aliás, observam as entrevistadas, *“nas ocupações, as polícias não tiram se não tiver um mandado. E isso demora dois, três dias”*. Além disso, como romper com as “imagens de santa”? Eram mulheres, mães, algumas grávidas, outras com filhos pequenos que estavam rompendo as cercas do gênero. Saindo dos papéis que lhes foram atribuídos. Os desdobramentos desta ocupação foram outras ações das mulheres. Fizeram várias marchas só de mulheres, sendo que duas saíram da cidade de Teodoro Sampaio com destino a Presidente Prudente, onde ocupariam o Banco do Brasil e o Fórum. Nos dois casos, as B. e A. salientam que

“foi quando os companheiros também estavam presos”. Não, não foi ocupação do banco. Foi uma vigília, né? Nós fizemos uma vigília, não se chegou a ser... Nós não entramos dentro, mas também nós não deixamos ninguém entrar, né? Foi ocupação! [risos] As vigílias foram... uma vigília... uma ocupação-vigília, né? A gente ficou três dias e aí, de lá, já saiu pra ocupar a Santa Clara aqui o restante dela, né?

O levantamento a seguir, realizado por Valenciano (2004), nos fornece o retrato da organização e das lutas das mulheres do MST no Pontal do Paranapanema:

1996	<p>março: Aproximadamente 200 mulheres ocupam a fazenda São Domingos.</p> <p>maio: Debate de comemoração do dia das mães no acampamento Taquaruçu</p> <p>agosto: Ato de mulheres sem-terra, contra o quadro de tensão no Pontal, reúne 700 participantes numa caminhada de 8 Km, do acampamento Santa Rita ao centro de Teodoro Sampaio</p> <p>setembro: Cerca de 80 mulheres bloqueiam a agência do Banco do Brasil em Teodoro Sampaio contra a demora de liberalização dos créditos agrícolas (Pronaf)</p> <p>outubro: Outras 50 mulheres voltam a bloquear o Banco do Brasil contra a demora do financiamento dos recursos do Pronaf para o plantio da safra verão.</p> <p>novembro: Mulheres ocupam a fazenda Santa Irene</p> <p>dezembro: uma militante é ferida ao tentar escapar de tiros dados por jagunços da fazenda Santa Irene</p>
1997	<p>janeiro: Marcha das panelas vazias do acampamento Santa Rita até o centro de Teodoro Sampaio;</p> <p>fevereiro: Conflito durante ocupação da fazenda São Domingos deixa 8 feridos, dentre os quais Miriam militante do setor de gênero é baleada no peito</p> <p>setembro: Seminário Estadual do Coletivo de Mulheres;</p>
1998	<p>agosto: Ocupação do Banco do Brasil de Teodoro Sampaio pelas mulheres sem-terra.</p>
1999	<p>março: Mobilização das mulheres no Fórum de Pirapozinho contra a perseguição do delegado de Sandovalina e Juiz daquela cidade.</p>
2000	<p>março: Acampamento Nacional de mulheres em Brasília; Participação no Encontro Estadual de Mulheres Assentadas em Promissão.</p>
2001	<p>março: Participação no Encontro Estadual de Mulheres Assentadas em Araraquara.</p>
2002	<p>março: Acampamento Estadual de mulheres em São Paulo;</p> <p>junho: Acampamento de mulheres no Fórum de Teodoro Sampaio Participação no Encontro Estadual de Mulheres Assentadas em Euclides da Cunha.</p>
2003	<p>setembro: Participação no Encontro Regional de Mulheres Assentadas em Presidente Venceslau; Marcha das mulheres pela Paz, Reforma Agrária e Justiça em Presidente Prudente Participação no Encontro Estadual de Mulheres Assentadas em Araras; I Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Acampadas do Pontal, com a participação de cerca de 200 mulheres, em Teodoro Sampaio.</p>
2004	<p>março: Acampamento de Mulheres no prédio do ITESP em Presidente Prudente.</p> <p>junho: Encontro de assentado(a)s e acampado(a)s para discutir relações de gênero com a filósofa Isabel Green – organizado pelo setor de gênero regional.</p>
2005	<p>janeiro: setor de gênero regional introduz na pauta no Encontro Regional do MST o estudo sobre relações de gênero com a socióloga Renata Gonçalves Honório.</p>

Fonte: Valenciano (2004: 81).

As primeiras experiências deram surgimento a uma série de reflexões que levaram a questionar a própria composição por sexo da estrutura do MST na região. Como lembra Z., assentado e militante, “*as mulheres foram se politizando no próprio processo de luta e foram se animando mais*”. Este processo, segundo depoimento de duas militantes, foi importantíssimo, pois a partir de então as mulheres passaram a ir “*pra mesa de negociação, elas vão saber negociar. Coisas que... que participava antes... às vezes era só os companheiros, né? Tinha vez que nem ia também, né?*” (B. e A.).

3.2. Gênero e classe em rota de colisão

As ações das mulheres do MST se transformaram na região do Pontal do Paranapanema em referência de luta no dia Internacional da Mulher: “*é um espaço dia 8 de março que todo o estado e nas ocupação é um dos momentos em que as mulheres vai conversar... que elas vai pra luta, que elas participam. E esse espaço... aqui, dia 8 de março nós tivemos atividades aqui no estado de São Paulo, no assentamento dentro de São Paulo. Várias... porque tem... um histórico grande nisso. Elas se inserem nesse histórico, nessa luta*” (B. e A.). E arriscam algumas análises no que tange às possibilidades de mudanças nas relações de gênero:

Quando a companheira sai e fica um dia, dois dias fora e que o companheiro tem que lidar com a situação de ficar no lote, né, de ficar ali sozinho, já começam a mudar a relação em casa, né? E já começa a mudar a relação no assentamento. Esse processo da gente fazer luta constante e que essa luta seja feita com as companheiras é...

Aquela pergunta que você tinha feito de quais são os passos que a gente pode dar? É formação constante, a luta constante com os companheiros, acho que isso colabora pra formação. A gente não tem muito claro porque a gente vai construindo isso no dia a dia também, né? (B. A.)

O processo vivido por estas mulheres na luta pela terra é semelhante àquele dos Movimentos de Mulheres no meio urbano. Souza-Lobo havia destacado o aspecto da participação das mulheres como uma *novidade* no cenário político daquele momento e espaço. Para a autora, se o movimento operário que se organizou durante os anos 70 era seguramente o ator mais significativo, os “movimentos de mulheres constituem a novidade” (1991: 269). Mulheres que em muitas pesquisas apareceram como parte da espinha dorsal de muitas dos movimentos sociais e dos partidos de oposição, desafiando com sucesso as regras do regime militar nos anos 70 e início dos 80. Sader (1988) via, igualmente, nos movimentos de mulheres uma novidade pois, como o movimento sindical, era o lugar de críticas às práticas anteriores de fazer política.

À semelhança dos movimentos de mulheres urbanos, as mulheres do MST no Pontal começam a interferir para que haja mudanças de valores e comportamentos em relação à preconceitos de gênero. Parafraçando Souza-Lobo (1991), poderíamos dizer que suas ações colocaram em evidência que o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem dois sexos*. Agora novas atrizes, pareciam transcender o papel tradicional da mulher que as anulava e as confinavam ao silêncio. Pareciam se tornar mulheres inteiras, múltiplas, combativas. Saíam da invisibilidade para emergir no espaço público, e político por excelência. De acordo com Nina – membro da Coordenação Nacional do MST e integrante da

Coordenação do Gênero – tomaram-se “agentes políticos da luta pela reforma agrária”. Saíram “dos papéis privados de cuidar da família e de ‘ajudar’ na roça, para os setores públicos e de comando”. Participam “das instâncias de organização do movimento” (Santos, 2004: 30).

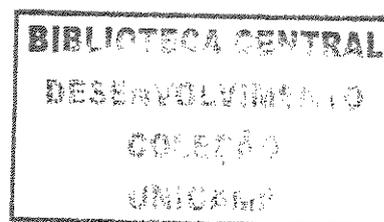
As ações das mulheres do MST no Pontal do Paranapanema levaram os latifundiários representados pela UDR a se organizarem também lançando mão das relações de gênero como estratégia²². A matéria da *Isto* é, “As rainhas do gado”, de 18 de março de 1998, evidencia esta estratégia. Neste artigo a UDR declara haver encontrado “uma mulher para disputar o Pontal com Diolinda do MST”. Tratava-se da médica Tânia Tenório de Farias, apresentada como a “nova estrela da União Democrática Ruralista”. Segundo o presidente que deixava o cargo, “dá mais leveza uma mulher no comando da entidade” (Andrade, 1998).

As “rainhas do gado” chamam a atenção para a componente classe social que cada uma das duas mulheres representa. Embora uma, em depoimentos à referida revista, se pergunte o que a outra está fazendo entre os membros das organizações que representa, nenhuma deixa dúvida quanto ao que pretende. A “sem-terra” Diolinda foi presa várias vezes por se envolver na luta pela terra. A presidenta da UDR, condenava os métodos do Movimento porque o governo “só distribui terra”. Ei-nos às voltas com o nó da classe e do gênero. Enquanto num pólo, o do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as relações de gênero vão sendo remodeladas no processo de participação das mulheres na luta pela terra,

²² Como foi mencionado, este tipo de estratégia já havia sido utilizado pela polícia militar no despejo em Getulina-SP.

no outro pólo, o da União Democrática Ruralista, recorre-se ao tradicionalismo da “leveza da mulher” como estratégia de classe.

Este embate dá sentido às formulações elaboradas por Petras (1999) para quem a unidade das mulheres sem distinção de classe limita as reais possibilidades de realização de mudanças em grande escala que beneficiem mulheres e homens. O autor parte, enfaticamente, da hipótese de que, “a partir de uma perspectiva estratégica, a classe molda a política de gênero, mas não vice-versa” (1999: 414). Porém, esta posição não implica qualquer unilateralidade: “a ótica que amarra a opressão feminina a uma mera questão de classe desconsidera a *combinação* da luta de classes com a luta contra as desigualdades de segmentação e estratificação no interior da classe” (1999: 414). Para além do debate entre questões específicas e/ou gerais, o autor propõe como alternativa a *unidade de classe e lutas decorrentes da questão do gênero*.



4. RELAÇÕES DE GÊNERO E MILITÂNCIA

4.1. Dilemas da militância feminina

Há, no primeiro ato de envolvimento na luta pela terra, formas masculinas e femininas de participação. Identificamos duas formas iniciais de engajamento das mulheres: ficam nas cidades dando retaguarda material (sobretudo como mão-de-obra doméstica) para os companheiros que vão para o confronto nos acampamentos ou, ao contrário, vão para a frente das ocupações como uma forma de demonstrar que a luta pela terra não é baderna e que “famílias” estão envolvidas. Nestas duas formas, está presente o padrão dominante de relações de gênero que determina como e onde homens e mulheres podem e devem atuar. Embora no primeiro caso haja uma aparente alteração na medida em que são as mulheres que garantem a permanência de seus maridos nos acampamentos, a retaguarda dada por elas não é de qualquer tipo. Na maioria dos casos, em função de sua própria inserção social, o único meio que encontram é de trabalharem como domésticas nas cidades vizinhas ao acampamento. Quanto à segunda forma, de irem para as frentes de ocupação, é mais explícito o apelo à imagem de “santas”, de mães acima de qualquer suspeita.

Porém, passado o ato da ocupação, e já no período do acampamento, uma série de atividades começa a ser desenvolvida, como criar condições de estudos para as crianças, negociar com as “autoridades”, enfim, várias ações que, no fundo, dizem respeito à manutenção da resistência e do sonho para conquistar a terra. Esta manutenção exige o trabalho contínuo da militância com dedicação total de seu tempo. O MST com este objetivo, investe em um de seus pilares: a constante formação

política de seus militantes. Formação esta que, segundo documentos internos, realiza-se de maneiras e momentos diversos, como em reuniões, assembléias, mobilizações, encontros, seminários, leituras individuais, cursos, trocas de experiências, visitas de estudos, etc.

Os **cursos de formação** recebem a maior ênfase. São eles que possibilitam “a assimilação de novos elementos que avancem no nível de consciência das pessoas” e permitem “fazer análises profundas da realidade e contribuir para a construção de uma nova ética, que oriente o comportamento dos militantes baseado em valores como : solidariedade, amor à causa do povo, o companheirismo, a disciplina consciente, a honestidade, a responsabilidade, que vão dando forma ao novo homem e à nova mulher” . Eles contribuem igualmente para o “desenvolvimento da consciência político-organizativa, elevando o nível de organização do conjunto do Movimento, bem como garantir a unidade político-ideológica no seio da organização”, além de se materializarem como “um espaço para trocas de experiências e conhecimento da diversidade regional e cultural que compõem o Movimento”. Cabe ao curso de formação “aprofundar e reafirmar conceitos, esclarecer dúvidas e questionamentos da prática cotidiana”, além de ser “espaço de aprofundamento e debate interno sobre a organicidade e pertença ao MST e de qual o seu papel histórico na sociedade brasileira” (Coletivo Político Pedagógico, 2002: 111-112).

No entanto, participar dos cursos de formação representa um problema para vários militantes do MST por causa da necessidade de se ausentar das atividades dos acampamentos e, sobretudo, dos assentamentos, como veremos adiante. Se para os militantes, de uma forma geral, é difícil participar, esta dificuldade é ainda maior para as mulheres, em particular as casadas. São várias as situações em que as

mulheres encontram obstáculos para militar ou simplesmente participar mais ativamente. Os movimentos sociais de caráter popular são lugares de práticas de resistência às desigualdades nas relações de gênero, mas as mudanças não são repentinas (Pinto, 1992).

As ações das mulheres no Pontal as conduziram a alterar sua forma de agir e de participar politicamente na luta pela terra. Porém, estas alterações não ocorrem a todas as mulheres e, para as que conseguem, não acontece de modo pacífico. Em vários momentos, evitando dizer na maioria das vezes, a militância (sobretudo a feminina, mas não somente esta) provoca tensões, principalmente entre os casais. Kollontai, uma das únicas mulheres na alta direção do partido bolchevique durante o período revolucionário, já havia chamado a atenção para o fato de que cada passo dado no sentido da ruptura com os antigos valores provoca conflitos, mas esta ruptura não se dissocia do processo de luta (2000: 25).

O rito de passagem do mundo privado para o mundo público envolve, de acordo com Pinto, uma rede de rupturas e instaura novas relações de poder e isto, conseqüentemente, provoca “tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança” (1992: 131). A tensão, decorrente da ruptura com relações de poder, além de mais comum, é mais visível quando se trata de uma mulher que passa a participar de um movimento. A decisão de participar é, segundo a autora, “quase sempre acompanhada de resistência à participação por parte dos pais, maridos e até mesmo filhos, entendida na maioria das vezes como resistência à quebra do cotidiano familiar e de padrões morais acordados no interior da família e da comunidade” (Pinto, 1992: 133).

Nas primeiras entrevistas realizadas no Pontal do Paranapanema, quando perguntávamos sobre a participação das mulheres, quase nunca as respostas eram sobre si ou sobre sua companheira. A(o)s entrevistada(o)s recorriam com certa frequência à experiência de uma terceira pessoa para dizer que os maridos impediam (e em muitos casos impedem) as mulheres de participar.

(...) ainda de vez em quando algumas companheiras aqui dentro do acampamento elas estão falando, né, que quando elas falavam em ir pra luta, né, igual nós tivemos aí manifestação das mulheres do dia 8 de março; então, quando elas falavam de ir, os companheiros falavam assim: "que você vai nada! Você vai ficar é dentro de casa!" (L., acampada)

A acampada O. salienta que apesar de muito esforço e dos avanços impulsionados pelo Setor de Gênero, é muito difícil romper com o padrão machista dentro dos acampamentos e assentamentos. Em suas palavras:

Eu acho assim, eu não falo pra você que é a realidade da maioria porque ainda existe aqueles uns homens machistas. Porque a gente não vai negar, dizer que não tem porque tem. Tem aqueles uns que ainda têm o olho fechado pra igualdade até mesmo no... a gente luta por um país de igualdade, por justiça, mas ainda tem aqueles uns que ainda é fechado e por mais que você conversa, eles não conseguem ter a visão. Principalmente mais pro lado do homem. Ele acha que ele é o maioral, é mais difícil pra você trabalhar isso aí, mas... (O., acampada).

A mesma permanência do machismo é também admitida pelo acampado D. que diz que *“existe marido que fala: ‘eu quando vim pro acampamento falei que eu vou conquistar um pedaço de terra, eu e minha mulher, nós vamos conquistar o nosso pedaço de terra. Aí, eu jurei pra ela que ela não ia trabalhar. Que ela não ia trabalhar na roça”*

Em depoimento colhido por Almeida (2001), a acampada E. (hoje assentada na São Bento) enfatizava que *“Aí eu sofri até uma certa rejeição por ser a mulher, a gente notava, né? Os homens tinham uma certa rejeição: mulher vai trabalhar com homem, vai mandar em homem?; mas não é bem mandar, é a forma de se trabalhar, ninguém manda em ninguém”* (2001: 50).

Várias entrevistas revelaram as dificuldades de participação das mulheres, no entanto foram nos momentos *in off* que as mais diversas situações surgiram espontaneamente. Em alguns momentos, adquiriam a forma de “confissão” ou mesmo de “denúncia”. Por exemplo, uma combativa militante do Pontal do Paranapanema ao saber de nossa pesquisa veio dizer que existe muito machismo entre os companheiros e esperava que isto fosse denunciado pela pesquisa. Adotando o princípio de não tornar este trabalho um denunciamento vulgar, além das entrevistas recorremos a dois momentos públicos dos quais participamos e que foram bastante reveladores destas contradições: os cursos de formação sobre relações de gênero, ocorridos em 28 de agosto de 2004 e no dia 8 de janeiro²³ de 2005.

²³ O dia 8 foi utilizado para estudo das relações de gênero no MST do Pontal no âmbito do III Encontro Regional do MST naquela região iniciado no dia 6 de janeiro de 2005.

a) As tensões do primeiro curso

No primeiro curso, a filósofa Isabel Green explicou como homens e mulheres eram minuciosamente moldados para desempenharem atividades ditas femininas ou masculinas e explanou sobre as subseqüentes desigualdades nos mais diferentes domínios. Além do conteúdo, os debates travados ao longo do dia nos informavam muito sobre as relações de gênero. O primeiro assunto debatido foi que, apesar da aprovação do setor de gênero ainda era muito difícil entender este tema e que faltava discutir mais e assumir esta decisão. Para um militante, “se as mulheres estão em todas as instâncias, então têm que mudar, pois os tempos são diferentes, o jeito é diferente, o jeito de militar é diferente”.

Um outro acalorado debate girou em torno da “orientação sexual”. O tema surgiu porque a palestrante havia utilizado o termo “opção sexual” e uma militante achou necessária tanto fazer a correção como dizer que era preciso discutir a homossexualidade no meio rural porque, segundo ela, “dizem que a família rural não aceitaria um dirigente homossexual”. Ora, exclamou a militante, “disseram o mesmo com relação às mulheres! E o que vamos fazer? Vamos colocar os homossexuais para desempenharem as funções que antes eram tidas como das mulheres?” A estas indagações um militante respondeu: “esta questão já vai ser debatida até porque os meninos já estão lá. Só falta o debate. E eu acho bacana este tema porque a gente lida com o diferente. E já está presente, a gente tem que conviver. Já virou cotidiano. As pessoas estão se assumindo”.

Um terceiro militante disse pensar diferente. Para ele, “este debate ainda não é prioridade”. E sobre a orientação sexual, de acordo com o militante, “não tem assim uma pressão da organização. Quem vê isto são

os militantes que atuam fora da base. O mais delicado é questão de gênero, da participação da mulher, senão vamos inverter a questão. Se é preciso construir novas relações, como vamos fazer isto? Nosso compromisso é dar continuidade a este desafio". O mesmo militante retomou o histórico de lutas das mulheres na região para afirmar que já havia um "acúmulo de participação das companheiras: muitas foram para as direções e ajudam a avançar". E ponderou que discutir gênero "é mexer com o sistema e é mexer com a gente também. Mas a gente quer ou não quer?". E conclui: "quem atua num movimento social como o nosso, se depara todos os dias com o sistema e não vamos nos tornar um novo homem sem mudar o sistema. A questão central é: como? Com quais mecanismos, quais ferramentas?".

A esta intervenção, reagiu outro militante dizendo que era necessário fazer uma revolução cultural a partir de uma mudança nas consciências e que as "cotas" tinham de desaparecer. Para ele, a participação das mulheres não deveria ser uma questão de norma, pois a "norma de 50% já existia. Teria de ter mais debate, mais esclarecimento". Ao que uma militante disse já ter começado, pois "a gente achava que falar em gênero é questão de mulher, e vai além". Sobre isto uma outra militante complementou dizendo que "as mulheres estavam sempre trabalhando junto com os homens e que eles deveriam dar mais valor ao serviço da mulher".

Depois de várias intervenções nas quais era repetido que "as mulheres deveriam participar mais", o militante que havia perguntado sobre como fazer para mudar, afirmou que era preciso saber porquê ocorre e como superar. Citou um exemplo: "eu e minha companheira somos da direção e sou eu que participo mais. Minha contradição com ela é minha

contradição com o Movimento. Preciso entender esta contradição. Hoje ela ficou em casa e quando eu chegar e contar como foi, ela vai ficar mais puta ainda”.

Os instantes antes do início deste seminário e as horas posteriores a este também foram reveladores das complexidades e das minúcias que envolvem as relações de gênero na militância do MST na região do Pontal. No que diz respeito aos instantes anteriores ao curso, Y., militante e assentado, faz a seguinte avaliação:

“no dia do Encontro deu uma pequena crise, né, porque tinha uma expectativa de um número bem maior de pessoas participando; esperava-se que os dirigentes mais conscientes, que a militância mais consciente ia lá participar. No entanto, não foi isso que ocorreu e a pergunta é se dava seqüência à programação ou não. Definiu-se por fazer a programação. Foi boa a programação. Mas revela que ainda não está maduro [o debate sobre a questão de gênero]”.

Apesar dos, ao nosso ver, intensos debates impulsionados pelo seminário, algumas militantes do setor de gênero estavam frustradas com a pouca presença de acampado(a)s e assentado(a)s revelando, portanto, o pouco envolvimento dos companheiros homens, sobretudo, para dar estímulo a uma mais ampla participação, o que por sua vez, demonstrava que este setor não recebia a mesma importância conferida aos outros setores, como o de produção, por exemplo. Esta frustração aumentou quando, poucas horas depois do encerramento do seminário, um militante e dirigente regional, ao avistar a militante – e também dirigente – que mais se envolveu na organização daquele dia de estudo, se referiu ironicamente ao evento dizendo: “parece que sem os homens as mulheres não vão”. Estaria este militante se referindo à música escrita por Zé Pinto “Sem mulher, a luta

vai pela metade”?²⁴ Qual o sentido daquela frase? O desagrado da militante era explícito. Como se resolveria aquele impasse? Para a militante tratava-se de problema coletivo a ser debatido em reunião onde se decidiria qual o verdadeiro envolvimento do MST regional com as linhas políticas adotadas pelo setor de gênero.

Tendo percebido esta tensão²⁵, nas entrevistas seguintes procuramos saber um pouco mais sobre o assunto. A informação de Y. evidenciou que

(...) já tinha a reflexão de que precisava fazer um bom debate, uma boa discussão sobre a questão de gênero. Isso não estava bem resolvido, né, porque uma parte puxava que “vamos fazer a discussão sobre questão de gênero”, outra parte “não, não; vamos discutir sobre formação de um modo geral”. Não tava bem resolvido e essa discussão corria por fora da direção. Ia pra discussão da direção mas não era debatida. E um grupo de mulheres militantes é que estavam fazendo esse exercício: uma reunião, duas reunião, uma hora tinha mais gente, outra hora menos gente. A conjuntura... as atividades do MST no primeiro semestre foi muito intensa, os calendários desde a nível de Estado como aqui mesmo no Pontal do Paranapanema e cavar uma agenda pra fazer esse debate foi um grande problema. Então, revelou-se ali que não era prioridade, né?

²⁴ Esta música é um dos hinos do MST e representa o estímulo à participação das mulheres na luta pela terra.

²⁵ Cabe ressaltar que não era a primeira tensão que tínhamos percebido. Dois meses antes, no dia 4 de junho de 2004, recebemos a informação de que o seminário sobre relações de gênero aconteceria no final de semana, nos dias 5 e 6 de junho. De grande interesse para nossa pesquisa, tomamos o ônibus e chegamos a Teodoro Sampaio ao raiar do dia seguinte para assistirmos ao curso. Chegando à cidade, para desconcerto da militante que fez o convite, o curso havia sido cancelado.

O que está explícito nos fatos narrados por Z. é a pouca prioridade conferida às atividades do setor. O seminário deveria ter ocorrido dois anos antes, mas por causa de outras muitas atividades sempre foi adiado. Esta constatação havia sido feita no mês de junho de 2004 por B., que dizia que

A gente não tá conseguindo priorizar o seminário. E é... a gente acha que é um seminário importante porque, afinal de contas a gente vai tratar... porque não adianta a gente ficar só lendo o livro, né? Se você não tiver, não construir um espaço pra você debater, essa leitura fica vaga, né? (...) A gente tá tentando fazer desde... desde o Encontro Regional das Mulheres, um terceiro Encontro Regional de Mulheres Acampadas e Assentadas e a gente ainda não conseguiu fazer o seminário de formação por conta do atropelo. Ou hora é uma marcha, ou hora é uma ocupação ou hora é uma prisão, hora é... é o aniversário do MST e sempre vai deixando em segundo plano. (...) eu tava conversando com a R² que na próxima reunião da direção regional a gente vai ter que pautar seriamente essa questão do estudo do Coletivo porque os companheiros também têm que contribuir, eles... além deles ter que vir participar conosco pra enriquecer o debate, eles também têm que contribuir pra que aconteça. Porque se a gente marca e aí fica ao léu, assim ao sabor da conjuntura, é complicado, né? Se não prioriza. (militante e assentada)

b) Os debates do segundo curso

Em janeiro de 2005 recebemos o convite para falar sobre relações de gênero no III Encontro Regional do MST do Pontal do Paranapanema. Aproveitamos este momento para examinar mais de perto a maneira como o(a)s acampado(a)s e assentado(a)s, principalmente o(a)s militantes, vivem as relações entre homens e mulheres. Uma das dinâmicas utilizadas pelo MST no processo de luta pela terra é o “cochicho”, uma forma de se reunir em pequenos grupos e discutir sobre determinados temas. Assim, pedimos a pequenos grupos que refletissem sobre o que poderia ajudar a construir novos valores e o que estava impedindo.

As respostas foram as mais diversas. Para um grupo, o que impede o avanço é a falta de qualificação política das mulheres. Assim, o MST nacional determinou a linha política de que um homem e uma mulher coordenariam as várias instâncias, mas, na prática, “as mulheres acabam sendo vice (e vice não tem poder). Precisa ser coordenadora mesmo!” Para outro grupo, “era necessário discutir mais com os companheiros sobre a divisão sexual do trabalho dentro de casa”. Outro enfatizou que “a militância feminina tem problemas e isto reflete na base” que “acaba vendo as militantes como mulheres ‘fáceis’ ou de vida duvidosa”. Um quarto grupo, enfatizou que “foram dados passos consideráveis e que era um privilégio discutir estes assuntos dentro do MST, quando deveria haver estes espaços nas escolas”.

As queixas maiores eram que as mulheres quando saem do lar para participar, “o marido não entende, pensa que vão fazer algo errado”. Avançar, para este grupo, significa investir em encontros de debates com

casais, ou seja, “insistir para que os companheiros entendam que as mulheres estão indo se preparar na história dos trabalhadores, nas conquistas e os companheiros acham que a conquista do lote é só deles”.

Os membros do último grupo diziam que havia unanimidade entre eles em achar que se tratava de “uma **autocrítica** para nós os homens”. Um deles, dizia que o espaço livre do homem, o tempo disponível é maior e pode ser investido em esporte, em política. E deu um exemplo: em casa, a A. – que não esteve presente neste III Encontro porque um dos filhos estava doente – tem menos tempo e pediu afastamento da Coordenação Regional para cuidar mais dos filhos e a Coordenação, indignava-se ele, “achou completamente natural”. O exemplo dado por Y. se assemelha à crítica que Mathieu fez ao naturalismo subjacente à concepção de que existe uma “naturalidade indelével” da divisão das tarefas entre os sexos, “seja da divisão do trabalho seja das ditas tarefas ‘reprodutivas’ (incluindo o cuidado dos filhos)” (Mathieu, 1991: 107).

Sinalizando que não eram apenas os homens que impediam as mulheres de participar, um outro militante observou que a pressão sobre os homens também é grande. Afirmou que embora as mulheres não os proibissem explicitamente de se envolverem na militância, era comum deixarem a eles a escolha: “ou elas ou o Movimento”. Esta observação, apesar das ponderações de que se tratava de situação diferente, levou a um debate sobre a necessidade de um trabalho conjunto com homens e mulheres, porque na realidade até agora o que se vê é trabalho mais voltado para as mulheres, gerando inclusive questionamentos sobre o significado do setor de gênero. Nas palavras de B. ainda “*não é Coletivo de Gênero, né? É Coletivo de Mulheres. A gente tá tentando transcender para Coletivo de*

Gênero. Mas é uma dificuldade porque só as companheiras que... que minimamente vão estudar”.

Os aspectos que dificultam a participação das mulheres porque “os maridos não deixam” são acompanhados de outro impedimento oriundo do período da gestação e aleitamento e, posteriormente, do tornar-se mãe com a dedicação voltada para a educação dos filhos. W., técnico agrícola, quando foi entrevistado disse que sua companheira podia participar livremente das atividades do MST. Diferentemente dos outros companheiros que, segundo ele, não deixam suas mulheres participarem porque têm ciúmes, ele não proibia sua companheira. Porém, a jovem mulher que estava fazendo um curso para ser agente de saúde no Rio Grande do Sul pelo Movimento Sem Terra, teve de parar porque:

aconteceu que ela engravidou, né? Ela engravidou e não pôde estar voltando agora. Já ganhou neném e tal, mas o neném está muito novinho não dá pra ela ir”. (...) E daí a... aí fica difícil pra ela levar a criancinha novinha. Mas a proposta é estar voltando e se formando pra estar ajudando a companheirada nos acampamentos e nos assentamentos. Mas ela participa, apesar de ser um pouquinho limitada pela questão das crianças, né? Porque quando você tem filho no Movimento Sem Terra fica difícil militar o casal. Nossa! Muito difícil! Ou é você ou é a mulher. As companheiras fica mais limitada no assentamento por causa da questão do filho. (Técnico agrícola e assentado)

Os estudos de Tabet demonstram que “o nascimento de uma criança muda fortemente a situação de liberdade da moça (mas não a do rapaz) que a partir deste momento ficará completamente ligada à criança e

restrita aos trabalhos agrícolas e domésticos” (Tabet, 1998: 146). Situação que já havia sido observada por Y. quando disse que sua companheira tinha menos tempo que ele para participar. Este tempo menor é resultado do alto investimento nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos, sobretudo no momento do aleitamento que “além de ser um trabalho ou um dispêndio de energia interna ao organismo materno, inclui também uma parte considerável do tempo da mãe” (Tabet, 1998: 156).

Para um outro militante da Direção Regional as companheiras no Pontal “*quando elas quer se mobilizar não tem muito problema. Na área de mobilização elas está bem. Às vezes ganha dos homens*”. No entanto, quando realizam uma ocupação nunca o fazem por mais de dois ou três dias. “*Nunca mais que dois dias, né? ... Também não entendo... deve ser por modo da família, mas até dois dias elas fazem uma ótima luta aqui*” (F., assentado e membro da Direção Regional). A participação militante das mulheres parece só ser possível se houver a combinação com as tarefas domésticas, levando a uma tripla jornada: no trabalho, na casa e na militância. Um outro elemento que impede a participação das mulheres é o quando estas têm de se ausentar, ficar longe de pais e/ou maridos para participar de um curso onde freqüentarão os mesmos espaços que outros homens.

Às vezes os pais não quer que elas saiam, tem medo de... vai... desenvolvimento... desenvolve as questão política, político-ideológico, a política de... vai aprendendo tanta coisa no Movimento que acaba também vendo que a questão de... do moralismo, do sexo, do... da cabeça que tem que ser todo dia estar rezando, um comportamento de crente ou de negócio... começa a aprender tudo e eles fica com medo às vezes os pai ou os marido de entrar e achar que liberdade...

eles começa a achar que é uma tal de libertinagem , uma besteira que acha que o... aí, as nossas companheira vai pro rumo do... do sex. (F., assentado e dirigente regional).

A gravidez neste caso acaba sendo uma meio que justifica que as mulheres não participem em função da “legitimidade” do cuidado dos filhos e do lar. Mais que um fato biológico, a reprodução é um “sistema de controle e de manipulação de todo indivíduo fêmea” (Tabet, 1998: 152). Fugir a esta regra pode equivaler a ser vista como uma mulher “*out of control*” ou “*out of place*” correndo o risco “de se ver definida como ‘puta’” (Tabet, 2001: 135). Falquet, ao analisar o caso de El Salvador, para se referir ao engajamento das mulheres nas lutas revolucionárias, chamou a atenção para fato de que esta incorporação “sempre foi ameaçada pelo ‘o que os outros vão dizer’, o ciúme dos maridos e o descontentamento dos pais imaginando suas filhas ‘no meio de tantos homens’”. Preocupação da qual, segundo a autora, os homens sempre foram poupados (Falquet, 2003). O que está em foco é o controle da sexualidade que pais e maridos exercem sobre suas mulheres e filhas dentro e fora do lar. Controle que regulamenta o que é proibido ou permitido e que determina com quem, onde, quando a sexualidade feminina pode ser exercida. Proibição aqui se distancia de qualquer aspecto naturalizante e/ou biologizante da sexualidade. A abordagem da sexualidade como o material básico sobre o qual a cultura trabalha (Vance, 1995), é instigante, no entanto deixam obscurecidas as relações de poder explicitadas no controle dos pais ou maridos sobre suas filhas ou esposas.

O controle sobre as mulheres tira-lhes os direitos reprodutivos que garantem a elas a regulação de sua sexualidade e de sua capacidade reprodutiva. Retira-lhes no mesmo ato a possibilidade de exigir que também

os homens sejam responsáveis pelo do exercício da sexualidade e pela gravidez (Azeredo & Stolcke, 1991). Os casos de proibição se aproximam destas constatações de que para as mulheres, a sexualidade significa reprodução e que esta equivale à responsabilidade materna. Neste ciclo tornam-se “invisíveis os mecanismos sociais de opressão, em particular a alienação das capacidades reprodutivas e da sexualidade, assim como de sua força de trabalho – colocada à disposição do trabalho doméstico não remunerado” para o outro (Falquet, 1997: 93-94). O convívio marital neste sentido adquire outra conotação. Nos termos de Guillaumin, trata-se de relações de *escavidão* e de *servidão* que subsistem “sob nossos olhos, dissimuladas/expostas sob o casamento, relação institucionalizada se necessário” (1992: 36).

4.2. Em busca de rearranjos²⁶ de gênero na luta pela terra no Pontal

As observações acerca das dificuldades que as mulheres encontram para participar da militância na luta pela terra representam apenas um lado da realidade. Trata-se de acelerado processo, em constantes reformulações. Se, de um lado, há a aparência estática do impedimento das mulheres, de outro, há algo que se move, que está em mutação. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, de 28 de julho de 1996, Edna, do Assentamento Che Guevara, diz: “Meu marido quer que eu fique na cozinha, mas eu me acostumei com a agitação do acampamento. Por

²⁶ O termo “rearranjos” se inspira na formulação de Rubin (1975) que, ao se voltar às origens da opressão das mulheres, definiu um sistema sexo/gênero como um conjunto de arranjos pelo qual o sexo é moldado pela cultura. Outra inspiração vem de Goffman (2002) que se interroga sobre o modo como são organizados os comportamentos de gênero.

mim, passaria o resto da minha vida em acampamentos, lutando pela reforma agrária”.

Ao participar da luta, há um questionamento à situação de dominação e “aprende a reagir a esses problemas” e que “não é obrigada a viver a vida inteira casados, se não caminham juntos” (Rozeno, 2001: 66). A alteração ocorre principalmente quando os dois são militantes. Para a autora, as mulheres conscientizadas que são militantes, não aceitam os companheiros ficarem em casa e não assumirem as tarefas domésticas. Um dos depoimentos colhidos pela autora é significativo desta mudança: uma acampada ao arrumar a bolsa para ir com outras mulheres a uma mobilização, ouviu do marido que “se você for, não entra mais neste barraco!” E a resposta foi: “Não tem problema! Um barraco de lona é muito fácil de ser feito!” (Rozeno, 2001: 67).

Antes de chegar a esta atitude mais drástica, todo o investimento é voltado para a formação.

E desde uma assembléia que nós trabalhamos e falamos da importância da participação da mulher na luta (...) as mulheres parece que... sabe, deu uma jogada pra cima assim. Então, tem uma delas que até hoje diz que de vez em quando o marido fala alguma coisa e ela fala assim: “você está pensando que eu vou ficar lavando roupa e vou ficar só lavando e passando pra você? Eu não vou não, eu vou é pra luta, vou arregaçar as minhas mangas!” Então! E elas participaram e foram pras atividades de março pra cá assim e tudo que elas fala... que elas vão questionar, elas dizem assim: “ó, você viu o que nós conversamos? Que a coisa agora vai mudar! Chega de ficar dentro dos barracos só lavando e pass... só lavando e cozinhando [porque aqui nem passa, né?]. nós vamos é pra luta agora! Não tem esse

negócio não!” Então tem que ser trabalhado muito mais isso daí, né? Mas que já teve uma melhora muito boa, teve! (L., acampada e militante)

L. reconhece que o processo nem sempre é fácil e que há resistência por parte daqueles companheiros, como ela diz, “mais problemáticos, mais arredios”. Nestes casos,

“a gente prefere assim não entrar assim de vez não. A gente vai trabalhando de pouquinho nas reuniões com ele, conversando com ele. (...) Porque todo acampado ele tem que participar das reuniões de grupo. (...) Ai, nós deixamos mais pro companheiro do grupo, o coordenador. (...) Ou então nós marcamos uma grande assembléia, né, e chamamos a companheirada, né, pra explicar a importância novamente da participação, né, de todo mundo, das companheiras. Mas, nem todo mundo entende isso assim com uma rapidez, né? Tem pessoas que são mais devagar e então você procura ir trabalhando isso, né, com mais calma pra gente não ter um confronto, né, que nós nem podemos também, né?”

As mudanças podem ser percebidas nas mais jovens que parecem ser mais conscientes da necessidade de maior envolvimento das mulheres na luta. Segundo L.,

“Elas falam assim: “não! Nós tem que... nós tem que lutar mesmo porque se nós não for lutar, né, o que que vai ser de nós amanhã? Nós temos que estudar, nós temos que... trabalhar nos assentamentos, né?” E às vezes algumas arrumam até algum namoradinho aqui dentro que elas mesmo falam pros namorados: “e daí, como que vai ficar? Você não vai lutar não? Se você não lutar, você não vai alcançar o seu objetivo” Então, essas jovens de hoje...

todas essas jovens de hoje, né, que participa mesmo, né, do nosso dia-a-dia, da nossa luta, essa já vão estar prontas mesmo, né, aí futuramente pra elas estarem puxando essa discussão aí, né, na questão de gênero. É muito importante.

Estas aprendizagens acenam para vários tipos de rearranjos de gênero. Nosso propósito é analisar quais dispositivos, novos ou não, são colocados em prática por mulheres e homens inserido(a)s na luta pela terra que permitam (ou não) combinar e/ou redefinir atividades da esfera pública com as da esfera privada. Tal combinação, caso exista, encontra-se principalmente entre os jovens casais inseridos na luta pela terra. Três deles, em especial, nos chamaram a atenção pela diversidade de situações que colocaram em prática para resolverem os problemas domésticos e por nos fornecerem um leque de possibilidades de “rearranjos de gênero” para juntos levarem adiante o projeto da luta pela terra. São eles B e X.; A e Y.; e O. e N.

Os três homens e as três mulheres têm entre 25 e 35 anos, vivem maritalmente e têm filhos com idades inferiores a 10 anos. B e X. têm dois filhos (uma menina e um menino); A e Y. somam quatro filhos (dois meninos e duas meninas); O. e N. por sua vez, têm três filhos (duas meninas e um menino).

Os dois primeiros casais se conheceram no processo de luta pela terra. O último casal se colocou na luta junto, isto é já eram casados quando resolveram “acampar”. Os primeiros além de já assentados, são quadros dirigentes regionais, enquanto O. e N. militam sobretudo no interior do acampamento onde vivem. O que eles têm em comum é a **busca** da melhor

maneira de resolver os problemas cotidianos trazidos pelo envolvimento na luta pela terra sem deteriorar suas relações familiares.

a) A trajetória de B e X.

B. foi a primeira militante que encontramos no Pontal do Paranapanema. Jovem, falante, entusiasta de suas convicções, assumiu a tarefa de nos introduzir na história dos conflitos de terra na região. Ao nos mostrar os lugares, nos apresentar as pessoas, nos contar sobre as conquistas, era também dela que B. falava. Nascida na região, conheceu o Movimento muito cedo porque os pais participavam das CEBs: *“minha mãe coordenava a Pastoral da Criança na nossa comunidade. Então tinha uma proximidade muito grande de fazer o trabalho em acampamento. O trabalho da Pastoral no acampamento. Da Pastoral da Criança no acampamento”* e em sua casa eram feitas as reuniões de trabalho de base do MST.

Conheceu X. na luta. *“Só que não foi numa marcha [se referia a outras histórias de casais que se conheceram durante as marchas pela reforma agrária]. Foi num outro espaço, mas também um espaço do movimento. Eu estudava no Rio Grande do Sul quando eu conheci ele.*

B. considera sua relação com X. completamente diferente daquela vivida por seus pais.

Não que os meus pais não sejam tão amigos quanto eu sou do meu companheiro. Porque são muito amigos! Mas eu digo assim no tratar da casa, né? A minha mãe... eu identifico na minha mãe muitas posições machistas, né? Os filhos homens podem tudo e a mãe protege os filhos homens, né? Desse “poder tudo”, né? Acobertado

pelo pai, no caso, né? E as filhas mulheres já são bem restrito o que elas podem e o que elas não podem, né? O tamanho da saia, o horário de chegar em casa, o horário de sair, né? Isso você vê claro: o que pode e o que não pode; como é que deve e como é que não deve sentar. E eu vejo isso na educação dos meus filhos, né? Euh...

Procura junto com X. educar de forma diferente os dois filhos porque acredita que “a gente já deva construir essa formação de consciência do novo que a gente quer desde criancinha porque se a gente for esperar eles ficarem adultos prá poder inserir isso neles, coitada da gente! Nunca vai conseguir construir essa nova sociedade”. No entanto, a mãe, com quem mantém constante diálogo, discorda da forma de B. e X. educarem os filhos.

O que mais chama a atenção é a maneira como fazem para que ambos possam fazer parte da militância. B. e X., apesar de terem um lote no recém implantado assentamento Fusquinha, continuam morando em uma casa simples num conjunto habitacional de Teodoro Sampaio. Esta “opção” é feita por muitos outros militantes porque facilita o deslocamento entre os diversos espaços de atuação. No primeiro contato que fizemos com B., os filhos estavam com a avó em Presidente Prudente²⁷ por causa das intensas atividades do casal naqueles dias. Meses depois quando voltamos, os filhos estavam novamente na casa da avó pelos mesmos motivos. A partir do final de 2004, B. também passara a ficar com a mãe em Presidente Prudente para assumir o trabalho na área dos Direitos Humanos na Diocese cuja sede é naquela cidade. Desta forma, tanto ela como os filhos estavam longe de X., pai e companheiro. Para o casal, esta situação não causava

²⁷ A 90 km de Teodoro Sampaio.

nenhum transtorno dada a importância daquele trabalho e por ser este um momento que avaliavam como provisório.

b) A trajetória de A e Y.

No que diz respeito a este casal, conhecemos primeiro o companheiro Y. que estava coordenando uma atividade com o(a)s assentado(a)s num sábado pela manhã. Para nossa surpresa, Y. se colocou à disposição para falar conosco sobre a organização das mulheres também, mas estava correndo naquele dia porque era sua vez de fazer as atividades do Movimento. Na semana anterior tinha sido a A, sua companheira. Como estava correndo demais e não conseguia precisar um horário para conversarmos, aconselhou: “fale com ela que é a mesma coisa”. Experiência inusitada, pois no geral, esta fala sempre foi atribuída às mulheres: “fale com meu marido que é a mesma coisa”. Haveria algo de novo nesta relação construída na luta pela terra?

Y. e A vivem no assentamento São Bento, bastante distante do centro da cidade. Chegando à suas casa, A, que não foi avisada de nossa visita, pois não há telefone no assentamento, estava fazendo uma faxina intensiva na casa e as 3 crianças estavam sob seus cuidados. O filho menor, de mais ou menos 1 ano de idade, estava meio gripado. Como estávamos acompanhadas pela B., se prontificou a nos receber e a conceder a entrevista. No início predominou o receio por causa da câmera da cineasta ítalo-francesa que nos acompanhava naquela viagem. Aos poucos, porém, foi ficando tranqüila para falar das lutas das mulheres do MST na região e sobre si.

Era filha de assentados e havia, junto com seus pais, vivido nos acampamentos do MST. Sobre o início da relação com Y. diz o seguinte:

“Nós se conhecemos na luta aí [risos], no acampamento, na marcha. Na verdade, nós começamos o nosso namoro na marcha... de 97... na de 96, aquela que foi pra São Paulo. Só que foi bem antes. Bem na época que... que tava aquela perseguição dos companheiros... que foram presos. A gente não podia... foi bem nesse período aí. Então, foi na luta, né, que a gente se conheceu, que a gente começou a namorar. Foi na luta que começou a morar junto também e agora nós tá com 4 filhos”.

O caso de Y e A já foi mencionado anteriormente quando Y. chamou a atenção durante o III Encontro Regional para a “naturalidade” com que o MST aceitou o afastamento de A que achava naquele momento sentia necessidade de se dedicar aos cuidados das crianças, deixando a Y. mais tempo livre para se dedicar à política. A própria A, ao falar da necessidade dos homens assumirem as tarefas domésticas para as mulheres participarem mais das atividades do Movimento, mencionou que que Y. fica em casa para que ela se engaje, mas ponderou que *“mesmo assim, ainda existe alguns... algumas contradiçõeszinhas, mas nós temos consciência, desse processo”.*

c) A trajetória de V. e J.

Na primeira ida ao acampamento, procurávamos por O., mas ela não estava, pois havia ido há uma semana para participar do trabalho de organização da Frente de Massas. No barraco estava N., o companheiro dela, e as crianças. Nenhum sinal de que estava o “caos” na “casa” sem a

presença da O. Ao contrário, todos estavam limpando o barraco. As duas crianças maiores carregavam água da bica – que ficava a uns 100 metros dali – para o tanque. A menorzinha, de 2 anos, estava gripada e meio chorosa. N. nos fez café e serviu enquanto, como ele diz, “proseava” conosco. Toda esta conversa se deu no “quintal”, onde estava o fogão à lenha que nos lembrava que ali era também a “cozinha”. Aquele “quintal” era uma espécie de fora por se contrapor ao espaço de dentro ou o lugar onde se dorme. Mas este fora parecia um “dentro” tamanho o aconchego daquele lugar à primeira vista tão precário.

A conversa com O. se deu um mês depois, quando aproveitamos para também entrevistar N. Quando chegamos ao barraco, O. estava de saída para as compras na “cidade”, mas decidiu ficou para falar conosco. Mulher jovem, negra, olhos claros, sorriso lindo, convidou-nos a entrar. O barraco parecia uma tenda cigana ou árabe de dar inveja aos cenários das “mil e uma noite”: todo decorado e colorido. Havia uma entrada (que os móveis ali colocados nos remetia à uma espécie de sala e cozinha) e logo em seguida o quarto familiar com a cama do casal e as camas da crianças. A imensa janela de pano colorido era enrolada ou solta quando se queria abrir ou fechá-la. Tudo muito limpo, até em função da neném, como explicou O.

N. estava na roça e chegaria por volta de 5 horas da tarde. Quando voltamos ao barraco, O. ainda não havia retornado das compras e N. estava tomando banho no banheiro improvisado de lona preta. Estavam ali naquele local (meio cozinha, meio quintal) e um simpático casal que brincava que N. estava tomando banho para dar a entrevista. Um espaço

bonito e alegre de se ver e sentir. A água era trazida em baldes e depois, como era inverno²⁸, aquecida no fogão à lenha.

Diferentemente dos casais anteriores, O. e N. se conheceram antes de se lançarem na aventura da luta pela terra. Como lembra O.: *“Com 15 anos eu me casei com o N. Eu tinha 15 anos e ele 18. Aí depois que a gente casou, o serviço da gente foi trabalhar por dia. Era... na lavoura”*. N. é mais preciso e diz que: *“Ela trabalhava na bóia-fria também. Ela trabalhava na... na usina, na época, catando cana. Tinha o corte de cana e tinha a bituca assim, o pessoal chama de catar bituca. Então, ela trabalhava no canal lá catando bituca”*. Depois de perderem os empregos, em 2000, resolveram entrar na luta pela terra, até porque já conheciam outras pessoas, dentre as quais a avó da O., que foram acampadas antes de conquistar seu pedaço de chão. Segundo J. a tomada de decisão teve um processo mais ou menos assim: *“Resolvemos nós dois, sentemos e conversamos: ‘vamos acampar?’. Eu falei: ‘a vida é dura de acampado, hein! Se a gente for, a gente só sai quando ganhar terra!’ Ela falou: ‘vamos então!’”*. Porém, O. ressalta que antes da decisão de acampar, fizeram um acordo de que *“nenhum desistiria, nada da gente vim e encarar e depois um ter que voltar pra casa e o outro ficar, que não ia dar certo”*. Feito o acordo, resolveram acampar em 2001 e *“aí de lá pra cá, estamos aí até hoje na luta”*.

Nas atividades domésticas e de militância O. e N. fazem um revezamento: em algumas situações O. sai para um curso ou uma organização e N. fica com as crianças. Em outros momentos cabe a ela

²⁸ A região onde se localizava o acampamento era um descampado e, portanto, fazia muito frio, sobretudo por causa do vento gelado que vinha do Rio Paranapanema.

ficar para que ele vá desenvolver alguma atividade fora. Além deste tipo de rearranjo, quando os dois têm de participar de uma mesma atividade do MST, podem deixar as crianças com outras pessoas de dentro ou de fora do acampamento ou levá-las consigo para os cursos. Como lembra O.

teve um curso no qual foi eu e ele e meu pequeno, porque a minha menina ficou... no que a gente veio, minha mãe segurou a menina, né? Lá em Euclides pra estudar, pra não perder o ano. E o menino não estudava ainda. A gente veio e trouxemos ele e ele foi com a gente pro curso. A gente ficou 8 meses nos trabalhos do Movimento.

Uma das propostas do Setor de Gênero foi a criação e manutenção das *Cirandas Infantis*, para que facilite a participação dos sem terra, sobretudo as mulheres, nos cursos de formação. As *Cirandas Infantis* representam um avanço, pois “é um espaço educativo onde as crianças ficam brincando e socializando seus saberes juntamente com os educadores e educadoras infantis, enquanto seus pais e mães trabalham, participam, de reuniões e discussões, como também de cursos de formação tanto técnica quanto política”. A ciranda tem proporcionado a participação de muitas mulheres tanto em cursos, como na militância do dia-a-dia e também aberto espaço “para que homens e mulheres possam discutir o conjunto da organização” (Witcel, 2001: 36-37). As cirandas²⁹ são espaços organizados coletivamente com vista à facilitar a participação dos pais, especialmente das mulheres. A este respeito G., acampado e um dos militantes responsáveis pela ciranda infantil de seu acampamento, nos disse que

²⁹ Um estudo mais detalhado das *Cirandas Infantis* pode ser encontrado na tese de doutorado de Machado (2003).

A Ciranda Infantil dentro desse debate travado de participação, às vezes as companheiras sozinhas com 2-3 crianças, amamentam... então, às crianças... a ciranda infantil são os espaços criados não à parte, mas são pensados coletivamente. Por exemplo, se tem um curso de formação do MST planejado pra 10 dias, então se pensa também uma ciranda que dê conta de... onde ficam as educadoras ali, as moças do Movimento... e vai depender também da idade dessas crianças, mas são as pessoas que são responsáveis pra estarem cuidando dessas crianças os 10 dias. E o importante é que todo o restante do coletivo que está fazendo o curso também é inserido dentro das cirandas. Ou seja, as crianças que estão no curso é responsabilidade de todo mundo, todos são pais e mães dos sem-terrinhas.

A narrativa do jovem militante nos apresenta um aspecto questionador que representa a existência das cirandas, no entanto aqui também percebemos uma divisão sexual calcada nos atributos femininos. Qual a razão para que apenas, ou majoritariamente, as mulheres sejam as “cirandeiras” ou as principais responsáveis pelas cirandas? Porém, para outro militante M., as cirandas são experiências que tendem a evoluir cada vez mais porque

“um dia nós queremos romper com essa idéia de família pequeno burguês aí, esse conceito de família do pai, a mãe e os filhos. Se nós somos uma comunidade, temos que ampliar isso aí, nós todos somos responsáveis por aquelas crianças e de outros problemas que envolvem a comunidade. Desde a criação dos filhos, isso não compete a uma família. Um exemplo: se tem comida lá na família ou não, isso tem a ver com a comunidade. Se tem um desvio lá de um jovem naquela família... é da comunidade. Então, nós... a ciranda é um processo que tende a evoluir até o momento em que vamos

romper com esse conceito aí de família que é muito limitado. Nosso conceito de família é muito maior”.

O que se explicita nestas experiências que estamos chamando de “rearranjos de gênero” é que a luta pela terra demanda um envolvimento muito grande. O mais comum é que um dos pares se abstenha de participar. Cabe reforçar que freqüentemente são as mulheres que se privam de se envolverem plenamente para cuidar dos afazeres domésticos ou da educação dos filhos.

Num dos três casos, houve uma transferência para uma terceira pessoa da responsabilidade com a educação dos filhos, no caso a avó. Para além de uma simples manutenção da tradicional divisão sexual do trabalho, podemos dizer que há uma territorialização tanto da luta pela terra como dos rearranjos de gênero. É preciso ainda mencionar que em todos os momentos em que estivemos na casa de X. este demonstrou total dedicação a tarefas “tipicamente” femininas (lavar, cozinhar, cuidar das crianças).

Outro casal tentou assumir as tarefas domésticas e as do Movimento juntos. Apesar de os dois afirmarem que dividem as tarefas, foram muitos os momentos em que ele estava desenvolvendo alguma atividade do Movimento, enquanto ela estava em casa. Esta afirmação é incontestável. Em todos os momentos em que os dois são vistos juntos, ambos se responsabilizavam de maneira igual pelas crianças fazendo cada um(a) a maternagem e a paternagem dos filhos. No entanto, na maioria das vezes há um evidente desequilíbrio nesta divisão: ele assume mais as tarefas do movimento e ela mais as de casa.

O terceiro casal, por sua vez, parece afinar mais o tempo que cada um(a) vive para o Movimento e para a família. Porém, as atividades que desenvolvem no âmbito do MST são mais localizadas ao espaço geograficamente menor do acampamento, talvez isto permita uma maior interação entre atividades públicas e privadas.

Em quaisquer dos casos, fica evidente que quanto maior o envolvimento do casal no MST, maior é a dificuldade para que ambos participem da militância. Uma forma encontrada para resolver estes problemas são as já referidas *Cirandas Infantis*. Porém, apesar do avanço que representam, ainda são insuficientes: na maioria dos casos elas se restringem aos momentos de reuniões, de assembléias, de cursos. Não há uma estrutura que possibilite seu funcionamento diário em todos os locais onde estão o(a)s sem terra. E no embate constante da luta pela é preciso lidar o tempo todo com problemas urgentes a serem resolvidos. Permanecerá o desequilíbrio homens públicos e mulheres privadas? Que tempo sobrar para a formação política das mulheres? Estaríamos mais uma vez diante da tão criticada, por Hartmann (1981), "consciência de segunda mão"?

As lutas das mulheres do Pontal do Paranapanema acenam para o lado contrário. Estão em constante busca de rearranjos que deixem para traz as relações de poder engessadas pelos moldes de gênero. No processo em que assumiram a identidade de *sem terra* descobriram a não fixidez das identidades. Agora parecem estar às voltas com as difíceis questões formuladas por Butler (1990). Seus constantes debates, suas evidentes contradições sugerem que gênero é relacional, situacional, posicional. Suas práticas no processo de luta pela terra acenam para a não totalidade do gênero e seu permanente fazer-se.

IV

Assentamentos: de mercados e redemarcações das cercas de gênero



A vida é um outro tempo, né?
Você chegar num assentamento parece que o tempo triplica, né? Porque é outro...
Eu não estou falando do tempo-hora, estou falando do tempo da reprodução.
Porque as coisas são mais longe, porque as informações chegam mais devagar.
Não tem mais essa relação... cotidiana, né? De morar do lado, do conversar com o vizinho todo dia,
de ser mais fácil.
De se organizar coletivamente.
De ser mais fácil de fazer... de juntar e de discutir essa reprodução.
Pra sair da gente e chegar até os assentados demora um tempo.
Isso, como a gente já disse, é muito novo pra gente também.
E ainda no cotidiano da casa não há muitas mudanças, né?
A mobilização prá luta, a mobilização pras reuniões, isso é fácil.
Mas a transformação do meio é um pouco mais...
(B., assentada e militante).

1. POLÍTICAS DE ASSENTAMENTOS COMO REFORMA AGRÁRIA

1.1. Assentamentos como pactos de (des)interesses

De um modo geral, os assentamentos rurais são definidos como resultados das políticas governamentais implementadas com vistas a reordenar o uso da terra e podem ser de cinco tipos: a) colonização de áreas devolutas e expansão de fronteiras agrícolas; b) realocação de populações atingidas por barragens; c) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; d) programas de reforma agrária via desapropriação por interesse social; e) demarcação de reservas extrativistas (Bergamasco & Norder, 1996).

A estas diferentes formas de assentamentos correspondem os diversos tipos de beneficiários ou “assentados”. Dentre estes, se destacam os posseiros; filhos de produtores familiares pauperizados; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores, proprietários ou não, atingidos pela construção de hidrelétricas; “seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava o seu modo de vida”; assalariados rurais; trabalhadore(a)s perambulantes; outros contingentes urbanos em condições precárias (Medeiros & Leite, 2004: 18).

Diversas formas de assentamentos tipificam, no âmbito das políticas públicas, determinada intervenção fundiária. Porém, na prática, os assentamentos têm sido tratados de maneira homogênea encobrendo “uma extensa gama de ações, tais como compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas” (Medeiros & Leite, 2004: 17). Ferrante os define como “processos sociais complexos, cheios de particularidades”, mas, para a autora, as políticas homogeneizadoras implementadas

pelo Estado ignoram e “passam ao longo dessas especificidades” (Ferrante, 1994: 7). Tal “ignorância” está, ao nosso ver, estreitamente ligada, nos planos jurídico-político, às lutas de classes que se travam no Brasil.

Neste último capítulo, trataremos de um tipo de assentamento: aqueles resultantes da ação de movimentos organizados (particularmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), por meio de lutas de resistência. Nos assentamentos dos sem-terra “se desdobram novas ações políticas e lutas de confronto com o Estado por assistência técnica, crédito, infraestrutura, etc.”, que modificam e dão novo sentido ao termo assentamento” (Fabrini, 2003: 101).

Como ressaltamos no primeiro capítulo, a modernização conservadora da agricultura expulsou os trabalhadores do campo, mas não significou uma subserviência destes. Ao contrário, no capítulo II observamos que os confrontos agrários prosseguiram, mostrando que o(a)s personagens nunca saíram de cena. A partir chamada abertura política dos anos 80, conflitos sociais ganharam maior visibilidade com a efervescência das lutas organizadas por diferentes categorias de trabalhadores. Esta década, no que se refere aos trabalhadores do campo, “se abriu trazendo ao primeiro plano a bandeira da reforma agrária” (Medeiros & Leite, 1999: 8) inspirada no *Estatuto da Terra* de 1964 que havia definido as condições para a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, mas foi engavetado pelo regime.

Os fortes e violentos conflitos trabalhistas no meio rural levaram o governo Sarney, em 1985, a incluir a reforma agrária como um dos elementos do “pacto social da transição democrática”. Anunciado no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

(Contag), o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) provocou alvoroço nas forças de resistência e de organização política dos grandes proprietários (Neves, 1997). A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a recém-criada União Democrática Ruralista eram porta-vozes do descontentamento destes setores, mobilizando diversas formas de reação de grupos de resistência, inclusive milícias para a “defesa da propriedade”. Na outra ponta, setores populares articulavam as manifestações contra os baixos salários e o desemprego. Dentre estes, estavam a CUT, o MST, o PT e a CPT que “começavam a disputar e a ganhar espaço na organização política dos trabalhadores rurais em luta por melhores condições de trabalho, política agrícola, reforma agrária e democracia” (Norder, 2004: 59).

O I Plano Nacional de Reforma Agrária foi ainda objeto de resistência por parte dos ruralistas por reafirmar o artigo 15 do *Estatuto da Terra* que estabelece que a implementação da reforma agrária em terras particulares seria feita em caráter prioritário quando se tratasse de zonas críticas ou de tensão social. Diante das fortes pressões dos latifundiários, o governo Sarney recuou e a tranquilidade foi restabelecida para os segmentos contrários à reforma agrária. Assim, “a desapropriação por interesse social deixou de figurar como principal recurso do PNRA, as áreas prioritárias não foram definidas e o governo federal centralizaria a decisão final sobre os Planos Regionais de Reforma Agrária” (Norder, 2004: 59). As organizações ruralistas conseguiram também transformar conceitualmente em produtivas as propriedades onde a legislação detectava improdutividade. A tônica da retórica consistia em acusar o Incra e o Mirad de desapropriarem terras produtivas. O resultado era contrapor a idéia de

função social da terra com a introdução do conceito de “propriedade produtiva”.

Segundo Palmeira, o maior obstáculo à reforma agrária veio “das ações do Estado, calcadas num modelo de desenvolvimento que atribuiu um lugar estratégico à especulação financeira e à exportação de produtos agropecuários e agroindustriais como fonte de divisas para o país” (Palmeira, 1994: 64). O que se consolidou nos anos 80 foi o “desmonte dos instrumentos legais para a realização da reforma agrária”. Configurou-se não apenas um bloqueio político, “mas também jurídico, administrativo e institucional dos programas de implementação de assentamentos rurais” (Norder, 2004: 60). O processo de desapropriação só aconteceria mediante o “pagamento prévio de indenizações, com preço justo, sem definir critérios de fixação” (Feliciano, 2003: 48). Conseqüentemente, o I PNRA se distanciou do projeto inicial do *Estatuto da Terra*.

Os assentamentos do primeiro período do PNRA foram implantados nas áreas de extensão agrícola, de colonização ou, majoritariamente, nas áreas de tensões fundiárias transformando-os, desde o seu nascedouro, em uma medida de atenuação de conflitos sociais. A região do Bico do Papagaio, por exemplo, com altos números de conflitos pela terra e muitos assassinatos, forçou o Estado a realizar uma política concentrada de assentamentos rurais. O importante a notar é que a reforma agrária não podia mais ser ignorada. Segundo Palmeira, nem os governos nem o Congresso Nacional conseguiam se livrar dela; tampouco os partidos abriam mão de inseri-la em seus programas. Mas, ao mesmo tempo, parecia haver, dentro do Estado, uma “conspiração de políticos e burocratas para impedir sua efetivação” (Palmeira, 1994: 64).

O primeiro governo pós-regime militar, o de Collor (1989-1992), criou o *Programa da Terra* cuja meta era assentar 400.000 famílias em quatro anos de mandato. De acordo com Feliciano, esta proposta era ínfima se comparada à do governo anterior que previa o assentamento de 1, 4 milhões de famílias¹. O autor ressalta que este governo, como todos os anteriores, apenas amenizou “os conflitos onde as disputas pela terra eram mais acirradas e explosivas” (Feliciano, 2003: 53). E as políticas neoliberais de desmantelamento das instituições públicas impulsionadas por este governo eliminaram quaisquer perspectivas de reforma agrária.

Itamar Franco, quando assumiu a Presidência da República, retomou de uma forma lenta os projetos de assentamentos. Sem qualquer nova proposta de reforma agrária, este governo previa assentar 20.000 famílias em 1993 e outras 60.000 ao longo de 1994. Mais uma vez, registrou-se apenas a tentativa de administrar conflitos e conter as ocupações de terra. Todavia, embora não houvesse um plano de ação para a reforma agrária, travou-se “um diálogo com os movimentos sociais existentes no campo, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (Feliciano, 2003: 54).

Os conflitos cada vez mais graves e explícitos a partir da segunda metade dos anos 90 fizeram com que o governo seguinte, o de Fernando Henrique Cardoso, apresentasse a reforma agrária “como uma medida para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a solução do problema da segurança alimentar” e, como seus predecessores, “para a redução dos conflitos agrários” (Fernandes, 1996: 63). Alegando defender uma política

¹ Há uma distância entre previsão e assentamentos reais: estima-se que no período Sarney foram assentadas apenas 80 mil famílias. A este respeito consultar Stédile & Fernandes (1999).

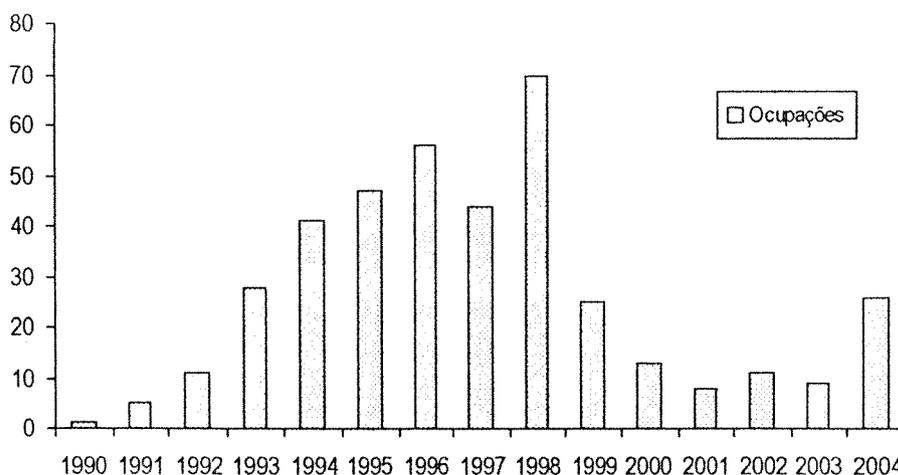
de crédito, Fernando Henrique Cardoso dizia durante as campanhas eleitorais que não haveria necessidade de desapropriações de terras para tornar viável a reforma agrária. Assim, como para os demais governos, o projeto não tocou na estrutura de concentração fundiária e se restringiu a uma política compensatória.

A reforma agrária pacífica que este governo dizia adotar foi atropelada pelos massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás em julho de 1995 e abril de 1996 respectivamente. Os dois massacres catalisaram a discussão nacional e internacionalmente acerca da urgência de uma reforma agrária que passava a ser considerada como “um dos pontos mais conturbados da agenda política do governo federal” (Norder, 2004: 63). O governo, que havia previsto assentar 40.000 famílias, assentou 49.000 em 1995, alardeando, no final do primeiro mandato ter assentado 300 mil famílias. Porém, esta matemática foi contestada por vários estudos que revelaram que a maior parte dos assentamentos implementados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso se deveu a regularizações de posse (Aly Júnior, 2005; Fernandes, 1999).

Com relação ao Pontal do Paranapanema, que nos interessa mais de perto, chama a atenção o final da primeira e início da segunda metade dos anos 90, quando foram registradas 283 ocupações de terras, envolvendo 12.620 famílias na região. O ápice ocorreu em 1998, início do segundo mandato do governo FHC, quando 70 ocupações de terras foram registradas ali. Em estudo realizado por Fernandes *et alli* (2003) observou-se que o movimento ascendente de ocupações, acampamentos e, em decorrência, assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, foi abruptamente interrompido pela judicialização da luta pela terra. A adoção da mencionada medida provisória 2109-52, de 2001, criminalizou a todo(a)s

envolvido(a)s em ocupações de terras. No período, havia na região 15 pedidos de prisão preventiva contra os sem-terra e 9 prisioneiro(a)s (Fernandes *et alli*, 2003). A Medida Provisória determinava que os cadastrados da reforma agrária se afastassem de qualquer conflito de terra, dando aos latifundiários que tivessem suas terras “invadidas” 2 anos de não desapropriação e mais dois, em caso de reincidência. O gráfico a seguir é revelador da queda da mobilização dos sem-terra a partir daquela medida.

Gráfico 1. Evolução do número de ocupações no Pontal 1990-2004



Fonte: DataLuta (2005).

Por fim, o governo Lula não fez grandes alterações no que diz respeito à perspectiva de reforma agrária. Ao assinar os acordos com o Fundo Monetário Internacional logo no início do mandato e ao preservar o *Banco da Terra*, o governo Lula dava sinais de que não cumpriria sequer a meta relativa à implantação de assentamentos rurais. Para o ano de 2003, o governo havia assumido o compromisso de assentar 60.000 famílias e o

saldo final mostrou que somente 10.000 famílias foram beneficiadas com esta política. Ao contrário dos engajamentos de mudança feitos em seu programa, deixou intacto o modelo neoliberal herdado dos anos 90.

A partir da segunda metade do primeiro ano de mandato, os movimentos sociais perceberam que deveriam continuar a pressionar o governo. Stédile, em número da revista *Sem Terra* dedicado ao balanço do primeiro ano de governo Lula, destacava que, para além das cifras de assentamentos, o importante era alterar a correlação de forças dentro do governo e na sociedade para que o primeiro se convencesse da necessidade de mudanças na política econômica e para que utilizasse a reforma agrária e as mudanças no modelo agrícola como instrumento que permitisse “colocar em prática uma nova política econômica centrada na solução dos problemas sociais do nosso povo” (Stédile, 2004: 8).

Na segunda metade de 2003 as ocupações de terra aumentaram em 42%. No ano seguinte, em abril de 2004, cerca de 15.000 famílias ligadas ao MST lançaram uma ofensiva de ocupações de terra como mecanismo de pressão, chegando a mais de cinquenta fazendas em catorze estados brasileiros (Oviña, 2005: 106). As ocupações aparecem de novo como as ferramentas eficazes que os sem-terra se dão para “pôr radicalmente em questão o tabu sócio-histórico do latifúndio”. Elas continuaram a se constituir como “uma transgressão dos limites, no caso fundiários, oficialmente traçados” (Martin & Fernandes, 2004: 180).

Avaliação semelhante foi feita pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Apesar do reconhecimento de que o governo federal adotou uma postura de não criminalizar os movimentos do campo, como o fizeram os governos dos últimos anos, afirma que “também não realizou nenhuma

ação concreta que mostrasse sua vontade de fazer uma verdadeira Reforma Agrária” (Comissão Pastoral da Terra, 2004: 7). Assinala também que o poder privado e o judiciário buscaram barrar a ação dos movimentos do campo. Neste sentido, observa que o poder judiciário emitiu ordens de despejo contra 35.297 famílias, envolvendo 176.485 pessoas”, obtendo possivelmente um recorde em toda a história do Brasil.

Segundo a CPT, em 2003, o Centro-Oeste era a região onde existiam mais pessoas envolvidas em conflitos: 310.592, ou 26,09% do total; e também despejadas pelo poder judiciário: 62.995, 35,7% do total. O exame dos dados sobre o estado do Mato Grosso mostra a estonteante cifra de 40,8% de sua população rural envolvida em conflitos: 210.795 pessoas. Também revela que 6,2% da população rural do estado (32.275 pessoas) sofreram alguma ação de despejo. Perdendo apenas para o estado do Pará, Mato Grosso teve 45,2% de assassinatos registrados.

Os estados de maior expansão da moderna agricultura empresarial, o agronegócio, são os que apresentam maior conflito. Como observa a CPT, “o Centro-Oeste, paraíso do agronegócio, torna-se também o paraíso da violência contra os trabalhadores”. A tão decantada modernidade do agronegócio se alicerça sobre o mesmo modelo, velho e violento, de expropriação e “reproduz as mesmas velhas e enferrujadas relações sociais” de exploração dos trabalhadores (CPT, 2004: 8).

Para a Comissão Pastoral da Terra, não há dentro do governo uma proposta de reforma agrária que signifique enfrentamento do latifúndio, desconcentração e democratização da propriedade da terra. O quadro da reforma agrária continua confuso e indefinido.

Os assentamentos se transformaram nos governos de regime democrático em uma política de números como resposta às pressões dos movimentos sociais revelando ser “politicamente relevante que a bandeira política da reforma agrária esteja nas mãos do poder, mostrando que está fazendo o possível, mas que de fato, nada altera na estrutura agrária e nos mecanismos de exclusão social” (Carvalho Filho, 2001: 195). Em suma, os discretos dados sobre a implementação de assentamentos são os seguintes:

Assentamento de famílias por governo no Brasil

PERÍODOS	GOVERNO	BRASIL
1985-1989	José Sarney	69.778
1990-1992	Fernando Collor de Mello	39.894
1993-1994	Itamar Franco	4.809
1995-2002	Fernando Henrique Cardoso	524.380
2003-2004	Luiz Inácio Lula da Silva	145.000

Fonte Incra (1995, 1998, 2004).

Como Bergamasco (1997), podemos perguntar: o que estaria por detrás dos números? Ou, ainda, o que eles (não) revelam? Da leitura dos números retém-se que, a partir sobretudo dos anos 80, a temática da reforma agrária se tornou constante na agenda política brasileira. Embora os dados correspondentes aos 8 anos de governo de Fernando Henrique Cardoso devam ser questionados – pois se tratou de apresentar como novas o que eram instalações antigas –, os assentamentos deixavam de ser considerados apenas enclaves da intervenção estatal e não mais podiam ser ignorados. O crescimento numérico dos assentamentos e a visibilidade

que os movimentos sociais adquiriram colocaram a questão agrária no primeiro plano das disputas políticas.

Porém, os números não revelam que os projetos de assentamentos foram criados muito mais para resolver situações de conflitos localizados do que para erradicar a concentração fundiária. Num movimento paradoxal, nos anos 90 o Estado, de um lado, não demonstrava qualquer interesse em concluir os projetos de reforma agrária em curso ou mesmo cumprir as metas de assentamento, enquanto na outra ponta, os movimentos sociais ganhavam “espaço no meio rural e indicavam que somente através de ocupações de terras é que a reforma agrária poderia conhecer algum avanço” (Norder, 2004: 61).

Nas várias ações governamentais, quaisquer que sejam as esferas, não há equivalência entre políticas de assentamentos e reforma agrária. As primeiras têm sido implementadas com vistas a esvaziar a possibilidade da segunda, o que levou Stédile a declarar que “fazer assentamentos de famílias sem-terra não significa necessariamente fazer reforma agrária” cujo objetivo é a democratização da estrutura fundiária (Stédile & Fernandes, 1999: 159). A implementação dos assentamentos se assemelha a uma política de assistência social que permite “se livrar do problema dos sem-terra e não resolver o problema da concentração da propriedade da terra no Brasil” (Stédile & Fernandes, 1999: 159). As políticas de assentamentos terminam por neutralizar os movimentos sociais para controlar o conflito e, de acordo com Carvalho Filho, “quando muito, compensar em parte os efeitos da chamada modernização, efeitos esses considerados inexoráveis, tudo isso, com o menor custo possível e de acordo com imposições aceitas pelo país, conseqüentes de acordos feitos com o Fundo Monetário Internacional” (Carvalho Filho, 2001: 195).

Falta ainda indagar tanto sobre os meios que os governos utilizaram nos últimos anos para implementar os projetos de assentamentos como sobre o que tem significado, principalmente em função destes meios, aceder à categoria de assentado(a). Tarefa sobre a qual nos debruçaremos.

1.2. Descentralizando a reforma agrária de mercado

O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) se inicia com inovações. No que tange à questão agrária, sua política será expressa no documento *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local por um novo mundo rural* (Incra, 1999), em que as administrações das prefeituras ganham importância na gestão de políticas de assentamentos. A partir do “novo mundo rural” foram implementadas medidas com vistas à descentralização administrativa, atribuindo competência aos estados e municípios e buscando adequá-la à lógica do mercado. A União implementou uma série de medidas provisórias, decretos, leis complementares, portarias com vistas a “delegar aos estados, mediante convênio, poder para que realizassem cadastramento, vistorias, avaliações e outras atribuições referentes à reforma agrária, até então exclusivas do poder federal” (Aly Júnior, 2005: 5).

A nova proposta substituiu o Procera² (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) pelo Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar). O(a) assentado(a) passava a ser um

² O Procera foi criado em 1986 e difundido somente a partir dos anos 90. Por meio deste programa, “cada família tinha direito a um *crédito de investimento* no valor de R\$ 7.500,00 como parte da implementação do programa de assentamento” (Norder, 2004: 71).

“empreendedor(a)” que deveria se ajustar ao mundo dos negócios e nele se mostrar competitivo. Com a alteração que inseriu o(a)s assentado(a)s no sistema de agricultura familiar, houve um deslocamento de “parte do processo decisório sobre a realização dos financiamentos para o interior das agências bancárias” (especialmente o Banco do Brasil). Enquanto no Proceca as agências dos bancos oficiais desempenhavam apenas o papel de intermediários das decisões tomadas pelas comissões estaduais do programa de crédito e repassadas para Brasília, no Pronaf são as agências bancárias as responsáveis diretas “pela efetivação da operação de crédito e pela obtenção de garantias de pagamento” (Norder, 2004: 72).

Remonta a este período a criação do projeto piloto de combate à pobreza na área rural, o *Programa Cédula da Terra*, lançado no estado do Ceará em 1997. Este projeto do governo federal em parceria com o Banco Mundial se expandiu pelo território brasileiro a partir de 1999 e ficou conhecido como *Banco da Terra*. Segundo documentos do Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar, o método de “distribuição de terras diretamente para os trabalhadores rurais” é simples: “organizadas em associações, as famílias rurais de baixa renda escolhem [sic] a área que querem comprar e, com a ajuda de órgãos técnicos estaduais e do Incra, negociam o preço com o proprietário e definem qual atividade econômica querem desenvolver na área” (Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar, 1999: 8). Por meio do *Banco da Terra* o governo federal financia a compra e “o beneficiário tem 20 anos para saldar sua dívida, com três anos de carência e juros subsidiados que variam de 2%, nas regiões mais pobres³, a 6% ao ano”. (Ministério de Política Fundiária...,

³ No Piauí, um dos estados mais pobres da federação, sob a iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o apoio do Banco Mundial-BIRD e com a

1999: 8). O então Ministro de Política Fundiária e da Agricultura Familiar, Raul Jungmann, apresentou com entusiasmo o *Banco da Terra* que, em suas palavras, “permitiu que os trabalhadores conquistassem a terra pela porta da frente [sic], sem demora, sem conflito” (Jungmann, 1999: 5).

Fernandes, na contramão das manchetes dos grandes meios de comunicação e de parte da academia, demonstrou que não havia um projeto de reforma agrária para aquele governo. Esta se tornava uma metáfora para se referir à luta pela ou a conquista da terra pelos sem-terra. Com a existência do *Banco da Terra* o governo se transformava em comprador de áreas com vistas a implementar assentamentos rurais, mas as vantagens eram para os grandes latifundiários e grileiros na medida em que com a venda de terras ao Incra podem transferir seus capitais para outros setores da economia. Segundo o autor, a inexistência de um plano de reforma agrária faz das políticas de assentamentos objetos de manipulação “pelos proprietários de terra, que vêm nessa condição uma forma de venderem as terras ao governo por um bom preço” (1999: 134).

O objetivo alardeado da descentralização, nos moldes do “novo mundo rural”, era reforçar a base local com vistas ao “desenvolvimento durável” dos projetos de assentamentos, propondo redes de investimentos

participação da Contag, o governo estadual lança o projeto *Vida Nova Assentamento*. Trata-se de um Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza cuja finalidade é “desenvolver um novo modelo de reestruturação agrária, no qual os trabalhadores sem terra e minifundiários, valendo-se de suas associações, negociam a aquisição de terras diretamente com os proprietários rurais” (Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza, s/d: 8)4). Como mencionado pelo *Programa Banco da Terra*, as condições de pagamento são as mesmas: prazo de pagamento de até 20 anos, incluída a carência de três anos. No entanto, sem ressalvas, uma condição clara de financiamento é a taxa de juros de 6% ao ano. O projeto ainda estabelece que não poderá participar quem “tiver restrições cadastrais junto ao banco” que, no caso, são o “Banco do Nordeste, responsável pelo financiamento da compra da terra e o Banco do Brasil que movimentará os recursos destinados aos investimentos comunitários e assistência técnica” (Projeto..., s/d: 8 e 20)

(por meio do Pronaf), parcerias, no lugar dos acordos e uma série de medidas para a organização local de instituições capazes de acompanhar e dar suporte à trajetória complexa de consolidação dos assentamentos. No entanto, os estudos de Ferrante & Barone (2003) apresentam as dificuldades para implementar as políticas locais de desenvolvimento.

As análises que os dois autores fizeram de três projetos de assentamentos rurais na região de Araraquara – dois sob a coordenação do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e um sob a direção do Incra – demonstraram vários limites. Um deles é relativo à dificuldade de definir à qual das três prefeituras da região cabe a responsabilidade sobre cada área de assentamento. Outro diz respeito à falta de entendimento e coordenação entre o(a)s agente(s) técnico(a)s de cada instituição e entre estes e o(a)s assentado(a)s. Para os autores, é “evidente a defasagem que existe entre o órgão que executa e aquele encarregado da gestão técnica como um choque de competências que freqüentemente conduz a conflitos entre técnicos e entre técnicos e assentados” (Ferrante & Barone, 2003: 142). Os autores destacam também que as especificidades regionais influenciam. Os assentamentos analisados por eles se inserem territorialmente em uma região de agricultura moderna, monopolizada pelo plantio da cana e de frutas cítricas. Neste sentido, “a presença de um projeto de agricultura familiar via assentamentos é um indicador eloqüente da contradição presente neste espaço social dominado pelo latifúndio moderno”. E, mais ainda, a maioria das famílias estabelecidas na região “era originária de trabalho imediatamente ligados a esta economia”. Mais de 70% do(a)s assentado(a)s “foram proletários rurais nas culturas de cana-de-açúcar e de laranjas” (Ferrante & Barone, 2003: 142). Além disso, desde a instalação do assentamento, e mesmo antes, são acirrados os conflitos com

“as forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar” (Ferrante & Barone, 2003: 143). O agronegócio regional se aproveita da fragilidade econômica dos projetos de assentamentos para se impor. Os autores identificam o assédio constante por que passam o(a)s assentado(a)s e assinalam a existência de uma articulação entre uma usina de cana e um grupo de assentados, para que estes cedam parte de seus lotes para plantio da monocultura. Isto “provoca conflitos crescentes entre as famílias favoráveis ou contrárias à plantação de cana-de-açúcar e as lideranças” (2003: 146).

A descentralização acaba se tornando uma armadilha. O Estado federal busca se desonerar das responsabilidades políticas deixando de lado as especificidades locais e criando políticas bastante incoerentes. O próprio Incra considera que a plantação de cana se choca com os objetivos da reforma agrária, mas acaba aceitando que esse cultivo ocupe metade do território como forma de garantir a sobrevivência das famílias, sobretudo, diante das dívidas adquiridas junto às agências bancárias. Dívidas que os assentados explicam “pelo surgimento de doenças no rebanho e a ação de atravessadores que acabam reforçando os laços de dependência dos assentados, impedidos de fato de ter autonomia ou independência econômica para conduzir outros projetos” (Ferrante & Barone, 2003: 146-147).

Neste terreno o governo Lula em quase nada se diferenciou de seus antecessores. Em novembro de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), lançaram o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) cujas metas foram apresentadas como “a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil” que beneficiaria “mais de 1 milhão

de famílias” e criaria “mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados”. Na apresentação do II PNRA, assinada pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e pelo Presidente do Incra, Rolf Hackbart, no novo modelo de reforma agrária tanto os atuais como os novos assentamentos “contarão com assistência técnica e acesso ao conhecimento e às tecnologias apropriadas”. Além disso, visando às potencialidades regionais e ao comprometimento com a sustentabilidade ambiental, por intermédio do plano “uma estratégia conjunta de produção e comercialização abrirá novas possibilidades econômicas para os assentados e para a integração numa dinâmica de desenvolvimento territorial” (Rossetto & Hackbart, 2003: 5).

Os princípios já existentes não mudaram. Para atingir a meta de assentar 115 mil famílias em 2004, o Plano previa que 71% destas terras seriam obtidas de forma onerosa pelo governo federal, com a utilização dos instrumentos da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária e da compra e venda, e 29% corresponderiam ao instrumento de destinação de terras públicas. Quanto ao sistema de crédito, o financiamento da aquisição de terras continua utilizando os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, providos pela União e reembolsáveis pelos beneficiários. As condições de pagamento são iguais às do *Programa Banco da Terra* em que, passada a carência de três anos, os assentados têm até 20 anos para saldar a dívida com o Estado.

2. A MODELAGEM DOS ASSENTAMENTOS

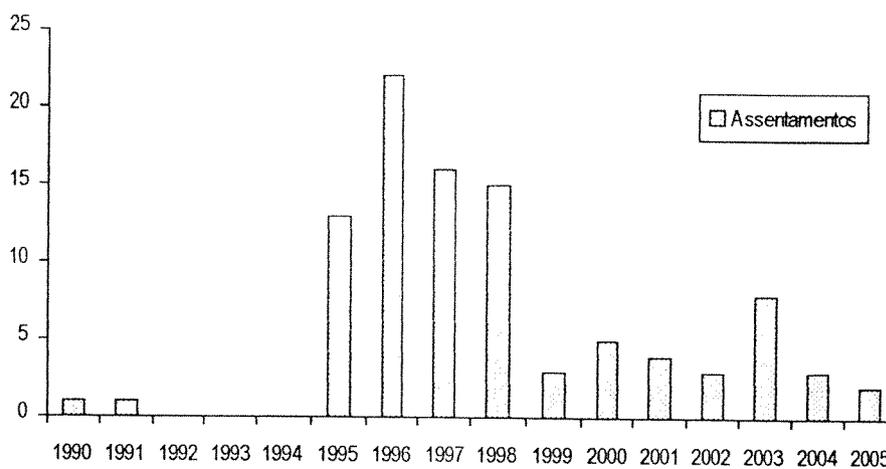
2.1. Impasses de um território em disputa

Após anos de luta para resistir nos acampamentos, os assentamentos representam um desfecho positivo para os sem-terra contra o latifúndio. Em grande medida eles são resultados da atuação dos movimentos sociais que criaram uma dinâmica de “reforma agrária processual” que funciona sob a forma de: luta → mudanças → luta. Neste sentido, Medeiros & Leite escrevem que os “assentamentos tendem a fortalecer os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituem em prova da eficácia das pressões intensas, em especial quando a referência são as ocupações de terra e acampamentos” (1999: 19).

Este parece ser o caso do Pontal do Paranapanema, uma das regiões de intensos e violentos conflitos de terra no Brasil, a maior do Estado de São Paulo e onde o número de ocupações não cessou de aumentar ao longo dos anos 90 levando a um crescimento da implantação dos projetos de assentamento. Há uma particularidade no Pontal do Paranapanema. As ocupações em massa ocorridas nos anos 90 naquela região deram visibilidade ao MST, levando, como já observamos, alguns autores a atribuírem a força do Movimento no país à “descoberta do Pontal”. As fortes pressões do MST levaram à implantação de um total de 97 assentamentos. De um lado, as ocupações/invenções democráticas, foram violentamente reprimidas, como mencionado no capítulo II; porém, de outro lado, sua pressão contribuiu para um número elevado de projetos de assentamentos. Foram respectivamente implementados 13, 22, 16, 15

assentamentos nos anos de 1995, 1996, 1997 e 1998, demonstrados no gráfico abaixo⁴.

Gráfico 2. Evolução do número de assentamentos no Pontal 1990-2005⁵



Fonte: Itesp (2005).

Cabe enfatizar que, dos vários assentamentos implementados, somente 11 são de autoria do governo federal. Todos os outros foram realizados pelo Itesp, mesmo aqueles intitulados de “reconhecimento”, como indicativo de que “o governo federal cadastrou as famílias, de modo que elas pudessem reivindicar os créditos agrícolas dentre outros direitos que possuíam” (Fernandes *et alii*, 2003: 92).

Quando, no estado de São Paulo, a exemplo do que ocorria em todo o país, o movimento sindical dava sinais de recuo, o governo Mário

⁴ Ver também o anexo II.

⁵ Até abril de 2005.

Covas cedia à pressão exercida pelos movimentos sociais do campo, principalmente o MST. Situação adversa se instalou com a chegada de Alckmin ao governo paulista. No cenário nacional, esperava-se do governo Lula uma política clara de reforma agrária, no estado de São Paulo houve um deslocamento do centro das atividades do Itesp, que agora passaria a priorizar a regularização fundiária em áreas urbanas municipais.

Em estudo realizado em 2003, Gomes escreve que, no período, a direção do Instituto não emitiu “diretrizes ao campo, paralisou trabalhos da sede nas áreas de sócio-economia, pesquisa, formação, e não [teve] presença no cenário nacional de debate sobre a Reforma Agrária” (Gomes, 2003: 30). Ao longo de 2004, apenas 3 assentamentos foram instaurados no Pontal do Paranapanema.

A implantação dos assentamentos nos anos 90 permitiu um desenvolvimento da agricultura familiar considerada na região como a maior política de reinserção social de milhares de trabalhadores. Com as ocupações, os sem-terra conquistaram mais de 117.000 hectares de terra, o que, apesar de certa conveniência para os grileiros, abalou a estrutura latifundiária do Pontal.

O(a)s trabalhadore(a)s ficavam mais motivados para realizar ocupações à medida em que os assentamentos demonstrassem que estavam dando certo. Desta forma, os assentamentos se transformam em um território em disputa, eles se tornam o efeito material da luta de classes. De um lado, o Estado quer desmobilizar a luta pela terra, principalmente aquela liderada pelo MST, e, de outro, os movimentos sociais querem demonstrar que a reforma agrária é possível. O território dos assentamentos, como propõe Oliveira, pode ser visto “como a síntese

contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas e simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação” (Oliveira, 2004a: 40).

Este território expressa a organização, luta em torno da terra e, neste sentido, impõe às localidades em que foi implantado “uma derrota ao latifúndio” e representa “a conquista da luta política dos trabalhadores e expressão da luta organizada” (Martins, 2004: 165). De acordo com Martins, nas decisões do MST, os assentamentos foram incluídos como busca de perspectivas para o desenvolvimento rural alternativo ao modelo dominante.

No entanto, concomitantemente, nos anos 90, profundas mudanças ocorreram e tornaram ainda mais difíceis a reprodução social dos pequenos agricultores. A transformação capitalista da agricultura priorizou os aspectos econômicos e tecnológicos e os assentamentos adquiriram formas em que o tempo e o espaço são regidos pelo modo de produção dominante. Para além da sobrevivência, é necessário produzir para pagar os créditos, os empréstimos feitos junto ao Estado, ao banco, etc. A luta para permanecer na terra se torna imediatista e o aspecto econômico predomina. Concordamos com Martins (2004) ao mencionar que os assentamentos podem ser compreendidos como expressão de um impasse da luta social. Segundo o autor, os assentamentos encerram em si as possibilidades de superar as “relações de exploração do trabalho assalariado, unindo o homem à terra e nela desenvolvendo o trabalho com sua família”, além de sinalizar também “a possibilidade de democratização da estrutura fundiária”. Porém, continua o autor, “os assentamentos, sobretudo nos anos 90, não conseguiram materializar plenamente suas potencialidades” (Martins, 2004: 165).

Esta impossibilidade é resultado das dificuldades para conquistar uma política de reforma agrária. Assim, mais do que o ponto de chegada da luta pela terra, os assentamentos se tornam um novo ponto de partida para a permanência na terra conquistada. As primeiras dificuldades começam pela falta de infra-estrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, rede elétrica, apoio comercial), como foi destacado por Bergamasco & Norder (1996).

A pesquisa sobre qualidade de vida nos assentamentos no Brasil, realizada por Spavorek (2003), destacou que os assentamentos criados no período de 1995 a 2001 careciam de infra-estrutura e de serviços. Vários assentamentos (32%) não tinham casa definitiva; outros (49%) não possuíam água potável; mais da metade (55%) não tinha eletricidade; muitas famílias (29%) com filhos em idade escolar não tinham acesso à escola de ensino fundamental; e faltava atendimento de saúde emergencial em 62% dos assentamentos. Situações semelhantes de precariedade haviam sido divulgadas por Bergamasco (1997) quando analisou os dados do I Censo da Reforma Agrária no Brasil. A autora chamava a atenção para o fato de que “97,6% do total de titulares dos lotes de assentamentos no Brasil estão fora de qualquer programa de estudos” (Bergamasco, 1997: 41). Depois de anos debaixo da lona preta, pode-se, a exemplo de Castells, fazer a seguinte pergunta: “de que serve ter um teto se as crianças não podem ir à escola, se não há assistência efetiva em caso de doença, se o menor deslocamento é difícil, se não se pode descansar à sombra de uma árvore e se toda vez é preciso andar quilômetros para fazer compras?” (Castells: 1982: 43).

Há uma distância entre o projeto de assentamento e a realidade do(a)s assentado(a)s. Como vimos no Capítulo II do presente trabalho, os

espaços dos acampamentos aproximam e socializam os trabalhadores sem-terra, possibilitando-lhes uma identidade coletiva, a de *sem-terra*. A diversidade de identidade social unificada e reunida nos acampamentos é substituída por um novo processo que se instaura nos assentamentos onde as identidades sociais podem ser variadas. Os programas de assentamentos se baseiam numa concepção de mudança do comportamento dos supostos beneficiários ou na construção de nova sociabilidade dos assentados.

No entanto, a população dos assentamentos apresenta enorme diversidade de sujeitos sociais que o termo assentado não revela. Para Fabrini, “a generalização não permite reconhecer as enormes diferenças existentes no interior desta categoria” (Fabrini: 2003: 102). Existem aquelas vinculadas a redes de relações sociais consolidadas, como em função da religião, do sexo, da raça, vizinhança, etc. Outro tipo de identidade social se expressa pela procedência de uma mesma localidade; e uma identidade afirmada pela luta política “que são grupos que se afirmam e defendem um tipo de organização política e social dentro do assentamento”. Esta identidade política, salienta o autor, “pode possuir caráter meramente instrumental para obtenção de dividendos econômicos individualizados” (Fabrini, 2003: 103). Nos assentamentos, nem sempre há lugar para a coesão que existia no acampamento e que produzia uma identidade coletiva.

A dificuldade de definição do ser assentado gerou desconforto também no seio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. De acordo com Stédile, em Encontro Nacional dos Assentados alguns deles disseram que “como já somos assentados, não precisamos mais estar

ligados ao MST” (Stédile & Fernandes, 1999: 92). Discussão que, segundo Stédile, era bastante perigosa e sobre a qual era necessário refletir.

Para o Estado, responsável pela implementação dos assentamentos, o(a) assentado(a) é um ser sem identidade, sem raiz, culturalmente desqualificado, um ser em mutação que deve encontrar novos parâmetros de estruturação social. Neste sentido, vê-se o(a) assentado(a) como um ser a modelar e ressocializar (Neves, 1997). E “o espaço do assentamento é o *locus* privilegiado desse processo” (Marques, 2004: 260). Como este espaço está provisoriamente sob a intervenção do governo federal ou estadual, são os técnicos do Incra e/ou dos Institutos de Terras que controlarão a área do assentamento, “submetendo-a a normas especiais, tanto no que se refere ao seu uso quanto à sua forma de apropriação” (Marques, 2004: 260).

2.2. De assentado(a) a “dependente”: dimensões do controle social

Sob a coordenação do Incra, a construção dos assentamentos obedece a um processo de ocupação planejada que se divide em três etapas: implantação, consolidação e emancipação. Na primeira etapa, é prevista a implantação de obras de engenharia (estradas, armazéns, centros comunitários, etc.). Nesta etapa também são realizados os “trabalhos de preparação da terra para exploração agrícola e a qualificação do agricultor para administrar o lote” (Marques, 2004: 267).

Por consolidação entende-se a etapa de implantação do projeto técnico responsável pela estruturação do sistema produtivo do assentamento. A emancipação, por fim, corresponde à fase em que o(a)s assentado(a)s apresentam “condições de assumir sozinhos a gestão dos bens comunitários e dos interesses gerais do grupo” (Marques, 2004: 267). A terra conquistada se apresenta ainda como provisória e, logo, a construção da moradia definitiva, o plantio em escala maior e a dedicação a culturas permanentes só acontecerão quando a posse for definitiva. E, segundo Ferrante, “esta definição pode demorar anos” (Ferrante, 1994a: 138).

O assentamento causa estranheza. A família de trabalhadores rurais, ao ser cadastrada como demandante e posterior beneficiária de um lote, “passa a sujeitar-se a uma série de regras fixadas para ela e não por ela”, regras que vão desde “a escolha das culturas, a construção da moradia e da agrovila, a forma de se explorar a terra são colocadas pelos ‘outros’” (Ferrante, 1994a: 137). Aqui existe um “desencontro entre o planejamento do Incra (no que se refere a uma escala de distribuição de recursos) e as necessidades reais dos assentados” (Martins, 2003: 96). O que está em jogo é a substituição dos paradigmas do saber prático do(a)s assentado(a)s pela incorporação de técnicas viabilizadas “segundo os parâmetros da sociedade de mercado referentes à produção e à organização social e política” (Marques, 2004: 259). As formas de produção adquiridas na prática perdem terreno ao passo que desaparece o pouco de controle que o(a) trabalhador(a) rural mantinha sobre o processo produtivo.

O espaço do assentamento passa a ser racionalizado nos moldes da sociedade capitalista, “servindo de base à reprodução dessa ordem social, seja por sua organização em configurações de produção eficientes,

seja por meio de sua programação e controle para a imposição de certas práticas sociais” (Marques, 2004: 260). Impõe-se a produção tecnicizada que estrutura as atividades produtivas e “os porquês dessas prescrições permanecem desconhecidos para o trabalhador rural, que, no fundamental, segue as indicações dos técnicos, sob pena de produzir resultados econômicos insatisfatórios” (Ribeiro, 2003: 122). A consequência é uma desapropriação do conhecimento empírico e o(a) assentado(a) se vê cada vez mais diante dos limites estreitos de sua autonomia. Nesta tecnicidade, o ensino formal é o único reconhecido como científico. Em entrevista que nos foi concedida, um dos assentados e militante do MST no Pontal, ao se referir ao conhecimento dos técnicos observa que há um choque entre este e a visão do(a)s assentado(a)s:

“é uma coisa que nós vamos ter que quebrar na nossa região porque se fala o quê? Que a nossa região não tem habilidade pra produção de frutas, por exemplo. Que é a questão climática, a questão do solo e principalmente a questão cultural. E aí o que acontece? (...) Por quê? Porque aquele cara que veio lá do Sergipe, que lá só plantava feijão catador e aqui o Itesp há 13 anos diz pra ele o seguinte: “não, nossa região é de gado de corte” e ele trabalhou na fazenda, ele era peão ou o pai dele era peão, “nossa região é de gado de corte, a nossa região é produção de leite”. (X., assentado e militante).

É muito difícil romper com a legitimidade do “conhecimento” do técnico. Na maioria das vezes o confronto é político, pois o sucesso ou fracasso de uma produção interferirá tanto na forma de produzir como, em vários momentos, provocará um impacto direto nas formas de luta nos acampamentos. Assim, com a dificuldade de colocar em funcionamento o

projeto de cooperativa dos assentados do Pontal, a COCAMP⁶, X. destaca que a não concretização da cooperativa fez com que vários assentados tivessem sua produção prejudicada:

E quando a COCAMP propõe isso e isso de certa forma não dá certo, é uma estratégia política que o Estado tinha, aí meio que confirmou, né? “Não, aqui realmente não dá pra plantar maracujá porque nós não vamos ter pra quem vender porque o pessoal jogou maracujá na beira da estrada”. Pilhas e pilhas e pilhas de maracujá, abacaxis enormes! Que em qualquer lugar ele ia vender a 3 reais pro atravessador, aqui ele deu de presente e ninguém quis. Então, o que acontece? (...) é o próximo passo que o Movimento quebrar depois que essa cooperativa rodar e a gente conseguir fazer isso. Deve dizer que aqui dá certo sim, basta uma política, né? Sim. Que o clima não interfere. Que se você fazer um bom trabalho agrônomo de... de preparar o solo, de fazer uma adubação verde, de você fazer um intercâmbio entre plantas que eles chamam de consorciação, né? Consorciação de plantas você produz naturalmente maracujá, manga, abacaxi

A valorização da suposta cientificidade faz com que os funcionários do Incra “estejam sempre prontos a responder tecnicamente aos problemas agrícolas”, mas também “contribui para limitar sua capacidade crítica de reflexão” (Ribeiro, 2003: 127). Um exemplo eloquente do pensamento técnico é dado por Martins: “verba para currais saíram antes da verba para a casa dos assentados: que, por isso, foram morar nos currais” (Martins, 2003: 96). A inaptidão para apreender e respeitar o saber do(a)s assentado(a)s revela projetos e práticas que “remetem a diferentes

⁶ Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal.

significados da terra, que, por sua vez, estão relacionados a visões de mundo divergentes” (Marques, 2004: 256).

A remodelagem do(a)s assentado(a)s proposta pelo Incra e, no caso do Pontal, também pelo Itesp procura transformá-lo(a)s em um agricultore(a)s familiares competitivo(a)s. Tratam-se das migalhas da reforma agrária, analisadas por Neves, com predominância de um modelo técnico-burocrático autoritário que constrói o beneficiário de acordo com um sistema de valores que privilegia a racionalização tecnológica e a busca da eficácia material (Neves, 1997).

A volta à terra, que representaria “a possibilidade de realização do ideal de autonomia, que é um valor central para esses trabalhadores”, fica “condicionada à aquisição do título de propriedade” (Marques, 2004a: 149). Uma lógica diferente daquela cultivada nos anos de acampamentos. A este respeito, Marques ressalta que “durante a fase do assentamento, o interesse particular de cada família tende a ganhar maior importância em relação à comunidade do que no período de luta pela terra” (Marques, 2004a: 149).

O acampamento era o espaço da ruptura com a relação à dependência pessoal que muitos deste(a)s trabalhadore(a)s tinham vivido no campo. Ascender à categoria de assentado(a) retoma muitos aspectos daquela dependência pessoal. Agora já não dependem mais do armazém do patrão, mas são diretamente dependentes dos técnicos do Incra, do gerente do banco que tem o poder de decidir sobre o acesso ou bloqueio aos créditos rurais para a construção de obras de infra-estrutura e para o desenvolvimento da produção. Os créditos que, num primeiro momento, são um alívio, uma esperança de que o sonho com a terra pode virar realidade e

de que a reforma agrária pode vir a acontecer, se transformam no pesadelo do endividamento. Muitos assentados desconhecem o que terão de pagar ao Incra quando assinam o contrato de assentamento, até porque “durante a fase de preparação para a luta, o discurso dos mediadores refere-se à conquista da terra como ato definitivo e não se ouve falar em compra de terra” (Marques, 2004: 264).

Em estudo sobre o assentamento Fazenda Reunidas, região noroeste e um dos primeiros implantados no estado de São Paulo, Norder (2004) identifica uma transformação da política de assentamento em confrontação jurídica devido à falta de pagamentos das parcelas dos créditos. O(a)s assentado(a)s para não terem seus nomes inseridos no cadastro de inadimplência e com vistas a resgatar as condições de crédito, decidem entrar com medida cautelar para obter prorrogação do prazo de pagamento. Mas, segundo o autor, as dificuldades já começavam com a ausência de documentação, pois “os assentados sequer tinham cópia dos contratos de financiamento e outros documentos relevantes (Norder, 2004: 116). O advogado das famílias assentadas descreve a relação de conflito entre elas e diversas agências do Estado, com destaque para as agências bancárias estatais: “ele [o gerente] te ameaça, coloca você na dependência dele, você tem que se sujeitar a tudo porque você tem que plantar e ele não te solta o dinheiro na hora certa” (Norder, 2004: 117). Como afirmou uma assentada do Pontal, *“você vai lá, leva tudo direitinho e chega lá, eles falam que está faltando um documento ou que você entendeu errado”*. Problema que ganha maior dimensão quando se sabe que os assentamentos ficam a quilômetros de distância dos centros comerciais e administrativos e, em sua maioria, não dispõem de rede diária de transporte coletivo.

A alternativa ao endividamento tem sido, para muitas famílias assentadas, a comercialização do “direito” ao lote. Os arrendamentos, ao contrário de serem proibidos e combatidos pelo Incra, “passaram a ser vistos, levando-se em conta a conjuntura macro-política e as condições locais, como algo justificável, racional e, em muitos casos, recomendável”; tornaram-se uma forma de resistência e desobediência, “uma espécie de direito constituído: ‘achado na roça’” (Norder, 2004: 180). No entanto, este “direito achado na roça” oculta uma verdadeira exploração já evidenciada tanto nos estudos realizados por Ferrante & Barone (2003), acerca da relação entre assentados e agronegócio, como nos dados da CPT que mostram um maior número de assassinatos de pessoas envolvidas nos conflitos de terra em regiões do chamado “moderno” agronegócio.

Apesar destes limites, várias pesquisas demonstraram que houve modificações positivas na vida das famílias assentadas, se consideradas as situações de precariedade anteriores. Alguns estudos também evidenciam que os assentamentos geraram empregos, aumentaram a renda das famílias, além de promoverem o desenvolvimento regional e transformarem as relações de poder local⁷.

Organizar a produção no assentamento é a condição básica para a permanência do(a)s trabalhadore(a)s assentado(a)s na terra. Organizar a produção com vistas a permanecer na terra implica criar condições para sair do circuito de miserabilidade e subordinação ao capital. Tarefa que não é das mais fáceis e que só é possível por meio de manifestações coletivas que surgem como forma de resistência ao ordenamento social capitalista.

⁷ A este respeito, dentre outros, consultar Bergamasco (2003); Leal (2003); Leite (1997); Leite, Heredia *et alii* (2004); Medeiros, L. & Leite (2004); Ramalho (2002).

Fabrini escreve que o(a)s assentado(a)s “não lutam somente contra os efeitos e mazelas do capitalismo, mas contra o próprio capitalismo”. Eles, ainda segundo o autor, “procuram resistir ao prejuízo diante dos grandes esquemas econômicos que lhes subtraem a renda” (Fabrini, 2003: 95). Neste embate, o MST investe na cooperação como uma forma de luta dos trabalhadores sem-terra. Distanciando-se do mito de que a simples associação de assentado(a)s seja capaz de promover mudanças estruturais, Fabrini destaca que elas “podem apresentar vantagens do ponto de vista econômico, como aumento da produtividade e produção, racionalização do uso da terra, possibilidades de auto-abastecimento, melhores compras e preços dos produtos, crédito, diversificação da produção”. Além disso, o autor observa que as cooperativas ainda podem “manter as pessoas integradas a um grupo de produção, fortalecendo a solidariedade entre os membros, rompendo o isolamento”. Por meio delas pode-se “desenvolver a consciência política e resistência na terra; participação social de maior intervenção, preservação do meio-ambiente, etc.” (Fabrini, 2003: 94).

Todavia, a aplicação da doutrina e princípios cooperativistas não apresenta em si um conteúdo que questione as relações capitalistas. Os assentamentos materializam esta contradição. Ao fazer ocupações, instalar acampamentos, o(a)s sem-terra atacam o núcleo jurídico-político e ideológico que assegura a propriedade privada dos meios de produção e estão em confronto direto com o Estado que, inclusive, mobiliza dispositivos de coerção física. Neste confronto é o caráter de classe do Estado burguês que está sendo questionado. Ao questionar este Estado, que aparece esvaziado de qualquer determinação de classes, os sem-terra desestabilizam a própria distinção público/privado que, embora cambiante, é

fundamental para a ideologia burguesa e, neste sentido, para a reprodução do conjunto das relações sociais capitalistas. Desta forma, os sem-terra abrem espaço para a dominância de uma outra distinção, individual/coletivo, com potencialidades qualitativamente diferentes. Por outro lado, a própria luta dos acampados é contraditória na medida em que reivindica que a ocupação seja institucionalizada pelo Estado burguês. Na maioria das vezes, essa reivindicação apela para um discurso fortemente aprisionado no interior da ideologia jurídica burguesa como, por exemplo, ao se remeter ao caráter improdutivo da propriedade que está sendo ocupada.

Nos assentamentos esta contradição se atenua ou, em alguns casos, até desaparece ocasionando sérios prejuízos para a componente anti-sistêmica do Movimento, inclusive no que se refere às relações de gênero. Não há mais um afrontamento físico com o Estado ou, quando há, este é atenuado. O assentamento já está legalizado, instituído. Ao contrário de um confronto, agora é preciso lutar por políticas estatais que contribuam para a viabilidade econômica do assentamento. Trata-se de viabilização econômica a assentamentos inseridos em formações sociais capitalistas e, portanto, sujeitos a relações mercantis e, mais ainda, à produção de valor e mais-valor. Sob o fogo cruzado destas múltiplas determinações do modo de produção capitalista (jurídica, política e econômica), a tendência à restauração da dicotomia público/privado e, mais especificamente, o refluxo das mulheres para a esfera doméstica, é muito grande. Por exemplo, em nome da rentabilidade do assentamento, é possível justificar que para economizar com a mão-de-obra as mulheres sejam as primeiras a voltar para casa e se dedicar aos cuidados da família. O Estado deixa de ser considerado agente da classe dominante e passa a ser visto como uma instância que não age bem. As relações sociais nos assentamentos

começam a ser ditadas pelas leis de reprodução da formação social capitalista brasileira, o que significa que é preciso muita luta para que esse peso seja contra-balançado. Mais aumenta a penúria no assentamento e mais cresce a dependência. Superar esta contradição implica ultrapassar a luta pela sobrevivência e inclusão no capitalismo apenas. A proposta de cooperação agrícola nos assentamentos passa a ser “um elemento importante para caracterizar a continuidade das lutas após a conquista da terra” (Fabrini, 2003: 101). O MST chegava à conclusão de que ocupar e distribuir terras não é suficiente e, por meio da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab⁸), começou a estimular as várias formas de cooperação. Stédile observa que já no final dos anos 80, primeiro período de assentamentos, o(a)s assentado(a)s enfrentaram problemas de necessidade de mecanização das lavouras, de mudança de padrão técnico de seu trabalho, de acesso ao crédito, etc., e isto os fez declinar a atenção para uma forma de gestão e organização da produção dando prioridade aos trabalhos associativos e às cooperativas (Stédile & Fernandes, 1999).

Mas, “após os primeiros assentamentos, os associativismos estavam voltados para o atendimento de interesses imediatos, como obtenção de créditos, investimento, custeio de lavouras, aquisição conjunta de insumos, etc.” (Fabrini, 2003: 107). Estas experiências contribuíram para que o MST construísse uma proposta mais elaborada de cooperação. Em 1998, o Caderno de Cooperação Agrícola, nº 5, publicado pela Concrab, apresenta a proposta do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) cujo

⁸ A Concrab foi constituída em 15 de maio de 1992 como resultado de amplos debates acerca da necessidade da criação e desenvolvimento de um Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA). Ver Concrab (1998).

objetivo é “o desenvolvimento do associado e a cooperação entre as famílias assentadas, além da apropriação dos instrumentos de trabalho pelos próprios trabalhadores assentados e o estabelecimento de mercados populares locais que integrem campo e cidade” (Vazzoler, 2004: 67).

Foge aos objetivos deste trabalho apresentar a evolução do cooperativismo⁹ dentro do MST. Nosso interesse aqui é o de sinalizar que, ao longo deste processo, houve a compreensão para o Movimento de que o modo de produção capitalista impossibilita o(a)s assentado(a)s de avançarem “econômica, social e politicamente através da produção familiar” (Fabrini, 2003: 113). O cooperativismo, além de perseguir fins objetivos econômicos e produtivos, passou a ser entendido como sustentação ao projeto político do(a)s sem-terra e assim deve “contribuir para a conscientização política dos assentados, posicionando-se favoravelmente à ampliação das lutas dos trabalhadores” (Fabrini, 2003: 112).

E quais são as repercussões das políticas de assentamentos para as mulheres sem-terra? Em que medida estas se inserem na proposta de cooperação do MST? Os assentamentos, no que concerne às mulheres, pode ser entendido como um *continuum* da ampla participação existente nos acampamentos, onde se chega, inclusive, a redefinir os limites da relação entre o público e o privado? Em suma, que lugar efetivamente as mulheres ocupam na fase do assentamento?

⁹ Para uma abordagem evolutiva e detalhada do cooperativismo, remetemos o leitor à Brenneisen (2000); Carvalho (1999, 2002); Fabrini (2003); Pagotto (2004); Souza (1999) e Vazzoler (2004).

3. REDEMARCAÇÕES DAS CERCAS DE GÊNERO

3.1. De concessões e créditos: a cisão sexual

Ao longo deste capítulo destacamos as imensas dificuldades que assentado(a)s, de uma maneira geral, enfrentam para permanecer na terra conquistada. No entanto, esta nova sociabilidade no espaço dos assentamentos é vivida diferentemente por homens e mulheres¹⁰. Esta cisão se explicita no próprio contrato de concessão da gleba em que o homem aparece como responsável pelo lote ao passo que a mulher é uma “dependente”. Situação que em nada difere das identificadas por Deere & Léon (2002) no restante da América Latina. As autoras observam que a maioria das leis de reforma agrária é neutra quanto ao gênero e os beneficiários são definidos como arrendatários e trabalhadores assalariados permanentes nas propriedades desapropriadas. Entretanto, “sem exceção, a legislação da reforma agrária se refere a estes grupos na forma masculina” (Deere & Léon, 2002: 143).

No caso do Brasil, a legislação sobre a reforma agrária, que vigorou até 1985, se baseou no *Estatuto da Terra*, de 1964, para dar prioridade a chefes de famílias que quisessem dedicar-se às atividades agrícolas. Esses critérios, de acordo com Deere, “discriminavam as mulheres, uma vez que, segundo as normas culturais, se um homem reside na casa, ele é sempre considerado seu chefe, uma norma apoiada no Código Civil de 1916” (Deere, 2004: 184). Por meio deste contrato, que se apóia no direito positivo em que o patrimônio pertence ao homem, nega-se

¹⁰ Para nos restringirmos a esta relação social, mas o mesmo pode ser dito no que concerne à geração e à raça-etnia, como mencionamos na introdução deste trabalho.

às mulheres a possibilidade de administração e comando. Outros critérios, como o de quantidade de experiência no trabalho agrícola, segundo Deere, também discriminavam as mulheres, uma vez que o trabalho agrícola desempenhado por elas – seja como trabalho familiar não pago, seja como trabalhadoras assalariadas temporárias – sempre foi invisível e desvalorizado. O que dificulta inclusive às mulheres provarem sua experiência de trabalho na agricultura¹¹.

A discriminação era tal que os funcionários do Incra tomaram por certo que “mulheres sem marido ou companheiro eram incapazes de administrar uma gleba, a menos que elas tivessem um filho maior”. Era comum as “mulheres que enviuvavam com crianças pequenas perderem seu direito a permanecer no assentamento de reforma agrária”. Além disso, escreve a autora, “quando o filho mais velho da viúva era nomeado beneficiário, ela algumas vezes perdia o acesso à terra quando ele casava e formava sua própria família” (Deere, 2004: 184).

O alijamento era justificado pelos funcionários do Incra pela falta de espaço no cadastro para colocar os nomes do homem e o da mulher. Para estes técnicos, o objetivo da reforma agrária é beneficiar famílias e, logo, “ao beneficiá-las – como representadas pelo chefe de família – eles estão beneficiando todos os membros dentro delas” (Deere, 2004: 186).

A Constituição de 1988 realiza algumas mudanças com relação às beneficiárias da reforma agrária. Fruto das mobilizações que as trabalhadoras rurais e, especialmente, as mulheres assentadas promoveram nos anos 80, foi conquistado o direito à posse conjunta da

¹¹ Importante estudo a este respeito foi desenvolvido por Paulilo (2000).

terra na Constituição de 1988. O parágrafo único de seu artigo de nº 189 estabelece que os títulos de domínio ou de concessão de uso da terra aos beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária “serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei”. Estabeleceu-se desde então “peso igual para o trabalho de homens e mulheres no sistema de pontuação usado para selecionar os beneficiários” (Deere, 2004: 185).

Apesar do avanço na Constituição Brasileira, a medida legislativa demorou a se materializar. A expressão da morosidade encontra-se nas estatísticas do último censo da reforma agrária, o de 2000, que nos indica um percentual de apenas 12% de mulheres como beneficiárias. A inacessibilidade à terra bloqueia também qualquer acesso às políticas públicas de crédito e/ou negociação com bancos, etc. Entre 1996 e 2002, somente 7% de mulheres foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Em 2002, dos títulos distribuídos pelo Incra, 87% foram para os homens, que também representam 93% dos que, no período, adquiriram um lote por meio do programa *Cédula da Terra* (Butto, 2003).

No referido II Plano Nacional de Reforma Agrária, de 2003, apresentado pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e pelo Presidente do Incra, Rolf Hackbart, há um item relativo à promoção da igualdade de gênero na reforma agrária como um desafio para enfrentar “o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural”. De acordo com o II PNRA, cabe “ao Estado a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social” (II PNRA, 2003: 26). A pressão exercida

por vários movimentos de mulheres agricultoras, representados pela Marcha das Margaridas desde ano de 2000, estimulou a assinatura da recém portaria que garante a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra. Uma outra medida diz respeito ao “aperfeiçoamento do sistema de crédito já disponível”, o Pronaf A, destinado à família, e “buscou a ampliação do acesso das mulheres”, o Pronaf Mulher. Os dados do MDA indicam que o percentual de acesso das mulheres ao crédito no plano safra 2002/2003 era de 10% e, no plano safra 2004/2005, quase dobrou, passando de 10% para 19% de beneficiárias.

O Estado apresenta o Pronaf-Mulher como uma linha inovadora de oferecimento de créditos “às atividades econômicas desenvolvidas por mulheres”; e como uma busca para “melhorar a qualidade de vida da família” que “evita o endividamento e financia recursos para projetos que valorizem o trabalho das mulheres na geração de renda familiar, sem discriminação” (Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2004: 3). No entanto, como para o Pronaf já existente, trata-se da execução de uma reforma agrária de mercado, com juros de 4% ao ano, prazo de oito anos para pagamento e, “dependendo da atividade”, carência que pode variar de três a cinco anos (Programa da Promoção da Igualdade...: 2004: 5). Merece destaque o fato de o crédito para as mulheres estabelecer em quais áreas podem ser utilizados os recursos. De acordo com o documento, “serão financiadas atividades agrícolas e não-agrícolas, como plantação de hortaliças, criação de pequenos animais, produção de pães, bolachas, queijos” (Programa da Promoção da Igualdade...: 2004: 5). Determinações que nem sempre correspondem às necessidades das mulheres assentadas. A este respeito B., do assentamento *Fusquinha*, do Pontal do Paranapanema, explicava que:

Porque o Itesp tem uma linha de crédito pra mulher, só que é específica: ou frango... ou granja ou porco. É ou granja ou porco, né? Ou granja de porco ou granja de galinha. E a gente não quer que seja ou granja de porco ou granja de galinha... ah! E hortaliças. A gente quer que as mulheres decidam. Não que sejam estas três linhas que vocês têm. Nós queremos decidir qual é o crédito... o que a gente quer fazer com o nosso crédito. Porque às vezes a mulher quer contribuir com o companheiro, ela quer comprar mais uma vaca, ela não pode, se ela quiser. Tem que ser naquela linha. Ou ela quer, sei lá, plantar chuchu e aí não pode; plantar verduras... quer criar cabritos.

Como observa O.: *“Fica dependendo deles, do que eles querem, eles decidem, monitoram, né? Você vai fazer o que eu quero; eu te dou o dinheiro, mas você vai trabalhar do jeito que eu quero”.*

Embora possam significar um reconhecimento das mulheres como sujeitos, os dois trechos de entrevistas demonstram os limites das políticas dirigidas. O primeiro diz respeito à dificuldade que representa a imposição das áreas passíveis de utilização do crédito, desconsiderando, na maioria das vezes os projetos familiares e/ou coletivos. Se, em determinada família decidiu-se por investir em determinado projeto agrícola, é muito provável que os recursos que os envolvidos neste projeto necessitem sejam todos para investir no bom desempenho deste que está em andamento. Qualquer outro projeto, neste sentido pode significar um desgaste muito grande, sobretudo no que se refere ao dispêndio de energia humana.

Um outro aspecto a ser mencionado é o que o direcionamento da área permitida de atuação, na prática reforça a divisão sexual de tarefas na

medida em que as sugeridas (hortaliças, produção de pães, etc.) são as que tradicionalmente foram ocupadas pelas mulheres e não diferem da divisão sexual do trabalho já existente nos assentamentos. Esta afirmação nos conduz à análise da organização social e sexual dos espaços dos assentamentos.

3.2. Retorno à exclusão da política e à velha divisão sexual do trabalho

Ao contrário dos acampamentos, que oferecem condições para alterar as desigualdades de gênero, os assentamentos aparecem como um tempo e espaço de recuo da participação das mulheres. Muitas declaram que agora “os maridos não as deixam participar”.

A questão da participação das mulheres na fase do assentamento representa parte de um impasse colocado ao MST: o de priorizar a produção, como forma de resistência dos assentamentos. Mencionamos, no terceiro capítulo do presente trabalho, que nos vários processos de tentativa de revolução priorizou-se as chamadas questões gerais, as questões da classe, em detrimento das questões ditas específicas. A justificativa de que as mulheres estiveram ausentes da esfera política e que reverter este quadro representaria um esforço muito grande, contribuiu para o confinamento delas à esfera doméstica. No caso do MST, Franco considera que “a relativa equidade entre os companheiros e companheiras de luta, observada nos acampamentos, perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita” (Franco, 2004: 85). Quais serão as razões para o explícito recuo das

mulheres, uma vez conquistada a terra? O que teria mudado? O que estaria na base das redemarcações das cercas de gênero?

Alguns autores observam que, agora de posse da terra e de alguns meios de produção, o assentado organiza sua produção com base na agricultura familiar e de acordo com as necessidades de seus membros, conforme o sexo e a idade, com vistas a cumprir “as exigências das diferentes etapas da produção agrícola” (Nobre, 2003: 16). O que fica obscurecida nesta análise é a divisão por sexo do trabalho que ou é neutralizada pela figura do “chefe de família” ou se torna essencializada. Woortman, por exemplo, reconhece que não se pode ignorar as relações de gênero e afirma que “o universo camponês feminino é tão importante quanto o masculino” e que a “mulher tem seus próprios espaços e sua atividade é tão fundamental para a reprodução social da família quanto a do homem” (Woortmann, 2004: 141).

Esta linha de análise deixa de lado o fato de que o gênero é construído socialmente. No meio rural – assim como no meio urbano – meninas e meninos vivem distintamente a socialização. Desde os primeiros anos de vida homens e mulheres são socializados para a desigualdade. Cores, brinquedos, etc. são diferenciados de acordo com o sexo. Logo cedo as meninas começam a seguir as mães, aprendem com elas o trabalho doméstico e acabam por serem as responsáveis pela realização dos afazeres da casa. Os meninos seguem os caminhos do pai, aprendem com ele os trabalhos da roça. Em Chayanov, um dos importantes teóricos da organização econômica camponesa, esta divisão sexual do trabalho é essencializada. Para o autor grande parte do trabalho masculino é empregada em atividades artesanais, comércio e agricultura, enquanto a

força de trabalho feminina é predominantemente utilizada no trabalho doméstico. Chayanov reconhece que “em geral a mulher trabalha mais do que o homem”, mas afirma que “seu trabalho não é tão duro”. A mesma divisão é feita entre os adolescentes que, segundo ao autor, trabalham menos dias que os adultos: “em geral os jovens se ocupam mais da agricultura e as jovens se dedicam muitos dias ao trabalho doméstico” (Chayanov, 1985: 210).

A naturalização da divisão sexual do trabalho (em que os homens são responsáveis pelo trabalho “produtivo” e as mulheres pelo “reprodutivo”, marcadamente o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, etc.), impede que se perceba a hierarquia entre os gêneros. Nos assentamentos observa-se que as mulheres também trabalham na lavoura, mas estes trabalhos são, amiúde, considerados uma “ajuda”, uma mão-de-obra complementar. Ao se tornar mão-de-obra complementar, a tendência é que as mulheres “dediquem um tempo ainda maior ao trabalho de casa”. Para Chabaud & Fougeyrolas-Schwebel, “mais que a quantidade de trabalho na casa, o que muda é a relação das mulheres com este trabalho”. É como se “uma menor participação no trabalho agrícola tivesse como corolário imediato um mergulho das mulheres no trabalho doméstico” (Chabaud & Fougeyrollas-Schwebel, 1984: 251). E, quando se intensifica sua participação no trabalho agrícola, há uma desqualificação deste.

Os estudos de Paulilo (1987) identificam uma distinção entre trabalho *leve* e trabalho *pesado* de acordo com o sexo de quem o executa e não pela natureza do trabalho em si. São *leves* os trabalhos realizados por mulheres e crianças, mesmo quando ocupam o mesmo número de horas

que os homens¹², ao passo que são *pesados* aqueles feitos pelos homens. A autora salienta que as mulheres aram a terra, puxam o burro “no muque” e, apesar disso, seu trabalho é leve. Por outro lado, quando há mecanização destas atividades que, portanto, as transformam em leves na medida em que exigem menor força física, os homens assumem o comando. Ou seja, quando o trabalho na lavoura se mecaniza, as atividades das mulheres caracterizam-se como mão-de-obra de reserva ou provisória, servindo de base para a desqualificação de seu trabalho.

Explicita-se assim uma relação de hierarquia entre os gêneros e o risco freqüente é de que as mulheres se tornem dependentes de seus maridos ou pais ou companheiros. A divisão sexual do trabalho coloca em evidência a hierarquia das atividades e, de acordo com Kergoat, é esta própria divisão que “está no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres” (Kergoat, 1992: 16). E as implicações são muitas. Naturalizada a separação hierárquica entre os sexos, é socialmente aceitável que apenas os homens participem de reuniões e decidam sobre os rumos da produção em seus lotes. N., assentada da Fazenda Pirituba, nos revelou que são poucas as mulheres que participam das assembléias das cooperativas daquele assentamento e, quando tentam romper com esta segregação, são freqüentemente barradas. Um dos exemplos que a assentada nos deu para explicar esta dificuldade foi que muitas mulheres ali fazem parte de uma cooperativa de doces e resolveram lançar candidatura para a presidência da associação de cooperativas. Segundo N., para seu

¹² Situação que não é exclusiva do campo brasileiro. Embora haja um aumento da participação feminina na esfera produtiva, vários estudos revelam que se tratam de postos precários (trabalho interino, contrato a tempo determinado, estágios os mais variados...), provocando um processo de pauperização feminina atrelada a salários também parciais. A este respeito ver, dentre outros, Hirata (2002); Nogueira (2004); Segnini (1998).

espanto, muitos maridos com o objetivo de impedir que a candidata recebesse votos não deixaram suas mulheres saírem de casa. Impedimento que também parece ser socialmente aceito, na medida em que nenhuma atitude foi tomada com relação a este episódio.

A naturalização da divisão sexual do trabalho contribui para um maior investimento das mulheres nas áreas “tipicamente femininas” (horta, saúde, educação, etc.). No recém criado assentamento *Fusquinha*, na região do Pontal do Paranapanema, as mulheres que junto com seus companheiros lutaram e permaneceram durante sete anos nos perambulantes e precários acampamentos, agora se retiram das assembléias deliberativas. Os discursos e práticas igualitaristas conhecidos no calor dos embates políticos do acampamento não foram suficientes para assegurar a participação das mulheres nas decisões do assentamento. Ao contrário, agora o que se afirma é o primado de uma “diferença” feminina, que, ao ser naturalizada, empurra as mulheres para o mundo doméstico, afastando-a das lides políticas. Em outros termos, apela-se para uma “natureza feminina”, segundo a qual as mulheres são dotadas de virtudes específicas para as atividades domésticas (Gropi, 1994:15).

B., a militante e assentada no *Fusquinha*, reconhece este recuo da participação feminina e acredita que uma maneira de retomar o envolvimento político das mulheres talvez seja partir da implementação de um projeto tipicamente feminino, o de horta medicinal, para poder fazer deste um espaço de discussões e introduzir questões políticas mais amplas. Esta estratégia é semelhante àquela criada pelos movimentos de mulheres urbanos dos anos 70 e 80, em que, a partir de grupos de vizinhanças nas periferias das grandes cidades e por intermédio de seus papéis socialmente determinados de esposas e mães, construíam uma dinâmica política própria:

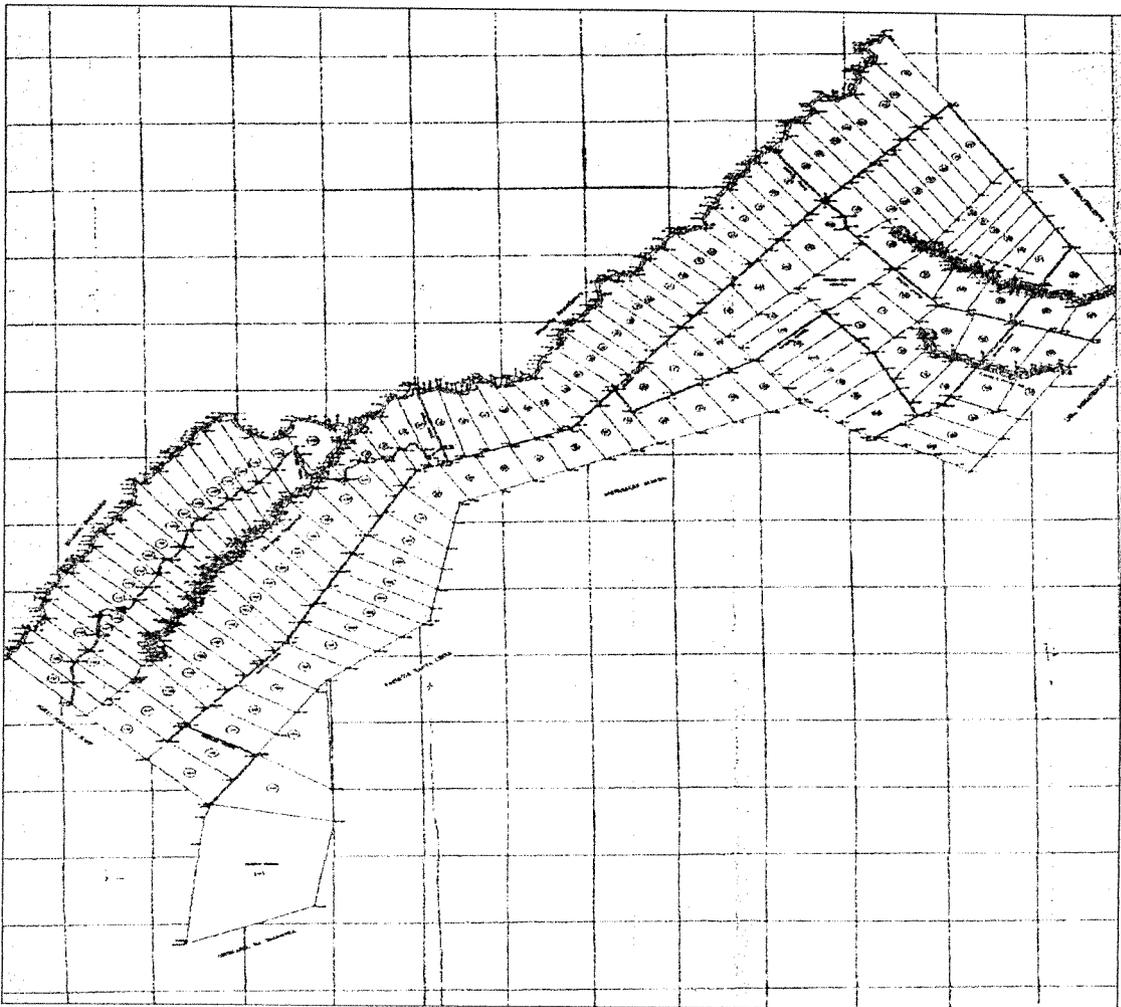
“lutaram contra o aumento do custo de vida, reivindicaram boas escolas, centros de saúde, água corrente, transportes, rede elétrica, moradia, legalização de terrenos”. Ou seja, “exigiram condições adequadas para cuidar de sua família, educar suas crianças” (Soares, 1998: 39). Todavia, foi a partir das ações para melhorar suas vidas e a de seus familiares que começaram a redefinir as normas que as limitavam ao âmbito privado do lar. Redefiniam-se como atrizes públicas, levando muitos autores a identificar a presença das mulheres nos movimentos sociais como a grande novidade no cenário político do período (Souza-Lobo, 1991).

Cabe ainda enfatizar que, um outro aspecto que contribui para a redemarcação das cercas de gênero, com o recuo das mulheres para a esfera doméstica, encontra apoio na organização espacial do assentamento. Trata-se de organização diferente daquela vivida nos acampamentos e que faz com que a relação com o tempo também ocorra de uma outra maneira. Como disse a assentada B.,

Nos assentamentos isso já é... demora um pouco mais. A vida é um outro tempo, né? Você chegar num assentamento parece que o tempo triplica, né? Porque é outro... Eu não estou falando do tempo-hora, estou falando do tempo da reprodução. Porque as coisas são mais longe, porque as informações chegam mais devagar. Não tem mais essa relação... cotidiana, né? De morar do lado, de conversar com o vizinho todo dia, de ser mais fácil. De se organizar coletivamente. De ser mais fácil de fazer... de juntar e de discutir essa reprodução.

As diferenças de tempo e espaço começam pela forma como os lotes costumam ser cortados. A modalidade de distribuição da terra imposta pelo Estado, conforme modelo a seguir, afasta as pessoas da vida coletiva.

Neste modelo, chamado retangular ou, numa linguagem do(a)s assentado(a)s, o “quadrado burro”, as casas ficam a quilômetros de distância umas das outras, dificultando qualquer convivência mais coletiva. A dispersão das moradias nos lotes pode ser restritiva para a agregação e realização de ações coletivas como as que existiam nos acampamentos.



Fonte: MST & CONCRAB (2001)

Além das dificuldades de locomoção, por falta de meios de transporte coletivo na maioria dos assentamentos, neste modelo o lote é uma espécie de propriedade privada e, como tal, impõe uma divisão sexual

do trabalho bastante distinta daquela vivenciada no acampamento. Novamente estamos às voltas com a relação público-privado, desta vez permeada pela questão do (ou da falta de) tempo para se dedicar às atividades políticas do assentamento. Situação semelhante é denunciada por Chinchilla (1993) ao analisar o caso das mulheres que tomaram parte da insurreição na Nicarágua. Estas “queixavam-se de pouco tempo para a atividade política porque, agora que a crise imediata já passara, suas famílias esperavam que elas se dedicassem a lavar e passar roupa e a preparar as refeições na hora certa”. Exigências que, em alguns casos, segundo a autora, “eram feitas pelos maridos ou filhos que participavam, eles próprios, ativamente na revolução” (Chinchilla, 1993: 330).

Curiosamente, num procedimento circular, o natural e o social iniciaram um reforço mútuo. Uma vez confinadas ao espaço doméstico, a questão do tempo ou, melhor, da falta deste, passou a justificar a permanência nesse espaço. Participar da esfera pública requer muita disponibilidade e o confinamento das mulheres à esfera doméstica passa a ter uma dupla implicação: por um lado, ocupadas com os afazeres domésticos, não têm o tempo necessário para o desenvolvimento de outras atividades, haja vista que não podem deixar a casa e, com isso reforçam seu confinamento; por outro lado, o fato de assumirem as atividades relacionadas à família dá “aos homens” todo o tempo possível para que estes possam participar ativamente da esfera pública do assentamento.

Concordamos com Franco quando observa que a pouca participação das mulheres nos assentamentos não representa um comportamento “naturalmente” feminino. Nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas. Se isso ocorre deve-se às

barreiras à participação erguidas a partir das relações sociais de gênero e do código de valores que as sustenta e as mantêm (Franco, 2004: 85). Assim, muitos companheiros militantes do MST, ao mencionarem que as mulheres quando vão fazer uma ocupação ficam apenas dois ou três dias, reconhecem que isto se deve a seus afazeres domésticos, principalmente quando se tratam de mulheres casadas e com filhos. No entanto, não se perguntam sobre as razões que levam as mulheres a serem as únicas responsáveis pelas atividades domésticas.

Lechat (1993), em sua pesquisa de mestrado acerca da questão de gênero em dois assentamentos no estado do Rio Grande do Sul, mostra que a participação feminina na luta pela terra através do MST abre possibilidades de questionamentos a antigas hierarquias. No entanto, nem todas as questões são discutidas e resolvidas. O trabalho feminino, por exemplo, permanece, como demonstrado em várias pesquisas, invisível ou atrelado à uma concepção de “um jeito de ser mulher” enredado às lides domésticas. Para Sarti (1997), esta invisibilidade resulta do fato destas tarefas não se expressarem em relações monetárias e, portanto, serem facilmente desqualificadas e esquecidas. Excluindo o trabalho feminino da esfera da troca, não podem ser remuneradas, sobretudo porque seu trabalho é visto como um don (Delphy, 1998).

Um descuido por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra? Aqui não aderimos a uma sociologia que enclausura o(a)s assentado(a)s agricultore(a)s reduzindo sua luta pela terra à busca pela reprodução de valores e costumes conservadores. Ao contrário, concordamos com Martins que este(a)s podem “desenvolver práticas sociais que gerem organizações”, elevando as lutas para o terreno do embate

político e, além disso, podem desenvolver “experiências reais de organização societária, que promova a consciência social e vislumbre a formulação de um outro modelo agrícola e de sociedade” (Martins, 2004: 96). As classes se constituem no processo de lutas de classes, lutas que, ancoradas fundamentalmente nas relações de produção, sofrem as múltiplas e contraditórias determinações econômicas, jurídico-políticas e ideológicas (Poulantzas, 1984). Nossa hipótese é que o refluxo das mulheres nos assentamentos está estreitamente ligado ao impasse relativo à prioridade dada à viabilidade econômica dos assentamentos. A prioridade do aspecto econômico, em detrimento do político e ideológico contribui para que, na fase do assentamento, as mulheres se retraíam na medida em que elas pouco aparecem na produção.

As entrevistas realizadas com membros das várias instâncias do setor de gênero evidenciaram este recuo. Dando o exemplo da organicidade política, expressaram a divisão por sexo dos setores e destacaram o setor de produção como o lugar da ausência das mulheres.

Esse é um dos objetivos claros do Setor [de Gênero]. Outra questão é o envolvimento e trabalhar a questão da formação e da consciência das mulheres camponesas que estão no movimento pra inserir no processo de luta, né? E Também no processo de luta e no processo de produção porque a gente vê que dentro dos nossos assentamentos hoje nós temos uma demanda muito grande nessa área da produção e que muitas vezes nossas companheiras não são inseridas nesse processo (...).

Então, assim, quando a gente pega o Setor de Educação dentro do Movimento a maioria são mulheres; e quando você pega o Setor de Produção, o Setor de Projetos... – não, o Setor de Projetos são

mulheres também; o Setor de Produção, o Setor de frente de Massas, a maioria são homens. (U., assentada, membro do Setor de Gênero Estadual).

Todavia, a prioridade ao aspecto econômico foi oriunda da urgência de fazer funcionar os assentamentos levando muitos a adotarem o lote como o espaço da produção individual com a família. Num movimento contraditório, o espaço da política por excelência vivido no acampamento, (na medida em que ali se contraem e se redefinem as distinções entre esfera pública e esfera doméstica) e que se constituiu como espaço de luta para o alcance da terra, cede passagem para os assentamentos onde ocorrem novas demarcações entre o público e o privado nos moldes da produção capitalista, pois, mesmo quando aderem à agricultura familiar, o(a)s assentado(a)s produzem fundamentalmente para o mercado sujeito à regulação da lei do valor. E, de acordo com Germer, “dizer que a lei do valor regula a produção é o mesmo que dizer que esta é regulada pelo mercado, ao qual todo produtor está necessariamente subordinado, e que lhe determina o que e quanto produzir” (Germer, 1999: 13).

Nos assentamentos que, como mencionamos, materializam um território em disputa, para inúmeros participantes do MST, a prioridade tem sido demonstrar que a reforma agrária dá certo e, no início, a agricultura familiar foi adotada sem que houvesse um questionamento aprofundado sobre as formas de funcionamento desta. Por exemplo, deixou-se de perguntar sobre os agentes da agricultura familiar: quem desempenharia tais e quais tarefas?.

Isto não significa que o Movimento tenha colocado completamente à margem o debate acerca da participação das mulheres. Ao contrário, é um

dos movimentos mistos com maior envolvimento de mulheres na luta. Em nosso terceiro capítulo também foi evidenciado que, a este respeito, há um intenso debate nas instâncias. A preocupação está presente em sua proposta de reforma agrária, elaborada no III Encontro Nacional do MST, em maio de 1995. Um dos objetivos é o de difundir “a prática dos valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero” (Stédile, 2005: 188). Além disso, o documento menciona ser necessário “garantir que os cadastros e a titulação conjunta do lotes sejam sempre realizados em conjunto entre o homem e a mulher” (Stédile, 2005: 205). Mas a prioridade era dada aos novos modelos agrícolas, à distribuição e regularização de terras públicas, às mudanças tecnológicas, à comercialização, à organização da estrutura de produção.

Insistimos em que o documento não é negligente no que tange à questão de gênero. Na proposta de reforma agrária de 1995, este tema, aliás, mereceu um item exclusivo sobre a participação das mulheres nos assentamentos. No entanto, mais uma vez, foi essencializada a divisão sexual do trabalho na medida em que se afirmou a necessidade de “organizar nos assentamentos alternativas concretas para atendimento às crianças, possibilitando maiores condições de participação das mulheres no trabalho” e de “criar linhas de créditos especiais para financiamento de atividades produtivas organizadas pelas mulheres nos assentamentos” (Stédile, 2005: 205).

Os aspectos político-ideológicos ficaram subordinados aos econômicos. Assim, a inserção das mulheres aconteceria na medida em que pudessem combinar afazeres domésticos com o trabalho (no lote?) ou se

elas recebessem créditos especiais. Esta constatação é semelhante às conclusões de Martins. Para este autor, o MST, ao priorizar a produção (incluindo lutas por créditos rurais e outras políticas agrícolas) mesmo por meio da cooperação, não somente se distanciou dos objetivos estratégicos da classe como também adiou outras importantes frentes de lutas. Isto acarretou uma cultura da dependência. De acordo com Martins, “a luta política que, por um lado, garantiu acesso a recursos públicos, trouxe em seu bojo a dependência financeira”. Segundo ao autor, “praticamente para tudo que se fazia dependia-se dos recursos oficiais ou de organizações não-governamentais”. Assim, conclui, “o crescimento do MST passou a depender da quantidade de recursos conquistados na sua luta por políticas públicas” (Martins, 2004: 171).

Se não acopladas às lutas mais gerais, a permanência na terra pode se transformar numa questão burocrática com preenchimento de papéis, assinaturas, se distanciando muito da luta política inicial. Almeida (1997), havia destacado que “existem momentos em que as lutas refluem e, portanto, o aspecto reprodução das relações sociais ocupa quase todo o campo da visibilidade”. Para o autor, “recalcado o questionamento, desorganizada a luta dos dominados, fica mais fácil para o Estado aparecer¹³ como uma instância voltada fundamentalmente para a administração” (Almeida, 1997: 115). Um dos efeitos deste processo “consiste no risco de que as classes populares terminem se sobrecarregando de tarefas administrativas” e, ao se concentrarem demasiadamente nelas, “se ‘esqueçam’ das (ou simplesmente não tenham energia para) lutas políticas que, embora maiores, possam lhes interessar mais de perto” (Almeida, 1997:

¹³ O autor insiste no aparecer.

122). Esta hipótese geral pode adquirir cores dramáticas quando se trata das classes dominadas nas formações sociais dependentes em tempos de neoliberalismo.

O tempo (ou a falta deste) no assentamento fica regido pela burocracia ou pela necessidade de produzir o que for mais “rentável” para poder pagar as crescentes dívidas com os bancos, com o Estado. Neste sentido, o assentamento é monopolizado pelo capital que “desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato fazendo com que ele às vezes produza exclusivamente para a indústria” (Oliveira, 2004a: 41).

Da mesma forma, se a participação das mulheres ficar restrita à reivindicação de créditos especiais ou à criação de espaços para que elas combinem trabalho e cuidado dos filhos, a luta política para que haja ruptura com as relações de poder entre homens e mulheres, permanecerá adiada. Como os “salários-famílias” reivindicado pelos sindicalistas para devolverem suas mulheres ao lar, o sistema de crédito para mulheres poderá adotar a mesma dinâmica, sobretudo se ressaltarmos que as áreas em que estas podem atuar são determinadas pela agência financiadoras e são predominantemente aquelas conhecidas como “típicas atividades femininas”.

Neste sentido, um importante debate que o setor de gênero trava dentro do MST consiste em fazer com que as mulheres se insiram em todas as instâncias do Movimento, inclusive e principalmente, no denominado setor de produção. Um debate que, de acordo com uma das participantes do setor de gênero, aos poucos levou à descoberta de que

nós só íamos avançar nesse debate da participação das mulheres se nós começássemos a discutir também com os homens, fazer essa discussão com os homens. Então de início, nós dizíamos: nós temos que organizar as mulheres, mas nós temos que fazer esse debate em conjunto com os homens do Movimento, envolvendo eles nesse debate, trazendo a preocupação de que se nós quiséssemos avançar política e ideologicamente toda a família, nós tínhamos que fazer esse debate. (T., assentada, membro do Setor de Gênero Nacional)

As participantes do Setor de Gênero identificam a lógica hoje implementada pelas políticas governamentais, como um dos fatores que contribuem para a dificuldade de alterar a divisão sexual do trabalho nos assentamentos. O grande problema, segundo T, é que se trata de

“uma outra linha política, que a terra está em nome do homem, né? Hoje do cadastrado. Em alguns locais existem mulheres, mas é muito pouco. Então, a lógica governamental segue esta: é que o cadastrado é que responde por tudo (pelos projetos, pela execução, pelo pagamento, pela avaliação)”.

Uma das propostas para romper com este mecanismo expressa-se na combinação entre lutas em torno de novas formas de apropriação do espaço, acopladas a outras mais gerais, incluindo aquelas inerentes às relações de gênero. Um dos resultados desta combinação é a proposta dos “novos modelos de assentamentos” que apresentamos a seguir.

4. NOVOS MODELOS DE ASSENTAMENTOS¹⁴

4.1. Propostas gerais

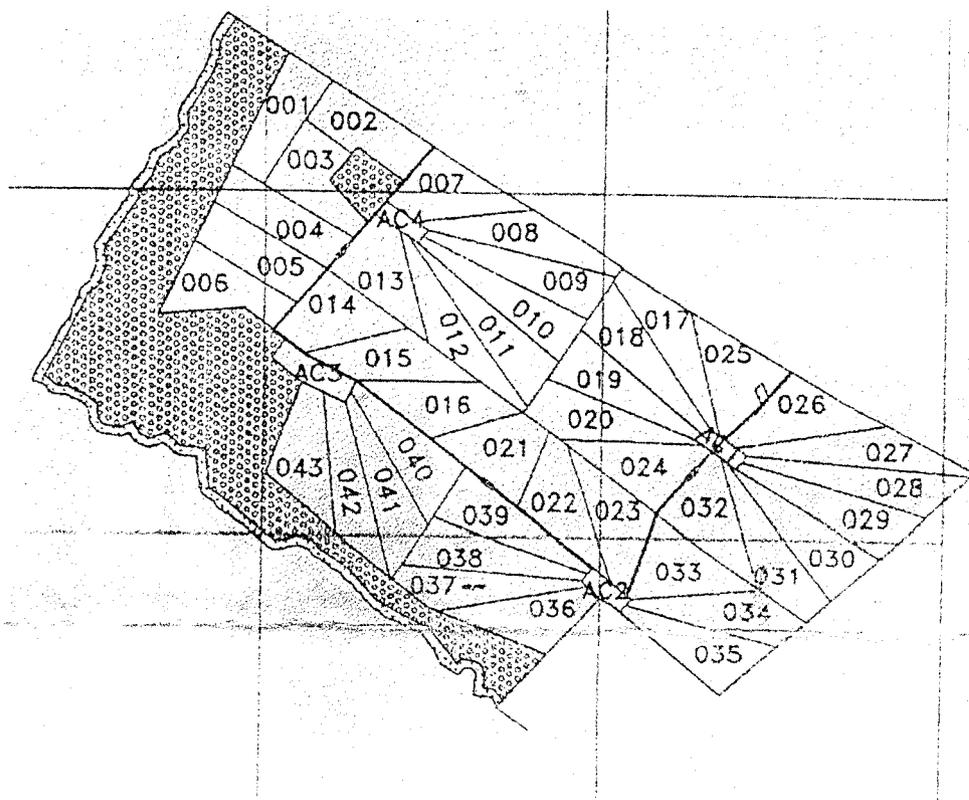
Os “novos” modelos são uma proposta do MST para organizar os assentamentos de um jeito diferente do conhecido “quadrado burro”. Esta nova disposição dos lotes e das moradias pode contribuir para a construção de novos hábitos que, por sua vez, favoreçam mudanças nas relações de gênero. Quais as novidades deste modelo?

A primeira consiste em participar da elaboração e execução do corte da área. Algumas experiências nos estados do Espírito Santo e do Mato Grosso e, mais recentemente, no estado de São Paulo, mostram a possibilidade de formas mais flexíveis na maneira de organizar as moradias e a cooperação. Participar destas elaboração e execução significa realizar um trabalho anterior, na fase do acampamento, com o objetivo de que as famílias se agrupem em função de suas afinidades e fazer com que este agrupamento seja o mesmo na localidade do futuro assentamento. Até agora o Incra fazia sorteios de famílias individuais, o que as distanciavam umas das outras e impediam qualquer forma de vida coletiva. Este sorteio por grupos representa para o MST “o primeiro passo e o potencial para as futuras formas de cooperação entre as famílias, sejam elas nos aspectos sociais, sejam nos aspectos econômicos” (MST & CONCRAB, 2001: 10).

Este novo modelo de assentamento tem como ponto central a organização das habitações por meio dos **Núcleos de Moradia** com um número de famílias que pode variar de 10 a 25, em função do tamanho da

¹⁴ Apoiamos-nos aqui no *Caderno de Cooperação Agrícola*, n° 10. Ver MST & CONCRAB (2001).

área do assentamento. Diferentemente das agrovilas em que o lote fica distante da casa, nos Núcleos de Moradia as casas ficam em cima dos lotes. Este novo jeito também é diferente do parcelamento tradicional, o “quadrado burro”, em que cada casa fica distante uma da outra perdida no meio do lote. Este modelo tem o formato de um “raio de sol”, com casas circunvizinhas formando um círculo e os lotes começando no quintal e se ampliando para fora.



Fonte: Itesp (2004).

Há uma aproximação das famílias, o que permite a implantação de áreas sociais onde se instalam espaços reservados para escolas, celebração religiosa, esportes, etc.

Porque o que ocorre muito nos antigos assentamentos, as companheiras reclamam, como os companheiros jovens, que não tem opção de lazer, os assentamentos antigos são cemitérios como eles falam, né? Porque... os homens, geralmente, eles têm os amigos, tem o boteco, tem o futebol, tem o jogo de baralho, enquanto pras companheiras elas não têm alternativas. E esses assentamentos nucleados na medida que algumas atividades pra unificar a comunidade, pra recreação... e as próprias companheiras também começam a desenvolver essa relação aí mais coletiva no assentamento. Então, a nucleação é importante pra isso, os novos modelos eles facilitam. (M., assentado e militante).

Fortalece-se a vida coletiva de maneira semelhante àquela do acampamento, sobretudo porque esta forma de organização facilita a criação de um Regimento Interno com códigos de convivência para evitar problemas, freqüentemente presentes nas Agrovilas, como é o caso dos animais dos vizinhos. O Regimento neste novo modelo é visto como resultado do trabalho elaborado nos acampamentos:

É uma conseqüência. Algumas... quando se discute o novo modelo de assentamento, nós já vamos amarrando algumas normas pra ser utilizadas no futuro assentamento. Um exemplo é a existência do boteco. Nos acampamentos nós já orientamos: "ó, não é bom um boteco aí porque é um foco de intriga, de vício e no futuro assentamento nós vamos permitir uma mercearia cooperativa ou que cada um faça um botequinho lá? O que vocês acham?" (...) Então, né, podemos já ter aí algumas normas desse futuro regimento que seria não permitir botecos individuais no futuro assentamento. Então, é uma seqüência também da organicidade do acampamento que vai pros assentamentos. (M., assentado e militante).

A distribuição das famílias por núcleos permite ainda economizar na instauração e manutenção da infra-estrutura. No assentamento *Fusquinha* a adoção deste modelo “raio de sol” fez com que o ônibus escolar que, no modelo tradicional, teria de percorrer um trajeto de 26 Km para pegar todas as crianças, agora percorre apenas os 4 km das ruas em frente às casas dos núcleos de moradia. Os gastos com as instalações das redes elétricas e de esgoto também diminuem; o percurso diário do transporte escolar ou dos caminhões de coleta de lixo são bem menores.

Estes núcleos de família podem formar a organização de núcleos de base do assentamento com a coordenação de duas pessoas, um homem e uma mulher, evitando-se assim a tendência patriarcal do assentamento de somente os homens coordenarem.

Assim, todas as famílias têm que estar num Núcleo e nesse Núcleo tem que ter um casal, um homem e uma mulher que faz parte da coordenação daquele Núcleo, que os coordenadores de todos os Núcleos fazem parte da Coordenação do Assentamento; dessa Coordenação do assentamento, têm tantas pessoas que vão fazer parte da Direção Regional; e dessa Direção Regional vão participar da Direção do Estado; e desse Estado, tantas pessoas vão pra Direção Nacional. (U., assentada, membro do Setor de Gênero Estadual).

A Constituição Brasileira prevê a posse do título da terra para o(a) assentado(a). A proposta do MST, ao contrário, é romper com este mecanismo que privilegia o lote como propriedade privada. É o usufruto da terra, e não a posse privada, que permite produzir e viver na terra. A terra deixa de ser objeto de compra e venda. Obviamente, a solução técnica não basta. Mas uma base técnica é fundamental para novas sociabilidades.

4.2. Possibilidades de derrubar as cercas de gênero?

O novo modelo de assentamento possibilita outra mudança fundamental e que toca diretamente nas relações de gênero: a diminuição da divisão territorial do trabalho em função do sexo. No capitalismo, a separação da casa do local do trabalho, impôs uma divisão sexual do trabalho em que, como observamos, a mulher fica circunscrita à esfera da “reprodução” e o homem à esfera da “produção”.

Ajuda porque facilita o trabalho coletivo, o que nós chamamos aí de cooperação. Então, facilita a cooperação e na medida que facilita a cooperação permite um maior entrosamento entre as famílias porque quem trabalha junto, convive parte do tempo junto. Então, por facilitar isso, por ter aquela proximidade das residências também que já ajuda a comunicação ali, está mais presente nos momentos mais difíceis e as companheiras também se organizam melhor nesses assentamentos. (M., assentado e militante).

Neste novo modelo há uma fusão entre estas esferas: o local do trabalho (o lote) começa no quintal da casa. No entanto, apenas a alteração geográfica não garante que mudanças aconteçam no que diz respeito às desigualdades de gênero. No assentamento *Fusquinha*, nos momentos em que houve as discussões entre assentados para decidir o que se produziria, as mulheres quase não estiveram presente. A maioria, que decidiu investir no plantio da mandioca e na criação de gado, era predominantemente masculina. Isto sinaliza que as mudanças só ocorrerão efetivamente se houver um trabalho constante que combine lutas sociais e emancipação das mulheres.

Os penosos trabalhos domésticos podem ser substituídos neste novo modelo por refeitórios, lavanderias comunitárias, etc., colocando em xeque o modelo burguês de família que impõe as tarefas domésticas às famílias individuais que, por sua vez, calcadas no patriarcado, obrigam as mulheres a desempenhá-las. A este respeito, M., dizia que:

Então, e nós queremos... a Ciranda é uma experiência que tende a evoluir porque um dia nós queremos romper com essa idéia de família pequeno burguês aí, esse conceito de família do pai, a mãe e os filhos. Se nós somos uma comunidade, temos que ampliar isso aí, nós todos somos responsáveis por aquelas crianças e de outros problemas que envolvem a comunidade. Desde a criação dos filhos, isso não compete a uma família. Um exemplo: se tem comida lá na família ou não, isso tem a ver com a comunidade. Se tem um desvio lá de um jovem naquela família...

O Setor de Gênero desempenha um papel fundamental neste processo de mutação tanto da organização do espaço como nas alterações das relações de gênero. Nas simultâneas mudanças espaciais e sociais estão inseridas as diretrizes políticas deste Setor, dentre as quais, destacamos seu objetivo de incentivar a efetiva participação das mulheres por meio de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todas as instâncias políticas, seja do movimento de uma forma geral, seja do acampamento ou do assentamento. Os novos modelos podem se transformar num *continuum* da participação das lutas nos acampamentos e assentamentos, o que significa que são capazes de contribuir para a abolição da hierarquia do tratamento prioritário às chamadas questões gerais, em detrimento das questões “específicas”. Este redesenho territorial pode, portanto, abrir espaço para “uma revolução dentro da revolução”.

Algumas considerações finais



Foto: João Ziclar
Criança do Acampamento Nova Canudos; Arquivo MST.

*Então, por isso que nós estamos...
estamos aprendendo ainda como fazer essa discussão de gênero, como ampliar, como
fazer isso chegar até a totalidade da militância que ainda não tem essa definição pra depois chegar na
base também e...
ou ao mesmo tempo a gente ir interagindo na base pra que os companheiros também
percebam que isso só é favorável a nós.
(M., assentado e militante)*

Procuramos analisar a participação das mulheres na luta pela terra no MST. Este objetivo mais geral nos conduziu a buscar elementos para a compreensão do processo no qual se inseriam as lutas em torno da posse da terra no Pontal do Paranapanema – cenário que privilegiamos para abordar a participação das mulheres no MST. Trata-se de um processo complexo e, portanto, desigual e contraditório, que se estende da grilagem até às invenções democráticas que as novas ocupações dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra produzem. Entre estes dois extremos, encontram-se diversos projetos de desenvolvimento capitalista no campo fortemente impulsionados pelo Estado brasileiro.

As intensas mudanças advindas da expansão do capitalismo na região do Pontal do Paranapanema, com a consolidação da pecuária, foram um momento crucial destas transformações, pois ocasionaram a expropriação/expulsão do(a)s trabalhadore(a)s das terras. Isto não significou a passagem imediata para a cidade. Com a tentativa de prosseguir trabalhando no campo, predominou uma “mobilidade horizontal”: iam para onde houvesse trabalho; perambulavam, “tenteavam”. À medida que as condições de vida no campo se tornavam cada vez mais precárias (não era possível sequer plantar sua roça), este(a)s trabalhadore(a)s se transformavam em assalariados que vendem sua força de trabalho ao capital em troca do necessário à sua subsistência; foram se despersonalizando como trabalhadore(a)s do campo. Passaram a ser alguém que fazia qualquer trabalho no campo ou na cidade desde que desse para viver.

Embora estes personagens, trabalhador(a)s, nunca tenham saído de cena, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

no Pontal do Paranapanema constituiu-se em um importante instrumento de organização e de luta contra o latifúndio encravado na região.

A primeira grande vitória do Movimento em 1990 abriu caminho para novos confrontos que fizeram daquele cenário um dos principais focos de conflitos fundiários do país, conferindo ao MST a visibilidade nacional. Num momento em que parecia arrefecer a onda de lutas que teve como principal empuxe o movimento operário e quando alguns autores chegavam a afirmar que, finalmente, se constituiu, via neoliberalismo, uma hegemonia burguesa no país, aflora o MST com impressionante vitalidade ao imprimir, apesar de seus poucos recursos, verdadeiras derrotas (parciais) à onda neoliberal. Rompendo com formas de comportamento de militância política do passado, neste decênio, aumentaram as ocupações de terra, seguidas pelas instalações de acampamentos, como formas de pressionar o Estado a implantar a reforma agrária. Homens e mulheres desenraizado(a)s adquiriram uma identidade coletiva, a de *sem-terra*.

A prioridade das ações do MST concentra-se na luta pela reforma agrária. Uma luta que exige a participação de todos (homens, mulheres e crianças) os trabalhadores sem-terra. De acordo com os espaços construídos nos embates pela terra, as mulheres têm maior ou menor presença. São mais visíveis durante as ocupações de terra, quando freqüentemente estão na linha de frente dos confrontos armados com a milícias "clandestinas" e/ou o aparato repressivo estatal. Nos acampamentos a visibilidade se consolida. Nestes espaços há uma nítida alteração das chamadas relações de gênero. Mulheres e homens fazem a experiência da vida coletiva, com novas regras, novas possibilidades.

A inserção na luta pela terra também provoca tensões. À medida que as mulheres saem de suas tarefas tradicionais, novas questões se colocam sobre como fazer rearranjos para dividir tarefas domésticas e atividades políticas. Tensões que também são responsáveis pelos calorosos debates acerca das relações de gênero nas diversas instâncias do MST. O reconhecimento da necessidade de participação das mulheres é fruto de um processo que, além de – insistimos – complexo e contraditório, ainda está em curso.

Os espaços dos assentamentos representam, após anos de luta, a conquista da terra. Todavia, estamos longe de um processo linear. Mais do que ponto de chegada, é um outro ponto de partida, não necessariamente na mesma direção ou com os mesmos embates. De um modo ou de outro, a ocupação do espaço foi legalizada, não mais sendo objeto de um confronto físico com o aparelho repressivo do Estado. Políticas estatais compensatórias – ou mesmo a falta delas – podem se tornar importantes fatores de desmobilização. Por outro lado, para o MST, permanecer na terra significa que a reforma agrária é possível e necessária e, neste sentido, os assentamentos se tomam a garantia para a mobilização e luta do(a)s que ainda estão acampados.

Nesta luta pela sobrevivência na terra conquistada, a margem de escolha se estreita e, quanto mais desfavorável é a correlação de forças, mais são privilegiados os objetivos imediatos. Em estreita correspondência com a transformação do lote em uma espécie de propriedade privada, repõe-se a separação entre trabalho masculino e feminino e ocorre um nítido recuo da participação das mulheres.

A prioridade conferida objetivamente à viabilidade econômica dos assentamentos contribui para que haja tanto um refluxo das lutas como para que as mulheres se retraiam. Dois passos importantes para o enfrentamento deste problema foram, por um lado, a criação do setor de gênero e, por outro, de novos modelos de assentamento. Embora a relação entre aquele setor e estes novos modelos não seja explicitamente mencionada, ambos vislumbram a possibilidade de alteração das relações desiguais entre homens e mulheres.

Mas, como foi visto, este avanço ocorre no interior de uma correlação de forças bastante desfavorável, o que reforça os limites estruturais. Enfrentar estes limites, com os quais se imbricam as relações de gênero, é o desafio que se propõem os movimentos que se voltam para transformar o mundo.

Referências bibliográficas

*Este constante movimento que o Movimento vive... são 20 anos de história,
então algumas coisas nós já superamos, (...)
e outras coisas a gente precisa colocar.
Então, a cada necessidade o Movimento é uma porta, não aberta,
mas uma porta escancarada pra todas as diversidades de pessoas que estão aqui dentro.
(G., acampado e militante)*

- ABRAMOVAY, R. (1993). "Nova forma de luta pela terra: acampar". *Revista Reforma Agrária*, vol. 23.
- ALBISTUR, Maïté & ARMOGATHE, Daniel. (1977). *Histoire du féminisme français du Moyen Age à nos jours*. Paris: Édition des Femmes.
- ALMEIDA, L. F. (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ.
- _____. (1997). "Entre o local e o global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capitalismo". In: DOWBOR, L. *et alii*. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1997a). "O Estado em questão: reordenamento do poder". In: GADELHA, R. (org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo: Educ.
- _____. & SANCHEZ, F. (1998). "Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo". *Lutas Sociais*, nº 5.
- ALMEIDA, R. A. (1993). *A conquista da terra pelo MST no Pontal do Paranapanema: as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara*. Unesp: Presidente Prudente. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia, mimeo.
- ALMEIDA, T. O. P. (2001). *A participação da mulher na luta pela terra nos assentamentos Santa Clara e São Bento no Pontal do Paranapanema*. UFMS: Três Lagoas. Especialização em História, mimeo.
- ALY JÚNIOR, O. (2005) "Reforma Agrária no Estado de São Paulo: um balanço dos anos 2003-2005". In: XII CONGRESSO Brasileiro de Sociologia. *Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI*. GT 11. Belo Horizonte: mimeo.
- ANDERSON, P. (1985). *Teoria política e história: um debate com E. P. Thompson*. Madrid: Siglo XXI.
- ANDRADE, I. A. L. (1997). *Políticas e poder: o discurso da participação*. Nata/São Paulo: Cooperativa cultural UFRN/Ad Hominem.
- ANDRADE, M. C. (2000). *Lutas camponesas no nordeste*. São Paulo: Ática.

- ANDRADE, P. (1998). "As rainhas do gado: UDR encontra mulher para disputar o Pontal com Diolinda do MST". *Revista Istoé*. 18 de março.
- ANTONIO, A. P. (1990). *O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960- 1990*. São Paulo: USP. Tese de Doutorado em Geografia, mimeo.
- ANTUNES, R. (1988). *A rebeldia do trabalho. (O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80)*. São Paulo/Campinas: Editora Ensaio/Editora da Unicamp.
- ARENDT, H. (1995). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ARRIGHI, G. (1998). *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- AZEREDO, S. & STOLCKE, V. (1991). *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC/DPE.
- BASBAUM, L. (1968). *História sincera da República: de 1930 a 1960*. vol. 3. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.
- BASTOS, E. R. (1984). *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes.
- BEAUVOIR, S. (1991). *Le deuxième sexe*. vols. I e II. Paris, Gallimard.
- BERGAMASCO, S. M. P. (1997). "A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números". *Estudos Avançados*, nº 31.
- _____. (2003). "Reforma agrária e assentamentos em São Paulo: mudanças no espaço rural". *Jornal da Unicamp*. 22 a 28 de setembro.
- _____ & NORDER, L. A. C. (1996). *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense.
- BIHR, A. (1998). *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo.
- BIZELLI, E. A. (1995). "Considerações sobre a urbanização interiorana". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 9, nº 3.

- _____ (1998). *Agentes e processos na urbanização paulista do extremo oeste e a cidade de Fernandópolis*. São Paulo: PUC. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, mimeo.
- BOGO, A. (1999). *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras.
- _____. (2003). *Arquitetos de sonhos*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. (2003a). *A organicidade como parte da cultura*. Texto para debate sobre a organicidade do MST na reunião da Coordenação Nacional de 13 a 17 de agosto, mimeo.
- BOGUS, L. M. M. & BAENINGER, R. (1995). "Redesenhando o espaço no interior paulista: desconcentração e expansão urbana". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 9, nº 3.
- BOITO JR. A. (2003). "A (difícil) formação da classe operária". In: BOITO JR., A. & TOLEDO, C. N. (orgs.). *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã.
- BONFIN, C. (2002). "O jeito feminino de lutar pela reforma agrária". *Jornal O Povo*. 08 de março. <http://www.noolhar.com/opovo/brasil/113589.html>
- BORGES, M. C. (1996). *Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito (1970-1980)*. Assis: Unesp. Dissertação de Mestrado em História.
- BORGES, M. S. (1997). *Terra: ponto de chegada, ponto de partida*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- BOSI, E. (1983). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- BRENNEISEN, E. (2000). *Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná*. São Paulo: PUC. Tese de doutorado em Ciências Sociais, mimeo.
- BUTLER, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.

- BUTTO, A. (2003). "A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas". *Anais do Seminário Género y enfoque territorial del desarrollo rural*. Natal.
- BUZETTO, M. (1999). "Nova Canudos e a luta do MST no estado de São Paulo". *Lutas Sociais*, nº 6.
- CALDART, R. S. (2000). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes.
- CAMPOS, C. (2003) "As relações de gênero e o MST". In: SETOR NACIONAL DE GÊNERO – MST. *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder*. São Paulo: ANCA.
- CARDOSO, R. C. L. (1994). "A trajetória dos movimentos sociais". In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- CARVALHO, H. M. (1999). "As contribuições internas no esfoço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (1989-1999)". In: *Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999)*. Cadernos de Cooperação Agrícola, nº 8. São Paulo: Concrab.
- _____ (2002). *Comunidade de resistência e superação*. Curitiba, mimeo.
- CARVALHO FILHO, J. J. (2001). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- CHABAUD, D. & FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. (1984). "À propos de l'autonomie relative de la production et de la reproduction". In: BARRÈRE-MOURISSON, M. A. et alii. *Le sexe du travail: structures familiales et système productif..* Paris: Presses Universitaires de Grenoble.
- CHAYANOV, A. V. (1985). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- CHINCHILLA, N. (1993). "Classe, gênero e soberania na Nicarágua". *Revista de Estudos Feministas*, nº 2.

- COLETIVO Nacional de Mulheres do MST. (1996). *A questão da mulher e o MST*. São Paulo: MST.
- _____. (1998). *Compreender e construir novas relações de gênero*. São Paulo: MST.
- COLETIVO Nacional de Gênero do MST. (2000). *Mulher Sem Terra*. São Paulo: MST.
- COLETIVO Político Pedagógico. (2002). "Programa pedagógico do curso básico para militantes da ENFF". In: SETOR de formação Nacional (org.). *Resgatar para aprofundar e avançar na formação política e ideológica dos militantes do MST*. São Mateus: MST, mimeo.
- COLETTI, C. (2002). "Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal". *Idéias*, ano 9, nº 1.
- COMISSÃO Pastoral da Terra. (2004). *Conflitos no campo – Brasil 2003*. Goiânia: CPT Nacional.
- COMPARATO, B. K. (2003). *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular.
- CONCRAB. (1998). *Sistema cooperativista dos assentados*. Caderno de cooperação agrícola, nº 5. São Paulo: Concrab.
- COUTINHO, J. (2005). *Caminhos e descaminhos das ONGs*. Campinas: Autores Associados, no prelo.
- CUNHA, J. M. P. & ARANHA, V. (1992). "Região de Governo de Presidente Prudente". *Textos NEPO: Migração em São Paulo*, nº 23. Campinas: Unicamp.
- DATA LUTA (2005). *Ocupações de terra no estado de São Paulo: 1990-2004*. Presidente Prudente: Nera, mimeo.
- DEERE, C. (2004). "Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira". *Revista de Estudos Feministas*, vol. 12, nº 1.
- _____. & LÉON, M. (2002). *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS Editora.

- DELPHY, C. (1998). *L'ennemi principal: 1, économie politique du patriarcat*. Paris: Éditions Syllepse.
- D'INCAO, M. C. (1976). *O "Bóia-fria": acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes.
- _____. & ROY, G. (1995). *Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1997). "MST e a verdadeira democracia". In: STÉDILE, J. P. (org.) *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes.
- DINIZ, E. (1994). "Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85". In: SOARES, G. A. D. & D'ARAÚJO, M. C. (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- DOIMO, A. M. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS.
- DURHAN, E. (1973). *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva.
- ENGELS, F. (1982). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FRABRINI, J. E. (2003). *A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra*. Cascavel: Edunioeste.
- FALQUET, Jules. (1997). *Femmes, projet révolutionnaire, guerre et démocratisation: l'apparition des mouvements des femmes et du féminisme au Salvador (1970-1994)*. Paris: IHEAL – Sorbonne Paris III. Tese de Doutorado em Ciência Política, mimeo.
- _____. (2003). "Division sexuelle du travail révolutionnaire: réflexions à partir de l'expérience salvadorienne (1970-1994)". *Cahiers des Amériques Latines*, n° 40.
- FAUSTO, B. (1997). "Prefácio à edição de 1997". In: *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FELICIANO, C. A. (2003). *O movimento camponês rebelde e a geografia da Reforma Agrária*. São Paulo: USP. Dissertação de Mestrado em Geografia, mimeo.

- FERNANDES, B. M. (1996). *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1999). "Ocupações de terras e políticas de assentamentos rurais". *Lutas Sociais*, nº 6.
- _____. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- _____ *et alli.* (2003). "Insertion socio-politique et criminalisation de la lutte pour la terre: occupations de terre e assentamentos ruraux dans le Pontal do Paranapanema – São Paulo, Brésil". *Cahiers du Brésil contemporain*. nº 51/52.
- FERRANTE, V, L. B. (1994). "Apresentação". In: FERRANTE, V, L. B. (org.). *Retratos de assentamentos*. Araraquara: NUPEDOR/Unesp.
- _____. (1994a). "Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa". In: MEDEIROS, L. *et alli.* (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp.
- _____ & BARONE. (2003). "Assentamentos ruraux et pouvoir local: les tendances de la décentralisation de la réforme agraire". *Cahiers du Brésil contemporain*. nº 51/52.
- FRANCO, M. (2004). *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente: Unesp. Tese de Doutorado em Geografia, mimeo.
- GERMER, C. (1999). *A irrelevância prática da agricultura "familiar" para o emprego agrícola*. Curitiba: mimeo.
- GNACCARINI, J. C. & QUEDA, O. (1993). "A falência do Estado-fator e o setor agropecuário". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 7, nº 3 .
- GOFFMAN, E. (2002). *L'arrangement des sexes*. Paris: La Dispute.
- GOHN, M. G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- GONÇALVES, R. (2004). "La naissance du MST et la longue lutte des 'gens sans terre'". *Carré Rouge*, nº 29.

- _____. (2004a). "Ciudadanía/clases populares: el lado oculto de la dominación capitalista de clase". *Herramienta: revista de debate y crítica marxista*, nº 27.
- GONÇALVES HONÓRIO, R. (2005). "Acampamentos: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra do Pontal do Paranapanema". *Lutas Sociais*, nº 13/14.
- GOMES, M. J. M. (2003). *Estudos sobre a consciência política dos técnicos da extensão rural em assentamentos do estado de São Paulo*. São Paulo: PUC. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, mimeo.
- GÖRGEN, F. S. (1989). *O massacre da fazenda Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes.
- GROPPI, A. (1994). "As raízes de um problema". In: BONACHI, G. & GROPPPI, A. (orgs.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Unesp.
- HARAWAY, D. (2004). "'Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra". *Cadernos Pagu*, nº 22.
- HARTMANN, H. (1981). "The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union". In: SERGENT, L. (org.). *Women and revolution*. London: Pluto Press.
- HAUG, F. (2001). "Sur la théorie des rapports de sexe". In: BIDEET-MORDREL, A. & BIDEET, J. (orgs.). *Actuel Marx, nº 30: Les rapports sociaux de sexe*. Paris: PUF.
- HAYDEN, C. E. (1980). "El departamento de la mujer (Zhenotdel) del partido bolchevique". In: *Críticas de la economía política*, nº 14/15, México, Ediciones El Cabalito.
- HELD, D. (1987). *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia.
- HIRATA, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo.
- HOBSBAWM, E. (1996). *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.

- IANNI, O. (1975). *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1976). "Relações de produção e proletariado rural". In: SZMRECSÁNYI, T. & QUEDA, O. (orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Editora Nacional.
- _____. (1985). "Revoluções camponesas na América Latina". In: SANTOS, J. V. T. (org.). *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo: Ícone.
- INCRA. (1999). *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local por um novo mundo rural*. Disponível em www.incra.gov.br, de 29 de abril.
- ITESP (2005). *Assentamentos rurais no estado de São Paulo*. Disponível em: www.ltesp.gov.sp.br
- JANUZZI, P. M. (1995). "Distribuição de renda: o caso da Califórnia paulista". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 9, n° 3.
- JORNAL Sem Terra. (1995). "Sem a luta das mulheres, as conquistas ficam pela metade". Novembro.
- _____. (1996). "O MST deve lutar também contra o machismo". Março.
- JULIÃO, F. (1962). *O que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JUNGMANN, R. (1999). "Prefácio". In: MINISTÉRIO de Política Fundiária e da Agricultura Familiar. *Banco da Terra*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social.
- KAGEYAMA, A. (1986). "Os maiores proprietários de terras do Brasil". *Revista Reforma Agrária*. Campinas, ABRA. Ano 16 abr/jul.
- _____. & LEONE, E. T. (1999). "Uma tipologia dos municípios paulistas com base em indicadores sociodemográficos". *Texto para discussão*. IE/Unicamp: Campinas, n° 66.
- KAMEYAMA, N. (1969). "Problemas do oeste paulista". *Revista de Cultura Vozes*.

- KERGOAT, Danièle (1992). "Mouvement social et coordination, un état de la question". In KERGOAT, Danièle *et alii*. *Les infirmières et leur coordination: 1988-1989*. Paris: Lamarre.
- KOFES, S. (1993). "Categorias analítica e empírica: gênero e mulher – disjunções, conjunções e mediações". *Cadernos Pagu*, nº 1.
- KOLLONTAI, A. (1980). *Autobiografia de uma mulher emancipadora*. São Paulo: Editora Proposta.
- _____. (2000). *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular.
- KOSIK, K. (1969). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KOWARICK, L. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KUCINSKI, B. (1982). *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates.
- LEAL, G. M. (2003). *Impactos sócioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – SP*. Presidente Prudente: Unesp. Dissertação de Mestrado em Geografia, mimeo.
- LECHAT, N. M. (1993). *A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): estudos de dois assentamentos no Rio Grande do Sul*. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado em Antropologia, mimeo.
- LEFORT, C. (1983). *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense.
- LEITE, J. F. (1998). *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec.
- LEITE, S.; HEREDIA, B. *et alii*. (2004). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Unesp.
- LENIN, V. (1968). "Le nouveau type d'État que crée notre révolution". In: *Oeuvres choisies*. Moscou, Editions du Progrès, t. 2.
- _____. (1977). *Le développement du capitalisme en Russie*. Paris: Éditions Sociales.

- LOSURDO, D. (1998). "150 anos do *Manifesto do Partido Comunista* – 150 anos de história universal". *Lutas Sociais*, nº 4.
- LÖWY, I. & ROUCH, H. (2003). "Genèse et développement du genre: les sciences et les origines de la distinction entre sexe et genre". *Cahiers du Genre*, nº 34.
- LÖWY, M. (2000). "Por um marxismo crítico". In: LÖWY, M. & BENZAÏD, D. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã.
- _____. (2003). "Origine du mouvement des travailleurs sans terre (MST) du Brésil". In: STÉDILE, J. P. & FERNANDES, B. M. *Gens sans terre: la trajectoire du MST et la lutte pour la terre au Brésil*. Paris: Le Temps des Cérises.
- MACHADO, E. R. (2004). *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo*. São Paulo: PUC. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, mimeo.
- MACHADO, I. F. (2003). A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado em Educação, mimeo.
- MACHADO, L. Z. (1998). "Gênero, um novo paradigma?". *Cadernos Pagu*, nº 11.
- MACKINNON, C. (1995). *Hacia una teoría feminista del Estado*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- MACPHERSON, C. B. (1978). *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MANTEGA, G. & MORAES, M. (1978). *A economia política brasileira em questão: 1964-1975*. São Paulo: Aparte S/A.
- MARINI, R. M. (1998). "Duas notas sobre o socialismo". *Lutas Sociais*, nº 5.
- MARQUES, M. I. M. (2004). "Terra e modernidade em assentamentos de reforma agrária". In: WOORTMANN, E. F. (org.). *Significados da terra*. Brasília: Editora da UnB.
- _____. (2004a). "Lugar do modo de vida tradicional na modernidade". In: MARQUES, M. I. M. & OLIVEIRA, A. U. (orgs.). *O campo no século XXI*:

território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra.

MARTIN, J-Y. & FERNANDES, B. M. (2004). "Movimento sócio-territorial e 'globalização': algumas reflexões a partir do caso do MST". *Lutas Sociais*, nº 11/12.

MARTINS, A. F. (2004). *Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST*. São Paulo: PUC. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, mimeo.

MARTINS, J. S. (1975). *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira de Ciências Sociais

_____. (1979). *O cativo da terra*. São Paulo, Ciências Sociais.

_____. (1993). *A chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec.

_____. (1997). "A questão agrária brasileira e o papel do MST". In: STÉDILE, J. P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes.

_____. (2003). *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

MARX, K. (1986). *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural.

_____. (1988). *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, vol. III, t. 2. .

MARX, K. & ENGELS, F. (1975). *A ideologia alemã*. Porto: presença.

MAURO, G. (1999). "MST: lutas e perspectivas". In: BARSOTTI, P. & PERICÁS, B. L. (orgs.). *América Latina: história, crise e movimento*. São Paulo: Xamã.

MEDEIROS, L. S. & LEITE, S. (1999). "Introdução". In: MEDEIROS, L. S. & LEITE, S. (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/CPDA.

- _____. (2004). "Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate". In: MEDEIROS, L. S. & LEITE, S. (orgs.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad.
- MELUCCI, A. (1978). "Société en changement et nouveaux mouvements sociaux". *Sociologie et Sociétés*, n° 2.
- _____. (1996). "Movimentos sociais e sociedade complexa". In: NEPMS (orgs.). *Movimentos Sociais na contemporaneidade*. São Paulo: PUC.
- MEIRELLES, H. L. (1984). *Direito Administrativo brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- MINISTÉRIO de Política Fundiária e da Agricultura Familiar (1999). *Banco da Terra*. Brasília: Assessoria de Comunicação Social.
- MITCHELL, J. (1971). *Woman's Estate*. England: Penguin Books.
- MOLYNEUX, M. D. (1989). "la mujer, el estado y la revolución: el caso de Nicaragua". *Inprecor*, n° 66.
- MONBEIG, P. (1984). *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec.
- MORAES, M. L. Q. (1998). "Usos e limites da categoria gênero". *Cadernos Pagu*, n° 11.
- MORDREL-BIDET, A. & BIDET, J. (2001). "Les rapports sociaux de sexe comme rapports sociaux". In: BIDET-MORDREL, A. & BIDET, J. (orgs.). *Actuel Marx, n° 30: Les rapports sociaux de sexe*. Paris: PUF.
- MOURA, E. B. B. de (1999). "Frente a frente com a América: mulheres trabalhadoras e o inconsciente discurso da fragilidade feminina". In: HOLANDA, H. B. de & CAPELATO, M. H. R. (orgs.). *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas*. São Paulo: Edusp.
- MST (1986). *Construindo o caminho*. São Paulo: MST.
- MST & CONCRAB. (2001). "O que levar em conta para a organização do assentamento". *Caderno de Cooperação Agrícola*, n° 10.

- NAVARRO, Z. (1997). "Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária". In: STÉDILE, J. P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes.
- NAVES, M. B. (2001). "A 'ilusão da jurisprudência'". *Lutas Sociais*, nº 7.
- NEVES, D. P. (1997). *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF.
- NOBRE, M. (1998). "Relações de gênero e agricultura familiar". In: NOBRE, M. *et alii*. *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF.
- NOGUEIRA, C. M. (2004). *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas: Autores Associados.
- NORDER, L. A. (2004). *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. Wageningen: Universidade de Wageningen.
- OLIVEIRA, A. U. (1991). *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- _____. (1994). "O campo brasileiro no final dos anos 80". In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRS.
- _____. (2004). *Barbárie e modernidade: transformações no campo e o agronegócio no Brasil*". XII Encontro Nacional do MST. São Miguel do Iguaçu: mimeo.
- _____. (2004a.). *Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI*. In: MARQUES, M. I. M. & OLIVEIRA, A. U. (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra.
- OLIVEIRA, C. (1976). "O banquete e o sonho: ensaios sobre economia brasileira". *Cadernos de Debate*, nº 3.
- OVIÑA, H. (2005). "Les nouvelles radicalités politiques en Amérique Latine: zapatistes, piqueteros e sans-terre..." . *Alternatives Sud*, vol. 12-2005 / 2.
- PAGOTTO, C. (2004). "Cooperação e cooperativas: instrumentos de organização e de resistência dos trabalhadores sem-terra". *Lutas Sociais*, nº 11/12.

- PALMEIRA, M. (1994). "Burocracia, política e reforma agrária". In: MEDEIROS, L. et alli. (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp.
- PASUKANIS, E. B. (1970). *La théorie générale du droit et le marxisme*. Paris: EDI.
- PAULILO, M. I. (1987). "O peso do trabalho leve". *Ciência Hoje*, vol. 5, nº 28.
- _____. (2000). "Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio". *Cadernos de Pesquisa*. nº 21.
- PAVAN, D. (1998). *As Marias Sem-Terras – Trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão/SP – 1985/1996*. São Paulo: PUC. Dissertação de Mestrado em História, mimeo.
- PERILLO, S. R. & ARANHA, V. (1993). "Trajetória da urbanização paulista". *São Paulo em perspectiva*, vol. 7, nº 3.
- PETRAS, J. (1997) "As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina". *Lutas Sociais*, nº 2.
- _____. (1999). "Classe, gênero e luta revolucionária". In: *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: FURB.
- PINTO, C. R. (1992). "Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político". In: COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas.
- PISCITELLI, A. (2002). "Re-criando a (categoria) mulher?". In: ALGRANTI, L. M. (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Col. Textos didáticos, nº 48. Campinas: Unicamp/IFCH.
- PIZZETA, A. J. (1999). *Formação e práxis dos professores de escolas de assentamentos: a experiência do MST no Espírito Santo*. Vitória: UFES. Dissertação de Mestrado em Educação, mimeo.
- POULANTZAS, N. (1978). *L'État, le pouvoir, le socialisme*. Paris: PUF.
- _____. (1984). "Classes sociais e luta de classes". In: SILVEIRA, P. (org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática.

- PROGRAMA de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. (2004). *Pronaf-Miulher*. Brasília: MDA.
- RAMALHO, C. B. (2002). *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema – SP*. Presidente Prudente: Unesp. Dissertação de Mestrado em Geografia, mimeo.
- RANCIÈRE, J. (1974). *La leçon d'Althusser*. Paris: Gallimard.
- RIBEIRO, M. M. L. O. (2003). *Modo de produção e formação social: o caso do projeto "Volta ao Campo" em Pirassununga/SP*. São Paulo: PUC. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, mimeo.
- RODRIGUES, J. A. (1990). "Dinâmica do desenvolvimento regional: a região central do Estado". *São Paulo em perspectiva*, vol. 4, n° 3/4.
- ROSSETTO, M. & HACKBART, R. (2003). "Apresentação". In: REPÚBLICA Federativa do Brasil. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Brasília.
- ROZENO, M. H. (2001). *Mulheres militantes assentadas, a luta além da terra*. UNIJUÍ: Ijuí. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia em História e Geografia, mimeo.
- ROWBOTHAM, S. (1978). *Conscience des femmes, monde de l'homme*. Paris: Des femmes.
- RUA, M. G. & ABRAMOVAY, M. (2000). *Companheiras de luta ou "coordenadoras de painelas"? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: UNESCO.
- RUBIN, G. (1975). "The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex". In: REITER, R. (org.). *Toward an anthropology of women*. Nova Iorque: Montly Review Press.
- RUQUOY, D. (1995). "Situation d'entretien et stratégies de l'intervieweur". In: ALBARELLO, L & *alii*, *Pratiques et méthodes de recherche en sciences sociales*. Paris, Armand Collin.
- SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- SAES, D. (1987). *Democracia*. São Paulo: Ática.
- SAFFIOTI, H. (1994). "Posfácio: conceituando o gênero". In: SAFFIOTI H. I. B. & MUÑOZ-VARGAS, M. (orgs). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- _____. (1996). "Violência de gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade". *Lutas Sociais*, nº 2.
- SANTOS, B. S. (1995). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, S. A. (2004). "As mulheres na luta pela reforma agrária". *Revista Sem Terra*, nº 23, ano VI.
- SANTOS, T. (2005). "Les mouvements sociaux latino-américains: de la résistance à l'offensive?" . *Alternatives Sud*, vol. 12-2005 / 2.
- SCHIMITT, C. (1992). *O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do "colono sem terra"*. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado em Sociologia, mimeo.
- SCOTT, J. W. (1995). "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*, nº 20, vol. 2.
- _____. (1999). "Experiência". In: SILVA, A. L.; SOUZA, M. C. & RAMOS, T. R. (orgs.) *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres.
- SEADE (1993). *O novo retrato de São Paulo*. São Paulo, fevereiro.
- SEGNINI, L. (1998). *Mulheres no trabalho bancário*. São Paulo: Edusp.
- SETOR de Educação, Formação e Comunicação do Paraná. (1996). *Sem mulher a luta vai pela metade: reforma agrária, uma luta de todos*. S/L: MST-PR.
- SETOR Nacional de Gênero. (2003). *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder*. São Paulo: MST.
- SILVA, A. S. (2002). *Acampados no "Carlos Mariguela": um estudo sobre a formação da consciência política entre as famílias do Movimento dos*

- Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. São Paulo: PUC. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, mimeo.
- SILVA, C. B. (2004). *Homens e mulheres e movimento: relações de gênero e subjetividade no MST*. Florianópolis: Momento Atual.
- SILVA, M. A. M. (2004). *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Editora da Unesp.
- SILVA, G. F. (2001). *O ato pedagógico de ocupar*. Ijuí: UNIJUÍ. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, mimeo.
- SINGER, P. (1974). "São Paulo". In: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____. (1978). *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense.
- SOARES, V. (1998). "Muitas faces do feminismo no Brasil". In: BORBA, A. et ali. (orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo.
- SOUZA, C. P. (2004). *Vivendo e aprendendo a lutar: lutas de massa e formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. São Paulo: PUC. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, mimeo.
- SOUZA, M. A. (1994). *A formação da identidade coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema*. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado em Educação.
- _____. (1999). *As formas organizacionais de produção e assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado em Educação.
- SOUZA-LOBO, E. (1991). *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense.
- SPAVOREK, G. (2003). *A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira*. Brasília: MDA/FAO.

- STÉDILE, J.P. (1997). "O MST e a questão agrária". *Estudos Avançados*. Vol. 11, nº 31.
- _____. & FERNANDES, B. M. (1999). *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo.
- _____. (2002). *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. (2004). "O primeiro ano do governo Lula e as perspectivas para 2004". *Revista Sem Terra*, nº 22, ano VI.
- _____. (2005). *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular.
- STOLCKE, V. (1991). "Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?". *Estudos afro-asiáticos*, nº 20.
- _____. (1993). "A família que não é sagrada: sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo". In: ARANTES et alii, *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Unicamp.
- TABET, P. (1998). *La construction sociale de l'inégalité des sexes: des outils et des corps*. Paris: L'Hamattan.
- THERBORN, G. (1991). *La ideologia del poder y el poder de la ideologia*. México: Siglo XXI.
- THOMPSON, E. P. (1981). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TOURAINÉ, A. (1988). *La parole et le sang*. Paris: Odile Jacob.
- _____. (1992). *Critique de la modernité*. Paris: Fayard.
- _____. (1996). *O que é a democracia?* Petrópolis: Vozes.
- _____. (1997). *Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et différents*. Paris: Fayard.
- TRAT, Josette. (1997). "Engels et l'émancipation des femmes". In: LABICA, G. & DELBRACCIO, M. (orgs.). *Friedrich Engels, savant et révolutionnaire*. Paris: PUF.

- TRISTAN, F. (1986). *Union ouvrière*. Paris: Des Femmes. 1ª. ed. 1844.
- TURATTI, M. C. M. (1999). *Os filhos da lona preta: notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo*. São Paulo: USP. Dissertação de Mestrado em Antropologia, mimeo.
- VALENCIANO, R. C. (2004). *A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero*. Presidente Prudente: Unesp. Texto de qualificação de Mestrado em Geografia, mimeo.
- VANCE, C. (1995). "A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico". *Physis – Revista de Saúde Coletiva*. Vol. 5, nº 1.
- VARELLA, M. D. (1997). "O MST e o direito". In: STÉDILE, J. P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes.
- VARIKAS, E. (1993). "Féminisme, modemité, postmodernisme: pour un dialogue des deux côtés de l'océan". In: BERGER, D. et alii. (orgs.). *Féminismes au présent. Futur Antérieur (Supplément)*. Paris: L'Harmattan.
- VAZZOLER, M. R. (2004). *Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista*. São Carlos: UFSCar. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção, mimeo.
- VIDAL, M. S. & BAENINGER, R. (1994). "Região de Governo de Araçatuba". *Textos NEPO: Migração em São Paulo*, nº 28. Campinas: Unicamp.
- VIEIRA, E. (1992). *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez.
- VOESE, I. (1998). *O Movimento dos Sem Terra na imprensa: um exercício de análise do discurso*. Ijuí: Editora Unijuí.
- WITCEL, E. (2001). *As relações de gênero na família e a constituição do masculino e do feminino nas crianças do MST: uma formação em movimento*. URNRS: Ijuí. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, mimeo.
- WOORTMANN, E. (2004). "O saber tradicional camponês e inovações". In: OLIVEIRA, A. U. & MARQUES, M. I. (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela/ Paz e Terra.

Anexos

ANEXO I: PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Atualização: abril de 2005

Quadro por ordem cronológica de criação		Atualização: abril de 2005				
Nº de ordem	Projeto de Assentamento	Município	Início	No. De Lotes	Área Total (ha)	Domínio da Terra
1	Santa Rita Pontal	Euclides da Cunha	nov/90	51	805,37	Estadual
2	Tucano	Euclides da Cunha	nov/91	35	664,83	Estadual
3	Che Guevara (Santa Clara)	Mirante do Paranap.	jan/95	46	976,45	Estadual
4	Estrela D'Alva	Mirante do Paranap.	jan/95	31	784,50	Estadual
5	São Bento	Mirante do Paranap.	jan/95	183	5.190,50	Estadual
6	Arco-Iris	Mirante do Paranap.	dez/95	105	2.606,79	Estadual
7	Canaã	Mirante do Paranap.	dez/95	55	1.223,74	Estadual
8	Chico Castro Alves	Martinópolis	dez/95	87	1.396,00	Federal
9	Flor Roxa	Mirante do Paranap.	dez/95	39	953,67	Estadual
10	Haroldina	Mirante do Paranap.	dez/95	71	1.964,89	Estadual
11	King Meat	Mirante do Paranap.	dez/95	46	1.134,50	Estadual
12	Nova Vida (Rodeio)	Martinópolis	dez/95	37	961,25	Federal
13	Santa Carmem	Mirante do Paranap.	dez/95	37	1.043,01	Estadual
14	Santa Cruz	Mirante do Paranap.	dez/95	17	294,03	Estadual
15	Santana	Mirante do Paranap.	dez/95	29	212,00	Estadual
16	Primavera 1	Pres. Venceslau	abr/96	82	2.027,90	Estadual
17	Santa Maria	Pres. Venceslau	abr/96	17	263,90	Estadual
18	Lua Nova	Mirante do Paranap.	jun/96	17	375,00	Estadual
19	Novo Horizonte	Mirante do Paranap.	jun/96	57	1.540,59	Estadual
20	Pontal (Santa Rosa 2)	Mirante do Paranap.	jun/96	13	232,00	Estadual
21	Primavera 2	Pres. Venceslau	jun/96	43	1.081,93	Estadual
22	Radar	Pres. Venceslau	jun/96	29	548,24	Estadual
23	Santa Cristina	Mirante do Paranap.	jun/96	35	837,90	Estadual
24	Santa Isabel 1	Mirante do Paranap.	jun/96	70	492,00	Estadual
25	Santa Lúcia	Mirante do Paranap.	jun/96	24	597,27	Estadual
25	Santa Rosa 1	Mirante do Paranap.	jun/96	24	692,00	Estadual
27	Santo Antonio1	Mirante do Paranap.	jun/96	17	532,00	Estadual
28	São José da Lagoa	Piquerobi	jun/96	29	1.026,37	Estadual
29	Tupanciretã	Pres. Venceslau	jun/96	78	2.861,62	Estadual
30	Vale dos Sonhos	Mirante do Paranap.	jun/96	23	617,94	Estadual
31	Washington Luis	Mirante do Paranap.	jun/96	16	343,24	Estadual
32	Yapinary	Ribeirão dos Índios	jun/96	40	852,52	Estadual

33	Água Limpa 1	Pres. Bernardes	set/96	31	956,00	Estadual
34	Água Limpa 2	Pres. Bernardes	set/96	26	789,00	Estadual
35	Palu	Pres. Bernardes	set/96	44	1.243,85	Estadual
36	Santa Eudóxia	Pres. Bernardes	set/96	6	167,00	Estadual
36	Santa Apolônia	Mirante do Paranap.	Dez/96	104	2.657,74	Estadual
37	Alvorada	Mirante do Paranap.	mar/97	21	565,43	Estadual
39	Rodeio	Pres. Bernardes	mar/97	65	1.861,39	Estadual
40	Santo Antonio da Lagoa	Piquerobi	mar/97	29	968,03	Estadual
41	Marco II	Mirante do Paranap.	abr/97	9	242,96	Estadual
42	Bom Pastor	Sandovalina	set/97	130	2.628,39	Estadual
43	Laudenor de Souza (Porto Alcídia)	Teodoro Sampaio	set/97	60	1.545,20	Estadual
44	Porto Leticia	Euclides da Cunha	out/97	36	707,00	Estadual
45	Cachoeira do Estreito	Teodoro Sampaio	nov/97	29	490,47	Estadual
46	Córrego Azul	Teodoro Sampaio	nov/97	9	226,71	Estadual
47	Haidéia	Teodoro Sampaio	nov/97	27	868,26	Estadual
48	Nossa Senhora Aparecida	Mirante do Paranap.	nov/97	9	175,03	Estadual
49	Santa Rita da Serra	Teodoro Sampaio	nov/97	40	837,43	Estadual
50	Santa Vitória	Teodoro Sampaio	nov/97	27	515,51	Estadual
51	Santo Antonio Coqueiros	Teodoro Sampaio	nov/97	23	485,29	Estadual
52	Vale Verde	Teodoro Sampaio	nov/97	50	1.010,75	Estadual
53	Santa Rita	Piquerobi	dez/97	26	600,96	Estadual
54	Maturi	Caiuá	jan/98	172	4.519,35	Estadual
55	Florestan Fernandes (São Jorge)	Pres. Bernardes	ago/98	55	1.116,61	Estadual
56	Nova do Portal	Rosana	set/98	123	2.786,90	Estadual
57	Rancho Alto	Euclides da Cunha	set/98	50	1.292,24	Estadual
58	Rancho Grande	Euclides da Cunha	set/98	101	2.447,09	Estadual
59	Santa Rita	Caiuá	set/98	21	523,54	Estadual
60	Santo Antonio 2	Pres. Bernardes	set/98	24	672,85	Estadual
61	Água Branca I	Teodoro Sampaio	out/98	29	630,00	Estadual
62	Alcídia da Gata	Teodoro Sampaio	out/98	18	462,03	Estadual
63	Nova Conquista	Rancharia	out/98	125	2.493,12	Federal
64	Quatro Irmãos	Pres. Bernardes	out/98	15	385,98	Estadual
65	Santa Terezinha da Alcídia	Teodoro Sampaio	out/98	26	1.345,83	Estadual
66	Vó Tonico	Teodoro Sampaio	out/98	19	550,77	Estadual
67	Bonanza	Rosana	nov/98	31	574,79	Estadual
68	Lagoinha	Pres. Epitácio	dez/98	150	3.552,00	Federal
69	Santo Antonio	Marabá Paulista	fev/99	73	1.822,47	Estadual

70	Santa Zelía	Teodoro Sampaio	mar/99	104	2.730,35	Estadual
71	Santa Terezinha da Água Sumida	Teodoro Sampaio	jul/99	48	1.345,82	Estadual
72	Santa Cruz da Alcídia	Teodoro Sampaio	jan/00	25	712,57	Estadual
73	Nova Esperança	Eucides da Cunha	jul/00	98	2.317,00	Federal
74	Repouso (Santo Antonio II)	Mirante do Paranap.	out/00	21	515,05	Estadual
75	Antonio Conselheiro	Mirante do Paranap.	nov/00	65	1.078,58	Federal
76	Paulo Freire	Mirante do Paranap.	nov/00	62	1.196,00	Federal
77	Guarany	Sandovalina	jan/01	68	1.335,02	Estadual
78	São Pedro	Rancharia	mar/01	74	877,00	Federal
79	Engenho	Pres. Epitácio	out/01	27	505,00	Federal
80	Porto Velho	Pres. Epitácio	out/01	65	1.363,00	Federal
81	Guará Mirim	Eucides da Cunha	fev/02	34	812,13	Estadual
82	Santa Angelina	Caiuá	fev/02	23	535,81	Estadual
83	Vista Alegre	Caiuá	fev/02	22	532,80	Estadual
84	Malu	Caiuá	mar/03	24	477,11	Estadual
85	Roseli Nunes (Nhancá)	Mirante do Paranap.	mar/03	55	2.082,75	Estadual
86	Padre Josimo (São Pedro da Alcídia)	Teodoro Sampaio	jul/03	96	2.290,19	Estadual
87	Luis Moraes Neto (São Francisco)	Caiuá	ago/03	72	1.713,09	Federal
88	São Paulo	Presidente Epitácio	ago/03	76	1.855,28	Estadual
89	Fusquinha (Recanto do Porto X)	Teodoro Sampaio	set/03	43	1.081,77	Estadual
90	Nossa Senhora Aparecida	Marabá Paulista	set/03	17	616,10	Estadual
91	Santa Edwiges	Teodoro Sampaio	set/03	25	691,99	Estadual
92	Santo Antonio da Prata	Marabá Paulista	abr/04	32	813,57	Estadual
93	São Pedro	Marabá Paulista	abr/04	6	261,46	Estadual
94	Santa Maria 2	Marabá Paulista	set/04	40	2.703,00	Estadual
95	Porto Maria	Rosana	mar/05	47	1.127,10	Estadual
96	Santo Antonio	Mirante do Paranap	mar/05	25	517,99	Estadual
Totais						ha

Fontes: Itesp (2005). Disponível em www.itesp.gov.sp.br

OCUPAÇÕES DE TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO 1990-2004

Estado	Município	Nome da área	Ocupações	Famílias	Data ocupação
SP	Coroados	Fazenda São José	1	30	1990
SP	Itapeva e Itaberá	Fazenda Pirituba	1	400	1990
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Nova Pontal	1	800	1990
SP	Araquara	Fazenda Tamoio	1	36	1990
SP	Marabá Paulista	Fazenda Areia Branca	1	N.I	1988
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Clara	1	600	1991
SP	Getulina	Fazenda Jangada/Ribeirão dos Bugres	1	2500	1993
SP	Paulicéia	Fazenda Santo Antônio	1	550	1993
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda São Bento	1	1800	1993
SP	Getulina	Fazenda Jangada/Ribeirão dos Bugres	1	2300	1994
SP	Getulina	Fazenda Jangada/Ribeirão dos Bugres	1	N.I	1994
SP	Getulina	Fazenda Jangada/Ribeirão dos Bugres	1	N.I	1994
SP	Getulina	Fazenda Jangada/Ribeirão dos Bugres	1	N.I	1994
SP	Getulina	Fazenda Jangada/Ribeirão dos Bugres	1	N.I	1994
SP	Getulina	Fazenda Jangada/Ribeirão dos Bugres	1	N.I	1994
SP	Paulicéia	Fazenda Santo Antônio	1	320	1994
SP	Paulicéia	Fazenda Santo Antônio	1	N.I	1994
SP	Tremembé	Fazenda Petrobrás	1	100	1994
SP	Pontal	Fazenda Aroldina	1	N.I	1994
SP	Martinópolis	Fazenda Rodeio	1	50	1994
SP	Martinópolis	Fazenda Rodeio	1	N.I	1994
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Estrela Dalva	1	1000	1994
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Estrela Dalva	1	N.I	1994
SP	Itapeva/Itaberá	Fazenda Pirituba	1	200	1994
SP	Martinópolis	Fazenda Porta do Sol	1	130	1994
SP	Itapeva/Itaberá	Fazenda Pirituba	1	200	1995
SP	Itapeva/Itaberá	Fazenda Pirituba	1	N.I	1995
SP	Itapeva/Itaberá	Fazenda Pirituba	1	N.I	1995
SP	Itapeva/Itaberá	Fazenda Pirituba	1	N.I	1995
SP	Itapeva/Itaberá	Fazenda Pirituba	1	N.I	1995
SP	Itapeva/Itaberá	Fazenda Pirituba	1	N.I	1995
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Washington Luis	1	2000	1995
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Washington Luis	1	N.I	1995
SP	Paulicéia	Fazenda Santo Antônio	1	400	1995
SP	Martinópolis	Fazenda Rodeio	1	100	1995

SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Arco-Iris	1	1800	1995
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Cruz	1	N.I	1995
SP	Mirante do Paranapanema	Marco II	1	1000	1995
SP	Sandovalina	Fazenda São Domingos	1	2500	1995
SP	Sandovalina	Fazenda São Domingos	1	N.I	1995
SP	Guarantã/Cafeilândia	Fazenda Boa Vista	1	95	1995
SP	Guarantã/Cafeilândia	Fazenda Boa Vista	1	N.I	1995
SP	Iaras	Fazenda Santana/Colonial/Capão Rico	1	50	1995
SP	Castilho/Andradina	Fazenda Anhumas/nhumas	1	200	1995
SP	Castilho/Andradina	Fazenda Anhumas/nhumas	1	N.I	1995
SP	Rancharia	Fazendas S. João da Mata/Faxinal/Matão/Outras	1	450	1995
SP	Rancharia	Fazendas S. João da Mata/Faxinal/Matão/Outras	1	N.I	1995
SP	Presidente Epitácio	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	1	15	1995
SP	Presidente Epitácio	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	1	N.I	1995
SP	São Paulo	Área Guarani Jaraguá	1	N.I	1995
SP	Itaberá	Fazenda Bergamini/Batagini	1	100	1995
SP	Castilho / Andradina	Fazenda Anhumas / Nhumas	1	600	1996
SP	Paulicéia	Fazenda Santo Antônio	1	150	1996
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Rita	1	1500	1996
SP	Iaras	Fazenda Santana / Colonial / Capão Rico	1	300	1996
SP	Sandovalina	Fazenda São Domingos	1	774	1996
SP	Colômbia	Fazenda Perdizes	1	N.I	1996
SP	Presidente Venceslau	Fazenda Primavera	1	N.I	1996
SP	Presidente Venceslau	Fazenda Primavera	1	136	1996
SP	Colina	Fazenda Experimental de Zootecnia	1	120	1996
SP	Presidente Venceslau	Fazenda Tupanciretã	1	86	1996
SP	Martinópolis	Fazenda Rodeio	1	80	1996
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda King Meat	1	50	1996
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Canaã	1	65	1996
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Arco-Iris	1	94	1996
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Cruz	1	N.I	1996
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Haroldina / Aroldina	1	72	1996
SP	Presidente Venceslau	Fazenda Primavera	1	N.I	1996
SP	Sandovalina	Fazenda São Manoel	1	100	1996
SP	Sandovalina	Fazenda São Domingos	1	N.I	1996
SP	Bebedouro	Área da Fepasa	1	400	1996
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Rita	1	N.I	1996
SP	São Simão	Área do Instituto Florestal	1	100	1996

SP	Itapetininga	Fazenda Bairro do Cercado	1	320	1996
SP	Presidente Venceslau	Fazenda Dorvagi II	1	50	1996
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Rita	1	N.I	1996
SP	Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Rancho Grande	1	700	1996
SP	Tiête	Fazenda Capivara	1	300	1996
SP	Itapetininga	Fazenda Bairro do Cercado	1	N.I	1996
SP	Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Rancho Grande	1	N.I	1996
SP	Pereira Barreto	Fazenda Santa Fé	1	59	1996
SP	Sandovalina	Fazenda São Domingos	1	N.I	1996
SP	Sandovalina	Fazenda São Domingos	1	N.I	1996
SP	Presidente Venceslau	Fazenda Tupanciretã	1	120	1996
SP	Presidente Epitácio	Fazenda Lagoinha	1	N.I	1996
SP	Sandovalina	Fazenda Santa Irene	1	150	1996
SP	Sandovalina	Fazenda Santa Irene	1	N.I	1996
SP	Presidente Venceslau	Fazenda Tupanciretã	1	N.I	1996
SP	Martinópolis	Fazenda Antônio Leal Cordeiro	1	N.I	1996
SP	Euclides da Cunha	Fazenda Santa Maria / Acampamento Água Bran	1	480	1997
SP	Euclides da Cunha	Fazenda Porto Lefcia	1	100	1997
SP	Euclides da Cunha	Fazenda Santa Rita do Pontal / Beira Rio	1	300	1997
SP	Euclides da Cunha	fazenda Santa Tereza / Santa Terezinha	1	300	1997
SP	Euclides da Cunha	Fazenda Santa Terezinha	1	N.I	1997
SP	Teodoro Sampaio	Gleba Ribeirão Bonito	1	300	1997
SP	Marabá Paulista	Fazenda Santo Antônio	1	300	1997
SP	Barretos	Fazenda Santa Fé	1	120	1997
SP	Colina	Fazenda Experimental de Zootecnia	1	100	1997
SP	Colina	Fazenda Experimental de Zootecnia	1	N.I	1997
SP	Rancharia	Fazendas São Pedro	1	50	1997
SP	Jauú	Fazenda Penhorada do Banespa	1	80	1997
SP	Pereira Barreto / Ilha Solteira	Fazenda Igarai	1	N.I	1997
SP	Santo Anastácio	Fazenda Santa Terezinha	1	200	1997
SP	Presidente Prudente	Fazenda São Luiz	1	200	1997
SP	Iaras / Borebi	Fazenda São Miguel	1	180	1997
SP	Itapetininga	Escola Agrícola Edson Galvão	1	50	1997
SP	Sandovalina	Fazenda São domingos	1	300	1997
SP	Pereira Barreto / Ilha Solteira	Fazenda Igarai	1	50	1997
SP	Coroados	Fazenda São Bento	1	27	1997
SP	Presidente Venceslau	Fazenda Primavera	1	N.I	1997
SP	Presidente Venceslau	Fazenda Primavera	1	100	1997

SP	Paulicéia	Fazenda Santo Antônio	1	150	1997
SP	Itararé / Itapeva	Fazenda Bonanza / Rio Vermelho	1	300	1997
SP	Martinópolis	Fazenda Três Irmãos	1	50	1997
SP	Caiuá / Presidente Venceslau	Fazenda Maturi I	1	100	1997
SP	Caiuá / Presidente Venceslau	Fazenda Maturi I	1	300	1997
SP	Martinópolis	Fazenda Rodeio	1	N.I	1997
SP	Martinópolis	Fazenda Rodeio	1	100	1997
SP	Sud Menucci / Pereira Barreto	Fazenda Santa Fé	1	20	1997
SP	Iaras / Tiête	Fazenda Capivara	1	120	1997
SP	Mogi-mirim	Horto Florestal Vergel / Fepasa	1	250	1997
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Clara	1	240	1997
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Iancá	1	N.I	1997
SP	Promissão	Fazenda Floresta / Acampamento Dandara	1	200	1997
SP	Tremembé	Fazenda da Petrobrás / Conquista	1	120	1997
SP	Caiuá	Fazenda Natal	1	40	1997
SP	Álvares Machado	Fazenda Boa Vista	1	50	1997
SP	Caiuá	Fazenda Natal	1	N.I	1997
SP	Rosana	Área da Fepasa	1	160	2000
SP	Jau / Brotas	Área da Igreja Católica	1	50	2000
SP	Pederneras	Área do Horto Florestal	1	200	2000
SP	Presidente Epitácio	Fazenda Alemoa	1	40	2000
SP	Castilho / Andradina	Fazenda Anhumas/Nhumas	1	75	2000
SP	Iaras	Fazenda Capim Seco	1	N.I	2000
SP	Itapura	Fazenda Entre Rios / Santo Antônio	1	50	2000
SP	Sertãozinho	Fazenda Experimental de Zootecnia	1	600	2000
SP	Panorma	Fazenda Guilomar	1	150	2000
SP	Presidente Epitácio	Fazenda Lagoinha / Reserva Florestal da Lagoa	1	13	2000
SP	Gália	Fazenda Lufécia	1	300	2000
SP	Euclides da Cunha	Fazenda Nova Esperança/ Esperança II	1	50	2000
SP	Euclides da Cunha	Fazenda Ponte Branca	1	300	2000
SP	Presidente Epitácio	Fazenda Ponte Funda	1	100	2000
SP	Serra Azul	Fazenda Santa Clara	1	150	2000
SP	São José dos Campos / Caçapav	Fazenda Santa Clara	1	200	2000
SP	São José dos Campos / Caçapav	Fazenda Santa Clara	1	200	2000
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Ida	1	422	2000
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria	1	N.I	2000
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria	1	200	2000
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria	1	230	2000

SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria	1	500	2000
SP	Euclides da Cunha	Fazenda santa Rosa	1	42	2000
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Santana da Alcídia/Santa Cruz da Alcíd	1	45	2000
SP	Jacaref	Fazenda Santana do Rio Abaixo	1	520	2000
SP	Jaú	Fazenda São Bento	1	80	2000
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda São João / Peretti	1	813	2000
SP	Itapura	Fazenda Trevo	1	200	2000
SP	São José dos Campos	Fazenda Butá	1	300	2000
SP	Alambari	Faz. Santa Isabel / Acamp. Pátria Livre	1	400	2003
SP	Andradina	Área em Andradina	1	400	2003
SP	Andradina	Faz. Arizona / Acamp. União da Vitória III	1	50	2003
SP	Araçatuba	Fazenda Araça	1	400	2003
SP	Araçatuba	Fazenda Boca Branca	1	400	2003
SP	Birigui	Fazenda Pau D'Alho	1	150	2003
SP	Araraquara	Fazenda Monte Alegre e Horto Florestal	1	60	1992
SP	Coroados	Fazenda São José	1	40	1992
SP	Iperó	Fazenda Ipanema	1	800	1992
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda São Bento	1	250	1992
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Clara	1	300	1992
SP	Mirante do Paranapanema	fazenda Canaã	1	300	1992
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Flor Roxa	1	750	1992
SP	Mirante do Paranapanema	fazenda Washington Luis	1	N.I	1992
SP	Pradópolis	Horte Florestal Guarany (Fepasa)	1	750	1992
SP	Presidente Epitácio	Fazenda Lagoinha ou Res. Florestal	1	350	1992
SP	Iperó	Ocupação Área da Fepasa	1	120	1998
SP	Iperó	Ocupação Área Fepasa	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Clara	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Clara	1	350	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Clara	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Clara	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Clara	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Clara	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Clara	1	N.I	1998
SP	Sandovalina	Fazenda São Domingos	1	N.I	1998
SP	Guarantã/ Cafeilândia	Fazenda Boa Vista	1	N.I	1998
SP	Iaras	Fazenda Santana/Colonial/Capão Rico	1	8	1998
SP	Castilho/Andradina	Fazenda Anhumas/Nhumas	1	50	1998
SP	Colina	Fazenda Experimental de Zootecnia	1	150	1998
SP	Colina	Fazenda Experimental de Zootecnia	1	N.I	1998

SP	Presidente Epitácio	Fazenda Lagoinha	1	40	1998
SP	Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Rancho Grande	1	80	1998
SP	Itarere/Itapeva	Fazenda Bonanza/Rio Verdinho	1	120	1998
SP	Promissão	Fazenda Floresta/ Acampamento Dandara	1	800	1998
SP	Promissão	Fazenda Floresta/ Acampamento Dandara	1	N.I	1998
SP	Promissão	Fazenda Floresta/ Acampamento Dandara	1	N.I	1998
SP	Promissão	Fazenda Floresta/ Acampamento Dandara	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Floresta/ Acampamento Dandara	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Isabel	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Isabel	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Isabel	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Isabel	1	300	1998
SP	Andradina	Área do DER na Rodovia dos Barrageiros	1	60	1998
SP	Andradina	Fazenda São Sebastião/ Acampamento Belo Mor	1	150	1998
SP	Euclides da Cunha	Fazenda Rancho Alto	1	40	1998
SP	Presidente Venceslau	Área da Fepasa	1	N.I	1998
SP	Iaras	Complexo Monções	1	160	1998
SP	Castilho	Fazenda do Abrigo	1	40	1998
SP	Itapeva	Fazenda Vassoral	1	120	1998
SP	Guaranta	Fazenda Coqueirão	1	250	1998
SP	Guaranta	Fazenda Coqueirão	1	N.I	1998
SP	Iperó	Fazenda Vitela	1	12	1998
SP	Iperó	Fazenda Vitela	1	N.I	1998
SP	Ipeuna	Horto Florestal de Camaquã	1	10	1998
SP	Itaberá	Fazenda Nobre	1	20	1998
SP	Itapetininga	Fazenda Monjolo	1	50	1998
SP	Itirapuã	Fazenda Areia	1	112	1998
SP	Itararé	Fazenda Paraíso	1	400	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Área da CESP	1	710	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Sacramento	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Nova Odessa	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Inhaçá	1	N.I	1998
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Inhaçá	1	55	1998
SP	Batatais	Floresta Estadual de Batatais	1	100	1998
SP	Restinga	Fazenda Boa Sorte	1	200	1998
SP	Presidente Bernardes	Fazenda São Jorge	1	73	1998
SP	Presidente Bernardes	Fazenda Santo Antônio	1	23	1998
SP	Presidente Epitácio	Fazenda Porto Velho	1	60	1998
SP	Presidente Bernardes	Fazenda Ouro Verde	1	20	1998

SP	Presidente Bernardes	Fazenda Cruzeiro do Sul	1	N.I	1998
Sp	Presidente Bernardes	Fazenda Santa Terezinha	1	N.I	1998
SP	Piraju	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	1	N.I	1998
SP	Presidente Alves	Fazenda São Francisco II	1	N.I	1998
SP	Presidente Alves	Fazenda São Francisco II	1	N.I	1998
SP	Presidente Alves	Fazenda São Francisco II	1	N.I	1998
SP	Potim	Fazenda Boa Vista	1	120	1998
SP	Pindamonhagaba	Fazenda Bela Vista	1	300	1998
SP	Piquerobi	Fazenda Santa Rita	1	20	1998
SP	Rosana	Fazenda Primavera	1	40	1998
SP	Rosana	Fazenda Bonanza	1	30	1998
SP	Rosana	Fazenda Bonanza	1	23	1998
SP	Rosana	Fazenda Nova pontal	1	N.I	1998
SP	Rosana	Fazenda Nova Pontal	1	40	1998
SP	Rancharia	Fazenda Santa Maria	1	60	1998
SP	Rancharia	Fazenda Jaguar	1	30	1998
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Zélia	1	N.I	1998
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Zélia	1	N.I	1998
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Zélia	1	140	1998
SP	Taubaté	Área da Caixa Econômica Federal	1	200	1998
SP	Teodoro Sampaio	Sítio São Carlos	1	47	1998
SP	São José dos Campos	Fazenda Santa Rita	1	180	1998
SP	Santa Anastácio	Fazenda Ipiranga	1	N.I	1998
SP	Sandovalina	Área da Usina Hidrelétrica de Taquaraçu	1	300	1998
SP	Sandovalina	Área da Usina Hidrelétrica de Taquaraçu	1	N.I	1998
SP	Rancharia	Fazenda Jaguar	1	90	1999
SP	Guarantã	Fazenda coqueirão	1	150	1999
SP	Caiuá	Fazenda Malu	1	75	1999
SP	Sertãozinho	Estação de Zootecnia	1	N.I	1999
SP	Piracicaba	Fazenda Maria Angela	1	1200	1999
SP	Porto Feliz	Fazenda Engenho D'Água/Noca Canudos/Capuar	1	1000	1999
SP	Caiuá	Fazenda São Francisco	1	120	1999
SP	Presidente Epitácio	Fazenda São Paulo	1	70	1999
SP	Ribeirão dos Índios	Fazenda Lage	1	40	1999
SP	Bauru / Aimore's	Horto Florestal da Fepasa	1	300	1999
SP	Cabrália Paulista / Bauru	Fazenda Santo Antônio	1	50	1999
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria	1	80	1999

SP	Nantes	Fazenda Icatu	1	90	1999
SP	Porto Feliz	Fazenda Engenho D'Água / Nova Canudos / Cap:	1	2000	1999
SP	Marília	Fazenda São Jorge	1	N.I	1999
SP	Caiuá	Fazenda Vista Alegre	1	40	1999
SP	Matão	Fazenda Bocaina / Chimbó / Acamp. D. Helder Cê	1	600	1999
SP	Bauru	Fazenda Val de Palmas	1	300	1999
SP	Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Nova Esperança	1	31	1999
SP	Piratinga	Horto Florestal Brasília	1	100	1999
SP	Presidente Bernardes / Sandoval	Fazenda Guarani / Vista Alegre	1	300	1999
SP	Anhembi	Fazenda Boa Esperança	1	400	1999
SP	Andradina	Fazenda São Sebastião/Acamp. Belo Monte	1	85	1999
SP	Piracicaba	Fazenda Ribeirão do Pires / do Turco	1	1200	1999
SP	São José dos Campos	Fazenda Balança / Santa Clara	1	N.I	1999
SP	Presidente Bernardes	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	1	N.I	1999
SP	Iaras/ Tietê	Fazenda Capivara	1	120	1999
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Santo Antônio	1	50	1999
SP	Dracenas	Fazenda Santa Luzia das Marrecas	1	80	1999
SP	Barretos	Fazenda Queixada	1	230	2001
SP	Barretos	Fazenda Santa Avóia	1	24	2001
SP	Borebi	Fazenda água do Caçador	1	100	2001
SP	Castilho	Fazenda Pedágio	1	100	2001
SP	Colina	Estação Experimental de Zootecnia	1	90	2001
SP	Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Guanã Mirim	1	N.I	2001
SP	Euclides da Cunha	Fazenda Guanã Mirim	1	N.I	2001
SP	Euclides da Cunha	Fazenda Guanã Mirim	1	100	2001
SP	Franca	Fazenda Santana do Guaraciaba	1	200	2001
SP	Franco da Rocha	Fazenda São Roque	1	100	2001
SP	Guataparã	Fazenda Resfriada	1	100	2001
SP	Jacareí	Fazenda Santana do Rio Abaixo	1	N.I	2001
SP	Jacareí	Fazenda Santana do Rio Abaixo	1	180	2001
SP	Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	1	500	2001
SP	Marabá Paulista	Fazenda Santa Maria	1	175	2001
SP	Mirante do Paranapanema	Fazenda Inháçá	1	175	2001
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Porto X	1	N.I	2001
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Porto X	1	175	2001
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda São João / Peretti	1	600	2001
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda São Pedro da Alcídia	1	175	2001
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria /Fusquinha	1	300	2002

SP	Bragança Paulista	Fazenda Capuava	1	400	2002
SP	Caiiras / São Paulo	Acampamento Irmã Alberta / Área da Sabesp	1	720	2002
SP	Caiuá	Fazenda Angical	1	50	2002
SP	Caiuá	Fazenda Malu	1	50	2002
SP	Dracena	Fazenda Santo Antônio	1	50	2002
SP	Panorama	Fazenda São Jorge	1	50	2002
SP	Presidente Bernardes	Fazenda Oito e Meio	1	50	2002
SP	Presidente Epitácio	Fazenda Alvorada	1	50	2002
SP	Presidente Epitácio	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	1	50	2002
SP	Presidente Epitácio	Fazenda Santo Antônio	1	50	2002
SP	Presidente Venceslau	Fazenda da Posse	1	275	2002
SP	Rosana	Fazenda Santa Rita do Pontal	1	N.I	2002
SP	Sandovalina	Fazenda Santa Fé / Margarida Alves	1	450	2002
SP	Sandovalina	Fazenda Santa Fé / Margarida Alves	1	180	2002
SP	Taubaté	Fazenda Abraão	1	36	2002
SP	Teodoro Sampaio	Fazenda Galpão de Zinco	1	320	2003
SP	Collina	Área da Casa Transitória André Luís	1	700	2003
SP	Collina	Estação Exp. De Zootecnia	1	150	2003
SP	Espírito Santo do Pinhal	Fazenda Santa Guilhermina	1	2	2003
SP	Ilha Solteira	Fazenda Santa Maria da Lagoa	1	120	2003
SP	Ilha Solteira	Fazenda São José da Barra	1	120	2003
SP	Luziânia	Fazenda Baronesa	1	150	2003
SP	Mogi-Guaçu	Área da Construmec / Jardim Ypê 5	1	80	2003
SP	Mogi-Guaçu	Área da Ricci Engenharia	1	150	2003
SP	Mogi-Guaçu	Área em Marinho Prado / International Paper	1	200	2003
SP	Mogi-Guaçu	Fazenda Campininha	1	130	2003
SP	Pederneras	Área da Prefeitura / Grupo Terra Nossa	1	130	2003
SP	Pederneras / Bauru	Áreas em Jd. Chapadão / Grupo Terra Nossa	1	200	2003
SP	Pirapozinho	Acamp. Toninho do PT / Área da RFFSA	1	135	2003
SP	Presidente Epitácio	Fazenda São Jorge	1	230	2003
SP	Ribeirão Preto	Fazenda Bragueto / Acamp. Mário Lago	1	250	2003
SP	São Paulo	Área em Perus	1	53	2003
SP	São Sebastião	Área na Rodovia Rio-Santos	1	24	2003
SP	Serra Azul / Serrana	Fazenda Santa Clara	1	300	2003
SP	Sorocaba	Fazenda Santa	1	400	2003
SP	Sorocaba / Porto Feliz	Área do Itesp / Acamp. Pátria Livre	1	150	2003
SP	Sumaré	Horto Florestal / Sumaré 2 / Terra sem Males	1	60	2003
SP	Taubaté	Fazenda Santa Terezinha	1		

SP	Teodoro Sampaio	Fazenda São João	1	80	2003
SP	Tremembé	Fazenda Corumim/SP - 123	1	N.I	2003
SP	Tremembé	Fazenda Corumirim / SP-123	1	N.I	2003
SP	Tremembé	Fazenda Corumirim / SP-123	1	215	2003
SP	Tremembé	Faz. Dom Pepe / D. Pedro / Nelson Rodrigues	1	180	2003
SP	Matão/Silvânia	Assentamento Horto	1	150	2004
SP	Gália	Faz. Boi Bravo/Acamp. Margarida Alves	1	60	2004
SP	Iaras/Borebi	Faz. Capim/Capim Seco	1	500	2004
SP	Iaras/Borebi	Faz. Capim/Capim Seco	1	N.I	2004
SP	Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	1	86	2004
SP	Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	1	314	2004
SP	Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	1	N.I	2004
SP	Ribeirão Preto	Faz. da Barra/Acamp. Mário Lago	1	N.I	2004
SP	Araçatiguama	Faz. Iris/Matarazzo	1	150	2004
SP	Castilho	Faz. Itapura/Acamp. Nova Conquista	1	300	2004
SP	Pirapora do Bom Jesus	Faz. Mian/Matarazzo	1	450	2004
SP	Presidente Epitácio	Faz. Ponte Funda	1	85	2004
SP	Sandovalina	Faz. Santa Fé/Margarida Alves	1	160	2004
SP	Taubaté	Faz. Santa Terezinha/Acamp. Manoel Neto	1	150	2004
SP	Taubaté	Faz. Santa Terezinha/Acamp. Manoel Neto	1	N.I	2004
SP	Taubaté	Faz. Santa Terezinha/Acamp. Manoel Neto	1	N.I	2004
SP	Mirante do Paranapanema	Faz. Santo Antônio do Mirante	1	2	2004
SP	Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo	1	300	2004
SP	Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo	1	N.I	2004
SP	Presidente Epitácio	Faz. Sul Mineira/Liberdade	1	60	2004
SP	Presidente Epitácio	Faz. Sul Mineira/Liberdade	1	N.I	2004
SP	Suzanápolis	Faz. Tapir/Acamp. 7 de Setembro	1	200	2004
SP	Macaubal	Fazenda Alecrim	1	60	2004
SP	Presidente Epitácio	Fazenda Alvorada	1	20	2004
SP	Santo Antônio do Aracanguá	Fazenda Aracanguá	1	15	2004
SP	Panorama	Fazenda Campo Belo	1	2	2004
SP	Piratininga	Fazenda Candeias	1	36	2004
SP	Iaras	Fazenda Consulta	1	120	2004
SP	São Carlos	Fazenda da Granja do Rei Frango	1	2	2004
SP	Taubaté	Fazenda do Una/Votorantin	1	150	2004
SP	Brotas	Fazenda em Brotas	1	30	2004
SP	Piquerobi	Fazenda Fortaleza	1	2	2004
SP	Castilho/Nova Independência	Fazenda Ipê	1	250	2004